

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO**

ANDRÉ LIMA SOUSA

**FORTALEZA POR UM FIO
O Espaço de Transição e o Movimento dos Conselhos
Populares**

**Florianópolis
2011**

ANDRÉ LIMA SOUSA

FORTALEZA POR UM FIO
O Espaço de Transição e o Movimento dos Conselhos
Populares

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia,
Curso de Mestrado em
Desenvolvimento Regional e Urbano,
como requisito a obtenção do título
em mestre em Desenvolvimento
Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Idaleto
Malvezzi Aued

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

S725f Sousa, André Lima.

Fortaleza Por Um Fio [Dissertação] : o Espaço de
Transição e o Movimento dos Conselhos Populares / André
Lima Sousa ; orientador, Idaleto Malvezzi Aued. -
Florianópolis, SC, 2011. 267p.: Il., mapas

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Planejamento Urbano – Fortaleza (CE). 3.
Geografia humana – Fortaleza (CE). 4. Conselhos
Populares – Fortaleza (CE). 5. Movimentos Sociais
Urbanos – Fortaleza (CE). 6. Fortaleza, Região
Metropolitana. I. Aued, Idaleto Malvezzi. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

ANDRÉ LIMA SOUSA

FORTALEZA POR UM FIO
O Espaço de Transição e o Movimento dos Conselhos
Populares

BANCA EXAMINADORA:

**Presidente: Professor Doutor Idaleto
Malvezzi Aued (UFSC)**

**Membro: Professora Doutora Margareth
Afeche Pimenta (UFSC)**

**Membro: Professor Doutor Manoel Fernandes
de Souza Neto (USP)**

**Coordenadora: Professora Doutora Magaly
Mendonça**

Florianópolis-SC, 26 de abril de 2011.

Dedico esta dissertação à minha mãe,
Maria Helena Lima Sousa e ao
meu pai, *Antônio Rodrigues de Sousa*.

Agradecimentos

Agradeço às minhas amadas irmãs Luana e Natália Lima e aos meus cunhados Bruno e Mário, pelo apoio e disponibilidade. Agradeço também à minha linda avó Maria Aldenora de Melo Lima, à minha tia Ângela Maria de Melo Lima e ao meu tio George de Melo Lima, às minhas primas Andréia e Adriana e ao meu primo Nito por estarem sempre dispostos a ajudar nos momentos que mais precisei. Agradeço também às FranciscaS e a Madalena.

À minha namorada Carla Benitez Martins, por existir na minha vida e ser essa pessoa tão linda, companheira e inspiradora. Agradeço igualmente a toda família Benitez Martins nas pessoas do Luiz Carlos, Margareth, Felipe, Diego, ao meu querido amigo Sebastião Martins e Juan Expósito (em memória) e também à Regina, Ceia e Vanda. Também as amizades que fiz por intermédio da Carla: Pilar, Mari, Liliam, Pazello, Baiano, Luiz Otávio, Luzi e Felix.

Aos colegas de turma do Mestrado em Geografia de 2009 e da Representação Discente do mesmo ano.

Aos professores da UFSC, em especial, ao meu orientador e amigo Idaleto Malvezzi Aued, muito obrigado pelas horas proporcionadas de reflexão profunda e pelo fino e sereno trato nas questões tão caras a nós, sobretudo no que diz respeito às problemáticas acadêmicas-transitórias-comunistas. Muito obrigado também à professora Margareth Afeche Pimenta, Ewerton Vieira Machado, Leila Cristina Dias, Luiz Fernando Sheybe e Magaly Mendonça, por contribuírem decisivamente com minha formação. Ao professor Jeovah Meireles da UFC, pelo diálogo e por disponibilizar um bom material fotográfico sobre a nossa querida cidade. Também aos Professores Manoel Fernandes de Sousa Neto e Maria Adélia Aparecida de Souza, ambos da USP, especialmente ao Manoel por se dispor a participar da minha banca de avaliação, vocês

foram maravilhosos.

Agradeço fortemente aos e às colegas da Revista Discente Expressões Geográficas, em especial ao meu grande amigo André Vasconcelos Ferreira, que me apresentou à revista e me abriu diversas portas, muito obrigado por tudo! À Elisa Rodrigues Dassoler, que nossa amizade continue se fortalecendo! Ao Harideva Égas, Ricardo Freire, Juan Manuel Villamil, Marcos Espíndola, Aracídio Barbosa Neto (Cid), Fabíula da Silva, Orlando Ferretti, Tiago Cargnin, Luciano Henning, Carlos Casaril, Felipe de Souza, Márcio Montenegro Machado, Ulisses de Oliveira, Fernanda Bauzzys, Fiorella Macciavello. Sem lugar a dúvidas, essa foi (é) uma das experiências coletivas mais ricas da minha vida.

Aos colegas colombianos do Circuito de Cinema Latino Americano e Caribenho “Ali Primera”, do Instituto de Estudos da Latino Americano – IELA, projeto ajudei na construção no ano de 2008.

Aos companheir@s da Brigada Urbana do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Florianópolis, a saudosa “Brigada Mítico”, que tive o orgulho de ajudar a organizar desde o início, nos idos de 2008, em especial ao Lavratti, Camila, Daniela, Gina, Révero, Saruê, Joana, André, Elisa, Carla, Zique, Marquinhos, Juliana, Nauro, Edualc, Etel muito obrigado por me permitir aprender com vocês!

Às diversas e verdadeiras amizades que fiz nesses quase três anos de Santa Catarina, em especial ao Felipe, Mário e Ricardinho, pela divisão da moradia e pela forte amizade que desenvolvemos. Também agradeço de coração à minha querida amiga Flávia Memória, ao Lucas Brito e à Marcionília Pimentel, vocês são lind@s!

Agradeço também à minha “família de Floripa”, aos meus “pais” e “irmãos”, respectivamente: seu Maneca e dona

Beth, Israel e Bianca; por me receberem de braços abertos e tornar minha estadia tão especial e aconchegante. Agradeço também ao seu Madruga, um trabalhador do Campeche.

Ao Marcelo Filipine - um cara cuja amizade levarei para sempre - ao Moska, Mineiro, Luiza, Priscila, Neto, Leozão, Diego, Rorô, Yuri, Ivan, Bob, Joana, Catarina, Ivan, Coxinha, Gui... salve salve Celcinho!! Por tantos momentos de alegria e por me fazerem sentir “de casa”, enfim, são tantos que certamente devo estar esquecendo de alguém... só tenho a agradecer!

Às minhas queridas amigas da biqmik< Karla, Diana, Danise, Marisol, Marcionília, o que incluo a Ana Vlândia e ao Eugênio e Igor pela amizade de sempre.

Agradeço também aos companheiros e companheiras do Movimento dos Conselhos Populares, o MCP, em especial aos que contribuíram diretamente para a elaboração do terceiro capítulo: Igor Moreira, Daiana Gomes, Jacinta (MST), Joana Maria, Rosilene Lima, Fátima Oliveira, Roger Almeida, Maicon Bocadio e Sérgio Farias. Agradeço especialmente à Jacqueline Soares e ao Igor Moreira, pelas conversas sempre agradáveis e por sempre incentivarem na pesquisa.

Meu agradecimento também aos que me ajudaram com as transcrições das entrevistas: Rogério Raposo, Hector Ferreira, Tiago Moreno, Natália Lima e Luana Lima.

Pessoal do Comitê Popular da Copa de Fortaleza, que atualmente vem dando um belo exemplo de cidadania e resistência necessárias à construção de outra lógica de produção da cidade, menos desigual e segregadora.

À Glícia Pontes, pela amizade, solidariedade e companheismo.

Por fim, um agradecimento especial à Mariana Tamari, por sempre me receber de braços abertos em São Paulo e ao Ricardo Serra, meu companheiro de longas datas. Aos camaradas do Enlace/ PSOL e da IV Internacional Brasil.

Não há condição é eterna.

RESUMO

Buscou-se com esta dissertação de mestrado, realizar uma análise dialética do desenvolvimento urbano da metrópole de Fortaleza, na qual foi assumido como “fio condutor” do estudo a busca pela compreensão da constituição do “ser social” naquela metrópole. Para tanto, foram consideradas três dimensões do desenvolvimento urbano: a expansão, a degeneração e a transição. O objeto de análise foi o chamado “espaço de transição”, cujos elementos foram identificados por meio da investigação da experiência do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) entre os anos 2000 e 2011 - intervalo no qual foi possível identificar e formular uma proposta de periodização dessa experiência. Concluiu-se que foi possível constatar, por intermédio da análise desse movimento popular, elementos que podem indicar o surgimento de uma formação sócio-espacial de novo tipo, um vir a ser de inspiração pós-capitalista.

Palavras-chave: Metrópole de Fortaleza, Desenvolvimento Urbano, Configuração Territorial, Dialética, Espaço de Transição, Movimento dos Conselhos Populares.

RESUMEN

En este ensayo se ha buscado realizar un análisis dialéctico del desarrollo urbano de la metrópoli de Fortaleza, teniendo como hilo conductor de la investigación la búsqueda por la comprensión de la constitución del “ser social” en aquella metrópoli. Para eso, fueron consideradas tres dimensiones del desarrollo urbano: la expansión, la degeneración y la transición. El objeto de la investigación fue el “espacio de transición”, cuyos elementos fueron identificados en la investigación empírica del Movimento dos Conselhos Populares – MCP en los años de 2000 hasta 2011 – intervalo en lo cual fue posible identificar y formular una propuesta de periodización de esta experiencia. En la conclusión, fue posible constatar, a través del análisis de este movimiento popular, elementos que pueden indicar el surgimiento de una formación socio-espacial de nuevo tipo, una posibilidad futura de superación del capitalismo.

Palabras-clave: Metrópoli de Fortaleza, Desarrollo Urbano, Configuración Territorial, Dialéctica, Espacio de Transición, Movimentos dos Conselhos Populares.

SUMÁRIO

<i>Descrição</i>	Pág.
INTRODUÇÃO	21
1. A PRODUÇÃO DO CAPITAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO	30
1.1 A Relação Social Capital e o Período Atual	33
1.2 Apontamentos Teóricos para o estudo do meio Urbano	49
1.3 A economia política do urbano e da cidade	54
1.4 Para uma dialética do desenvolvimento urbano - Expansão, Degeneração e Transição	64
2. A EXPERIÊNCIA DO TEMPO E DO ESPAÇO EM FORTALEZA: ELEMENTOS PARA UMA NOÇÃO DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA METRÓPOLE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	73
2.1 Mercado de Trabalho em Fortaleza	83
2.2 Metropolização	95
2.3 Quanto vale, ou é por m²?	102
2.4 Centralidades urbanas	113
2.4.1 Centralidade I: bairro Centro (Centro-Oeste) Francisco Sá e Duque de Caxias	114
2.4.2 Centralidade II – Aldeota (Centro-Leste) Av. Santos Dumond	124
2.4.3 Centralidade III – Aldeota expandida (Sudeste) Av. Washington Soares	132
2.5 O avesso da centralidade	137
3. A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES COMO NEGAÇÃO DA DEGENERAÇÃO URBANA - DESDE 2000 A 2011	146
3.1 MCP: primeiro ensaio (2000 a 2003)	150
3.2 A refundação do MCP, a luta pelas frentes de serviço e as experiências de participação nos instrumentos de democratização da gestão pública municipal (2004 a 2008)	152
3.3 A atualidade do MCP: organização, ocupações e outros temas (2008 - 2011)	189
4. À GUIA DE CONCLUSÃO	234
REFERÊNCIAS	250
ANEXOS	256

QUADRO DE FIGURAS

Figura	Descrição	Pág.
1	Imagem de localização da Região Metropolitana de Fortaleza	28
2	Localização das Favelas em Fortaleza em 2009. Fonte: Atlas de Fortaleza 2000.	111
3	Avenida Francisco Sá, sentido Leste. Observe que ao fundo é possível perceber a verticalização da Aldeota e Beira Mar	113
4	Avenida Francisco Sá, sentido Leste	117
5	Rugosidades: antigas mansões recebem novas funcionalidades	118
6	Antiga fábrica de castanha de caju transforma-se em empreendimento imobiliário, ao fundo o muro da fábrica foi mantida	118
7	Mesma fábrica sob outra perspectiva	119
8	Expansão urbana sobre o Sítio do Cocó transformando o ambiente natural em território usado e alterando radicalmente a paisagem de Fortaleza	128
9	Avenida Washigton Soares e seu entorno, no lado esquerdo está sendo construído o novo Centro de Convenções da cidade	134
10	Ponte sobre o Rio Cocó ligando a Praia do Futuro à Sabaguaba	134
11	Cartilha de fundação do Movimento dos Conselhos Populares em 2000	151
12	Cartilha de refundação do MCP	160
13	Assembléia Popular da Cidade	162
14	Prefeita recebe o Programa de Reivindicações Imediatas do Povo de Fortaleza	163
15	Organograma das instâncias do MCP	199
16	Faixa na entrada do Raízes da Praia em repúdio à atuação das milícias	208
17	Campanha contra as milícias em Fortaleza	209
18	Manifestação em frente a uma loja do Grupo Otoch, no Centro de Fortaleza	209
19	Ocupação Comuna 17 de abril, José Walter	226

INTRODUÇÃO

O ato de escrever é uma das grandes evidências da potência do ser social ou, como diria Marx, do intelecto geral¹. É mais ou menos como expressar o melhor de si indo além das experiências próprias, possibilitada pelas interpretações das construções teóricas e estudos empíricos alheios, referendando-se neles sem, contudo, descolar-se da referência em si. Mas o que investigar deste mundo cada vez mais complexo e acelerado em que a realidade é, em aparência, fluida, efêmera, fugidia, vazia? Como realizar a escolha de um objeto de análise com relevância social para justificar uma investigação acadêmica? Mais que isso, como interpretar aquele objeto em forma de análise?

O questionamento sobre como podem ser compreendidos os processos de socialização e espacialização da humana é a problemática geral, o pano de fundo e objetivo superior das minhas reflexões². A dissertação em mãos é parte desse projeto. Na busca por suprimir essas inquietações - certamente insaciável - descobri que seria necessário investigar os fenômenos expressos em sua forma mais desenvolvida e esse foi o percurso trilhado para se chegar ao meio em que nos debruçaremos nessa dissertação, o meio urbano. Neste tempestuoso caminho, hora aparentemente inerte, hora repleto de possibilidades, não se pode abrir mão de certa dosagem de reflexão filosófica, no sentido de questionar eventos que, à primeira vista, aparentam ser “naturais”. É através deste embate, entre o “natural” e o “racional” que o pesquisador poderá assumir a sua “filosofia de vida”, o seu método de interpretação, a “lente” sobre a qual vai

¹ Marx, Karl. **La miseria de la filosofía**. Buenos Aires: Editora Siglo Veinteuno, 1973.

² Este é o único momento em que me utilizo da primeira pessoa do singular, dado que se trata de um projeto pessoal. A partir daqui, me expressarei sempre na primeira pessoa do plural. O “nós” refere-se tanto ao auto-reconhecimento do autor com o seu objeto de estudo, quanto é uma forma de reconhecimento do caráter propriamente social do conhecimento.

perceber o acontecer sócio-espacial. Os temas a serem investigados pelo pesquisador serão analisados segundo esta sua “forma de ver o mundo” – a isto a academia chama de método. As teorias e métodos demonstram diferentes capacidades de explicação dos eventos, fenômenos, fatos, processos etc. No entanto, o poder de explicação de tais teorias somente terá seu teste real na empiria do mundo material.

Este estudo parte do pressuposto de que os processo de socialização e espacialização da humanidade podem ser encontrados em sua forma mais desenvolvida na dinâmica sócio-espacial presente no meio urbano, que sempre tende a dominar os demais espaços. No caso desta pesquisa, a análise desses fenômenos (de socialização e espacialização-urbanização) ocorrerá por intermédio da aproximação empírica com o desenvolvimento de uma região em particular. Precisamente, da Região Metropolitana de Fortaleza, que como todo território, é carregado de particularidades. O nosso objetivo com essa dissertação é realizar uma construção dialética do desenvolvimento urbano da Metrópole de Fortaleza. Isso pressupõe discutir a relação entre as partes que compõem esta totalidade em processo, assim como, significa questionar de forma permanente o que parece elementar, trilhando os percursos e temáticas que são consideradas centrais para o entendimento destes fenômenos.

O método dialético é o que pode possibilitar a apreensão do movimento do objeto, do processo que vai desde sua gênese à sua extinção, à supressão do mesmo. Para o método materialista dialético, o nascimento, o desenvolvimento e a morte de todo organismo social estará sempre colocada. Ele possibilita a análise e a prospecção tendo sempre como base empírica a materialidade histórica, ou seja, ele nos dá condições para investigar a reprodução da existência humana em cada período histórico. Em outras palavras, o método materialista dialético pode nos proporcionar um caminho para a compreensão das diferentes formas com as quais os seres humanos exercem seus atos cotidianos de comer, morar,

trabalhar, deslocar-se, produzir, consumir, etc. A cada período histórico, tais atos - aparentemente repetitivos, rotineiros e “naturais” - formam um sistema de relações em permanente mutação. O método dialético pode nos permitir penetrar no conteúdo dessas formas. Neste sentido, esta singela investigação visa contribuir com a compreensão do desenvolvimento urbano da metrópole de Fortaleza.

Para a escrita desta dissertação, elaboramos um percurso metodológico inspirado livremente no método dialético, que nos serviu de base para a análise. Nesse percurso foram consideradas três dimensões do desenvolvimento urbano, quais sejam: a expansão, a degeneração e a transição urbana³. Essas dimensões são indissociáveis, acontecem ao mesmo tempo e de forma desigual e combinada. A aparente separação entre tais dimensões ocorre somente como forma de análise, pressuposto da decomposição do objeto de análise.

Buscar-se-á seguir esse percurso ao explicitar, na primeira parte do texto, os fundamentos e compreensões metodológicas expressas nas categorias de análise, bem como uma leitura do funcionamento da sociedade humana sob o nexos do capital, teorias às quais nos apoiaremos para analisar o desenvolvimento urbano materializado na metrópole de Fortaleza.

Em meio a estas intenções apresentadas até aqui, é importante informar que não é objetivo desta pesquisa realizar um estudo histórico dos fundamentos da formação e consolidação da cidade de Fortaleza como uma metrópole. Entrementes, sempre que for considerado necessário, será feito uso de informações históricas que possam colaborar com a construção desta pesquisa e por vezes, faremos uso de imagens e mapas como recursos técnicos da pesquisa para facilitar a compreensão e a visualização dos eventos e fenômenos que debateremos.

O marco de fundação da cidade de Fortaleza remonta

³ Essa formulação será melhor desenvolvida no item 1.4 dessa dissertação.

ao ano de 1726, devido ao fato de, nesse ano, Fortaleza ter deixado sua condição de vila para passar a ser considerada oficialmente uma cidade. Marcada pelas especificidades do seu desenvolvimento urbano, Fortaleza tem hoje uma configuração territorial demasiado complexa e muitas histórias a serem contadas. São 285 anos desde sua fundação e de lá pra cá vários fatores contribuíram para que a cidade chegasse até o tamanho e a complexidade da configuração atual.

Como apareceria a configuração territorial da metrópole de Fortaleza, se pudéssemos fazer um recorte em seu sistema de objetos de forma a isolar certas variáveis para analisarmos as relações que há entre elas? Para se fazer uma leitura interpretativa abrangente dessa metrópole e tendo em vista que não é possível explicitar todas as suas variáveis, seria necessário identificar quais seriam as representativas na determinação dessa configuração. Como poderíamos definir uma hierarquia de lugares na configuração de uma cidade com mais de dois milhões e meio de habitantes residindo em tipos de habitação dos mais diversos? O que leva um lugar a ser mais atrativo que outro? Como e porquê os lugares assumem valores diferenciados? A resposta a essas perguntas poderá ser feita por meio do estudo da relação entre a atual configuração territorial da metrópole, com a história das variáveis que a delineiam, determinando-a.

O aumento das desigualdades sócio-espaciais ocorre em decorrência da centralização espacial da riqueza, da expansão territorial capitalista acelerada e descontrolada, do aumento das periferias urbanas, da segregação, da fragmentação urbana, etc. O comportamento de variáveis como a espacialização da pobreza e da miséria, a produção de novas centralidades, a segregação sócio-espacial, o processo de metropolização, a verticalização - para citar somente algumas possibilidades -, confrontadas em suas relações poderão nos servir de via para o estudo da configuração territorial da metrópole em caso.

No que diz respeito aos termos adotados nesta dissertação, numa tentativa de evitar naturalizar uma

linguagem sexista que faz aporte ao conceito de “homem” para expressar o conjunto dos seres humanos abstratamente, utilizaremos sempre o termo ser humano, também de forma abstrata, para expressar o conjunto da espécie.

O objeto desse estudo é identificar os elementos do espaço de transição na metrópole de Fortaleza, por intermédio de uma compreensão espacializada e uma reflexão dialética do desenvolvimento urbano que se expressa como expansão, degeneração e transição urbana na Região Metropolitana de Fortaleza, conforme exposto e que será pormenorizada a seguir.

No primeiro capítulo, “A produção do capital e o desenvolvimento urbano”, discorreremos sobre a forma como os seres humanos produzem sua vida sob a dominação das relações sociais capitalistas, em suas implicações para a produção do espaço, buscando desvelar algumas características gerais dessa dinâmica sócio-espacial no que ela tem de universal, bem como, analisando conceitos que possam nos ajudar a estudar tanto a configuração territorial de Fortaleza quanto a experiência do Movimento dos Conselhos Populares. O objetivo do primeiro capítulo é discorrer sobre um conjunto de conceitos e categorias de análise que possam ser utilizados no estudo do espaço urbano.

No segundo capítulo, “A Experiência do Tempo e do Espaço em Fortaleza: Elementos Para uma Noção da Configuração Territorial da Metrópole no Início do Século XXI”, será realizado um esforço de revisão bibliográfica a fim de proporcionar uma noção sobre a atual configuração territorial da Metrópole na visão de autores de diversas áreas que a investigaram. Nesse segundo capítulo, objetivamos apresentar o meio social no qual se desenvolve o objeto de análise dessa investigação. Discorreremos brevemente sobre algumas variáveis que são consideradas representativas para cumprir com os objetivos aos quais estamos nos propondo. As variáveis escolhidas são: 1) o mercado de trabalho, 2) o mercado imobiliário e 3) o processo de metropolização. Ainda nesse

capítulo foi realizada também uma revisão bibliográfica a partir de autores que debateram os conceitos de centralidade urbana e segregação sócio-espacial na cidade.

O terceiro capítulo “A Experiência do Movimento dos Conselhos Populares como Negação da Degeneração Urbana”, é o capítulo empírico dessa pesquisa, no qual descreveremos a experiência de um Movimento Social Popular contemporâneo, denominado Movimento dos Conselhos Populares, o MCP de Fortaleza.

As técnicas de pesquisa utilizadas nessa etapa foram: entrevistas semi-estruturadas, ensaio fotográfico das ações do movimento e revisão bibliográfica. Ademais, foram realizadas visitas de campo, levantamentos e análise dos principais documentos do Movimento, bem como a leitura de dezenas de matérias de jornais que tratam das ações do mesmo. Tudo isso para descrevermos a experiência desse Movimento, procurando realizar uma periodização do mesmo, bem como, nos desafiando na identificação, em sua práxis, de elementos sugestivos do “novo” (superação positiva do desenvolvimento capitalista) conceituados como “espaços de transição”.

Finalmente serão identificados em “À guisa de conclusão” os limites desta pesquisa à luz do referencial teórico de autores que permitem refletir sobre a realidade e seu movimento, dialogando de forma especial com os conceito de espaço de transição formulada pelo professor Idaleto Aued e com a sugestão feita pelo geógrafo Milton Santos, que indica a emergência de um novo período, denominado por ele de “período demográfico, ou período popular da história”.

Qualquer análise de fenômenos sociais deve levar em consideração que os seres humanos são os únicos seres vivos com capacidade de intervir no espaço de forma racional e planejada. Por isso, não tratamos meramente do espaço de forma abstrata, mas do espaço geográfico, socialmente produzido. Igualmente, não tratamos do território pura e simplesmente, mas do “território usado”, sempre se fazendo referência à ação dos seres humanos sobre o mesmo.

A forma como se constitui o “ser social” em Fortaleza será o nosso fio condutor, ou seja, por dentro de fio está a forma como os seres humanos evoluem de uma forma individual a uma forma social de produção da vida.

Cada vez menos é possível a um ser humano reproduzir sua vida de forma individual, cada vez mais, todos precisam de todos para reproduzir sua existência comum. Esse é o principal “mote”, essa é a forma de ver o acontecer. Entende-se que o meio urbano é onde esse o acontecer social se encontra mais plenamente amadurecido. No meio urbano parece que os seres humanos estão interligados por um fio que entrelaça a vida de todos, daí o título dessa dissertação “Fortaleza por um fio”.

É neste tempo e lugar [meio urbano] onde se desabrocha e se universaliza a condição social de que cada indivíduo não mais produz a sua própria existência, a vida de todos depende de todos, isto é, da sociedade. A cidade é o lugar por excelência da vida social. Ela é o espaço onde não há vida individual, onde todas as pessoas estão conectadas através de fios invisíveis.⁴

Espera-se com essa dissertação contribuir com o debate sobre o desenvolvimento urbano da metrópole de Fortaleza sob uma perspectiva dialética, sobretudo no que diz respeito ao papel que os movimentos sociais populares podem assumir. Faremos isso tomando como objeto de análise o conceito de “espaço de transição” e como base empírica a materialidade da experiência do Movimento dos Conselhos Populares.

⁴ Aued, Idaleto. Marxismo e Geografia. In: **O ensino da Geografia no novo milênio**. Chapecó, SC: Editora Argos, 2002. p. 36.

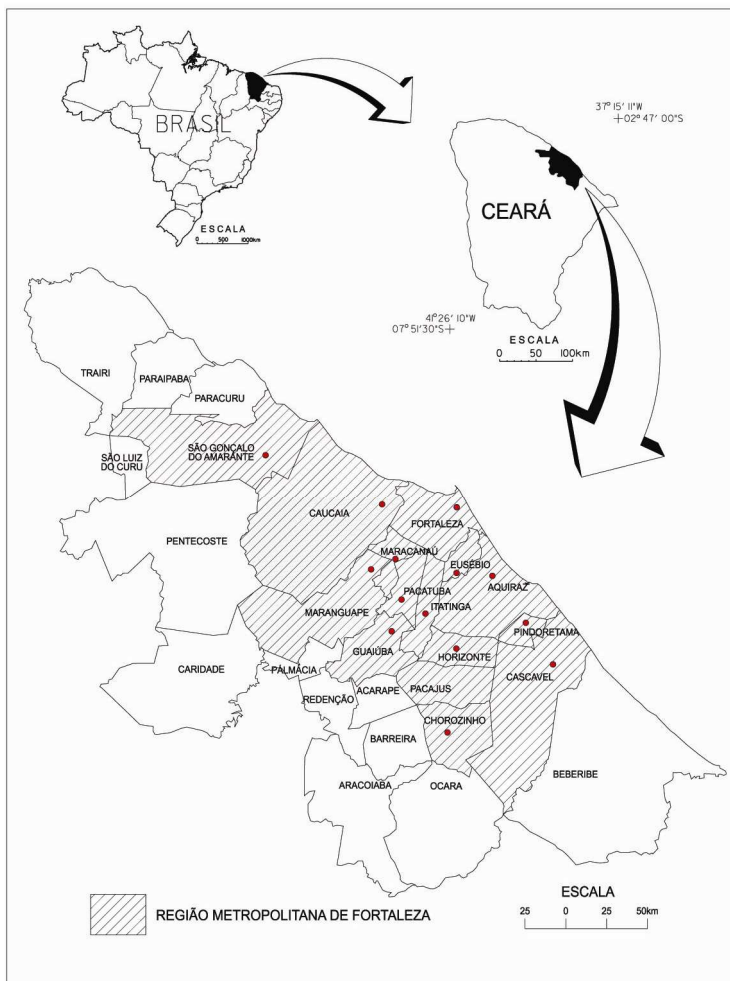


Figura 1: Imagem de localização da Região Metropolitana de Fortaleza.

CAPÍTULO 1

1 A PRODUÇÃO DO CAPITAL E DO ESPAÇO URBANO

Neste primeiro capítulo, debateremos as bases conceituais sobre as quais vamos fazer a leitura da metrópole de Fortaleza. Buscar-se-á isso por intermédio do diálogo com alguns autores clássicos e contemporâneos que consideramos fundamentais para o desafio de compreender três coisas: (1) como funciona a sociedade em que vivemos e quais as características do período histórico atual; (2) o debate sobre a produção do espaço urbano e; (3) a dialética do desenvolvimento urbano. Em linhas gerais, este capítulo diz respeito à forma como os seres humanos produzem sua existência sob a racionalidade social dominante do capital. Ou seja, como os seres humanos ao se produzirem na sociedade capitalista, tanto produzem a própria sociedade capitalista, como as condições da superação da mesma⁵.

Esse capítulo serve igualmente de ambientação para as próximas partes da dissertação, na qual será debatida a história do lugar-cidade-região Fortaleza, com escopo em sua atual configuração territorial e, em especial, na análise da experiência do Movimento dos Conselhos Populares de Fortaleza, o MCP, cuja análise ocorrerá no terceiro capítulo e na conclusão. Tendo isso em vista e objetivando dissertar sobre essa epopéia dialética com pretensões além civilizatórias⁶, é necessário demonstrar os

⁵ Em referência aos três vetores da degeneração da sociedade capitalista: “o primeiro vetor é o de os homens se movem em razão da produção da mais-valia (no vulgar é o lucro), isso significa compreender como os homens produzem na sociedade capitalista; o segundo é o de os homens, ao produzir na sociedade burguesa, produz-se ao mesmo tempo, a própria sociedade burguesa, produz-se simultaneamente a negação desta mesma sociedade, ou seja, produzem os elementos da sua própria superação”. Aued, I. **Marxismo e geografia**. In Alba, R. S. Et all (Org.) O ensino da geografia no novo milênio. Chapecó/SC: Editota Argos, 2002, p. 15.

⁶ De acordo com Friedrich Engels são pressupostos do surgimento da civilização moderna

principais elementos e variáveis que, atualmente, compõem e aceleram o movimento da história.

O caminho contínuo e estendido de supressão das formas individuais de reprodução da vida humana, reflexo do processo de socialização da base material, resultado do desenvolvimento capitalista, gera um aumento gradativo de um tipo específico de formação sócio-espacial urbana-metropolitana, que produz os lugares-regiões em que é possível identificar o ser social em sua forma mais plenamente desenvolvida. Entendemos que é também nesse meio onde há, contemporaneamente, uma maior complexificação e aceleração da constituição desse ser social. Neste sentido, almeja-se demonstrar alguns caminhos desses processos de socialização e espacialização da humanidade, em suas especificidades expressas na metrópole de Fortaleza.

Investigar-se-á o modo como os seres humanos produzem sua existência no que ela tem de universal, bem como a maneira como essa universalidade aparece na experiência do tempo e do espaço da metrópole de Fortaleza. Se aceitarmos a premissa que diz que a singularidade do modo de produção capitalista é exatamente a sua universalidade, nada como iniciarmos o trabalho falando de como funciona a produção da vida humana sob as relações do capital. A partir daí poderemos

capitalista: a produção de excedente, a propriedade privada, a divisão do trabalho e as trocas mercantis. Ela se expressa, ao longo da história, através de diferentes modos de produção e reprodução da vida: escravidão, servidão, assalariamento. Para Engels: “estas leis econômicas da produção mercantil modificam-se de acordo com os diversos graus de desenvolvimento dessa forma de produção; mas todo o período da civilização, em geral, está regido por elas. Até hoje, o produto ainda domina o produtor; até hoje, toda a produção social ainda é regulada, não segundo um plano elaborado coletivamente, mas por leis cegas que atuam com a força dos elementos, em última instância, nas tempestades dos períodos de crise comercial”. Contudo “/.../ chegará um momento em que a razão humana será suficientemente forte para dominar a riqueza e fixar as relações do Estado com a propriedade que ele protege e os limites aos direitos dos proprietários. Os interesses da sociedade são absolutamente superiores aos interesses individuais”. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979, p. 198-201. Tradução de Leandro Konder. Quando nos referimos a ‘pretensões além civilizatórias’, estamos falando, sobretudo, da segunda passagem desta nota de rodapé.

investigar experiências específicas para retornar na forma de análise.

Considera-se que é no espaço urbano onde o chamado ser social encontra-se mais profundamente desenvolvido. Essa constatação é um ponto de partida para o início de uma reflexão a respeito de como o movimento de constituição desse ser social – composto de vários processos – se manifesta em um território específico, qual seja, numa metrópole localizada no hemisfério sul do planeta terra, no nordeste de um país chamado Brasil. Fortaleza, o lugar-região sob o qual se desenvolve a experiência do Movimento dos Conselhos Populares é a capital do estado do Ceará, que tem hoje, em 2011, 188 anos contados a partir do momento em que deixa a sua condição de vila para se tornar cidade no ano de 1823.

Nos tópicos seguintes, buscaremos resumir alguns fundamentos da relação social capital, apropriando-se, como base epistemológica, da teoria marxiana, entendida como a teoria originária de Karl Marx e Friedrich Engels, assim como de autores marxistas contemporâneos, que assumiram essa obra, friccionando-os, sempre que possível, com a noção de “espaço geográfico” como sinônimo de território usado que nos foi sugerido por Milton Santos e outros⁷.

O meio urbano não é somente o lugar onde está concentrada a maioria dos seres humanos, é também onde estão presentes os mais avançados meios técnicos disponíveis, numa marcha de desenvolvimento e transformação que tem gerado contradições completamente novas a acirrado algumas outras não tão novas assim. Não é por acaso que autores, como Henri Lefebvre, caracterizam o meio urbano como um meio de produção⁸. De fato, os graus de cooperação e de sociabilização presentes nesse meio são condições necessárias que permitem uma cooperação de novo tipo. Essa progressiva

⁷ Santos, M. at all Manifesto – O papel ativo da geografia. In **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000.

⁸ Lefebvre, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora Humanitas, 2008.

tomada de centralidade do meio urbano que, aos poucos, foi dominando e incorporando o meio rural, tem um desenvolvimento combinado com a própria história do desenvolvimento capitalista. Consequentemente, o espaço urbano é também o lugar onde se encontra a maior parte da infra-estrutura e dos fluxos de informações, mercadorias, capital, etc. Por esse motivo, ele passou a “ditar” a dinâmica da formação sócio-espacial e a reprodução da vida no meio rural que, atualmente, tem uma existência quase que exclusivamente voltada para a manutenção das demandas do meio urbano.

A antiga contradição campo-cidade, muito debatida há séculos, atualmente se encontra carente de uma atualização teórica e histórica. Em primeiro lugar, porque não é mais possível, dado o grau de dominação do meio urbano sobre o meio rural, falar dessa contradição nos termos que são conhecidos tradicionalmente - como uma divisão e uma oposição - tendo em vista que ambos estão intrinsecamente relacionados. Seria impossível compreender um na ausência do outro ou mesmo em oposição ao outro.

1.1 A Relação Social Capital e o Período Atual

Segundo premissas marxianas podemos traçar o seguinte esquema de produção do capital:

$$\begin{array}{c} \text{FT} \\ [D - D - M \dots P \dots M' - D' - D''] \\ \text{MP} \end{array}$$

No qual “D” é igual a Dinheiro, o equivalente geral das mercadorias, “o valor universal e autosuficiente de todas as coisas”⁹ e é o que possibilita a circulação das mercadorias. “M” é a Mercadoria, qual seja, aquilo que é valor de troca. “FT” é a Força de Trabalho, que varia segundo “leis” como as que regem qualquer outra mercadoria. Para Marx, “a procura de homens regula

⁹ Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 42.

necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome”¹⁰, assim, ela caracteriza uma mercadoria especial por ser capaz de gerar valor excedente. “MP” são os Meios de Produção como máquinas, insumos, equipamentos. “P” é o processo Produtivo, como o processo industrial, que envolve os meios de produção e a força de trabalho. “D” é o Dinheiro, mantido e ampliado após o processo de produção e a realização do produto-mercadoria no comércio.

Analisando-se o esquema acima, pode-se constatar que o capital não sai do processo como ele entrou, porque sua realização requer sempre a criação de valor que se valoriza a si próprio:

O fato de o processo de produção gerar capital é, portanto, apenas outra maneira de exprimir o ter gerado mais-valia /.../ A mais-valia converte-se em capital adicional, serve para a formação de novo capital ou de capital acrescentado. Desta maneira, o capital gerou capital: não se realizou apenas como capital. O processo de acumulação em si mesmo não é mais que um momento imanente do processo capitalista de produção¹¹.

O conceito de mais-valia originário do trabalho assalariado (ou seja, da realização da força de trabalho como mercadoria) é central para a compreensão de como funciona a sociedade atual, tendo em vista que ele possibilita desvendar a essência de fenômenos sócio-espaciais que somente na aparência manifestam-se separados (segregados sócio-espacialmente), como por

¹⁰ “O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se encontrar um comprador”.
Ibidem, p. 66.

¹¹ Marx, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Ed. Moraes, 1973, p. 134.

exemplo: a acumulação e centralização de riqueza, as mudanças de centralidade urbana e o crescimento da pobreza no meio da classe trabalhadora. Tudo isso num mesmo movimento de espacialização das relações de capital e de gradual socialização da vida humana.

O conceito de mais-valia também nos permite chegar a uma conclusão simples, contudo, extremamente necessária, de que esses processos não existiriam separadamente. A produção de valor na forma de mais-valia é o que determina a configuração tanto da riqueza quanto da pobreza no modo de produção capitalista. O mecanismo desta produção pode ser percebido na passagem que segue abaixo:

Os assalariados recebem pela mercadoria que vendem e não pela que produzem. Assim, os proletários, ao produzirem as mercadorias, produzem nesta forma material, a riqueza para os capitalistas, produzem a propriedade privada capitalista e sua não propriedade dos meios de produção¹².

O grau de desenvolvimento da relação entre a classe compradora de força de trabalho e a classe vendedora de força de trabalho apresenta-se nas características sócio-espaciais particulares que cada lugar assume, tanto internamente às cidades quanto nas diferenças entre regiões nacionais e internacionais. Internamente, há fenômenos típicos desse tipo de relação que deixam marcas no território em que atuam, tornando mais contrastante a segregação entre os lugares. A auto-segregação burguesa e a favelização, por exemplo, são resultados dessa relação recíproca e contraditória ao mesmo tempo. David Harvey sustenta que “a relação de

¹² Aued, I. M. **Estratégias e contradições na construção da sociedade Socialista Soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Tese de doutorado)

classe entre capital e trabalho é indiscutivelmente a relação social mais importante dentro da complexa tecetura da sociedade burguesa”, para ele “sem a relação entre capital e trabalho, expressa por meio da compra e venda da força de trabalho, não poderia haver nem exploração, nem lucro, nem circulação do capital”¹³.

Retomando o nosso esquema, finalmente temos D'', que é o capital financeiro originário do processo de produção industrial e do comércio. A passagem de D' - D'', representa justamente esse capital financeiro. Segundo Marx:

O dinheiro efetua movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e /.../ do capital comercial. /.../ Esses movimentos – ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações particulares, e nada mais além disso – transformam esse capital em capital financeiro.¹⁴

No capital financeiro, o capital na forma dinheiro, revela-se o início e o fim do movimento, no que Marx caracteriza como “comércio de dinheiro”. Ainda segundo o autor, “há duas funções do dinheiro: a moeda nacional e o dinheiro mundial”¹⁵. No dinheiro mundial, cada moeda local se expressa uma na outra e ambas ainda podem ser reduzidas a outras mercadorias globalmente aceitas, como o ouro, a prata ou o petróleo, por exemplo. De acordo com Marx, “o movimento do volume do dinheiro que circula servindo de meio de compra e meio de pagamento, é determinado pelas metamorfoses das mercadorias, pelo volume e pela velocidade dessa metamorfose que, como sabemos agora, é apenas um elemento da totalidade do

¹³ Harvey, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 131.

¹⁴ Marx, K. **O capital**. (Crítica da Economia Política). O processo Global de Produção Capitalista, Livro 3, Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 363.

¹⁵ Ibidem, p. 367.

processo de reprodução”.¹⁶ Portanto, é somente na aparência que o processo de circulação de capital financeiro aparece descolado do processo de circulação de capital industrial e comercial.

Na produção de mais valia temos que, ao adiantar D, quem o faz obtém o mesmo *quantum* de dinheiro mais a variação desse mesmo dinheiro acrescida, ou seja, faz a seguinte passagem (D-D'). No trecho seguinte, Marx fala sobre parte da relação entre a produção de mais-valia e o capital financeiro:

É evidente que a massa de capital-dinheiro, que os comerciantes de dinheiro (banqueiros) manipulam, é o capital-dinheiro que está na circulação, dos capitais comerciantes e industriais, e que as operações que realizam são apenas operações desses capitalistas e que servem de intermediários. Também é claro que o seu lucro é apenas dedução da mais-valia, pois só lidam com valores já realizados /.../¹⁷

A fase do capitalismo financeiro configura o momento da maturidade do desenvolvimento capitalista, quando há uma tendência à acumulação de crises cíclicas de origem econômico-financeira, mas não somente dessas. O fenômeno das crises cíclicas do capitalismo ajudam a produzir também o poder de monopólio, por meio do avanço da centralização do capital, ainda mais veloz nesses períodos, tornando os fenômenos contraditórios inerentes à circulação de capital ainda mais acessíveis à observação empírica. Retornaremos ao tema da centralização posteriormente.

Voltando ao conceito de mais-valia, como vimos, ele permite compreender a relação social do capital no que ela tem de essencial: a acumulação e os processos que

¹⁶ Marx, K. **O capital**. (Crítica da Economia Política). O processo Global de Produção Capitalista, Livro 3, Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 369.

¹⁷ Ibidem, p. 371.

decorrem a partir daí, ou seja, nada menos que os demais movimentos da reprodução do capital. A categoria mais-valia tem no salário e no lucro elementos do seu lado aparente, “esta forma original de relação subsiste apenas como aparência da relação que lhes serve de base, da relação capitalista”¹⁸.

Nesse sentido, Marx complementa:

A produção capitalista não é apenas a produção da relação; na sua reprodução numa escala cada vez maior [mais-valia global] e na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho [trabalho social] cresce também perante o operário a riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital; perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina [alienação]; e na mesma proporção, se desenvolve a sua pobreza, a sua indigência e a sua sujeição subjetiva¹⁹.

Sobre a alienação da atividade humana, Marx fala que há dois aspectos a serem considerados. De um lado, temos a relação do trabalhador com o objeto do trabalho e, do outro, a força de trabalho como uma mercadoria especial, exatamente por ela ser a única capaz de produzir mais-valia. A alienação, que tem na propriedade privada o seu fundamento imprescindível, no trabalho assalariado o motor da sua universalização e no território usado o palco de sua atuação é, reafirmamos, um conceito fundamental, tendo em vista que serve de ponto de chegada e tornar-se-á, em seguida, novo ponto de partida para outras

¹⁸ Idem. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Ed. Moraes, 1973, p. 135.

¹⁹ Marx, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Ed. Moraes, 1973, p. 135. [colchetes nossos]

reflexões.

O desenvolvimento do capital tende ao processo de acirramento de algumas contradições inerentes a ele, mas que antes estavam pouco visíveis e que hoje se impõem, criando novas fronteiras ao livre expressão deste sistema. Tais contradições já estavam colocadas desde quando o capital encontrava-se em sua forma germinal, mesmo que ainda não plenamente desenvolvido. Hoje, porém, quase dois séculos após a data que Marx marca como o início da maturidade do sistema capitalista (1825), tal fronteira - adensamento de contradições - aparece-nos cada vez mais nítida. Para isso, basta olhar para as cidades em suas formas, conteúdos, configurações, paisagens, etc. O meio urbano é o lugar onde é possível encontrar as relações de capital e todo o seu aparato tecnológico em suas formas mais desenvolvidas. É também o espaço onde as contradições produzidas pelo próprio sistema tornam-se mais perceptíveis, despertando a consciência dos habitantes das cidades sobre a condição urbana na qual estão inseridos.

Mas que contradições são essas que, concentradas nas cidades, impõem limites possivelmente intransponíveis à realização do capital, à produção da mais-valia?

O processo de produzir mais-valia origina-se do processo de produção, para o qual são necessários a força de trabalho, os meios de trabalho e os objetos de trabalho. Marx nos ensina que “o processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias”.²⁰ O meio de trabalho indica as condições sociais, nas quais se realiza o trabalho, “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz /.../ o processo de

²⁰ Marx, K. **O capital**. (Crítica da Economia Política). O processo Global de Produção Capitalista, Livro 3, Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 222.

trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho mais elaborados”²¹. O meio de trabalho se realiza na sua função de intermediador entre o processo de trabalho e o objeto de trabalho. Já o objeto de trabalho é a matéria-prima depois de ter experimentado uma modificação efetuada pelo trabalho. Marx sugere entender o trabalho, por sua vez, como uma forma de expressão exclusivamente humana. De acordo com o autor de 'O Capital', “o processo [de produção] extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma”.²² Contudo, se, de acordo com Marx, “o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção”²³ e, valendo essa regra também para a mercadoria força de trabalho, temos que o salário – valor nominal a ser pago pela compra da força de trabalho - deve expressar pelo menos o suficiente para reproduzir a vida do trabalhador que vende sua mercadoria ao capitalista. Se a força de trabalho não mantivesse e ampliasse a riqueza do capitalista não faria sentido ser comprada e, assim sendo, não se realizaria o processo de produção.

Para Marx, “O processo de produzir valor simplesmente dura até o momento em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído pela equivalente, ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia (valor excedente)”²⁴. Seguindo com o autor, ele argumenta que “o trabalhador acrescenta ao material, ao objeto de trabalho um novo valor por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho /.../ o valor dos meios

²¹ Marx, K. **O capital**. (Crítica da Economia Política). O processo Global de Produção Capitalista, Livro 3, Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 204.

²² Ibidem, p. 205.

²³ Ibidem, p. 220.

²⁴ Ibidem, p. 220.

de produção se conserva através do produto. Ocorre uma transferência durante a transformação dos meios de produção em produto”²⁵. A força de trabalho faz nexos com os meios e os objetos de trabalho, sendo por meio dela que acontece a transferência de valor e a produção de valor excedente:

A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona excedente, a mais valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável²⁶.

Quando os produtos do processo de produção se confrontam no mercado, os trabalhos concretos desaparecem dando lugar a uma forma de trabalho “em geral”, que Marx denominou como “trabalho abstrato ou trabalho social”²⁷. É esse trabalho abstrato ou social que possibilita que os seres humanos não precisem produzir tudo o que necessitam para reproduzir a sua vida e a de sua família. Tal característica do trabalho proporciona uma cooperação ampliada entre os seres humanos e uma divisão do trabalho cada vez maior, “o que caracteriza a divisão do trabalho no seio da sociedade é o que engendra as especialidades, as distintas profissões e com elas o idiotismo de ofício”²⁸. Mas, como se forma o valor de uma mercadoria para Marx? Para o autor, o valor de uma

²⁵ Marx, K. **O capital**. (Crítica da Economia Política). O processo Global de Produção Capitalista, Livro 3, Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 224.

²⁶ Ibidem, p. 235.

²⁷ Ibidem, p. 226.

²⁸ Tradução livre do original: “lo que caracteriza la división del trabajo en el seno de las sociedad es que engendra las especialidades, las distintas profesiones, y con ellas el idiotismo de oficio”. Marx, K. **Miséria de la filosofía**: respuesta a la filosofía de la miséria del señor proudhon. Buenos Aires: Editora Siglo Vinteuno, 1973, p. 127.

mercadoria não é o valor individual e sim o valor social, calculado segundo o tempo de trabalho socialmente exigido para a sua produção.

Até o momento, debatemos alguns elementos da complexa relação social capitalista e outras aparecerão no decorrer da leitura. Tal relação constituiu-se como um modo de produção e esse meio historicamente determinado, juntamente às novas necessidades produzidas pelas próprias contradições do sistema capitalista, exigem cada vez mais respostas imediatas para os problemas sociais contemporâneos, como a destruição do ambiente natural, o aquecimento global em razão da ação humana, a subtração do bem-estar social em qualquer meio - sobretudo no meio urbano - com a poluição de toda ordem o caos no trânsito, a violência urbana, etc. Esses elementos negativos presentes no meio urbano são, igualmente, fenômenos sociais, pois seus efeitos são perceptíveis ao conjunto da população, havendo alguns que sofrem mais que outros.

Sobre o debate do significado das forças produtivas num contexto historicamente determinado, temos em Marx que “advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não mais forças de produção, mas forças de destruição (máquina e dinheiro)”²⁹. O autor compreende o ano de 1825 como a data em que “a indústria acaba de sair da sua infância, e a prova disso é ter ela iniciado, com a primeira crise mundial ocorrida em 1825, o ciclo periódico de sua vida moderna”³⁰. Segundo ele, a partir daí, as relações capitalistas de produção não podem se desenvolver senão como crises: “A partir de 1825, a inversão e a aplicação de novas máquinas nada mais são que o resultado de uma guerra entre operários e patrões”.³¹

Desde então, a luta do homem contra a máquina ou

²⁹ Marx, K. & Engels, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2008, p.41.

³⁰ Marx, K. **O capital** - Posfácio da segunda edição, Livro 1, Vol. 1, pág. 11.

³¹ Idem. **Miséria da filosofia**. Carta à Pavel Annenkov. São Paulo: Global, 1985, p. 247.

do operário contra a sua negação instala-se e permanece até os dias atuais. Apesar da resistência da classe trabalhadora, essa contradição não impediu que o desenvolvimento do capital, expresso no uso das máquinas, máquinas-ferramentas e máquina-ferramenta-automática realizasse um movimento de territorialização e mundialização. Vejamos o exemplo da Europa de meados do século XVIII: “as nações da Europa continental viram-se obrigadas a passar ao emprego das máquinas em face da concorrência que os ingleses lhes faziam”³². De acordo com Idaleto Aued, “as novas tecnologias podem ampliar o contingente humano que não mais consegue vender sua força-de-trabalho, explicitando o limite histórico do assalariamento”³³. Ou seja, explicitando a impossibilidade de uma parcela crescente de trabalhadores produzirem sua existência por meio da relação social do capital. As relações sociais de produção capitalistas são contraditórias com o avanço técnico. Se, por um lado, as inovações tecnológicas proporcionam um aumento da produtividade, da composição orgânica do capital e da mais-valia, permitindo produzir maior quantidade de bens em menor tempo, por outro lado, faz com que necessite de um esforço humano cada vez menor para a sua produção. Ou seja, resulta na diminuição do número de trabalhadores no interior do processo de produção e, com isso, no aumento das massas de pobres e miseráveis concentrados, sobretudo, nos grandes centros urbanos.

A segunda grande contradição, em crescente evidência tanto no meio urbano quanto no meio rural, é a destruição do ambiente natural promovida pela forma de se produzir e se consumir sob a racionalidade do capital, que tem no homem e na mulher o seu meio de propagação. Essa forma de destruição do ambiente natural, acelerada

³² Marx, Karl. **Miséria da filosofia**. Carta à Pavel Annenkov. São Paulo: Global, 1985, p. 247.

³³ Aued, I. M. **Estratégias e contradições na construção da sociedade Socialista Soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995, p. 307. (Tese de doutorado).

com o advento do período tecnológico atual, não encontra precedentes na história da humanidade. Nos últimos anos, parte significativa da comunidade científica internacional encontra-se envolta no debate sobre estudos recentes que incluem os seres humanos como variável determinante para se compreender as mudanças climáticas³⁴. Já há algum tempo, importantes pesquisadores de diversas áreas do conhecimento científico, passaram a defender a tese de que o somatório das diversas crises que temos visto atualmente configura o que podemos compreender como uma crise da civilização capitalista.

Independentemente de análises catastróficas, das quais temos notícias todos os dias, sobretudo nos meios de comunicação e que atendem a interesses bem particulares, tem crescido a necessidade histórica da sociedade buscar formas alternativas de se relacionar com o ambiente natural, o que implica rever a própria forma que esses mesmos seres humanos se relacionam entre si. Nesta reflexão, é imprescindível levar em consideração o fato de que os seres humanos são os únicos seres vivos com capacidade de pensar, planejar, produzir técnica, projetar, criar objetos, antes de agir “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na sua mente sua construção antes de transformá-la em realidade”³⁵. Neste caso, é possível encontrar em Ortega y Gasset uma convergência com o pensamento de Marx, quando o mesmo chega à conclusão de que somente o “homem” (ser humano) é capaz de produzir técnica e, assim, afirma uma certa centralidade do “homem” em vista dessas características. Para Ortega y Gasset os atos técnicos e a própria técnica é um ato específico do homem: “pois bem, êstes são os atos técnicos, específicos do homem. O conjunto dêles é a técnica, que podemos, desde logo, definir como a reforma que o homem impõe à natureza em vista da satisfação das suas necessidades”³⁶. É essa

³⁴ Referimo-nos ao relatório do Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC, 2009.

³⁵ Marx, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, Livro 1, Vol. 1, 1968, p. 202.

³⁶ Ortega y Gasset. **Meditação da Técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano, 1963, p.

capacidade de agir de forma racional que diferencia os seres humanos dos outros animais. Finalmente, retomando Marx, temos que “ser radical é segurar tudo pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem”³⁷.

A transformação da ciência em força produtiva, no meio das relações sociais competitivas burguesas, possibilitou seu espraiamento a todos os lugares do mundo, criando uma nova fase do desenvolvimento do capital, novas técnicas e uma nova forma de acumulação, como meios dos quais ele se serve. Este desenvolvimento é visivelmente contraditório com o processo de trabalho no interior do processo de produção, porque gera uma gradual redução do processo de trabalho no interior do processo de produção. Essa contradição, entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho presente e trabalho passado é central para entendermos o mundo de hoje e o seu movimento para o mundo do amanhã.

Passemos agora a uma breve caracterização do período histórico atual, no qual vamos trabalhar com duas periodizações: a primeira, mais geral e de inspiração marxista, de autoria do economista Eleutério Prado e a segunda, proposta pelo geógrafo Milton Santos, mais restrita aos últimos 500 anos, na qual o autor dá ênfase ao desenvolvimento técnico como método de elaboração e caracterização dos períodos propostos por ele. Dessa forma, pretende-se passar uma breve e restrita noção de qual a base material posta na atualidade, base essa que conformam meios aos quais se serve a humanidade.

De acordo com a sugestão de Prado, podemos trabalhar com a idéia de três períodos nos dois séculos da grande indústria, que podem ser investigados em paralelo ao crescimento das cidades: o primeiro é o período da indústria competitiva-concorrencial, o segundo é o da indústria monopolista e o terceiro é o da pós-grande indústria e suas implicações sobre o desenvolvimento

14.

³⁷ Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 53.

urbano das metrópoles. Eleutério Prado relaciona os momentos do capital com as formas de liberalismo e de Estado:

Relaciona-se o liberalismo clássico à subsunção real (formal e material) da grande indústria competitiva, o liberalismo social à subsunção real (formal, material e organizacional) da grande indústria monopolista, e finalmente, o neoliberalismo à subsunção real (formal, intelectual e societária) da pós-grande indústria. O primeiro momento está tratado como momento da aparência, o segundo como o momento da essência, e o terceiro será encarado como o momento da intervenção em que a contradição aparece³⁸.

O que o autor chama de pós-grande indústria é o momento em que a riqueza, com o desenvolvimento do capitalismo, passa a ser produzida mais pelo “intelecto geral”, ou seja, pelos saberes científicos, pelas inovações tecnológicas, pelos novos meios técnicos, etc., e cada vez menos pelo processo de trabalho propriamente dito. Isso implica numa transformação extraordinária no modo de acumulação de capital, que influi diretamente nas formas que o espaço assume - espaços que se tornam cada vez mais dinâmicos no desenvolvimento e na degeneração das metrópoles contemporâneas.

Em sua obra “Espaço e Método”³⁹, Milton Santos oferece-nos uma sistematização de cinco períodos nos quais poderiam ser divididos os últimos 500 anos: 1) O período do comércio em grande escala (a partir dos fins do

³⁸ Prado, Eleutério. **Desmedida do valor**: Crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005, p. 120.

³⁹ Santos, M. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2008b, p. 38.

século XV até mais ou menos 1620; 2) O período manufatureiro (1620-1750); 3) O período da revolução industrial (1750-1870); 4) O período industrial (1870-1945); e 5) O período técnico-científico atual ou período tecnológico. Concentremo-nos nas características do período atual. O período técnico científico começa com o fim da Segunda Guerra Mundial, mas sua afirmação, com a inclusão dos países “sub-desenvolvidos”, somente ocorrerá a partir da década de 1970, neste período prevalece o meio que Santos chama de “meio técnico-científico-informacional”⁴⁰. Nele, a união entre a técnica e a ciência vai se dar sob a égide do mercado e o mercado, graças exatamente à técnica e à ciência, torna-se mercado global. A tecnologia da comunicação também vai permitir que as inovações técnicas que forem aparecendo juntas e associadas também possam ser propagadas de forma relativamente acelerada em seu conjunto.

Segundo Santos, “as inovações são em grande parte uma consequência de uma técnica que alimenta a si mesma. Essa técnica, cuja realização se tornou relativamente independente, é chamada de pesquisa”⁴¹. Nesse período, que podemos correlacionar com o período da pós-grande indústria, o investimento em ciência e tecnologia torna-se uma variável definidora do grau de desenvolvimento dos territórios nacionais e de sua inserção no mundo. Assim sendo, os novos objetos técnicos surgidos em meio a esse período puderam conhecer uma difusão extraordinária, “os objetos técnicos-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço”⁴². Dessa forma, torna-se nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos.

O período tecnológico atual, que se serve do meio técnico-científico-informacioal, produz também uma

⁴⁰ Santos, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, Edusp, 2008a, p. 238.

⁴¹ Santos, M. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2008b, p. 43.

⁴² Santos, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, Edusp, 2008a, p. 240.

aceleração contemporânea:

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada, etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas, etc.) aumenta também a necessidade do movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida das relações⁴³.

Nesse período atual, os novos meios de comunicação tem um papel fundamental, pois é por meio deles que “o período afeta a humanidade inteira e todas as áreas da terra. Espaços que escapam temporariamente às forças dominantes são raros nesta fase da história”⁴⁴. Outra característica importante do período atual é o papel das empresas multinacionais impondo-se em todo o mundo, segundo Santos, “as grandes corporações são, freqüentemente, mais poderosas que os Estados. O conjunto de condições características do período oferece às grandes empresas um poder que antes não se podia imaginar”⁴⁵.

Santos defende que há uma diferença marcante entre os períodos 1, 2, 3, 4, e o quinto período. Para ele, nesse último período, todos os espaços são alcançados imediatamente por um certo número de modernizações, esse seria o fator mais importante na história do mundo atual e na história dos países latino-americanos. As características da instantaneidade e universalidade na propagação de certas modernizações desmantela a organização do espaço anterior. Falando de outra forma, é como se os espaços atingidos por inovações “induzidas” ou por inovações “transferidas” estivessem

⁴³ Santos, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, Edusp, 2008a, p. 240.

⁴⁴ Ibidem, p. 44.

⁴⁵ Ibidem, p. 44 e 45.

obrigatoriamente em contato e ligadas por laços cada vez mais fortes. Segundo Santos, o fato dos espaços não serem alcançados igualmente por todas as modernizações induz ao critério de diferenciação entre os países. Porém, a difusão de inovações também seria responsável por notáveis diferenças dentro de cada país, com a criação de pólos internos. O fato dessas inovações já existirem em alguns lugares específicos torna esses espaços mais propícios a receberem outras modernizações, o que criaria lugares privilegiados com uma tendência concentradora e centralizadora, tanto do ponto de vista populacional quanto com relação à concentração de objetos técnicos.

1.2 Apontamentos teóricos para o estudo do meio urbano

O conceito de espaço assumido nesta pesquisa é o do espaço geográfico que nos foi proposto por Milton Santos e que é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único em que a história se dá”.⁴⁶ Santos e outros lançaram no ano 2000 o Manifesto “O papel ativo da Geografia” e, por meio desse Manifesto, vários pesquisadores expuseram uma posição em relação à compreensão do objeto do campo disciplinar geográfico, qual seja, o espaço geográfico. Para eles, é preciso compreender o espaço geográfico “não como sinônimo de território, mas de território usado; este é resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”.⁴⁷ O conceito de território usado ressalta o caráter social e histórico do espaço e, por isso, “o território usado constitui-se como um complexo onde se

⁴⁶ Santos, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, Edusp, 2008a, p. 63.

⁴⁷ “/.../ espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como território usado; este é resultado do processo histórico quanto da base material e social das novas ações humanas”. Santos, M. At all Manifesto – O papel ativo da geografia. In **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000, p.1.

tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo”⁴⁸. Outro conceito interessante que foi exposto no Manifesto é o de “espaço banal”, que, segundo os autores, obriga o pesquisador a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. O autor resume o conceito de espaço banal como “o espaço de todos, todo o espaço /.../ espaço de todas as dimensões do acontecer da totalidade social”,⁴⁹ totalidade essa na qual destacaremos dimensões particulares com a finalidade única de análise, ou seja, de decomposição do objeto, mas sem perder de vista que as partes isoladas investigadas fora do nexos com as demais partes que compõem o “todo” não fazem sentido sozinhas. Nenhuma dimensão da vida social é possível de ser compreendida isoladamente.

Os autores do Manifesto destacam também a participação dos “atores” no território. Segundo eles, os “atores hegemônicos” praticam um uso corporativo do território, “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares”⁵⁰, já os “atores hegemonzados têm o território como abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É nesse jogo dialético que podemos recuperar a totalidade”.⁵¹

Passando ao debate sobre a questão do urbano e da cidade, uma distinção importante a ser feita é com relação ao que se compreende por “urbano” e ao que se compreende por “cidade”. O primeiro termo é tido como relação social, abstração, o geral, o externo, enquanto o

⁴⁸ Santos, M. at all Manifesto – O papel ativo da geografia. In **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000, p. 3.

⁴⁹ Ibidem, p. 2.

⁵⁰ Ibidem, p. 12.

⁵¹ Ibidem, p. 13.

segundo é compreendido como transformação do espaço concreto, o específico⁵². Entre as possíveis histórias do urbano estariam a história das atividades que na cidade se realizam: do emprego, das classes, da cooperação, etc. Entre as histórias da cidade existiriam a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade, dentre outras.

Quantas histórias seriam suficientes para se explicar o atual grau de complexidade em que se encontra a configuração territorial de uma metrópole como Fortaleza? Com Milton Santos, aprendemos que “a coerência interna da construção teórica depende do grau de representatividade dos elementos analíticos ante o objeto estudado”,⁵³ por isso no segundo capítulo dessa dissertação vamos contar algumas dessas histórias. Aqui, o que nos interessa é conceituar tal configuração territorial para realizarmos uma leitura mais rigorosa do conceito que irá nos nortear na segunda parte desse trabalho. Milton Santos, mais uma vez, nos proporciona uma noção conceitual sobre a qual podemos partir:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pela obra dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada⁵⁴.

⁵² Santos, M. **Técnica – Espaço – Tempo**. Globalização e meio técnico-científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 68.

⁵³ Santos, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008a, p. 23.

⁵⁴ Ibidem, p. 62.

A partir desse entendimento, vamos assumir como postura metodológica desta pesquisa a “possibilidade de trabalhar com um outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais”⁵⁵. As relações sociais (capitalistas) sobre as quais se desenvolve a configuração territorial de Fortaleza, já conhecemos, resta-nos visitar o específico, ou seja, a configuração territorial da metrópole de Fortaleza em sua evolução recente, as principais histórias e particularidades que resultaram no modelamento dessa configuração.

Considera-se também que as configurações territoriais assumidas pelas cidades têm sempre uma explicação social que as justifica. Isso quer dizer que elas não ocorrem por mero acaso, ao contrário, estão sempre relacionadas com certas funções e atendem a uma dada estrutura à qual estão subordinadas. Dialeticamente, elas também influenciam o comportamento dessa estrutura, num permanente processo que implica em transformação local e global, recíproca e permanentemente. A configuração territorial atual da cidade de Fortaleza será o tema de análise no segundo capítulo, no qual se considerará suas dimensões de expansão e degeneração urbanas.

Os debates sobre as centralidades urbanas, bem como sobre a segregação sócio-espacial podem ser inseridos dentro do debate sobre a configuração territorial, como uma forma de qualificar esse debate. As centralidades são compreendidas aqui como os espaços mais dinâmicos do ponto de vista sócio-econômico, que se expressam, sobretudo, pela valorização desses espaços que concentram comércios, serviços, infra-estrutura, fazendo com que eles sejam objeto de cobiça das classes mais ricas e servindo também como espaços de comando. Segundo Henri Lefebvre, “será difícil para os defensores da

⁵⁵ Santos, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008a, p. 62.

sociedade urbana em formação evitar ambigüidade, abrir uma via da qual não se possa desviar. Tomemos a questão do centro e da centralidade. Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro”⁵⁶.

Segundo Milton Santos, olhando para a evolução das cidades, pode-se observar uma tendência à padronização: “com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas” e “seu tamanho, tipo de atividade, região em que se insere etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas comuns revelam enormes carências”, além disso, “quanto maior a cidade, mais visível se tornam as mazelas”⁵⁷.

Um dos temas mais estudados na cidade e que torna essa questão muito visível é o problema da segregação sócio-espacial. A segregação pode ser percebida de diversas formas. Num evento realizado pela Revista Espaço e Debate em 2004⁵⁸ houve um momento que reuniu vários pesquisadores para debater o conceito de segregação, explicitando-se a diversidade de compreensões sobre o tema.

Nesse evento, Haroldo Torres defendeu que a segregação pode ser “dada pelo grau de separação entre grupos sociais, basicamente a separação residencial entre os grupos sociais /.../ e medir a segregação de acordo com o recorte racial, por exemplo”. Já Suzana Pasternak diz que “a segregação é uma tendência de agrupamento no espaço de grupos sociais homogêneos. A segregação seria também resultado de uma desigualdade socioespacial, expressando-se na organização do território”. Lúcio Kowarick ressalta a importância da “evitação” que há entre pessoas de classes sociais diferentes, segundo ele, “em relação à segregação, considero que atualmente há um elemento essencial que é o processo das pessoas evitarem outras que

⁵⁶ Lefebvre, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Edufmg, 2008, p. 90.

⁵⁷ Santos, M. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008c, p. 105.

⁵⁸ Sposati, Aldaíza; Torres, Haroldo; Pasternak, Suzana; Villça, Flávio. **Espaço e Debate**: revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo. V. 24 n. 45, jan/jul 2004. págs. 87-109.

são vistas como diferente delas. /.../ É o processo de evitação social que cria formas de distanciamento, isolamento, que são extremamente importantes para separar ou segregar um grupo do outro, principalmente os abastados dos pobres”. De acordo com Adaíza Sposati, “a segregação é coercitiva, voluntária e defensiva, neste caso, principalmente para a riqueza. /.../ a análise de territórios urbanos, a partir do conceito de segregação, me parece que chega a uma análise parcial do próprio movimento e da heterogeneidade territorial”. Todas as passagens acima são representativas de determinadas formas de ver a segregação sócio-espacial. Como já explicitamos na primeira parte do capítulo, entendemos que para se apreender o “segredo da segregação”, mais que afirmar que se trata de uma “separação entre a riqueza e a pobreza”, faz-se necessário verificar o que há por trás desse separação, neste caso, o conceito de mais valia nos é muito valioso para tal tarefa. No fundo, o conceito de segregação a ser adotado dependerá muito da intenção do pesquisador, pois, conforme afirmação de Flávio Villaça, “o conceito de segregação varia conforme a finalidade da pesquisa, e esta está, por sua vez, articulada com essas questões de explicação, constatação e medição”.

1.3 A economia política do urbano e da cidade

Antes de tudo, é necessário resgatar um pouco do sentido original da chamada Economia Política, disciplina sob a qual a chamada “economia política da cidade” estaria vinculada.

Segundo Pedro Figueira, o termo economia política aparece, pela primeira vez, como título de uma obra datada de 1615, chamada “Traicté de l'Oeconomie Politique”⁵⁹. O autor identifica os pensadores economistas clássicos como a “vanguarda de um período histórico /.../, novas forças

⁵⁹ Figueira, Pedro de A. **Economistas políticos**. O significado histórico da economia política. São Paulo: Musa Editora, 2001, p. 18.

que surgem precisamente da impossibilidade da civilização medieval continuar a encontrar soluções dentro dos seus quadros institucionais para questões que exigiam uma tomada de posição radical”⁶⁰. Quando a sociedade feudal entra em crise, também entra em crise o modo como os seres humanos produziam sua existência naquele período histórico, assim como as teorias que sustentavam aquele modo de produção, como, por exemplo, a teoria que afirmava que a existência humana advinha de uma “vontade divina”.

O amadurecimento da economia política acontece em contraposição à sociedade feudal. Segundo Figueira, a economia política nasceu para:

/.../ falar a linguagem daqueles setores sociais que se sentem sufocados pela teia de regulamentações que toda sociedade em crise terminal inventa para prolongar seus dias. Em torno desses interesses vão se organizando todos aqueles cuja existência vê ameaçadas pelas antigas instituições. A ciência que nasce é, portanto, filha desse embate.⁶¹

A economia política desenvolve-se a partir da necessidade do “novo homem” (nos termos do autor) de dizer o que ele é, negando o que existiu anteriormente, “Este novo homem sente a necessidade urgente e imperiosa de dizer o que é em contraposição ao homem que não consegue mais reproduzir sua existência”⁶². É assim que nasce a nova ciência, a economia política: como uma tomada de consciência da nova classe que estava surgindo, a classe burguesa, da mesma forma como Marx, Engels e a crítica da economia política acabaram representando uma

⁶⁰ Figueira, Pedro de A. **Economistas políticos**. O significado histórico da economia política. São Paulo: Musa Editora, 2001, p. 11.

⁶¹ Ibidem, p. 13.

⁶² Ibidem, p. 16

parte importante da tomada de consciência da classe trabalhadora.

A economia política nasceu da necessidade de afirmação da classe burguesa e defende o trabalho como princípio primeiro da produção da vida individual e social, “levanta-se a voz de uma classe para o qual todo homem tem uma capacidade em seu próprio corpo, o trabalho, que lhe permite produzir sua própria vida”⁶³. Eis o fundamento da sociedade burguesa. Para a economia política, todas as formas de existência humana provêm do trabalho.

Toda atividade produtiva, inclusive o trabalho, era entendida pela aristocracia como algo contrário à existência e à vida, o que, segundo Figueira, representava uma clara confusão de sua própria existência com a existência geral de todos os indivíduos. Assentada no culto ao trabalho que assume um novo lugar na vida social, o ponto de partida da nova ciência passou a ser as classes sociais. Mais que isso, são as classes nascidas com as novas circunstâncias históricas e a sua oposição às velhas classes que constituem a sociedade feudal:

/.../ somente na medida em que esta oposição vai se classificando e se tornando a questão fundamental desse período histórico é que se levanta o clamor por uma nova ordem nas relações sociais e começa a surgir um novo corpo teórico diverso daquele que predomina até então. É o que conhecemos propriamente por economia política⁶⁴.

Tudo passa a ser calculado em termos de trabalho. Como Locke⁶⁵ define a propriedade? “Em oposição ao que

⁶³ Figueira, Pedro de A. **Economistas políticos**. O significado histórico da economia política. São Paulo: Musa Editora, 2001, p. 16.

⁶⁴ Ibidem, p. 18.

⁶⁵ Jon Locke (Wrington, 29 de agosto de 1632 – Harlow, 28 de outubro de 1704) foi um filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do

dizia a nobreza, que a propriedade era uma dádiva de Deus, ele dirá que todo homem tem a propriedade em seu próprio corpo e que pelo trabalho ele torna o que é comum e propriedade sua”, afirma Figueira⁶⁶. Benjamin Franklin, personagem representativo do Iluminismo, define o comércio como troca de trabalho por trabalho, ou seja, a medida do que se troca é o próprio trabalho.

É desse meio que surge a economia política. Mas, se o trabalho torna-se medida de troca e todos os seres humanos são detentores de força de trabalho, pode-se supor que estão colocadas as condições para uma socialização extraordinária, como jamais havia sido vista anteriormente. O novo nexos social-capital fortalecia-se, mas não sem a resistência decadente das relações sociais (e das classes) que predominavam até então.

“Dá-me o que tens e terás o que precisas”, esse era o lema do capitalismo emergente. O significado único de toda e qualquer proposta. “Não é a boa vontade do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que depende o nosso jantar, mas da vontade do interesse deles”⁶⁷, ou seja, é justamente o interesse particular de cada um que causa a interdependência de todas as pessoas no conjunto. “O egoísmo, diz Adam Smith, as une indissolivelmente e as torna, por isso, elementos necessariamente sociais. Os homens agora são unidos pelo comércio”. Se todos detêm trabalho e neste está a origem da riqueza no capitalismo, então, todos os seres humanos são iguais nesse quesito. A liberdade e a igualdade formais são dois pilares sob os quais se erguem os fundamentos na nova sociedade. Já a velha sociedade era fundamentada na desigualdade e na justificação divina da mesma. Os economistas políticos serão aqueles que irão fazer o combate ideológico

empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social. (Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre. wikipedia.org Acesso em: 25 de fevereiro de 2011.)

⁶⁶ Figueira, Pedro de A. **Economistas políticos**. O significado histórico da economia política. São Paulo: Musa Editora, 2001, p. 18.

⁶⁷ Smith, Adam. **Esboço primitivo de parte de A Riqueza das Nações**, p. 48 e 49. Apud Figueira, Pedro de A. **Economistas políticos**, p. 13 e 21. (vale para todas as passagens do parágrafo, o autor não indica editora e ano da obra de Smith).

necessário à dominação da classe burguesa.

A partir do momento em que a burguesia conquista o poder político na França e na Inglaterra, a luta de classes passa a uma nova fase. O nível de consciência de classes também vai se definindo aos poucos e se expressa de forma desigual nos diversos países. Analisemos a seguinte passagem de Marx:

Quando o modo de produção capitalista atingiu a maturidade na Alemanha, já tinha rumorosamente revelado antes, na França e na Inglaterra, através de lutas históricas, seu caráter antagônico, e o proletariado alemão já possuía uma consciência de classe mais pronunciada que a burguesia alemã. Por isso, quando parecia possível, na Alemanha, uma ciência burguesa da economia política, torna-se impossível⁶⁸.

Com a teoria da divisão do trabalho, um conceito típico da economia política, eles (economistas políticos) tenta demonstrar que o aumento da produtividade leva a um aumento dos salários e a uma diminuição dos preços das mercadorias. Trata-se de um conceito que foi utilizado para explicar uma série de fenômenos sócio-espaciais e econômicos, inclusive no plano internacional - com a teoria da divisão internacional do trabalho utilizada por Adam Smith. Contudo, a nova configuração do capitalismo, sobretudo no que diz respeito às características do período atual, produz uma série que questionamentos que pesam sobre qualquer teoria que se baseie acriticamente na centralidade do trabalho.

Não se trata de afirmar o “fim do trabalho”, mas, ao mesmo tempo, se trata disso. Explico. Se não é possível ainda afirmar o fim do trabalho para uma leitura do tempo presente, no mínimo, é necessário reconhecer que o

⁶⁸ Marx, Karl. Pós-fácil da 2ª edição de **O Capital**. São Paulo: Civilização brasileira, 1968, p. 12.

trabalho contemporâneo, presente e necessário, tende a se tornar cada vez mais reduzido na produção da vida social. Mas isso tudo é o cenário que se aponta para o futuro e cujos elementos são encontrados no presente. O que está colocado como potencial, assim está, obviamente, por ainda não ser. O potencial depende de uma série de pressupostos, podendo inclusive nunca chegar a se manifestar de fato. À ciência não cabe prever o futuro e nem apontar soluções infalíveis e deterministas, mas descobrir, a partir da materialidade, quais são as tendências históricas, sociais e espaciais que poderão se confirmar ou não. Para se trabalhar sobre a materialidade do mundo atual, há de se levar em consideração que a sociedade do trabalho (e do capital), na realidade histórica atual, não foi superada de fato, apesar das características do presente possibilitem falar dessa superação.

Mas, se o sistema capitalista é assentado no “mundo do trabalho”, enquanto esse sistema permanecer hegemônico permanecerá também a centralidade do trabalho e, mais precisamente, da força de trabalho como mercadoria, como objeto de compra e venda.

Realizado esse pequeno preâmbulo sobre o significado histórico da economia política, partimos agora para o debate sobre bases do que alguns autores brasileiros, como o geógrafo Milton Santos, chamam de “economia política da cidade” ou o que o economista Paul Singer chama de “economia política da urbanização”. Analisando o conjunto de sua obra, consideramos que Santos não pode ser classificado simplesmente como um autor de dentro do campo disciplinar da economia política. Contudo, o pensador dedicou algumas de suas obras ao diálogo com os economistas políticos, em especial nas obras “Metrópole corporativa fragmentada”, de 1990; “Por uma economia política da cidade”, de 1994; e “A urbanização brasileira”, de 1993⁶⁹.

Essas obras devem ser situadas no tempo em que

⁶⁹ Datas das de lançamento das primeiras edições das obras.

foram escritas. Nos últimos escritos de sua trajetória - que tem explicitamente o campo metodológico dialético como referência - Milton Santos sugere outros caminhos a trilhar, sobretudo nos seus livros, “A natureza do espaço”, cuja última edição revisada por ele data do ano de 2008 e “Por uma outra globalização”, do ano de 2007, em que o autor sugere a emergência de um período demográfico (ou popular) da história, obras nas quais ele levanta problemáticas que nos ajudam a pensar uma geografia sob uma percepção dialética.

Uma das principais características da cidade capitalista é o caráter privado da propriedade da terra, cuja lógica da valorização parece acompanhar uma lei supostamente sem limites “a terra urbana, dividida em lotes ou não aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência de demanda crescente”⁷⁰. A concentração populacional nas cidades leva a uma maior pressão social por uma utilização racional do espaço, mas, por outro lado:

Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e atenua-se o problema do acesso a terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano⁷¹.

Outra característica da cidade capitalista é o papel desempenhado pela instituição Estado na produção do espaço, seja através dos planejamentos ou na alocação de recursos públicos que, historicamente, são utilizados com finalidade de acumulação privada de capital em detrimento da apropriação social: “o capitalismo monopolista agrava a diferenciação quanto à dotação de recursos, uma vez que

⁷⁰ Santos, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008c, p. 107.

⁷¹ Ibidem, p. 108.

parcelas cada vez maiores de receita pública se dirigem à cidade econômica em detrimento da cidade social”⁷².

Para Paul Singer, “a propriedade do solo, a qual – por isso e só por isso – proporciona renda e, em consequência é assemelhada ao capital”, contudo, “o ‘capital’ imobiliário não entra nesse processo, na medida em que o espaço é apenas uma condição necessária à realização de qualquer atividade, portanto também da produção, mas não constitui em si um meio de produção”⁷³. De fato a socialização da terra, em si, não redundaria na superação das relações capitalistas. Essa era, por exemplo, uma posição defendida por economistas liberais clássicos, como Adam Smith e David Ricardo. Uma socialização da terra urbana poderia levar, por exemplo, a uma diminuição do custo de reprodução da força de trabalho não alterando, contudo, a estrutura do sistema capitalista. Ainda segundo o autor, “normalmente, o salário cobre o custo da reprodução da força-de-trabalho, inclusive o custo de ocupar um seguimento do espaço. No Brasil, há uma tendência crescente de o Estado subsidiar a reprodução da força-de-trabalho através de planos de habitação popular”⁷⁴. Isso ocorre de forma sistemática no Brasil desde a criação do Banco Nacional de Habitação, o famoso BNH, criado pelo governo militar, assim como, é um mecanismo utilizado contemporaneamente pelo governo federal, e o Programa Minha Casa Minha Vida é o exemplo mais recente dessa política. Vale destacar ainda que o mesmo foi criado como forma de fazer frente à crise financeira que emergiu em dezembro de 2007 e também para atender às demandas das grandes empreiteiras, que viram seu capital crescer após a abertura ao mercado financeiro mas que logo após encontraram-se em uma queda vertiginosa com risco de falência de diversas

⁷² Santos, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008c, p. 107.

⁷³ Singer, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: Maricato, Hermínia. **A produção capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa e Ômega, 1982, p. 21.

⁷⁴ Ibidem, p. 28.

empresas. Segundo Gabriel Bolaffi, “a saída mais eficaz para crises conjunturas, digamos, ‘clássicas’, ao contrário do corte das despesas governamentais, é o seu aumento”⁷⁵

Além disso, Bolaffi nos ensina que esse tipo de projeto, além de seu viés econômico, trás também um forte apelo político, uma vez que a sustentação política dos governos depende de sua capacidade de agradar à população menos favorecida, ou seja, depende também de “conseguir formular projetos capazes de conservar o apoio das massas populares, compensando-as psicologicamente pelas pressões a que vinham sendo submetidas pela política de contenção salarial. Para tanto, nada melhor que a política da casa própria”⁷⁶. Avaliando a política habitacional dos militares com o BNH, Bolaffi diz que:

Tudo indica, portanto, que o ‘problema da habitação popular’, formulado há mais de 10 anos e até agora não resolvido e, como veremos mais adiante, consideravelmente agravado, apesar dos fartos recursos que supostamente foram destinados para a solução, não passou de uma artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjuntural⁷⁷.

O autor referia-se ao governo militar, qualquer semelhança com o que vemos hoje não é mera coincidência. Vamos a outra passagem da excelente análise de Bolaffi: “a burla se inicia com a utilização de terrenos inadequados e mal localizados, prossegue na construção de edificações imprestáveis e se conclue com a venda da casa a quem não pode pagá-la”⁷⁸.

⁷⁵ Bolaffi, Gabriel. **Habitação e Urbanismo**: o problema e o falso problema. Comunicação apresentada para o Simpósio de habitação da XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 11 de julho de 1975, p. 9.

⁷⁶ Ibidem, p. 7.

⁷⁷ Ibidem, p. 10.

⁷⁸ Ibidem, p. 18.

Em meio às reflexões sobre a economia política, é necessário compreender que os princípios da já não tão nova assim “ética capitalista”, surgiram em determinado momento histórico, ou seja, eles não existiram sempre, o que faz pressupor que também não existirão para sempre. Indagamos, até onde é possível analisar uma metrópole, assumindo-se somente os pressupostos da economia política? O que se constata na maioria dos casos é que os trabalhos discorrem sobre os processos de afirmação da sociedade capitalista, quando muito, reconhecendo algumas mazelas criadas por este sistema, não como fruto do próprio capitalismo, mas pela ausência de mais capitalismo. Por exemplo, é recorrente o uso de argumentos como os que afirmam que o problema do desemprego ocorre por causa da falta de qualificação profissional ou que o desemprego existe porque alguns trabalhadores que não aceitam vender sua força de trabalho pelo preço que lhes estão oferecendo, ou ainda que a participação do estado na economia é a causa do desequilíbrio econômico. O desenvolvimento capitalista é, portanto, uma ordem que gera desordem.

Para se apreender o movimento da história para além das suas aparências é oportuno tentarmos ir um pouco além da economia política e, nesse movimento, deparmos-nos com os limites do desenvolvimento, quando esse passa a se desfigurar enquanto tal, pois sofre uma transformação qualitativa, porque não é mais desenvolvimento do capital, dado que o próprio capital criou as condições para a sua superação. Igualmente, deixa de ser “desenvolvimento” para dar vez um “lêxico” outro que encontrou seu correspondente material. Segundo Bolaffi, “o empobrecimento e a deterioração das cidades são apresentadas à população como um processo orgânico de envelhecimento natural, ou de crescimento excessivo e não como a consequência direta da Economia Política vigente”⁷⁹. Por isso a economia política do urbano e da

⁷⁹ Bolaffi, Gabriel. **Habitação e Urbanismo**: o problema e o falso problema. Comunicação

cidade não nos bastam, é necessário “ler” o desenvolvimento urbano em seu movimento, é isso que vamos tentar fazer no próximo item.

Karl Marx, ao incorporar a idéia da dialética tomada emprestada de Hegel e ao conduzi-la para o campo da materialidade, é taxativo ao afirmar: “fora da materialidade, tudo é especulação”⁸⁰. A construção de uma visão materialista-dialética de uma metrópole pressupõe analisá-la em seu processo. Portanto, não seria suficiente compreender o tempo presente, tampouco o passado. Haveria ainda de se verificar o real sentido da vida dos eventos, dos objetos, bem como das diferentes qualidades de relação social no desenvolvimento histórico da humanidade, tentando apreender as tendências do vir a ser, intenção sem a qual a ciência perde o seu potencial transformador que defendemos que deva ter.

1.4 Para uma dialética do desenvolvimento urbano - Expansão, Degeração e Transição

O que é, pois, o método absoluto? A abstração do movimento. O que é a abstração do movimento? O movimento em estado abstrato. O que é o movimento em estado abstrato? A fórmula puramente lógica do movimento ou o movimento da razão pura. Em que consiste o movimento da razão pura? É afirmar-se, opor-se, combinar-se, formular-se como tese, antítese e síntese ou melhor, em afirmar-se, negar-se e negar sua negação⁸¹.

apresentada para o Simpósio de habitação da XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 11 de julho de 1975, p.31 e 32.

⁸⁰ Marx, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

⁸¹ Tradução livre do original: “Qué es, pues, este método absoluto? La abstracción del movimiento. Qué es la abstracción del movimiento? El movimiento en estado abstracto. Qué es el movimiento en estado abstracto? La fórmula puramente lógica del movimiento o el movimiento de la razón pura. En que consiste el movimiento de la razón pura? En situarse, oponerse, combinarse, formularse como tesis, antítesis y síntesis o bien en

Na passagem exposta acima, temos, nas palavras de Karl Marx, o movimento dialético de Hegel, que Marx assume, subordinando-o ao mundo material. Para Hegel, o método dialético pressupõe investigar a relação que há entre as três partes que compõem o movimento: a afirmação, a negação e a negação da negação. Devemos assinalar que estão implicados aí o movimento da matéria, as ações e as contradições. Para decompor o movimento dialético do desenvolvimento urbano, sugere-se a compreensão desse desenvolvimento em três dimensões: a primeira dimensão como expansão, a segunda como degeneração e a terceira como transição, no sentido de transcendência ou superação. Todas essas sendo dimensões de um mesmo desenvolvimento urbano. A análise da primeira dimensão, que significa o estudo dos processos de expansão das cidades é recorrente na maioria dos estudos de geografia urbana, assim como de outros campos disciplinares das ciências humanas.

O aumento do interesse sobre a questão urbana fica evidente nos estudos sobre os processos que compõem a dimensão da afirmação urbana. Esses processos intensificam-se no Brasil a partir de 1970, tendo como característica marcante o crescimento acelerado das cidades brasileiras e o processo de metropolização que decorrem desse momento. A segunda dimensão do desenvolvimento urbano, a degeneração, leva em conta que as cidades, ao mesmo tempo em que crescem de forma cada vez mais complexa e acelerada, também se degeneram. Afirmando e negando sua condição, não uma condição qualquer, mas sua condição passada e presente. A terceira dimensão do desenvolvimento urbano, de negação da degeneração ou de tendência a superação urbana, tal qual a conhecemos em sua “empíri-cidade” capitalista, por ser a dimensão mais complexa torna-se mais difícil de ser

afirmarse, negarse, y en negar su negación” Marx, K. **La miséria de la filosofía**. Buenos Aires: Ed. Siglo veintiuno, 1973, p. 88.

apreendida empiricamente e requer um maior grau de esforço e abstração por parte do pesquisador e uma compreensão das outras dimensões. Ela é impossível de ser capturada sem que a investiguemos com lentes que a desnudem das velhas e das novas aparências. O conhecimento científico dialético exige reconhecer e visitar as aparências dos objetos como meio, mas, sobretudo, é necessário trilhar pelos campos cerrados da condição e da essência das coisas.

A separação entre as três dimensões do desenvolvimento urbano é feita com a única finalidade de análise. Faz parte do método de decomposição do fenômeno. Entretanto, elas são indissociáveis e inseparáveis entre si, implicando em sistemas de coexistências espaciais. Elas compõem um movimento único de espacialização humana, cujo resultado histórico estará sempre em aberto. Apesar de indissociáveis, as dimensões do desenvolvimento urbano têm uma trajetória contraditória, na qual é travada uma “luta dialética” que parece abstrata, mas que se desenvolve no cotidiano e na materialidade da produção da vida dos seres humanos e do seu espaço, em diferentes formas de existência social, que repercutem ações qualitativamente diferenciadas que coexistem no espaço.

A dimensão da expansão urbana não pode ser apreendida somente como crescimento, mas como aumento da complexidade da configuração territorial e da fluidez, que converge, como já sugeriu Karl Marx e Friedrich Engels, para a supressão do tempo pelo espaço. Como já dito anteriormente, a maioria dos estudos na área da geografia urbana ocupam-se em analisar os diferentes processos de afirmação do fenômeno urbano, como os processos de crescimento, de criação de centralidades, de metropolização, de verticalização, de conurbação, de industrialização, do comércio, do turismo, etc. Quando muito, estes estudos vêem a expressão degenerativa deste desenvolvimento urbano, através de estudos sobre a segregação sócio-espacial, a favelização, a violência urbana, etc. Como análises separadas dessas dimensões,

estão tratando diretamente da realidade, mas apenas de parte dela. Deve-se investigar ainda a dimensão da transição a outras formas de organização sócio-espacial viabilizadas pela dinâmica social urbana, caso a pretensão do pesquisador seja universalizante.

A degeneração urbana é produzida pela mesma racionalidade e no mesmo tempo e espaço em que se desenvolve a dimensão da expansão, entretantes, é o seu “lado negativo”. A dominação desta dimensão sobre as demais, levada às últimas conseqüências, poderia, em hipótese, produzir até mesmo certo tipo de barbárie contemporânea, cujos embriões já são possíveis de serem verificados em determinados aspectos de certas partes da cidade, como nos cortiços, nas favelas, na degradação ambiental, na poluição, na violência urbana, no extermínio e criminalização da população pobre, no recrudescimento do estado penal, etc. Entre a expansão e a degeneração urbana, há sincronia e coexistência. A análise dessas dimensões, em conjunto, possibilita a percepção de diferenças de grau de expansão e degeneração urbana e da relação entre ambas. A dimensão da transição, contudo, possibilita analisar o “desvio”. A transformação de uma diferenciação meramente de grau, para uma diferença de qualidade⁸² nas relações sociais e na vida dos seres humanos. O desvio poderá nos levar a outro patamar de qualidade e não somente quantidade. Em outras palavras, poderá levar a um novo modelo de desenvolvimento que, pelas próprias características, não poderia ser compreendido senão como um desenvolvimento de outra qualidade, de uma qualidade não capitalista.

Mas, como identificar esses elementos transitórios? O que sugere, na realidade atual, vias de superação das relações sociais que afirmam uma “produção infinita” do espaço urbano capitalista e aponta para outro sistema de produção do espaço? Nesse percurso, se faz necessário

⁸² Ortega y Gasset, José. **Meditação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, 1963.

compreender a natureza das relações sociais capitalistas, assim como cada sistema de reprodução da existência social, o que inclui o estudo das relações entre os seres humanos numa sociedade de classes e as implicações sócio-espaciais deste tipo de sociedade. Inclui também a investigação sobre o papel do desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, a qualificação do debate sobre a produção do espaço para além das aparências do fenómeno da metropolização, ou seja, estudar o presente dessas formas-conteúdo, mas atentando-se à percepção de onde poderá emergir o novo que já está colocado, mesmo que de forma germinal no presente.

Um dos fenómenos mais estudados e que está diretamente relacionado com o debate sobre o desenvolvimento urbano, em sua dimensão afirmativa, é o problema da centralidade ou das mudanças de centralidade. Lefebvre afirma que “será difícil, aos defensores da sociedade urbana em formação, evitar toda ambigüidade, abrir uma via da qual não se possa desviar. Tomemos a questão do centro e da centralidade. Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro”⁸³. De fato, com a concentração de seres humanos e meios de produção no espaço, surge uma verdadeira hierarquia de lugares por meio das quais podemos observar as cidades num processo permanente de superação de centralidades em decadência e de criação de novas centralidades.

Os espaços de segregação sócio-espacial, expressão visível da degeneração urbana, são entendidos aqui como a antítese do debate sobre a centralidade urbana e a isso nos deteremos no segundo capítulo para o caso da metrópole de Fortaleza. Engels, em sua análise sobre a questão da habitação, diz que “as modernas ciências naturais provaram que os chamados 'bairros feios' onde amontoam-se os trabalhadores, são o centro de toda as epidemias que periodicamente experimentam as nossas cidades”⁸⁴. Nessa

⁸³ Lefebvre, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 90.

⁸⁴ Engels, F. **A questão da habitação**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1987, p. 35.

passagem e tendo em vista o enorme número de mazelas sociais que se concentram nesses lugares, é como se o urbano existisse uma centralidade da virtude, do moderno e da riqueza material e, paralelamente, uma centralidade da carência e da não-virtude, um avesso da centralidade ou uma centralidade às avessas, vulgarmente denominada de periferia. Se a perspectiva é analisar o desenvolvimento urbano a partir da tentativa de construção de uma análise dialética, há que se perceber que o debate sobre novas centralidades e sobre a segregação sócio-espacial deve ser feito, necessariamente, em conjunto. Em outras palavras, a supressão qualitativa do desenvolvimento urbano pressupõe a supressão das centralidades urbanas e, como nos lembra Engels, da superação mesmo da contradição entre o campo e a cidade, que segundo ele só será possível nas condições da sociedade comunista⁸⁵.

Antes de ir além, para não se correr o risco de cair em ambigüidades ou determinismos, é necessário distinguir a dimensão da transição urbana em duas. De um lado, temos a superação positiva, significando que os elementos de uma nova e superior organização sócio-espacial encontrar-se-iam com uma base social e material capaz de lhes proporcionar as condições para a transcendência do sistema capitalista e sua espacialidade. Nesse primeiro caso, as relações entre os seres humanos responsáveis por produzir a sociedade de classes, assim como o seu respectivo Estado, mercado, família mononuclear e demais instituições burguesas, cederiam lugar a outras relações sociais irredutíveis à racionalidade do capital. Entrementes, o desenvolvimento urbano poderá levar a outro tipo de superação, que teria lugar num mundo no qual as relações de produção capitalistas desenvolveram-se e se perpetuaram a ponto de transcender a própria vida social gerada pelas relações de capital, quebrando seus laços e retrocedendo à formas pré-capitalistas de produção da vida.

⁸⁵ Engels, F. **A questão da habitação**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1987, p. 6.

Nesse cenário, os elementos da degeneração prevaleceriam sobre as demais dimensões do desenvolvimento urbano e o seu progresso levaria a uma espécie de barbárie contemporânea. Em uma passagem de sua meditação sobre a técnica, Ortega y Gasset debate o caminho contraditório produzido pelo próprio desenvolvimento do capital e que, levado ao extremo, poderá alcançar essa segunda hipótese que aqui resolvemos chamar de “superação negativa”: “o progressismo, ao acreditar que já se havia chegado a um nível histórico em que não cabia substantivo retrocesso, senão quê mecanicamente se avançaria até o infinito, afrouxou as cavilhas da cautela humana e deu lugar a que irrompa de novo a barbárie no mundo”⁸⁶.

O problema teórico que se impõe à proposição de investigação até aqui exposta, é situar as descontinuidades em relação às continuidades históricas, bem como o seu inverso.

A dimensão da superação, produto da contradição existente entre a expansão e a degeneração urbana, está colocada como possibilidade. Ela pode ser estudada por meio da análise de “como cada lugar, região, nação e mundo são escalas do processo da produção da vida social e a destruição da produção da vida individual”⁸⁷. Ou seja, através da análise de como os seres humanos produzem sua vida em sociedade, superando a produção individual e individualista. A superação do fenômeno urbano faz o mesmo caminho da superação do modo de produção capitalista, visto que o meio urbano pode ser considerado o meio mais desenvolvido que até hoje a relação social do capital já foi capaz de criar. Ele amadurece, sobretudo, na quebra das individualidades e por intermédio da

⁸⁶ Ortega y Gasset. **Meditação sobre a técnica**. Rio de Janeiro: Livro ibero-americano, 1963, p. 20.

⁸⁷ Aued, I. Marxismo e geografia. In: **O ensino da geografia no novo milênio**. Chapecó: Editora Argos, 2002, p.35.

constituição das condições para a emergência de um ser de novo tipo, o ser coletivo universal: o ser social, cuja singularidade é a própria universalidade.

Os elementos da superação urbana estarão mais evoluídos à medida que progrida a constituição desse ser social, do trabalho social e da base material socializada, necessários à produção do “novo ser”. O lugar no qual as condições de surgimento desse novo ser encontram-se mais definidas é na grande metrópole capitalista. Contudo, a descontinuidade do modo de produção capitalista – a transformação qualitativa - na unidade histórica, somente será viabilizada quando a apropriação da riqueza produzida socialmente for também apropriada de forma social. Ou seja, levando-se em consideração que a base material de reprodução da vida humana já é socializada, pode-se falar da emergência de um período em que a apropriação social estaria colocada como necessidade e, portanto, como realidade histórica.

Quando pensamos que estamos vivendo um momento no qual a dimensão da afirmação urbana é dominante e os elementos da degeneração ainda não se generalizaram e nem inviabilizaram por completo essa forma específica de reprodução da vida humana, momento no qual as forças que atuam na negação da degeneração urbana ainda não se encontram em condições de assumir seu protagonismo nessa epopéia histórica, enfim, no qual a constituição do ser social ainda não está suficientemente desenvolvida, colocamo-nos cientes da magnitude do desafio com o qual estamos lidando. Basta observar o “estatura epistemológica” de estudos dessa natureza no campo disciplinar geográfico para chegarmos à conclusão de que o desafio é demasiado ousado. Mas é exatamente por isso que acreditamos que vale a pena. Afinal de contas, como falar em processos, eventos, fenômenos sócio-espaciais a partir de uma base epistemológica ainda pouco desenvolvida? Como defender a existência de uma “instância paralela” irredutível à racionalidade capitalista, mas que ainda não é, uma vez que está como devir?

Nesta dissertação, buscaremos atualizar a

compreensão do significado da atual configuração territorial da metrópole de Fortaleza nas dimensões da expansão e da degeneração urbana aqui expostas. Debateremos essa realidade contrapondo duas noções conceituais importantes no campo disciplinar do urbanismo e da geografia respectiva e concomitantemente, quais sejam as noções de centralidade urbana e de segregação sócio-espacial. Por último, voltaremos nossa atenção ao debate sobre a transição urbana nos termos do que estamos chamando de “superação positiva” e que será analisada por meio do estudo do significado dos Movimentos Sociais Populares em sua materialização na experiência do Movimento dos Conselhos Populares – o MCP. Veremos como os indivíduos que se organizam nesse movimento, não tendo como produzir sua existência nos moldes tradicionais das relações sociais burguesas – como compra e venda da força de trabalho -, buscam superar sua atual condição (de desempregados, sem-teto, etc) de forma coletiva, por meio da sua cooperação direta, seja para reivindicações materiais imediatas, seja para a produção em empreendimentos coletivos. Dessa forma, eles podem estar criando relações de conteúdo radicalmente novo. Da mesma forma, vamos demonstrar como, ao se organizarem coletivamente, tais movimentos populares acabam provocando uma intervenção real sobre a produção do espaço e sobre a configuração territorial de Fortaleza.

CAPÍTULO 2

2 A EXPERIÊNCIA DO TEMPO E DO ESPAÇO EM FORTALEZA: ELEMENTOS PARA UMA NOÇÃO DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA METRÓPOLE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

O que faz com que uma metrópole tenha esta ou aquela configuração territorial? Por meio de quais categorias podemos analisar o desenvolvimento de uma cidade de forma a apreender os fatores de sua expansão, que são, ao mesmo tempo, os fatores de sua degeneração? O que há de tão virtuoso (e atrativo) nas cidades que subordina por completo a vida no campo? Essas são algumas questões às quais voltaremos nossa atenção neste capítulo, sempre procurando indicar caminhos, ou sugestões de caminhos para a compreensão dos movimentos de socialização e espacialização da existência humana. Nosso objetivo neste segundo capítulo é fazer isso a partir do estudo da experiência do tempo e do espaço na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, desde a década de 1980 a 2010.

No que diz respeito às metrópoles, é necessário insistir no seu entendimento dentro do contexto em que estão inseridas. Em outras palavras, para se estudar uma região tão complexa como a de Fortaleza, impõem-se identificar como e porque as cidades são o que são, de forma que sempre produzem singularidades. Compreender o presente é um pressuposto para caminhar no sentido de se produzir novas descobertas sobre as tendências dessas complexas estruturas sócio-espaciais que são as metrópoles capitalistas contemporâneas. A chamada “economia política da cidade”, sobre a qual pode ser classificada a maior parte dos estudos sobre a cidade e o urbano, agrega um campo fértil de dados e conceitos de análise a despeito de suas conhecidas limitações, ao restringir-se quase exclusivamente às aparências, às formas e aos conteúdos do visível.

As relações de capital como universalidade no

presente, assim o é, exatamente por ser as relações de capital a forma dominante por meio da qual os seres humanos produzem a sua existência em social. Ela é, portanto, indutora de configurações territoriais específicas, de acordo com as condições que encontra para se “instalar” e se desenvolver em cada território. Portanto, todo território contemporâneo deve ser qualificado como território capitalista, esse, por sua vez, terá sua importância sempre relativamente aos demais territórios. Além disso, a racionalidade capitalista implica numa progressiva supressão da produção individual da vida, assim como numa crescente interdependência social entre todos os seres humanos e igualmente entre os mais diversos e distantes lugares. Isso é especialmente perceptível no meio urbano que se materializa nas grandes metrópoles.

O Estado do Ceará tem atualmente 8.448.055 habitantes segundo dados do IBGE de 2010. De acordo com o mesmo instituto, na cidade de Fortaleza foram contados 2.447.409 habitantes no mesmo ano. A participação da população de Fortaleza em relação à população da unidade federativa corresponde a 19,4%, em 1970 e, atualmente, é de 28,97% segundo dados do censo de 2010,⁸⁸ isso sem contarmos os demais municípios que juntos com Fortaleza formam a Região Metropolitana. No que diz respeito ao peso da cidade de Fortaleza no contexto da Região Metropolitana, a professora Cleide Bernal nos informa que “a cidade de Fortaleza, núcleo da RMF, capital e quinta maior concentração urbana do país, vem mantendo a posição de liderança deste conjunto metropolitano, com 73% da população da área em 1991 e 71% em 2000”⁸⁹. Tal concentração de habitantes em Fortaleza e no seu entorno, configura o que a professora caracterizou como macrocefalia da Região Metropolitana em relação ao interior do Estado.

⁸⁸ Fonte: www.ibge.gov.br Acesso em 22 de dezembro de 2010.

⁸⁹ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 87.

Comparativamente a outras regiões do país e do mundo, a “modernidade cearense” que remonta a meados do século XX⁹⁰, significou uma ascensão do setor industrial e somente atinge sua maturidade a partir de 1987, com a criação de milhares de novos postos de trabalho neste setor, momento que é coroado com o início do que ficou conhecido como “Governo das Mudanças”, ou seja, com o primeiro governo de Tasso Jereissate e do Partido da Social Democracia Brasileira. O poder econômico dos “jovens empresários” que se organizavam em torno do Centro Industrial do Ceará, o CIC, naquele momento foi suficientemente forte a ponto viabilizar a chegada desse segmento da classe burguesa, em franca ascensão, ao comando do poder político no Estado do Ceará, a partir do final da década de 1980, essa hegemonia estendeu-se por toda a década de 1990 e início do século XXI.

Na década de 1980 o Estado cearense saiu do controle político dos chamados coronéis, que historicamente estavam vinculados ao meio rural, aos grandes proprietários de terra e às ditaduras militares e passou para o controle político desse grupo de empresários cujo centro de identificação era vinculado à capital cearense.

De acordo com Alexandra Oliveira, durante a década de 1990:

O território cearense passou a ser
reconstruído de acordo com a
orientação política e a linguagem
idealizada segundo padrões

⁹⁰ “/.../ a década de 1950 foi o marco da ‘modernização’ do Estado [do Ceará] com a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952, que teria tido importante papel na formação de novas elites para a região, cedendo técnicos especializados em planejamento e pesquisa para ocuparem altos cargos na administração estadual”. Gondin, Linda. O governo das mudanças (1987-1994). In: Souza, S. (Org) **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. Apud, Bernal, Cleide. **A metrópole emergente – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004 p. 55.

internacionais. A estratégia inicial desse processo foi o ataque aos 'coronéis' tidos como responsáveis pelo atraso social do Estado; diante desse atraso, caberia ao 'governo das mudanças' acabar com a pobreza, a miséria e a fome; estimular a renovação política através de novas lideranças; administrar o Estado com base no técnico-científico, eliminando o velho favoritismo e impondo uma ética empresarial para gerir o público e reconstruir a economia, fortalecendo o capital, especialmente na indústria e no turismo⁹¹

Contudo, a partir do início do século XXI, observa-se um enfraquecimento do emprego industrial. Em 2001, por exemplo, a importância do setor industrial na economia decresce 3,91%. De acordo com Bernal, “esta inversão de tendência do PIB industrial pode estar sinalizando para um esgotamento do modelo de política industrial instalada no Ceará nos anos da era Tasso”⁹². Ao que se indica, esse recuo do peso do setor industrial na economia cearense é uma das principais causas do fenômeno da redução do poder político deste grupo no estado. A derrota eleitoral de Tasso Jereissate ao Senado Federal nas eleições de 2010 pode ser sugerida como o evento que vai fechar oficialmente um importante ciclo político do Estado, conhecido como “mudancismo”. Apesar dos atuais governantes terem nascido no berço desse mesmo mudancismo (família Ferreira Gomes – Ciro, Cid e Ivo), a especificidade deste grupo político - que faz com que não possa ser classificados dentro do “tassismo original”, é o fato de, após passarem por uma série de

⁹¹ Oliveira, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 137. (Tese de Doutorado).

⁹² Ibidem, p. 71.

legendas (PDS, ARENA, PMDB, PSDB, PPS), este grupo familiar de políticos profissionais terem migrado para um partido de esquerda⁹³ - o Partido Socialista Brasileiro, e de serem apoiados pela esquerda tradicional do Estado, como o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil, por exemplo, evento inaceitável em tempos de tassismo original. Apesar de derrotado e de afirmar fazer oposição à atual gestão pública estadual, inclusive na Assembléia Legislativa, o partido de Tasso Jereissate mantém cargos no secretariado do governo Cid Gomes. O mesmo ocorre com o Partido Democrático Brasileiro, o PDT. O fato é que a sucessão de governadores, desde que se encerrou o período dos coronéis e teve início o governo das mudanças, até hoje, o que compreende os governos Tasso-Ciro-Tasso-Tasso-Lúcio-Cid-Cid, pode ser caracterizado como um período de poucas mudanças do ponto de vista da alternância de poder, já que o que caracterizava antes era a submissão política da família Ferreira Gomes ao empresário Tasso Jereissate, sendo que atualmente, o empresário (que anunciou 'aposentadoria' da política depois de derrota eleitoral), bem como seu partido, o PSDB, encontra-se dependentes, ao menos do ponto de vista político, dos primeiros. Entrementes permanecem juntos na defesa dos interesses dos seguimentos sociais que representam.

Após essa breve e limitada retrospectiva da política cearense recente, centraremos nossa atenção em outras variáveis que também consideramos igualmente importantes na produção do espaço urbano de Fortaleza, com destaque para: (1) o comportamento do mercado de trabalho, (2) o mercado imobiliário, (3) o setor da construção civil, (4) as políticas públicas de habitação, (5)

⁹³ O termo “esquerda” é utilizado aqui num sentido amplo, uma vez que já não se pode considerar certos partidos políticos que outrora foram combativos, como sendo genuinamente de esquerda, dado o grau de burocratismo e fisiologismo e o seu descolamento das lutas dos movimentos sociais. Com a chegada ao “poder” de tais partidos, dentre os quais pode-se incluir o PT, PCdoB, dentre outros, os mesmos perderam sua independência política e sentido de classe, características fundamentais para que um partido seja considerado de esquerda.

a favelização, (6) o processo de metropolização e (7) a segregação sócio-espacial. Como resultado deste trabalho de simples revisão bibliográfica, nos debruçaremos no debate sobre as mudanças de centralidade urbana em Fortaleza, confrontadas com o debate sobre as segregações sócio-espaciais segundo os autores analisados. A ênfase dada será para o período de investigação que abrange os anos que vão desde 1980 à 2010. Contudo, referências históricas e outras informações que abranjam anos que precedem o corte temporal proposto serão incluídas sempre que for considerado necessário.

Em se observando o desenvolvimento histórico das instituições sociais, conclui-se que as próprias mudanças sofridas por essas instituições também acabam por interferir na configuração territorial das cidades. Ou seja, alterações nas condições de reprodução ampliada repercutem nas formas que as habitações (e as cidades) assumem. A longo prazo, transformações nas instituições como a família, por exemplo, também interferem nestas formas. Como exemplo disso, citamos a seguinte passagem da tese da professora Ana Araújo: “em meio século de urbanização, as famílias reduziram de tamanho e estrutura. No início do século XXI, a família cearense tem em média quatro pessoas, com atraso de quase trinta anos considerando o sul do país, distanciando-se do padrão cearense dos anos setenta, com seis pessoas”.⁹⁴ Ainda segundo a autora, “emancipação feminina altera a estrutura demográfica. Contudo as condições de trabalho e de moradia são os motivos alegados pela população para a redução do número de filhos”⁹⁵ e “muitas casas são ampliadas tanto horizontalmente como verticalmente, para atender a funções comerciais ou para permitir maior conforto à família ou ainda para complementar a renda familiar com o aluguel /.../ uma casa se transforma em três, para alojar as famílias dos dois filhos casados dos

⁹⁴ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, MetrÓpole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010, p. 108.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 108.

proprietários”.⁹⁶ Nessas passagens, uma pequena amostra de como os sistemas de objetos podem ser requalificados e assumirem funções alheias àquelas para quais foram criadas. Com isso, estamos chamando a atenção para o fato de que, embora seja muito difícil apreender mudanças nas instâncias da sociedade, ou seja, na vida das instituições sociais (Igreja, Estado, Justiça, Família, Escola, dentre outras), é importante constar que as transformações quantitativas e qualitativas que ocorrem no interior dessa mesma sociedade acompanham o movimento geral de vir a ser sócio-espacial.

O principal objetivo deste segundo capítulo é realizar um esforço no sentido de proporcionar uma noção sobre o contexto social que se desenvolve na metrópole de Fortaleza. É com esta intenção que debateremos a configuração territorial da cidade, dialogando com estudos realizados por autores das ciências humanas, especialmente, com as disciplinas das chamadas ciências sociais. Deteremos-nos no diálogo sobre algumas variáveis que consideramos fundamentais para a compreensão da atual configuração territorial da metrópole para dessa forma, montar o cenário em que se desenvolve o nosso objeto de investigação - o espaço de transição na cidade de Fortaleza. No que tange à empiria, analisaremos a experiência do Movimento dos Conselhos Populares, o MCP, que será objeto de nossas atenções no próximo capítulo.

Este segundo capítulo é estruturado em sub-itens com o intuito de facilitar a organização das informações. Entretanto, a disposição do capítulo em sub-itens nos quais vamos trabalhar cada variável ou categoria de análise, dar-se-á unicamente com a finalidade de “montar” parte deste complexo mosaico social que é a configuração territorial de Fortaleza.

De acordo com Milton Santos, o espaço pode ser

⁹⁶ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrópole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010, p. 187.

compreendido em cinco elementos: os homens, as formas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas⁹⁷. Tais elementos mantêm entre si características como interação, redutibilidade e intercambialidade. Tendo isso em vista, Santos afirma que “as funções das firmas e das instituições de alguma forma se entrelaçam e se confundem, na medida em que as formas, direta ou indiretamente, também produzem normas, e as instituições são, como o Estado, produtora de bens e serviços” e “dessa maneira, a noção de espaço como uma totalidade se impõe de maneira mais evidente, porque mais presente; e, pelo fato de resultar mais intrincada, torna-se mais exigente de análise”.⁹⁸ Isso ocorre porque a característica de interação supõe interdependência funcional entre os elementos, fazendo com que cada ação não seja um dado independente, mas um resultado do processo social. Conforme debatemos no primeiro capítulo, analisaremos Fortaleza por intermédio do estudo das interações entre os elementos do espaço mais representativos e com o auxílio de conceitos e categorias de análise originários do urbanismo, como o debate sobre centralidades urbanas, por exemplo, da geografia urbana, com o conceito de segregação sócio-espacial e da economia política da cidade.

O espaço, como um conjunto indissociável e solidário de sistema de objetos e sistemas de ações, conforme já apresentado anteriormente, não pode ser subdividido senão com a finalidade de análise. Portanto, as características internas da região que conforma a metrópole de Fortaleza, não podem ser explicadas fora da relação com o contexto. Há vários fatores que fazem com que a metrópole de Fortaleza tenha um poder de atração que a tornou uma das cinco maiores metrópoles brasileiras. Listamos a seguir alguns desses fatores para em seguida entrar nos sub-itens supracitados.

⁹⁷ Santos, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008b, p. 16.

⁹⁸ Ibidem, p. 17-18.

Historicamente a migração é um forte motor que impulsionou a explosão demográfica observada em Fortaleza. Raimundo Girão atribui ao cronista colonial Ferdinand Denis o entendimento de que bem se poderia considerar a história do Ceará como a história de suas secas. Segundo o autor, “somente no século atual, foram as de 1915, 1919, 1932, 1942, 1952, 1958, 1970 e as seguintes de 1979, 1980, 1981”.⁹⁹ Aliado a isso estavam as “secas periódicas que assolavam o interior e, principalmente, a abertura de estradas e a construção de rodovias ligando a capital aos municípios do interior e de outros estados teriam contribuído para Fortaleza se transformar em atração para a população migrante”.¹⁰⁰

Segundo Alexandra Oliveira, “No final da década de 1970 e início dos anos 1980, instalou-se uma crise estrutural no campo cearense, em parte devido ao processo de ruptura das relações de trabalho que fragilizou a produção camponesa e, em parte, porque o esforço de modernização do Estado mediante incentivos fiscais da SUDENE não consolidou uma grande produção agrícola”¹⁰¹. A estrutura fundiária do Estado do Ceará ajuda a explicar o porquê dessa situação da migração no Estado: “os imóveis com menos de 1 módulo fiscal, apesar de representar 72% do número total de imóveis (mais de 93 mil), ficarem apenas com 20% da área total ocupada, ou seja, 1,6 hectares (1.652.695,5 hectares)”¹⁰². Se, por um lado, a grande maioria dos imóveis abrange somente um quinto do total de terras, “os latifúndios, que, embora representem pouco mais de 1% dos imóveis, ou seja, 764 imóveis rurais, ocupam exatamente 10% da superfície

⁹⁹ Girão, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, p. 243.

¹⁰⁰ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 152.

¹⁰¹ Oliveira, Alexandra M. de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 135. (Tese de Doutorado)

¹⁰² Idibem, com dados do IPLANCE, 2002.

agrícola do estado, ou seja, mais de 850 mil hectares”¹⁰³. A situação das famílias camponesas que não conseguiam mais reproduzir-se no campo e migravam para as cidades, especialmente no Nordeste em decorrência das secas, foi um dos fatores essenciais para que fossem criadas políticas e mesmo órgãos governamentais voltadas especificamente para essa região, como é o caso da Sudene e do Dnocs. A concentração fundiária é também uma das variáveis da equação que explica a expansão urbana no Estado do Ceará.

O fato de Fortaleza ser também o centro administrativo do Estado do Ceará favoreceu a oferta de emprego público direcionando ainda mais a migração para a capital. Segundo Ana Costa “A condição de capital de Estado lhe confere um forte atrativo no interior, visto que a administração pública é responsável pelo direcionamento de fluxos migratórios para a capital, principalmente depois de 1964, quando houve uma concentração de poderes e recursos nos governo federal e estadual”.¹⁰⁴ Soma-se a isso “A ausência de políticas públicas, principalmente voltadas para o meio rural, ao lado de obras de infra-estrutura realizadas na região metropolitana, que atraem a população em busca de emprego e outras oportunidades, precipitando o crescimento caótico e desordenado da cidade”.¹⁰⁵ Naquela época havia também a repressão por parte do governo militar ao movimento pela democratização das terras do campo que contava com forte apoio de setores da Igreja Católica. Contudo, apesar de ter exercido forte influência junto aos trabalhadores rurais conforme é possível se perceber até hoje com Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), tais

¹⁰³ Oliveira, Alexandra M. de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 141.

¹⁰⁴ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1988, p. 15.

¹⁰⁵ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 102.

movimentos não lograram viabilizar a reforma agrária no país, tampouco no Ceará.

No lugar da reforma agrária, conforme assinala Alexandra Oliveira, “a política de modernização da agricultura foi implementada com base em pacotes tecnológicos importados sem nenhuma preocupação com a sociedade e a natureza, com pouca interferência na estrutura fundiária e muitos impactos negativos sociais e ambientais”. Juntamente a isso estavam “a seca de 1979 e 1983 e o aparecimento da praga do bicudo, em 1986, agravaram a crise no campo cearense” expulsando milhares desses trabalhadores para a região de Fortaleza.¹⁰⁶

Para as pessoas, as metrópoles oferecem um potencial de possibilidades atuais e futuras incomparavelmente maiores do que as cidades pequenas e médias, sobretudo pelas oportunidades de assalariamento e biassalariamento (possibilidade de obtenção de dois salários em dupla jornada), de escolarização, de ascensão social, dentre outras vantagens. O espaço urbano é também um objeto de grande demanda tendo em vista ser este um local privilegiado de acumulação de capital e de reprodução da força de trabalho. Esses fatores fazem com que o Ceará apresente uma configuração espacial altamente concentrada do ponto de vista populacional e do ponto de vista da disposição de infra-estrutura nos vários lugares. Para se ter uma noção da extrema concentração populacional no Estado do Ceará, a sua capital, Fortaleza, por exemplo, tem uma população dez vezes maior do que a segunda cidade mais populosa do Estado, Caucaia, que fica localizada no oeste da Região Metropolitana.

2.1 Mercado de Trabalho em Fortaleza

O comportamento dos setores que compõem o mercado de trabalho de Fortaleza é um indicador

¹⁰⁶ Oliveira, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 136 (Tese de Doutorado) Vale para as dias passagens do parágrafo.

fundamental para o estudo da configuração territorial. A prevalência de setores específicos em determinados períodos temporais ajuda-nos na busca por uma noção da forma e, sobretudo, das funções que cada lugar da cidade assume em momentos determinados. Como vimos, o comportamento dessa variável pode ser entendido também como um indicador da emergência de novos grupos políticos, como o período iniciado com o primeiro governo de Tasso Jereissate e que ficou conhecido como “governo das mudanças”. Na década de 1980 temos um setor industrial em franca ascendência localizado em Fortaleza e nos municípios vizinhos. Também nesse período o Estado do Ceará passa a ser forte indutor e uma espécie de laboratório de políticas de viés neoliberal tanto na cidade quanto no campo, emanados por instituições multilaterais. A seguinte passagem é elucidativa para demonstrar aquele momento de Fortaleza em sua condição de “metrópole periférica”:

/.../ as estratégias defensivas [da economia] foram as mais diversas, desde as decisões do poder local, de atração de capitais privados via guerra fiscal até a estratégia defensiva das empresas de fragmentarem as suas cadeias produtivas e buscarem localizações privilegiadas para a redução dos custos de produção e aumento da competitividade. É neste contexto que deve ser entendida a emergência de Fortaleza como metrópole periférica.¹⁰⁷

O mercado de trabalho em Fortaleza passou por diversas transformações no decorrer da segunda metade do século XX e a chegada ao poder político desse grupo de empresários industriais ajudou a acelerar esse processo.

¹⁰⁷ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 25.

As políticas governamentais passam a ser direcionadas para a atração de empresas de fora do território, dentre essas políticas podemos destacar: os incentivos fiscais, a cessão de terrenos públicos para instalação de plantas industriais, a qualificação da mão de obra voltada para as demandas industriais, a oferta de infra-estrutura e energia elétrica abaixo do valor de mercado, entre outras formas de incentivo, além, é claro, da abundante oferta de mão de obra barata que foi fruto em larga medida das migrações para a Região Metropolitana em busca por melhores condições de produção da vida, sobretudo, no trabalho industrial. A política governamental era voltada para a industrialização com a justificativa de combate à pobreza.

Tal comportamento do Governo do Estado do Ceará nos ajuda a explicar como, no decorrer da década de 1990, o estado viu seu parque industrial manter-se e mesmo ampliar-se, na contra mão da tendência que vinha ocorrendo com os outros Estados. Segundo Bernal, “a reestruturação industrial que vem se realizando no Brasil desde meados dos anos 1980 marca a desestruturação de velhas áreas industriais fordistas em São Paulo e estados do Sul”. A autora completa com a seguinte passagem, “/.../ a busca de competitividade destas firmas a partir da abertura comercial dos anos 1990, pode explicar parte dessa mobilidade de capitais e de plantas industriais que vão se concretizar com a prática de guerra fiscal e de outros mecanismos de atração de capitais promovidos pelos governos estaduais”¹⁰⁸. Ocorria no país um processo de desconcentração industrial, “como decorrência da estratégia deliberada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da prolongada crise econômica que teria afetado significativamente as regiões com maior desenvolvimento industrial”¹⁰⁹.

Ainda segundo Bernal, no caso dos Estados do Nordeste, nos anos 1990, as consequências da

¹⁰⁸ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 38.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 41.

'privatização do Estado' foram drásticas, tendo em vista o desaparecimento do planejamento regional e das políticas compensatórias, ficando um vazio que vai ser preenchido pela guerra fiscal, e outras táticas de atração de capital privado. Os efeitos dessa guerra para o Estado do Ceará são expressos pela autora da seguinte forma:

Neste período mais recente alguns estados do Nordeste entram em depressão, enquanto outros se favorecem com as estratégias citadas, destacando-se, neste último caso, o Ceará, a Paraíba e a Bahia, que, embora se apresentem com elevadas taxas de crescimento econômico, sofrem com a ausência de políticas para o campo, tendo em vista o êxodo rural-urbano proporcionando impactos sobre o mercado de trabalho e sobre o aumento das favelas nas capitais¹¹⁰

Apesar da descentralização industrial ocorrida no Brasil, ainda predomina no Nordeste brasileiro a indústria de bens de consumo não-duráveis e de produção em massa, também conhecida como fordista. Essa característica vai ser observada principalmente na produção industrial dos setores calçadista, vestuário e alimentício, que se localizam predominantemente na Região Metropolitana de Fortaleza. Ainda segundo a autora, das 98 empresas implantadas até 1997 (no Ceará), cerca de 73 localizavam-se na RMF, representando um investimento de R\$ 1.004,4 milhões e a geração de 20,4 mil empregos.

Além do exposto acima:

a média de crescimento do Ceará no período de 1970 a 2001 foi de 6,7%, enquanto a do Nordeste foi de 4,76%. O

¹¹⁰ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 42.

setor que mais contribuiu com o crescimento do estado foi a indústria, que manteve taxas de crescimento elevadas até 1985, a partir daí há uma tendência de queda do PIB industrial até chegar a uma taxa negativa de 3,91% em 2001¹¹¹

Essa tendência de redução do emprego na indústria é acompanhada de um aumento da informalidade no mercado de trabalho, entretanto, já na segunda metade dos anos 1970 constatou-se a ampliação do número de subempregados e a expansão do setor informal. Apesar dessa tendência “no final dos anos 1990, Fortaleza se coloca entre as cinco principais metrópoles, cuja indústria emprega mais de 20% da população ocupada”, além disso, foi a “única região metropolitana a registrar aumento na oferta de emprego industrial no período de 1986 a 1996, com a criação de 4.279 novos postos de trabalho”.¹¹²

Em 1981, o emprego industrial era superior a 20% nas nove maiores metrópoles brasileiras. Ao final dos anos 1990 o emprego industrial só ultrapassava a média do conjunto (22,8%) em cinco metrópoles: Belo Horizonte (26,8%), São Paulo (25,7%), Porto Alegre (27,4%), Curitiba (26,7) e Fortaleza (23,9%)¹¹³. Note-se que a única metrópole da região nordeste a ter um nível de emprego industrial acima da média nacional era a Região Metropolitana de Fortaleza.

Ainda segundo Bernal, “o proletariado da indústria, que se mantém relativamente estável a partir de 1988, passando de 23,7% para 23,4% e 22,3%, respectivamente, nos anos de 1988, 1995, 1999, o que reflete o esforço do Ceará através da guerra fiscal”, a autora complementa dizendo que “esta tendência é contrária ao da maioria das

¹¹¹ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 65.

¹¹² Ibidem, p. 70.

¹¹³ Ibidem, p. 127.

metrópoles brasileiras que passaram por um processo de desindustrialização a partir dos anos 1980”. Isso, apesar da abertura comercial ocorrida no Brasil durante a década de 1990, em que muitas indústrias não resistiram frente à concorrência externa e as importações sendo levadas a falência. Entretanto, mais uma vez cabe indagar sobre a qualidade desses empregos e sobre o ônus assumido pelo Estado para atrair tais empresas, que encontraram no Ceará incentivos vultosos tanto no que diz respeito a áreas para instalar as indústrias - que muitas vezes eram doações do Estado - como em relação à oferta de insumos a exemplo da energia elétrica, além da grande oferta de força de trabalho a baixo custo presente na metrópole.

Por intermédio de pesquisa empírica realizada com um grupo de famílias da região de Fortaleza entre 1979 a 1983, período que ela caracteriza como de crise provocada pelo fim do “milagre econômico”, a economista Liana Casimiro identifica algumas tendências importantes do comportamento do mercado de trabalho, como por exemplo, o aumento da População Economicamente Ativa, a PEA, “que cresce 18,1%, sendo que o número de ocupados cresce 9,1% e o de desempregados 176,3%, no período”, indicando uma pauperização dos trabalhadores naquele período. A taxa de desemprego passa de 5,4%, em 1979, para 12,6% em 1983. Em 1984, o SINE-IDT identificava um desemprego aberto de 15,82%¹¹⁴. Desse grupo, “a participação das mulheres se amplia no grupo dos desempregados. Em 1979, 34,2% são mulheres e em 1983 a participação feminina ascende para 43,8% dos desempregados”¹¹⁵. Além deste fato a pesquisadora constatou que entre os empregados há uma evidência de redução da renda média e “reafirma-se a maior instabilidade dos ganhos entre os empregados, revelando, contudo, que o grupo feminino, em qualquer posição, é

¹¹⁴ Casimiro, Liana M. C. **Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p. 125.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 127.

mais penalizado”.¹¹⁶

Nas conclusões de sua pesquisa, Casimiro fala sobre a relação entre mercado formal x mercado informal e nos informa que:

Merece menção o número de empregados com vínculo. O vínculo considerado inclui tanto a carteira profissional assinada, como a posição estatutária, no serviço público. Em 1979, 75,9% dos empregados tinham vínculo. Percebe-se, portanto, o grau de penetração das relações trabalhistas na RMF. Não se pode esquecer, contudo, a importância do emprego público na configuração desse quadro. Já em 1983, o número de empregados com vínculo reduz-se para 69,8% do total. Essa pode ser entendida, claramente, como uma reação das empresas na tentativa de reduzir os custos, reduzindo encargos trabalhistas e fugindo de reajustes salariais periódicos.¹¹⁷

Mais uma vez Liana Casimiro identifica uma importante presença de mulheres no mercado de trabalho informal, associando isso a “uma maior flexibilidade das condições de trabalho”, sendo assim, esse seguimento da população poderia ser caracterizada como a “flexibilidade da flexibilidade” (sic!). Segundo a pesquisa a autora, entre os anos de 1979 e 1983, a informalidade sai de 45,5% para 52,3%. No âmbito da diferenciação da renda segundo condição de formalidade ou informalidade, Casimiro nos mostra que:

No ano de 1979, por exemplo, 68,5% dos ocupados no informal ganham até 2

¹¹⁶ Casimiro, Liana M. C. **Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p.140.

¹¹⁷ Ibidem, p. 147.

salários-mínimos de renda mensal, sendo que destes, 32,6% ganham até ½ salário mínimo de renda mensal. Neste mesmo ano, entre só ocupados no formal, 44% ganham até 2 salários-mínimos de renda mensal, sendo que destes, apenas 1% ganha até ½ salário mínimo de renda mensal /.../ em 1979 o setor formal absorvia 54,5% dos ocupados e 78,1% da renda total. Em 1983, a distribuição de renda entre os dois setores evidencia um maior empobrecimento dos engajados no setor informal. Esse setor, em 1983, passa a absorver 52,4% dos ocupados e apenas 22,7% da renda total, enquanto o formal, reduz a sua absorção para 47,6% dos ocupados mantendo uma participação na renda total de 77,3%¹¹⁸

A pesquisadora identifica ainda um aumento da importância do setor terciário que amplia sua absorção no número de ocupados naquele período, passando de 75,9% para 76,4%, ou seja, intensificando a tendência de comando do terciário na ocupação na RMF. Casimiro afirma ainda que “a maior presença de empregados com vínculo, nos Serviços (69,2%), reflete a importância do emprego público na RMF”¹¹⁹. Voltaremos a esse assunto mais adiante. Atualmente, dados do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho para o mercado de trabalho informal em Fortaleza dizem que entre 2000 e 2007, o aumento do trabalho com carteira assinada foi acompanhado do aumento do trabalho informal. O estudo aponta ainda que no período em referência o ritmo de crescimento do trabalho informal de 168,8 mil vagas, foi maior que o do crescimento do trabalho com carteira

¹¹⁸ Casimiro, Liana M. C. **Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p. 149 e 150.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 168.

assinada, com 116,7 mil vagas. Os dados brutos também nos indicam uma maior presença do trabalho informal frente ao trabalho com carteira assinada. Em 2008, a estimativa de trabalhadores com carteira assinada em Fortaleza era de 382.578 mil, já a de trabalhadores atuando no setor informal no mesmo ano, era de 460.104 mil trabalhadores. Isso dá uma diferença de 77.526 trabalhadores. Segundo matéria publicada no portal Overmundo¹²⁰, a facilidade de ser o próprio “chefe” trás a “satisfação no trabalho”, o que faz com que muitos trabalhadores optem por atuar na informalidade apesar da instabilidade. O que aparenta um “horror” é a mais pura realidade de considerável parcela dos trabalhadores no Estado do Ceará.

A tendência ao terciário se confirma na década de 1990 que, segundo Bernal, “vem acompanhada da flexibilização das relações de trabalho e da precarização do emprego, com um grande aumento da informalidade”.¹²¹ Ainda para a supracitada autora, o crescimento mais notável do terciário acontece nos serviços de comércio ambulante, hospedagem e alimentação, serviços de administração, limpeza e vigilância, de serviços técnico-profissionais e de incorporação de imóveis. Na estrutura produtiva da RMF observa-se uma preponderância do setor de serviços, evidenciando a importância que esse setor de atividade tem em relação ao emprego metropolitano. Em 1981 o emprego nos serviços representava 67,08%, a partir daí, só cresceu, chegando a 73,30% em 1999. Já a indústria viu sua influência diminuir no mesmo período, chegando em 1981 com uma participação de 28,07% e em 1999 com 23,30% no emprego total gerado da metrópole. A agricultura em decadência viu sua participação minguar ainda mais, observando-se 4,84%, em 1981 e chegando no início do século XX com apenas 3,17% do emprego

¹²⁰ Fonte: <http://www.overmundo.com.br/overblog/mercado-informal-em-fortaleza>

¹²¹ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 127.

gerado¹²².

Com as transformações observadas no mercado de trabalho ao longo das décadas trabalhadas, conclui-se que os impactos econômicos, demográficos e sócio-espaciais para a Região Metropolitana de Fortaleza foram profundos, com um crescimento demográfico marcado pela crescente migração campo-cidade, expansão territorial da região e aumento da polarização, que vai demarcar o seu processo de metropolização, crescimento da segregação espacial e das desigualdades de renda. Cleide Bernal aponta o que considera os fatores da emergência de Fortaleza como “metrópole emergente”: i) a desconcentração industrial decorrente da política neoliberal; ii) a modernização tecnológica e organizativa; iii) estratégia política de atração de investimentos industriais; iv) fatores geográficos e paisagísticos que favorece a expansão do turismo.

Na avaliação realizada pela professora sobre o chamado “governo das mudanças”, consta que a estratégia foi vantajosa para o estado se observarmos do ponto de vista estritamente econômico. Entretanto, cabem questionamentos em relação à concepção da política governamental que beneficiou poucos setores da indústria e não respondeu às demandas dos enormes segmentos populacionais menos favorecidos e que estão em crescimento na metrópole. Este período, ainda segundo a autora, é marcado por uma “sagrada aliança” entre o capital modernizador nacional, o capital incorporador de imóveis residenciais e comerciais de origem local e o capital financeiro internacional de instituições multilaterais, que foi aplicado em obras públicas.

Apesar da importância da indústria na absorção de mão de obra, “o setor terciário comercial é muito forte em Fortaleza: a cidade se insere entre os três pólos comerciais

¹²² Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 132. Segundo dados do IBGE/PNAD para: 1981, 1989, 1995 e 1999. Tabulação: Observatórios das Metrópoles.

do ramo de confecções mais importantes do cenário nacional e tem o maior centro comercial de autopeças da região nordeste”.¹²³ Após o esgotamento da política industrial praticada pelo 'governo das mudanças', os serviços passariam a ser o setor econômico dominante, contribuindo para a afirmação de um novo conjunto de arranjos e acomodações no mercado de trabalho.

Já foi falado da importância do emprego público na consolidação da capital do Ceará, isso ocorre há bastante tempo se recordarmos a criação, ainda em 1909, da então Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), e que a partir de 1945 passa a chamar-se Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, isso também se deu com a escolha de Fortaleza como sede do Banco do Nordeste do Brasil, o BNB, criado em 1952, para citar apenas dois exemplos de órgãos, um nacional e outro regional. Ana Costa registra outro evento ocorrido à época de sua pesquisa de dissertação, momento em que “a Prefeitura Municipal de Fortaleza empregava 40 mil pessoas em janeiro de 1986. Com a demissão de funcionários contratados irregularmente no período eleitoral, acumulando cargos ou não exercendo suas atividades, o quadro foi reduzido para 27.000 funcionários”¹²⁴. Não foram encontrados os números oficiais de funcionários públicos municipais e nem estaduais lotados na capital atualmente. Casimiro postula que o fato de ter detectado melhores ganhos entre os empregados deve-se fortemente ao emprego público, isso ajuda a entender porque a demanda por esse tipo de emprego é tão grande. Já em relação a quantidade de funcionários terceirizados atuando na gestão pública, não há consenso entre a Prefeitura de Fortaleza e o Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza, a primeira afirma existirem em torno de dez mil

¹²³ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 141.

¹²⁴ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1988, p. 15.

funcionários nesta situação, enquanto que a diretoria do SINDIFORT afirma existir mais de doze mil funcionários terceirizados¹²⁵. Essas informações nos dão uma idéia da oferta deste tipo de emprego na cidade de Fortaleza somente nos órgãos públicos municipais.

Se observarmos o comportamento da estrutura do Produto Interno Bruto do Estado do Ceará, constataremos uma tendência de queda acentuada do PIB agropecuário, que varia de 16,68% em 1980, passando para 12,13% em 1990 e chegando a 5,20%, em 2003. Contrariamente a essa tendência, observa-se que o PIB industrial obtém 24,77%, 33,75% e 37,02%, respectivamente para os mesmos anos. Já o setor de serviços mantém-se relativamente estável com participação de 58,55%, 54,12% e 57,78% em 1980, 1990 e 2003. No que diz respeito ao peso do PIB cearense em relação ao PIB nordestino, observa-se uma participação relativamente estável, variando de 13,78%, para 12,59% e 13,70% nos mesmos anos¹²⁶.

Araújo resume da seguinte forma qual seria o caráter geral do mercado de trabalho em Fortaleza “o modelo local, desde o início da metrópole, possui uma configuração mista do capital secundário associado ao terciário, assim também como a cidade mercantil, dominada por relações mundiais, ou seja, esses aspectos não são méritos ou expressão da atualidade”.¹²⁷

Contudo, como a observação do comportamento do mercado de trabalho se relaciona o objetivo central desse capítulo, qual seja, o de debater a configuração territorial da região de Fortaleza? Indicamos pelo menos dois nexos existentes entre ambos. Primeiramente, podemos afirmar que a concentração das indústrias e, por consequente, do emprego industrial na Região Metropolitana de Fortaleza

¹²⁵ Fonte: Jornal O Povo de 25/04/2008 “Prefeitura de Fortaleza aumenta gastos com terceirizados”.

¹²⁶ Segundo dados da SUDENE/CPE/INE e IBGE. A estrutura percentual do PIB por setor econômico é relativa a cálculos realizados pelo BNB-ETENE-CIEST

¹²⁷ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrópole Regional**. Trabalho, Moradia e Acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010, p. 154.

em detrimento do interior do Estado, indicam um forte fator de atração de trabalhadores desempregados para essa região do Ceará, causando uma concentração populacional que certamente influenciou a expansão urbana e a aceleração do próprio processo de metropolização. Além disso, é de se imaginar¹²⁸, que no entorno dos lugares que receberam as indústrias, surgiram bairros operários, conjuntos habitacionais da classe trabalhadora, como por exemplo, a Barra do Ceará ou o Pirambú em determinada época, e mesmo verdadeiras “cidades industriais” como Maracanaú, para ficar apenas nesses exemplos. Em segundo lugar, a forte presença do emprego público favoreceu o surgimento de bairros “semi-nobres”, de classe média, com características distintas desses que acabamos de descrever, o melhor exemplo disso é um bairro localizado no sudoeste de Fortaleza denominado “Cidade dos Funcionários”. No decorrer desse capítulo esperamos que essas questões fiquem mais claras.

2.2 Metropolização

O processo de metropolização de Fortaleza foi impulsionado por diversas variáveis que podem ser comparadas àquelas do poder geral de atração das grandes cidades, dentre os quais figuram processos singulares a cada cidade em especial. A falta de investimentos e políticas públicas voltadas para o meio rural também contribuíram com o crescimento descontrolado da metrópole Fortaleza, principalmente nos últimos 30 anos. A região metropolitana de Fortaleza foi criada oficialmente em 1973, atendendo à Lei Complementar nº 14/73, ocorrendo antes mesmo da manifestação do processo de metropolização em si. Tem 3.483 km², sendo 912 km² de área urbana e 2.571 km² de área rural. Dos 13 municípios que compõem a RMF, até o ano 2000, apenas Fortaleza possuía um Plano Diretor que disciplinava o uso

¹²⁸ Trabalharemos melhor essa questão nos próximos itens do capítulo.

e ocupação do solo por meio de zoneamento. Fortaleza é o centro da RM que é composta ainda pelos seguintes municípios: Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Maracanaú e Maranguape a oeste; Itaitinga, Pacatuba e Guaiuba ao sul; Horizonte, Pacajus e Chorozinho a sudeste; e Aquiraz e Euzébio a leste. Sendo que os municípios de Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante, foram incorporados à RMF somente em 29 de dezembro de 1999.

A economista Cleide Bernal¹²⁹ afirma que todos os municípios da região passam por um processo de integração socioeconômico bastante intenso, estabelecendo graus de conurbação com o conglomerado urbano Fortaleza-Caucaia-Maracanaú, com possibilidade futura de estabelecer-se como uma grande região integrada, com funções diversificadas, polarizada por Fortaleza, que comprovadamente terá uma especialização cada vez maior na prestação de serviços culturais, de saúde, de lazer e outros. Essa dinâmica da Região Metropolitana contrasta com o restante do estado. Vejamos. No ano de 1999, “a Região Metropolitana de Fortaleza participava com 59,7% da renda familiar gerada no Estado do Ceará, apresentando uma renda média mensal de 214,60 reais, bem superior à do interior, que era de 91 reais”.¹³⁰

Essa metropolização é explicada pela capacidade de atração que todas as grandes cidades têm e no caso de Fortaleza, isso foi agravado pela ação do poder público – políticas públicas de habitação e pela guerra fiscal para atração de indústrias durante anos de 1990 – pela lógica privada de apropriação do solo urbano, pela demanda por força de trabalho que induziu a migração para aquela região, pela dinâmica social, pela oferta de serviços, pela

¹²⁹ Ferreira, Assuero. **A aventura da sobrevivência**: As migrações cearenses na década de 1990. Fortaleza: UFC, 2004. (Tese de doutorado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais). Apud Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 137.

¹³⁰ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 91.

infra-estrutura construída (portos, estradas, ferrovias, etc.), dentre outros fatores. O que de fato é importante perceber é que todos esses elementos contribuem com um tipo de desenvolvimento social que só pode ser encontrado nas metrópoles, eis sua grande característica, seu lugar específico e o segredo do poder de atração das metrópoles – o que chamamos no primeiro capítulo de “ser social” e que se encontra mais plenamente materializado nesses espaços.

Do ponto de vista espacial, um agravante é a concentração de investimentos na RMF. De acordo com Bernal “no final dos anos 1990, Fortaleza se coloca entre as cinco principais metrópoles, cuja indústria emprega mais de 20% da população ocupada”, além disso, foi a “única região metropolitana que mostra crescimento na oferta de emprego industrial no período de 1986 a 1996, com a criação de 4.279 novos postos de trabalho”,¹³¹ esses dados podem ser explicados pelo fato de que já vinha se fortalecendo, desde o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, uma nova categoria de industriais. Aliado a isso estava a completa adesão à guerra fiscal por parte da então gestão do governo do Estado do Ceará ao longo dos anos de 1990, conforme já visto anteriormente. Contudo, os recentes dados da indústria levam ao entendimento do esgotamento do modelo de desenvolvimento praticado na década passada. No seu balanço da estratégia econômica aplicada entre os anos de 1985 e 2000, a economista Cleide Bernal observa que:

a participação do produto industrial na formação do produto total cresceu significativamente em relação aos outros setores a partir de 1985 e o PIB agropecuário apresentou uma queda sistemática ao longo do período 1985-2000, permanecendo o setor dos

¹³¹ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 77.

serviços com a maior participação na formação do PIB cearense¹³²

Os nexos encontrados entre indústria e metropolização são muito claros na criação da Região Metropolitana de Fortaleza. Bernal explica que a dinâmica da atividade industrial segue uma trajetória de afastamento do seu principal núcleo urbano: “essa expansão foi, e continua sendo, o fator mais forte e responsável pelo processo de ocupação do espaço territorial urbano da Região Metropolitana”,¹³³ sendo que, para a pesquisadora, este foi o fator responsável, inclusive, pela maior abrangência institucional com a incorporação dos municípios de Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante. Esse último município somente passou a fazer parte da Região Metropolitana a partir de 2002, com a instalação do complexo portuário e industrial do Pecém, que tende a conformar mais um pólo de atração da população do interior do estado para a região.

No tocante a incorporação de novos municípios ampliando a abrangência institucional da RMF, como vimos, esse fenômeno é intimamente relacionado com a expansão industrial na região. Há mesmo processos de conurbação, como o que são observados de maneira mais avançada entre Fortaleza e os municípios de Caucaia e Maracanaú. Contudo, ações de tipo regional que abranjam todos os municípios da RM são temas ainda tidos como exóticos para a racionalidade da administração pública dos municípios da região. Os projetos, programas e demais investimentos governamentais, cumprem muitas vezes o objetivo de criar “vantagens comparativas” relativamente aos demais municípios, no que diz respeito à atração de investimentos públicos e de capitais privados nacional e internacional, prevalecendo a lógica da competição. Até mesmo iniciativas de caráter bilateral são difíceis de

¹³² Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 79.

¹³³ Ibidem, p. 118.

serem identificadas.

O processo de metropolização de Fortaleza pode ser identificado, num primeiro momento, como um espraçamento em massa da classe trabalhadora do campo para a cidade e mesmo da cidade para os municípios vizinhos, atraídos pelas prometidas vantagens para a reprodução de sua vida, especialmente em relação ao trabalho e a habitação. Outro fator a levar em consideração desse primeiro momento, é a característica da presença considerável da segunda residência tanto em Fortaleza quanto nos municípios da região. Dantas e Silva informam que a maior concentração de segundas residências encontra-se nos municípios litorâneos e atestam também que “na distribuição de segundas residências nos municípios costeiros há volume maior de unidades naqueles localizados próximos a Fortaleza. Aquiráz (2.566 residências secundárias, em 1991 e 4.536, em 2000) no litoral leste. Caucaia (3.877, em 1991 e 6.540, em 2000) e São Gonçalo do Amarante (1.197, em 1991 e 1.822 em 2000), no litoral oeste.”¹³⁴ Por outro lado, ainda segundo os autores, percebe-se fraca concentração de residências secundárias nos municípios não litorâneos. Como exemplo estão: Itaitinga, com 243 segundas residências; Maracanaú, com 474; Maranguape, com 765 e Guaiuba, com 144. O segundo momento desenvolve-se já em meio à tendência de terciarização da economia em decorrência da preferência das famílias em questão, de morarem em lugares mais afastados em busca da sonhada “qualidade de vida”. Assim, os municípios da região vão tornando-se uma opção de primeira moradia. Os fatores deste tipo de escolha são muitos. Dentre eles, estão o aumento da violência e a má qualidade de vida no meio

¹³⁴ Pereira, Alexandre Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará-Brasil: Fortaleza em Aquiraz.** Dissertação de Mestrado em Geografia UFC: Fortaleza: 2006, p. 157. Apud Dantas, E. e Silva, J. B. **A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento.** In Pequeno, Luiz (Org.) **Como anda Fortaleza.** Conjuntura Urbana 5. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009, p. 14.

urbano. Fridrich Engels (já em meados do século XVIII), nos proporciona outra visão sobre o assunto na seguinte passagem d'A questão da habitação: “A maioria não está presa, pelas suas ocupações, a um local determinado; muitos lojistas e artesãos apenas têm na cidade o seu local de negócios sem a moradia; quem quer que for fazê-lo, prefere morar fora do que na *cidade poluída*”¹³⁵. De acordo com Araújo, “a periferia, aos poucos, deixa de ser exclusivamente território de pobres, para se tornar espaço concorrido de outras classes. Afinal, cresce, em todo o Brasil, o movimento de expansão para áreas metropolitanas periféricas, abrigando populações de renda média e alta em territórios exclusivamente residenciais ou verdadeiros enclaves habitacionais de luxo”.¹³⁶ O desenvolvimento técnico e em especial, dos meios de transporte e de comunicação, viabilizaram esse segundo momento do processo de metropolização, em que há um deslocamento, mesmo não muito expressivo se tomarmos em conta a população total da metrópole, mas nos sugerem indicadores preciosos de uma possível periodização da vida da metrópole.

O sistema de transportes foi instalado de uma forma que favoreceu ainda mais a centralidade exercida por Fortaleza sobre os outros municípios da região. Para Dantas e Silva:

a radioconcentridade de seu sistema viário original mantém forte influência na distribuição da população e dos principais núcleos de prestação de serviços. A intensidade desse processo provocou a duplicação das rodovias que partem da cidade em relação ao interior. São visíveis os sintomas de melhoria da qualidade da circulação ao longo desses

¹³⁵ Engels, Fridrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1987, p. 55. (grifo nosso)

¹³⁶ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrópole Regional**. Trabalho, Moradia e Acumulação. Fortaleza, Eduece, 2010, p. 156-157.

corredores de atividade e de adensamento. Eles ampliam a ação do município pólo e reforçam a sua centralidade¹³⁷.

Pensando município por município da RMF, temos que Maracanaú origina-se do “Distrito Industrial de Fortaleza” criado em 1964, naquela época era um distrito de Maranguape e que foi emancipado em 1984. Maracanaú recebeu as indústrias mais poluidoras originárias do “corredor industrial” da Av. Francisco Sá (em Fortaleza). A partir de 1970, inicia-se a construção de grandes conjuntos habitacionais ao longo das linhas de trem que vão ao Sul e Sudoeste de Fortaleza, no início dos anos 1970 e em Maracanaú, Pacatuba e Caucaia nos anos 1980.

Os autores concordam com Smith e Bernal no que diz respeito à identificação, “grosso modo”, de quatro vetores representativos da lógica de transformação da metrópole: i) vetor de espacialidade mais antiga, refere-se ao pólo de Maracanaú, cujo processo de metropolização promovido pela SUDENE com os incentivos fiscais 34/18, implicou no estabelecimento de distritos industriais e conjuntos habitacionais; ii) ao longo do eixo da BR-116, consoante da política de realocização da indústria iniciada nos anos 1980, sobretudo nos municípios de Horizonte, Pacajus, Itaitinga e Euzébio; iii) direciona-se na faixa litorânea oeste, com a construção de conjuntos habitacionais no município de Caucaia que recebia populações de baixa renda deslocadas de Fortaleza, atendia também a demanda de lazer, recreação e turismo a partir dos anos 1990, a mudança para lugar de primeira moradia e recentemente, com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém em São Gonçalo do Amarante, associado à reestruturação produtiva do espaço pautada no agronegócio; e iv) o vetor que aponta para o leste da

¹³⁷ Dantas, E. e Silva, J. **A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento.** In Pequeno, Luiz (Org.) **Como anda Fortaleza.** Conjuntura Urbana 5. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009, p.28.

metrópole, envolvendo os municípios de Euzébio e Aquiraz, na forma de urbanização litorânea por meio de veraneio marítimo, turismo e também recentemente, observa-se a transformação desse municípios como lugar de primeira residência¹³⁸.

2.3 Quanto vale, ou é por m²?

Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e atenua-se o problema do acesso a terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano.¹³⁹

De acordo com a professora Bernal “A incorporação da construção residencial a uma perspectiva de acumulação só se efetivaria na década de 1960, quando os setores de bens de capital e de bens duráveis [conceitos neoclássicos] passariam a comandar o processo de acumulação, promovendo uma rápida urbanização do espaço nacional”.¹⁴⁰ Ainda segundo a autora, “o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) teriam permitido uma expansão sem precedentes da intervenção pública no espaço construído urbano”, após 10 anos de sua regulamentação, a mobilização de capital via poupança voluntária ou compulsória, fizeram com que os recursos do SFH viessem a representar 12% do PIB nacional, além disso, “a

¹³⁸ Dantas, E. e Silva, J. **A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento**. In Pequeno, Luiz (Org.) **Como anda Fortaleza**. Conjuntura Urbana 5. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009, p.26. (Não consta a referência de Roberto Smith).

¹³⁹ Santos, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008c, p. 106.

¹⁴⁰ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 148. (vale para as duas passagens do parágrafo).

produção de habitação passaria a representar cerca de 1/3 da produção total de habitações no país e os investimentos em saneamento básico teriam atingido metade do PIB da década de 1970”. A partir de 1980 surgem como figuras centrais do processo de produção do espaço urbano brasileiro os promotores imobiliários que ampliam o foco da produção de habitação para a produção de imóveis comerciais, com investimento em escritórios e outros imóveis com esses objetivos.

Em seu estudo realizado no ano de 1986, Ana Costa aponta que “a política habitacional, adotada pelo governo militar privilegiou a construção de conjuntos, plantados em áreas distantes dos bairros equipados. Os conjuntos José Walter, Cidade 2000, Conjunto Ceará, Nova Assunção, Palmeiras, exemplificam bem a aplicação dessa política”¹⁴¹. Isso pode ter ocorrido por duas razões. A primeira é que neste momento Fortaleza já encontrava-se toda loteada e este era um forte álibi que justificava a instalação desses conjuntos distantes do Centro da cidade. Em segundo lugar, em alguns casos, a localização se dá em função da proximidade com as indústrias, facilitando o deslocamento da mão de obra, como é o caso do Bairro do José Walter, que faz fronteira com o município de Maracanaú, e dos conjuntos habitacionais construídos na zona oeste da cidade, que atendiam a uma demanda por moradias operárias das indústrias que se instalaram naquela região, por exemplo. Apesar da política habitacional praticada pelo BNH, segundo dados do IBGE¹⁴², de 841 mil domicílios da Região Metropolitana, quase um quarto das famílias não possuíam casa própria e viviam em domicílios alugados (17,2%), cedidos por familiares, parentes e amigos (6,2%) ou em domicílios improvisados (1,6%), muitas vezes em locais públicos em sem condições mínimas exigidas de higiene.

¹⁴¹ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1988, p. 59.

¹⁴² IBGE 2000, *Apud* Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrópole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010, p. 73.

As incorporadoras que atuam em Fortaleza são, em geral, de capital local. Esta é uma especificidade da metrópole. Segundo Nas demais metrópoles brasileiras o capital financeiro e os fundos de pensão vêm oferecendo um suporte relevante ao capital financiador da atividade imobiliária - o capital incorporador. A ação dos incorporadores ocorre da seguinte forma:

As vendas, em geral, são realizadas desde o início do lançamento dos projetos imobiliários, ainda na planta, contando apenas com a existência de terrenos com infra-estrutura e prontos para o início das obras. A incorporação feita desta forma permite que as empresas contem desde o início das obras com o capital dos clientes, podendo, assim, operar apenas com capital próprio e não terem que recorrer a outros financiamentos, como vem ocorrendo nas grandes metrópoles brasileiras¹⁴³

As incorporadoras também tem capacidade de antecipar-se em relação à demanda, muitos dos imóveis permanecem como estoque de mercado futuro. É o que consta numa pesquisa realizada pelo SINDUSCON-CE analisada por Bernal: “tanto o mercado de habitações quanto o mercado de escritórios permanecem com excedente de oferta em relação à demanda conforme os dados da pesquisa realizada em 2001”.¹⁴⁴ Essa característica das incorporadoras permite a elas obterem ganhos por intermédio de uma ação planejada de identificação e compra de terras desvalorizadas, de

¹⁴³ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 188.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 192. Em relação à pesquisa realizada pelo SINDUSCON-CE em setembro/outubro de 2001 com informações fornecidas pela Associação de Administradoras de Imóveis do Ceará.

investimento em equipamentos privados, de lobby juntamente ao poder público para implementar bens de consumo coletivo nos espaços de seu interesse, a passagem que segue é reveladora da ação das incorporadoras:

para o capital incorporador atuar de maneira a segregar socialmente o espaço, ele utiliza a estratégia de adequar melhor cada empreendimento imobiliário à área certa, que permita extrair do consumidor o maior excedente possível na forma de ganhos de incorporação. Um exemplo disso seria a implantação de um grande shopping center em certa área, provocando a valorização dos imóveis existentes e expulsando paulatinamente a população original cujo rendimento não permite atualizar os aluguéis. Processo similar seria iniciado com a instalação de algumas benfeitorias públicas em certa área ou pela remoção compulsória de grupos sociais de estratos inferiores em áreas degradadas¹⁴⁵.

No que diz respeito ao produto principal do mercado imobiliário, as habitações, Bernal nos informa que “é o apartamento com área média entre 60 e 80m², voltado para os investidores e as classes médias que perderam poder aquisitivo nos anos 1990 com as políticas de privatização e desmonte do Estado, mas preferem permanecer nos bairros mais valorizados, como Aldeota e Meireles”¹⁴⁶. Se o capital incorporador de Fortaleza é de origem local, já não se pode dizer exatamente o mesmo dos seus consumidores. Pessoas estrangeiras têm investido

¹⁴⁵ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 184.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 188-189.

demasiadamente em Fortaleza, em especial na faixa litorânea. Essa tendência não se restringe à faixa litorânea da metrópole, estendendo-se por todo o litoral cearense de leste a oeste. Especificamente em Fortaleza, esses consumidores têm preferências por “imóveis de áreas até 80 m², que cresce cada dia mais na orla, são os turistas estrangeiros que aqui chegam e investem em apartamentos de valor até R\$150 mil em bairros nobres e perto da orla, como a Praia de Iracema e Meireles”¹⁴⁷. Ainda segundo a autora, “corretores de imóveis asseguram que no período de 2002-2003 os portugueses e os holandeses compraram 80% dos imóveis daquele padrão” e “Dados do Sindicato da Habitação do Estado do Ceará (SECOVI) indicam que as vendas para estrangeiros aumentaram 20% a 30% depois de 2002”.

A partir da análise dos dados da pesquisa supracitada, Bernal constata que 83% dos 325 empreendimentos imobiliários pesquisados na Grande Fortaleza, utilizaram recursos próprios como fonte de financiamento. Apenas 17% utilizaram financiamento de terceiros. Constata ainda que os fundos de pensão, tão importantes na reestruturação de algumas das principais metrópoles brasileiras, não têm muito peso em Fortaleza, “não é totalmente verdadeira a nossa hipótese inicial de que o capital imobiliário voltado para a produção de lojas/escritórios e *shoppings centers*, movimentado em Fortaleza, poderia estar articulado com os fundos de pensão”¹⁴⁸. A segunda parte da hipótese, do caráter basicamente especulativo do processo de financeirização do capital imobiliário, ela caracteriza como “não desprezível”.

Na cidade de Fortaleza, “o processo de verticalização tem se dado nas áreas de vazios urbanos ou em bairros residenciais de baixa densidade, como a Aldeota, Meireles,

¹⁴⁷ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 189.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 195.

Jacarecanga, Bezerra de Menezes e Dionísio Torres”.¹⁴⁹ Data do mesmo período o processo de verticalização da Beira Mar. Segundo Costa, a legislação urbana de 1979 ampliou a possibilidade de verticalização nessa área, permitindo edificações de até doze pavimentos.¹⁵⁰

As favelas tem um significado bem particular nas grandes cidades e de certo modo, acabam contribuindo para a acumulação ampliada do capital, mas elas não estão presentes somente em bairros periféricos. Atualmente existem favelas em todos os bairros de Fortaleza, indiferentes às áreas de grande valorização ou de degradação e privação sócio-espacial.

Em 1985, no município de Fortaleza, existiam 234 favelas com 64.035 domicílios, 70.450 famílias e 352.250 pessoas residentes. Em 1991, os números passaram para 313 favelas com 98.258 domicílios, 108.145 famílias e 540.720 habitantes. Em 2002 o número de favelas já ultrapassava 614, mais 82 áreas de risco, com mais de 700 mil pessoas vivendo em situação de exclusão, segundo depoimento do representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (Diário do Nordeste de 13/12/2001)¹⁵¹

Na Região Metropolitana de Fortaleza, segundo Ana Costa, em 1984 existiam 241 favelas, com 391.335 habitantes, “mas a grande maioria dos favelados (355.415) concentrava-se em 24 favelas do município de Fortaleza.

¹⁴⁹ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1988, p. 40.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 133.

¹⁵¹ Silva, José B. **A cidade contemporânea no Ceará**. In: Souza, S. (Org.) Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. Apud Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 159.

Destas favelas destacavam-se as do Pirambú, com 62.050 habitantes; a do Lagamar, com 20.545; e a do Farol, com 13.035 moradores”¹⁵². Ainda segundo a autora, com dados do Jornal O Povo de 18.04.1984, existiam 224 favelas em Fortaleza, 10 em Caucaia, 4 em Pacatuba, 2 no Maranguape e 1 no Aquiraz.

Uma das pesquisas a dedicar maior atenção à questão das favelas é a da professora Ana Araújo, ela afirma que a Organização das Nações Unidas (ONU) prevê duplicação da população de favelas, nos próximos 30 anos, o que em Fortaleza teria um impacto muito grande, considerando que nos últimos vinte anos, entre 1980 a 2003, quadruplicou o número de favelas, de 147 para 722.¹⁵³ O mercado imobiliário não desaparece em áreas de ocupação, segundo Ana Araújo: “Após a invasão, há intenso processo imobiliário de compra e venda, troca e novas aquisições. Tem-se terreno ou moradia como trampolim para melhoria de vida e de emprego”. Esse jogo imobiliário fica muito claro nos seguintes depoimentos colhidos pela pesquisadora:

Não comprou, quando veio para o local já era tudo invadido e a maior parte dos barracos e terrenos foi vendida e comprada. O barraco em frente, disposto à venda já havia sido vendido, o dono do mesmo tinha outro barraco ali bem próximo e a Prefeitura tinha feito cadastro para retirá-lo já que era quase dentro da água. Esse homem também era proprietário de um casebre de alvenaria que ficava ao lado do barraco com a placa de vende-se¹⁵⁴

As pessoas invadiram porque informaram que a Prefeitura ia doar

¹⁵² Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1988, p. 17.

¹⁵³ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrôpole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010, p. 88.

¹⁵⁴ Ibidem. Pesquisa direta, Parque Jerusalém, 2006. p. 92.

casas, pessoas da própria favela cercavam áreas e vendiam para outras que chegavam atrasadas. Antes haviam muitas coisas e barracos a venda, mas agora diminuiu. Ontem mesmo houve uma venda, eles informam com placas ou vendendo para pessoas do próprio local que querem uma casa melhor ou maior¹⁵⁵

O mercado informal da habitação é muitas vezes a saída encontrada para a reprodução da vida daqueles que, mesmo não tendo nada, acabam encontrando na “imobiliária dos pobres”, uma alternativa, um meio de sobreviver. Há casos, inclusive, de algumas pessoas que acabem se especializando no que pode ser considerado o “negócio das invasões”. Nesta atividade, a ação do indivíduo baseia-se no intuito de obter lucro com a venda, ou para auferir renda por meio de aluguel, inclusive de barracos. A este tipo de atividade que se baseia no interesse imediato para a “resolução” do problema da sobrevivência de um ser humano em especial ou, se for o caso, de uma família em particular, é o que caracterizamos como *saída individual* para a reprodução da existência. Utilizamos esse termo para diferenciar do que compreendemos como *saída coletiva*, experiência que vamos conhecer no terceiro capítulo quando formos tratar das experiências de ocupação realizadas pelo Movimento dos Conselhos Populares.

O lugar também é levado em consideração na hora da ocupação, transporte, saneamento e outros serviços urbanos são fundamentais na escolha da área a ser ocupada. Isso é verificável nas ocupações ditas “espontâneas” e, como veremos no próximo capítulo, a intencionalidade na escolha da área a ser ocupada é ainda maior quando se trata de uma ocupação realizada por

¹⁵⁵ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrôpole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010. Pesquisa direta, Favela Maravilha, p. 94.

Movimentos Sociais Populares. Contudo, acontecem situações em que a ocupação é aparentemente organizada, mas a intenção é mesmo a de garantir dividendos para as chamadas “lideranças comunitárias”, que agem com o intuito de lucrar com esse negócio da ocupação. Araújo constata isso em sua pesquisa:

Depoimentos indicam que determinados líderes atuam em mais de uma área, na organização de movimentos de invasão e controle de acesso das famílias, com algum retorno financeiro, ou conquistas da simpatia do eleitorado para futuras cobranças de voto, como pagamento de favor. Pelo menos em duas favelas fez-se referência à líder “Mana”, que assume ter mais de uma Associação sob sua responsabilidade¹⁵⁶.

Diante da invasão ou por informação, algumas famílias se inserem no movimento. A informação entre parentes e amigos atinge famílias distantes. Contraditoriamente, às vezes, pessoas próximas do lugar não tomam conhecimento, pois o sistema é fechado, tendo em vista a relação clientelista entre famílias e políticos. A invasão ocorre em segredo, salvo quando se torna visível¹⁵⁷.

O “mundo das ocupações”, que faz parte do processo de favelização é mesmo bastante complexo e muitas das relações existentes neste meio só são perceptíveis com a convivência e a observação paciente dos acontecimentos. No geral, os terrenos ocupados são rapidamente repassados ou vendidos com algum ganho de renda. Essa prática

¹⁵⁶ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrópole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010. Pesquisa direta, Parque Jerusalém, p. 98.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 102.

dunas, localizadas na porção oeste da cidade; no Morro Santa Terezinha e adjacências na porção leste; às margens do Rio Ceará/Maranguapinho, a Oeste e Sudoeste; e às margens da via férrea, que atravessa a cidade de Leste a Sudoeste. As ocupações existentes nas áreas de morro tanto a Leste como Oeste (como o Pirambú e Morro Santa Terezinha) e as próximas à Via Férrea são bastante antigas e tradicionais, e estão mais próximas ao Centro. Com a expansão da cidade, nos sentidos Sudoeste e Sudeste, novas áreas de especulação e também de núcleos favelados foram sendo construídos. A distribuição das favelas no espaço urbano obedeceu à expansão da cidade, sendo que os núcleos mais antigos, localizados próximo ao Centro e os que estão situados em áreas de recente valorização, ainda permanecem resistindo em seus territórios, contra a pressão da especulação que se interessa por essas áreas.¹⁵⁸

Com relação à qualidade das habitações, Ana Araújo nos informa que “predominam moradias de alvenaria, salvo exceções em momentos iniciais da ocupação. Nos municípios da RM, as casas de alvenaria chegam a 76,2% dos casos. Taipa é mais frequente na periferia, em áreas de menos urbanização como no município de Pacajus, com 26% dos casos. Ainda segundo Araújo “em Fortaleza, a madeira é o material mais usual /.../ onde parte considerável das famílias ocupou, recentemente, pontos vazios pela remoção de famílias, na perspectiva de serem beneficiadas por projeto governamental de deslocamento compulsório para fins de urbanização”¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Carlejal, A. e Araújo, A. (Orgs.) **Atlas de Fortaleza 2000**. Fortaleza: Eduece, 2011, p. 55.

¹⁵⁹ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrópole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010, p. 109 e 110.

2.4 O avesso da centralidade

O debate sobre as centralidades urbanas é tão importante quanto o sobre segregação sócio-espacial, desde que se considere que ambas fazem parte de um mesmo processo de desenvolvimento urbano, que podemos distinguir respectivamente, (e arbitrariamente¹⁶⁰) dentro do âmbito das dimensões de expansão e degeneração urbana. Na metrópole de Fortaleza, no decorrer da segunda metade do século XX, pôde-se perceber três momentos distintos da formação de centralidades urbanas, com processos de descentralização e de criação de novas centralidades.

O primeiro momento, sem redundâncias, é composto pela centralidade do bairro do Centro. Ela tem origem na segunda metade do século XIX e perdura durante toda a primeira metade do século XX, até que inicia sua decadência, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970.

O que pode ser caracterizado como uma segunda centralidade, ou processo de descentralização, ocorre com mais objetividade neste mesmo momento, sobretudo, a partir da década de 1980 e tem no bairro da Aldeota seu principal produto.

Finalmente, desenvolve-se contemporaneamente uma terceira centralidade - uma nova centralidade da cidade, que se expande no sentido da zona leste, mais precisamente no sentido do “corredor sudoeste”, a partir da implementação do projeto da Avenida Washington Soares e da migração de empreendimentos de capital público e privado que são mobilizados para aquela região da cidade.

A seguir, vamos debater os fatores dessas mudanças de centralidade e a importância de cada uma delas, sempre

¹⁶⁰ Como vimos, as dimensões da expansão e degeneração urbana desenvolvem-se concomitante e coexistentemente, no mesmo tempo e no espaço. São, portanto, elementos conceituais de um mesmo objeto. Centralidade e segregação são conceitos que se completam, dado que não é suficiente analisar somente as centralidades, como também não o é analisar as segregações, tampouco as duas juntas. É fundamental observar o movimento. E quando o tempo é considerado, necessário se faz observar a cidade como uma totalidade em movimento, como processo de ininterrupta transição.

em busca de uma compreensão da configuração territorial de Fortaleza. Configuração que, como veremos, está sempre em permanente processo de deslocamento e transformação.

2.4.1 Centralidade I: bairro Centro (Centro-Oeste) Francisco Sá e Duque de Caxias

No debate sobre centralidades urbanas, consta na literatura sobre o assunto que o primeiro bairro a apresentar tais características, em Fortaleza, foi o bairro do Centro, tendo como fundamentação suas características comerciais e a proximidade com o corredor industrial ao longo da Avenida Francisco Sá, que não por acaso foi instalado ali. O bairro Jacarecanga, assim como o Centro, serviu de residência para parte da burguesia local de então, desde o começo do século passado até meados da segunda metade do século XX.

No início dos anos 50 Fortaleza já se apresentava com as suas primeiras indústrias que se localizavam no eixo da Avenida Francisco Sá, sendo Jacarecanga o primeiro bairro de luxo a abrigar a burguesia local, isto é, industriais e comerciantes ligados aos negócios da exportação e importação. Poucos anos depois a Aldeota passa a receber uma parcela significativa da burguesia local.¹⁶¹

Até os anos setenta a zona da Francisco Sá concentrava o maior número de indústrias do estado. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), das quatro a cinco dezenas de indústrias de médio e grande porte implantados ao longo da Avenida

¹⁶¹ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 152.

Francisco Sá, até os anos 80, poucas unidades permanecem em funcionamento. Para a saída das indústrias desta zona, contribuiu também a legislação urbana e ambiental que dificultou a instalação de fábricas com elevados teores de poluição.¹⁶²

Com o surgimento, nos anos 1980, do distrito industrial de Maracanaú, para onde se deslocou boa parte da antiga indústria que se modernizou com o FINOR, a zona oeste da cidade ficara esvaziada e empobrecida. Segundo Madeira e Costa, “a saída das indústrias do bairro gerou grandes transformações no uso e ocupação do solo urbano, pois gerou desemprego, áreas de antigas indústrias foram vendidas para construção de condomínios e estabelecimentos comerciais e de serviços e outros foram ocupadas por cortiços e comércio e consumo de drogas”. Dentre os fatores que as autoras apontam para a desindustrialização do bairro estão: “a ação do poder público na construção de distritos e pólos industriais na região metropolitana, a oferta de atrativas vantagens fiscais para instalação de empresas em cidades interioranas e a cobrança excessiva de tarifas e impostos favoreceram a migração de indústrias da capital para outras cidades e o esvaziamento da função industrial do Jacarecanga”¹⁶³.

Tendo isso em vista, as autoras concluem que:

Uma considerável parcela da população constituída de mão de obra não especializada e que trabalhava nas indústrias, encontra-se desempregada, pois não é considerado viável economicamente o deslocamento dos trabalhadores para o distrito industrial

¹⁶² Madeira, Hérica M. e Costa, Maria C. L. **A desindustrialização do bairro Jacarecanga** (Fortaleza – Ceará). Fortaleza: Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC, 2005. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_2934.html (Acesso em 14/01/11).

¹⁶³ Ibidem, para as duas passagens do parágrafo.

de Maracanaú. A atividade industrial, tão vulnerável às oscilações do capital, foi decisiva na estruturação do espaço do Jacarecanga, mas a sua migração também modificou profundamente a organização intraurbana de Fortaleza¹⁶⁴.

Ainda hoje é possível encontrar os casarões da antiga burguesia local (Figura 5), como verdadeiras rugosidades que atualmente servem para finalidades alheias às quais foram construídas, como sede para instituições públicas e privadas, comércio, galpões etc. Além disso, as grandes e pesadas estruturas das indústrias da Av. Francisco Sá (Figuras 3 e 4), que guardam fortes características da produção em massa, estão já há algum tempo cedendo espaço para grandes edifícios que se instalam naquela parte da cidade. No último Plano Diretor de 2008 foi aprovado que a localidade, por já dispor de infra-estrutura, deve servir como área de adensamento populacional, inclusive por meio de verticalização. Para viabilizar os empreendimentos e melhorar a imagem do bairro Jacarecanga, o poder público desativou um presídio feminino que estava localizado na Av. Sargento Hermínio, paralelo à Av. Francisco Sá, no local, atualmente está sendo construído mais um prédio para moradia. Os exemplos de intervenções urbanas com tal finalidade se multiplicam nessa parte da cidade, que tem assumido novas funcionalidades, como é possível perceber com o surgimento de novos empreendimentos imobiliários no entorno da avenida Francisco Sá, no local onde estavam instaladas as antigas fábricas (Figuras 6 e 7).

¹⁶⁴ Madeira, Hérica M. e Costa, Maria C. L. **A desindustrialização do bairro Jacarecanga** (Fortaleza – Ceará). Fortaleza: Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC, 2005. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_2934.html (Acesso em 14/01/11).



Figura 3: Avenida Francisco Sá sentido Oeste. (Foto: Luana Lima)



Figura 4: Av. Francisco Sá, sentido Leste. Ao fundo, a verticalização da Aldeota e Beira Mar. (Foto: Luana Lima)



Figura 5: Rugosidades: antigas mansões assumem novas funcionalidades. A casa à esquerda é hoje um Salão de beleza, a amarela é uma Casa de Artes e Ofícios do Governo do Estado. (Foto: Luana Lima)



Figura 6: Antiga fábrica de castanha de caju transforma-se em empreendimento imobiliário, ao fundo, o muro da fábrica foi mantido (Foto: Luana Lima).



Figura 7: Mesma fábrica sob outra perspectiva. (Foto: Luana Lima)

Ricardo Paiva, referindo-se ao bairro do Centro de Fortaleza e às práticas econômicas, políticas e culturais-ideológicas, aponta “três centralidades” do Centro, quais sejam, a centralidade econômica (valor de uso e valor de troca), a centralidade política (relações de poder) e a centralidade simbólica (significados). Para ele “o Centro sofreu transformações substantivas a partir do início da década de 1970, quando sua condição de Centro economicamente hegemônico associado ao valor de uso e ao valor de troca, foi subtraída pelo regime de novas centralidades”. Quando se refere ao que chama de “centralidade política”, o autor fala que essa função pode ser constatada de duas formas, “a primeira consiste na concentração e materialização do poder através de prédios, monumentos e estrutura urbana, como locos da atividade político-administrativa” e completa afirmando que “a segunda consiste na forma e intensidade com que o Estado aloca investimentos em infra-estrutura e equipamentos

urbanos, entre outros”¹⁶⁵. O autor nos informa ainda que o Centro de Fortaleza foi por muito tempo o emblema da localização e intervenção do Estado na cidade. Para completar a “tríade da centralidade”, sobre a “centralidade simbólica”, Paiva diz que “é possível identificar a importância do Centro para Fortaleza à medida que o mesmo concentra parcela significativa da memória da cidade, representada no seu acervo histórico e cultural”.

Quando analisa as funções urbanas no Centro de Fortaleza, Paiva destaca quatro que considera fundamental: habitação, lazer, trabalho e circulação. Com relação à habitação, no núcleo do Centro, Paiva esclarece que é pouco utilizado para essa finalidade por causa da especialização de atividades ou o que chama de monofuncionalidade. No entanto, “à medida que se deslocam para as bordas, se percebe uma quantidade maior de unidades habitacionais, representadas pela extremidade próxima à rua Governador Sampaio, e pela faixa litorânea, marcada, sobretudo, pelo caráter de ocupação marginal, com focos de favela”.¹⁶⁶ As alterações na prática do lazer do fortalezense pelo usufruto da praia e dos shoppings centers fez com que o Centro de Fortaleza perdesse sua capacidade de representar o 'centro lúdico' da cidade, apesar de possuir um enorme potencial de praças, parques e outros equipamentos. Mas na década de 1990, houve um gradativo fechamento de cinemas localizados ali, como o Cine Diogo e o Cine Fortaleza, restando apenas o Cine São Luiz, um dos maiores do país, além do Theatro José de Alencar. No que diz respeito ao Centro como lugar de trabalho, “verifica-se, por exemplo, a interrupção das atividades das lojas de grande porte estilo magazine, tendo como consequência um grande estoque de edificações com maior área, inutilizado e degradado”. Atualmente, o setor industrial é praticamente insignificante, permanecendo

¹⁶⁵ Paiva, Ricardo A. Entre o mar e o Sertão. **Paisagem e memória no Centro de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p.71 e 72 respectivamente. (Dissertação de Mestrado).

¹⁶⁶ Ibidem, p. 77.

apenas pequenas fábricas de confecção, metalúrgica e outros. Mas de acordo com Paiva “a indústria naval, localizada na faixa litorânea do Centro, é seguramente o exemplo mais relevante, principalmente pelas discussões sobre sua inadequabilidade, devido à sua localização, funcionando como uma barreira física de acesso ao mar”.¹⁶⁷

Ainda para o autor, sobre a perda de importância do Centro:

O processo de decadência do Centro de Fortaleza e as tentativas de reabilitação e preservação do patrimônio apresentam semelhanças, através do processo de urbanização predatória comum às várias capitais brasileiras; da assimilação do discurso internacional nas práticas de requalificação; e da preservação inscrita nos novos modelos de gestão urbana, principalmente os planos estratégicos. Além de distinções, como o hiato entre o discurso e a prática e o avançado estado de deterioração do Centro de Fortaleza.¹⁶⁸

Já a arquiteta Beatriz Diógenes constata que “até os anos sessenta do século passado, os centros das cidades concentravam investimentos produtivos nas atividades de serviço e comércio, gerando grandes investimentos de capital imobiliário”, segundo Diógenes, a partir deste momento os antigos Centros das metrópoles e das grandes cidades brasileiras começa a “envelhecer”, entrando num processo de “obsolescência funcional, construtiva e locacional”:

Inicia-se então um processo de abandono do Centro pelos serviços modernos, no qual o comércio do luxo e

¹⁶⁷ Paiva, Ricardo A. Entre o mar e o Sertão. **Paisagem e memória no Centro de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 80 e 81 respectivamente. (Dissertação de Mestrado).

¹⁶⁸ Ibidem, p. 71.

a habitação de prestígio buscam novas áreas de centralidade, mais distantes do núcleo central e próxima dos bairros residenciais de alta renda surgidos ou consolidados nos anos 1960. Este processo, que se intensifica durante os anos 1980 e nos anos 1990, leva à reformulação do centro principal, que se torna bem diferente daquele existente nos anos sessenta, no que se refere à sua funcionalidade¹⁶⁹

O Centro de Fortaleza, no início do século XXI, nos faz acreditar que houve uma alteração no que diz respeito à sua imagem. Apesar de ter deixado de ser sede de inúmeras instituições privadas e órgãos governamentais e de ainda existir um certo pré-conceito relacionado à questão da violência, o que se observa são pequenas ações no curto prazo mas que podem se mostrar significativas quando pensamos em décadas. Há muita vida no Centro de Fortaleza. Há, inclusive, um enorme potencial turístico ainda por ser descoberto e explorado, mas que é pouco estimulado pelo poder público e mesmo pela iniciativa privada é pouco aproveitada. O povo elegeu o Centro como o seu “lugar de negócios”, de compra e venda, de troca.¹⁷⁰ Além disso, o Centro é o lugar dos encontros. Como exemplo, a bastante conhecida presença de cidadãos idosos além de jovens estudantes na Praça do Ferreira, que continua sendo considerada a principal praça da cidade e o lugar onde funciona o maior e o mais tradicional cinema de Fortaleza, o Cine São Luiz.

Por meio de atividades lúdicas e carnavalescas, um

¹⁶⁹ Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 62. (Dissertação de mestrado).

¹⁷⁰ Já há alguns anos é realizada a “feira do troca-troca”, de livros didáticos na Praça dos Leões, no Centro da cidade, momento em que pais, professores e alunos trocam e vendem livros didáticos do ensino fundamental e médio a preços acessíveis. Dessa forma, são reutilizados milhares de livros que provavelmente seriam descartados ou esquecidos em algum lugar. Esse pode ser considerado um exemplo de iniciativa de utilização do Centro (e de suas praças) com uma finalidade genuinamente social, popular, solidária e ecológica.

setor da juventude, sobretudo de classe média, tem redescoberto o Centro como lugar de lazer. As atividades no Theatro José de Alencar, a reforma da Praça do Passeio Público, os blocos de pré-carnaval que ocupam todos os anos as Praças do BNB, do Ferreira e dos Leões, dentre outras, ajudam nesse processo de revitalização do Centro. Além disso, as Praças da Bandeira e da Igreja do Carmo são tradicionais ponto de concentrações de manifestações políticas que volta e meia acontecem na cidade. A Praça do Coração de Jesus, ao lado do Parque das Crianças, também muito importantes outrora, agora serve de terminal de ônibus e sede de instituições ligadas à Prefeitura de Fortaleza, respectivamente. Há outras Praças e Parques. E, como se pode ver, existe um enorme potencial, sobretudo turístico e de lazer, ainda pouco desenvolvido. Outro fato importante de ser registrado é o retorno para o Centro de Fortaleza da Sede da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no ano de 2010, para um lugar chamado “Palácio do Bispo”, localizado atrás da Igreja Catedral. Algumas Secretarias municipais também funcionam no bairro. Esses podem ser alguns indícios da requalificação que o Centro de Fortaleza pode vir a passar no próximo período.

No que diz respeito aos que fazem atualmente o Centro da cidade em seu cotidiano e que ajudam a manter o Centro contemporâneo vivo e ativo, recentemente jovens de classe média tem realizado festas e ações de intervenção cultural ali. Dados de uma pesquisa realizada, em 2003, pelo Sebrae e Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura¹⁷¹, mostra que o comércio do Centro representou 5,36% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado. A pesquisa revelou ainda que o Centro responde por 45 mil postos de trabalho, que 67% das compras são realizadas à vista e que o Centro conta com um fluxo diário de cerca de 215 mil pessoas. Vamos à seguinte passagem, que nos é bastante

¹⁷¹ SEBRAE e SDE, Apud Diógenes, Beatriz. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 67. (Dissertação de mestrado).

elucidativa sobre a vitalidade do Centro:

Não ocorreu um esvaziamento do centro antigo, sobretudo no que se refere às atividades comerciais. Ao contrário, há um afluxo cada vez maior de população para aquela área. No entanto, enquanto que no passado o Centro atendia a todos os estratos sociais, agora se volta para uma população de médio e baixo nível de renda. A presença dos 'pobres' é massiva na área central, seja como trabalhadores,¹⁷² seja como consumidores

Ao Centro coube o comércio menos sofisticado e continua sendo até hoje a referência comercial para os “populares”. Além disso, o North Shopping, instalado na Avenida Bezerra de Menezes no final dos anos 1980, é também o que pode ser denominado de shopping popular, que atrai a população com menos poder aquisitivo, contudo, em maior volume de circulação localizado na zona oeste da cidade. O mesmo pode ser dito do Shopping Benfica, localizado no bairro de mesmo nome, ao lado do centro no sentido sul-sertão. Esse é um período de fortes mudanças na cidade, que vai conhecendo aos poucos novos centros de concentração de capital e de decisão econômica e política.

2.4.2 Centralidade II – Aldeota (Centro-Leste) Av. Santos Dumond

Baseando-se no arquiteto Flávio Villaça, Beatriz Diógenes contextualiza a transferência de centralidade na cidade de Fortaleza, identificando-a com um processo mais geral que ocorre nas grandes cidades do Brasil:

Por volta da década de 70 – variando um pouco conforme a metrópole – os

¹⁷² Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 66. (Dissertação de mestrado).

centros já estavam bastante abandonados, principalmente como local de compras, diversões e escritórios de profissionais liberais da burguesia. Abandonados pelas elites, eles sofrem uma desvalorização imobiliária acentuada e os grandes investimentos imobiliários, os grandes edifícios de escritório típicos dos anos 60 não são mais construídos no Centro. Não ocorre nenhum investimento imobiliário de porte. Na década de 80, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão somente a sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população¹⁷³.

Diógenes identifica dois períodos do processo de Centralidade da Aldeota, “o primeiro período (1972 a 1984) relacionado à formação do centro da Aldeota, quando ocorrem as primeiras mudanças no bairro, e o segundo (1984 a 2004) à consolidação dessa nova centralidade na cidade de Fortaleza”¹⁷⁴. De fato, a partir dos anos 1980, há uma tendência de deslocamento da centralidade para a zona leste. Segundo Bernal, “Fortaleza /.../ se coloca como a capital que mais cresce no nordeste, atraindo investimentos turísticos, que estão se instalando na orla marítima, ao mesmo tempo em que acolhe uma massa de capital financeiro, que se instala nos shoppings e *apart-hotéis* na região leste da cidade”¹⁷⁵. Esses novos equipamentos são instalados na orla, especialmente, nos bairros do Meireles e Aldeota, que se fortaleceram como

¹⁷³ Villaça, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001. p. 283. Apud. Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 63 e 64.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 61.

¹⁷⁵ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 142.

nova centralidade.

O comércio do Centro sofreu um duro golpe com o surgimento da “febre” dos *shoppings centers* que atraem faixa da população de maior poder aquisitivo. Um marco disso é a construção do primeiro *shopping center* da Fortaleza - o Center Um, que data de 1974 e que está localizado na Avenida Santos Dumont, na Aldeota. De acordo com Diógenes: “Dada a novidade e tipologia da época, o shopping constituiu um sucesso de vendas desde a sua inauguração, atuando como ponto de atração para toda a população da Cidade, empolgada com o novo equipamento, incomum até então em Fortaleza”. Ainda de acordo com a autora, conforme Tasso Jereissate¹⁷⁶, empresário responsável pelo empreendimento, “foi realizada uma pesquisa na época, a fim de determinar a localização mais apropriada para esse tipo de equipamento. O resultado revelou ser nessa área onde estava concentrado o maior mercado consumidor da cidade”, contudo, “o empresário declarou também não haver tido qualquer problema quanto à aprovação do projeto, por tratar-se de algo novo e não haver legislação própria para este tipo de equipamento, quanto a taxa de ocupação, estacionamento, etc”¹⁷⁷. A construção desse shopping antecipou a tendência de especialização daquela área que atraiu outros para o seu entorno.

Essa concentração de *Shoppings Centers* encontra-se justamente no quadrante que Diógenes caracteriza como o “centro da Aldeota”, lugar onde, segundo a autora, “desde o início, se processaram as primeiras mudanças, e que se configurou como o centro do bairro, expandindo-se posteriormente. Esse centro pode ser identificado como o trecho formado por aproximadamente 54 quadras em torno do cruzamento das avenidas Santos Dumont e

¹⁷⁶ Entrevista concedida à arquiteta Beatriz Diógenes em 1º de dezembro de 1984.

¹⁷⁷ Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 72. (Dissertação de mestrado) (vale para as três passagens do parágrafo).

Desembargador Moreira”¹⁷⁸. Ainda segundo a autora, “atualmente, o centro estendeu-se também ao longo de uma via paralela à av. Santos Dumont, a av. Don Luís, que tem se transformado num eixo dinâmico de comércio e serviços do bairro, com visível tendência à expansão”.¹⁷⁹

De acordo com Diógenes, a década de 1980 marca a expansão da atividade terciária no bairro, quando começou a crescer “um comércio de luxo e toda uma gama de serviços especializados destinados a atender às exigências de seus habitantes, tais como joalherias, boutiques, *delicatenssen*, antiquários, galerias de arte, lojas de decoração, restaurantes finos etc”¹⁸⁰. No que diz respeito ao setor bancário, por exemplo, Diógenes informa que ele também encontrou grande mercado em potencial nessa área da Aldeota, que passou a abrigar diversas agências como a Caixa Econômica, BMC, Banco Real, BEC av. Santos Dumont, Banco Nacional, BEC Praça Portugal, BIC, BANCESA, Citibank, Banco da Paraíba, BANORTE, BAMERINDUS, todos somente na década de 1980¹⁸¹. Ainda segundo a autora:

Esses bancos implantaram suas agências na Aldeota não somente com o objetivo de expansão, como processo de descentralização para outros bairros, mas também em função do poder aquisitivo da área, o mais alto da cidade, tratando-se assim de marcante mercado financeiro. As primeiras agências realizaram pesquisas de localização, a fim de assegurar a viabilidade do investimento. As demais já não utilizaram esse recurso, por se consolidar a cada dia o setor bancário

¹⁷⁸ Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 69. (grifo da autora). (Dissertação de mestrado)

¹⁷⁹ Ibidem, p. 70.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 74.

¹⁸¹ Ibidem, p. 75.

no bairro¹⁸².

Costa aponta outro fator da emergência da Aldeota como nova centralidade, que foi o deslocamento de instituições públicas, antes localizadas no Centro, para o bairro da Aldeota “ao longo da década de setenta, o Palácio do Governo, algumas secretarias estaduais e municipais, a Assembléia Legislativa, a Câmara Municipal e vários órgãos públicos de todos os níveis, foram transferidos do Centro para a Aldeota” (a Câmara Municipal funciona atualmente no entorno da Av. Washigton Soares). Além disso, “o poder público contribuiu para a expansão 'desordenada' da cidade na direção do Sítio do Cocó (Figura 8), construindo grandes obras e equipamentos públicos, abrindo novas vias, implantando infra-estrutura e serviços. Grandes vazios urbanos foram valorizados”.¹⁸³ Ainda no bojo da expansão para a Zona Leste, com a incorporação do Sítio do Cocó à malha urbana, os senso do IBGE de 1970 e 1980, atesta um crescimento de 119,95%, passando de 26.189 para 57.603 habitantes, enquanto o município crescia a uma taxa de 63% no mesmo período.



Figura 8: Expansão urbana sobre o Sítio do Cocó transformando o ambiente natural e alterando a paisagem de Fortaleza. (Fonte: arquivo Diário do Nordeste)

¹⁸² Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 75.

¹⁸³ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1988, p. 133 e 134 respectivamente no parágrafo.

A construção do shopping Iguatemi, em 1982, também teve uma forte influência no deslocamento da dinâmica comercial e imobiliária, favorecendo o Sudeste da cidade. O shopping foi construído em áreas aterradas do mangue do Cocó, com a finalidade de conseguir terrenos a baixo custo, apesar de protestos de grupos envolvidos com a preservação do ambiente natural, como o movimento ambiental SOS Cocó que data daquele período e que retornou recentemente, quase 30 anos após a construção do *shopping*. Dessa vez, a polêmica foi em torno o projeto do Centro Empresarial Iguatemi, que acabou sendo construído às margens do Rio Cocó e ao lado do Shopping, apesar da pressão do Movimento Ambiental de Fortaleza que se materializou na “Frente Ecológica e Popular de Fortaleza”¹⁸⁴ e das versões contraditórias por parte da Prefeitura de Fortaleza, especialmente, de sua Secretaria de Meio Ambiente quanto à concessão ou não da obra. Essa obra foi motivo de grande e longa polêmica, em que tanto empresários, quanto a Prefeitura Municipal de Fortaleza e os movimentos populares se posicionaram sobre o tema. Dentre os fatores indutores da proliferação dos *shoppings centers*, encontra-se a violência urbana e, como Bernal constatou por intermédio de entrevistas “as tendências atuais indicam uma mudança do hábito de comprar no comércio de rua para comprar em lojas de *shoppings center*, especialmente entre os mais jovens”.¹⁸⁵

No processo de expansão da cidade (e da centralidade) para o leste, a Avenida Santos Dumont foi o principal elo que possibilitou o fluxo com outros bairros como a Varjota, o Papicu, o Cocó, as Dunas e a Praia do Futuro, que foram se integrando e expandindo o raio de influência da Aldeota, fazendo a ligação do Centro com o litoral leste. De acordo com Costa, estava previsto desde o

¹⁸⁴ Pra saber mais ver: <http://frentepopular-fortal.rg3.net/> e <http://frentepopularecológica-fortal.blogspot.com/>

¹⁸⁵ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 191.

Plano Diretor de 1972 “o prolongamento da avenida da Santos Dumond até a Praia do Futuro e a construção da Praça 31 de Março e da avenida Zezé Diogo”. Ainda segundo a geógrafa “a execução dessas obras, em 1976, provocou, de imediato, a abertura de inúmeros loteamentos e ruas e a construção de residências nos bairros Papicu e Cocó”.¹⁸⁶ Um fator decisivo dessa expansão foi o valor simbólico da Aldeota como bairro de elite explorado pelos promotores imobiliários. A “Aldeota alargada” é hoje a referência de serviços como cadeias de *fast-food*, *shoppings centers*, centros comerciais, bancos, equipamentos de lazer etc. É também o lugar da cidade em que o processo de verticalização encontra-se mais avançado.

Por sua vez, Diógenes afirma que a legislação também foi responsável pelo deslocamento de centralidade para a Aldeota. Segundo a autora “No caso da Aldeota, as sucessivas leis de uso e ocupação do solo interferiram sobremaneira, consolidando a vocação da área como uma outra centralidade da cidade”.¹⁸⁷ Ainda segundo a arquiteta, o Plano Diretor Físico, aprovado pela lei 4.486 de 1975, houve uma novidade quanto à ocupação da Aldeota, com o surgimento de:

pólos de adensamento comercial e residencial, um dele ocupando área significativa da Aldeota, compreendida pelas avenidas Santos Dumont e Antônio Sales, Barão de Studart e Desembargador Moreira. Essa área foi por algum tempo denominada de 'quadrilátero de ouro', provavelmente pela enorme valorização que atingiram os terrenos e edificações ali localizadas, após a mudança de

¹⁸⁶ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1988, p. 134.

¹⁸⁷ Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 77.

legislação¹⁸⁸

A lei 5.122-A também é considerada por Diógenes como um marco na formação da centralidade da Aldeota. Por força de suas determinações, ela foi responsável por grandes mudanças ocorridas no bairro, pois, “além de permitir a verticalização, também incentivou a implantação do comércio e de serviços, com a criação dos corredores onde se concentram essas atividades¹⁸⁹”.

De fato, a Aldeota não é só “*glamour*”, as novas relações que se estabelecem entre o espaço natural e o território usado, a verticalização, a concentração financeira e comercial, o enorme fluxo de carros e pessoas, geram por outro lado, impactos negativos sobre a vida da população e o ambiente natural, como congestionamentos, poluição, insegurança, dentre outras expressões da degeneração urbana e da cidade.

O excesso de impermeabilização do solo pode causar efeitos nocivos ao meio ambiente, com a redução da evaporação, pela ausência de vegetação e água disponível; a radiação solar que não é usada na evaporação aquece o espaço urbano e o ar da Cidade, além de causar a elevação da temperatura e a redução da umidade¹⁹⁰

Esses e outros fatores contribuem com a perda de hegemonia absoluta da Aldeota e além disso, “em razão da escassez de grandes lotes, a área não comporta mais a construção de equipamentos de grande porte, que exigem grandes áreas e estacionamento compatível. Esses equipamentos estão sendo instalados em grandes terrenos livres na zona sudoeste da cidade, ao longo da av. Washington Soares”¹⁹¹. E a cidade não pára. A centralidade absoluta do bairro Aldeota, que foi viabilizada, diga-se de

¹⁸⁸ Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 77 e 78.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 80.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 89.

¹⁹¹ Ibidem, p. 95.

passagem, por meio de “fontes não identificadas”, segundo vários autores¹⁹², aos poucos, vai perdendo sua força e importância sócio-espacial à medida que o centro de decisão e de dinâmica econômica vai se expandindo e ocupando outros lugares, como ocorre atualmente com a expansão da cidade no sentido Sudoeste, promovendo um deslocamento movido por vários fatores que vamos debater no tópico a seguir.

2.4.3 Centralidade III – Aldeota expandida (Sudeste) Av. Washington Soares

Enquanto na Aldeota, em face da carência de terrenos, as novas construções surgem em substituição a imóveis já existentes, que são demolidos, já no novo centro, grandes equipamentos ocupando terrenos livres, são construídos às margens da avenida [Washington Soares] com amplas áreas de estacionamento¹⁹³.

O atual centro de valorização e de expansão urbana em Fortaleza é o que compõe o eixo sudeste, compreendendo bairros como Edson Queiroz, Água Fria, Cidade dos Funcionários, Cambéa e Messejana, cujo crescimento se torna mais intenso a partir do final dos anos 1990, com a presença de condomínios fechados horizontais (condomínios de casa) e conjuntos residenciais de classe média. Segundo Diógenes “Em meados dos anos 1980, o Poder Público, junto com a iniciativa privada começaram a dirigir o crescimento da Cidade para esses bairros, implantando infra-estrutura e serviços, construindo grandes obras e equipamentos públicos e

¹⁹² Baseando-se no livro chamado “Aldeota” do escritor cearense Jader de Carvalho, vários autores fazem referência a essas origens escusas e obscuras que ajudaram a erguer um dos bairros mais ricos do país. É o caso de Costa e Diógenes, por exemplo.

¹⁹³ Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 102. (Dissertação de Mestrado)

abrindo novas vias, com a avenida Washington Soares”.¹⁹⁴ Esta avenida é atualmente uma das fortes preferências de moradia das famílias de classe média e alta em Fortaleza, “os consumidores deste tipo de habitação, em geral, adquirem o imóvel para uso próprio, buscando maior segurança e preços mais vantajosos em áreas ainda não saturadas como Edson Queiroz, Cidade dos Funcionários, Parque Manibura e outros, em que o preço do m² é inferior ao dos bairros mais elitizados”¹⁹⁵. No bairro do Cocó, observa-se um forte processo de verticalização com a valorização dos lotes. Pode-se considerar que a nova centralidade de Fortaleza encontra-se no sentido sudeste da cidade e tem na avenida Washington Soares (Figura 9) o seu principal símbolo, com a instalação de *shoppings centers* (Iguatemi, Via Sul, por exemplo), grandes supermercados, universidades, centro de convenções, fórum, grandes lojas, dentre outros serviços tipicamente modernos. De acordo com Bernal “/.../ se observa uma grande expansão do eixo da avenida Washington Soares, na região sudeste, em direção a Eusébio, Aquiraz e às praias do litoral leste”.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Diógenes, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 101.

¹⁹⁵ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 194.

¹⁹⁶ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 165.



Figura 9: Avenida Washington Soares e seu entorno, no lado esquerdo está sendo construído o novo Centro de Convenções da cidade. (Foto: arquivo Diário do Nordeste)



Figura 10: Ponte sobre o Rio Cocó ligando a Praia do Futuro à Sabiaguaba. (Foto: arquivo Diário do Nordeste)

Essa nova tendência de centralidade urbana avança no sentido do parque ecológico do Cocó, colocando em grande evidência a contradição existente entre a movimentação do capital imobiliário e a sua preferência por paisagens belas de ambiente natural, o que lhe possibilita um incremento no preço do imóvel. Isso fica claro quando analisamos que a avenida que simboliza essa nova centralidade, a Washigton Soares, cruza o Parque do Cocó transformando esse ambiente natural em território usado, em espaço humanizado. São dezenas de prédios residenciais e comerciais construídos por todo o entorno dessa avenida.

Outro bairro que ainda permanece bastante reservada as que está sofrendo sério risco de se transformar em terreno de expansão imobiliária é a Sabiaguaba, especialmente em decorrência da inauguração no ano de 2010 de uma ponte que uniu a Sabiaguaba à Praia do Caça e Pesca, passando por cima do Rio Cocó, no extremo leste da Praia do Futuro (Figura 10). A ponte une praia do Futuro à Sabiaguaba “suprimiu” a distância entre esses dois bairros, tencionando a ocupação daquela área em que prevalece o bioma de manguezal. Para se evitar uma ocupação comandada unicamente pelo mercado imobiliário, a Prefeitura de Fortaleza, através de um projeto articulado pelo vereador João Alfredo (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), transformou o bairro da Sabiaguaba no primeiro bairro verde da cidade, por intermédio do Diagnóstico do Plano de Manejo das Unidades de Conservação da Sabiaguaba, cuja elaboração foi coordenada pelo professor Jeovah Meireles do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará.¹⁹⁷

¹⁹⁷ PREFEITURA DE FORTALEZA. **Plano de Manejo pretende transformar Sabiaguaba em bairro ecológico.** Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15000&Itemid=239

O primeiro condomínio de luxo Alphaville foi construído na entrada do Porto das Dunas no caminho para o Parque Aquático *Beach Park*, localizado no município do Eusébio. Este empreendimento é simbólico em vista do estrato social do mercado consumidor desse tipo de habitação e mesmo pela escolha do local - um município da zona leste da região metropolitana que faz ligação diretamente com a avenida Washigton Soares. Mas apesar de simbolizar estatus social, morar num *Alphaville* não significa estar necessariamente dentro da cidade. No sítio do empreendimento em Fortaleza há a seguinte apresentação “Construído em uma das melhores regiões de Fortaleza, próximo às praias, entre o Shopping Iguatemi e o *Beach Park*, o empreendimento possui 1.188.200 m² – sendo 306.977 m² de área de preservação ambiental permanente”¹⁹⁸. Note-se o publicitário apelo à qualidade de vida, sempre associado à presença de ambiente natural. Engels tinha razão ao afirmar que “a maioria não está presa, pelas suas ocupações a um local determinado /.../ quem quer que for fazê-lo, prefere morar fora do que na cidade poluída”¹⁹⁹. Quem quer que queira e, nesse caso, que possa. Chama-se atenção para o fato de que a implantação de um condomínio *Alphaville* em uma dada localidade pode indicar um movimento tendencial de deslocamento da dinâmica do capital no espaço. Agora não mais necessariamente no interior da cidade, senão pela metrópole. Cada vez mais vista como um todo, cada vez mais indiferenciada.

Qual o significado da nova centralidade de Fortaleza para o Mangue do Cocó? Qual o significado da inauguração da ponte sobre o rio Cocó no Caça e Pesca? O resultado disso só saberemos daqui a alguns anos, entretanto, é sempre oportuno lembrar que a aparente proteção do ambiente natural pelas leis nem sempre é suficiente para barrar o apetite do capital imobiliário em

¹⁹⁸ Fonte: <http://www.alphaville.com.br/empreendimentos/nordeste/fortaleza/>

¹⁹⁹ Engels, F. **A questão da Habitação**. São Paulo: Editora ED Acadêmica, 1987, p. 55.

sua necessidade de reproduzir-se, mantendo-se e ampliando-se.

2.5 O avesso da centralidade

Segundo o estudo da professora Cleide Bernal²⁰⁰, os níveis de desigualdade na RMF tendem a aumentar entre 1981 e 1999. Em 1999, os 5% mais ricos da região metropolitana chegaram a se apropriar de 38% da renda, quando, em 1981, detinham 33,9%. Porém, a parcela do 1% mais ricos teve um crescimento mais acentuado no total da renda, apropriando-se de 15,6% em 1999, comparando-se aos 12,9% que detinham em 1981. Além disso, na segunda metade dos anos 1990, a Região Metropolitana de Fortaleza distancia-se das outras regiões do estado com um aumento do PIB per capita, que passou de 2.993 para 4.159 reais, entre 1995 e 1998. Por outro lado, os mais pobres perderam posição relativa nas duas décadas, enquanto os 40% mais pobres se apropriavam de 3,38% da renda em 1981, atingiram 3,20% em 1999. Em relação ao índice de Gini e Theil²⁰¹, a despeito de ter se observado um crescimento na renda real mensal da região metropolitana, de 147,10 reais para 206,70 reais, em setembro de 1999, o índice de Gini mostra uma tendência ao aumento da desigualdade de renda, elevando-se de 0,579 para 0,610 e 0,628, respectivamente, entre os anos de 1993, 1995, 1999.

Apesar do dinamismo relativo ocorrido no Estado do Ceará nas últimas décadas, segundo Bernal, “o Ceará ocupa o 23º lugar na classificação dos Estados brasileiros no relatório de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), só perdendo para o Piauí e Alagoas, com a população de pobres de 3,3

²⁰⁰ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 92.

²⁰¹ Índice que mede o nível da desigualdade de renda. O índice indica mais desigualdade à medida em que se aproxima de 1.

milhões de pessoas”²⁰². Este dado indica que o crescimento econômico obtido pelo Estado, que supera inclusive a média dos outros Estados da Região Nordeste, não é suficiente sequer para amenizar a situação de pobreza e miséria de quase metade da população.

encontramos em Fortaleza formas de convivência entre vários seguimentos da estrutura social, com a incrustação de favelas em todo o espaço dos bairros burgueses, sendo largamente utilizado nas residências destes bairros os serviços domésticos ofertados pelos moradores das favelas. A segregação social se apresenta, assim, no mesmo espaço de convivência e de forma bastante utilitária²⁰³

Essa passagem demonstra uma escala “menor” da segregação que ocorre mesmo no interior dos bairros ricos. São como espaços de afirmação e negação do capital que mantém entre si uma relação de interdependência e mutualismo, que acontece quando os moradores ricos ou de classe média, ao se negarem a assumir certos ofícios de menor remuneração e que exige baixo grau de escolaridade, acabam demandando serviço doméstico, de faxina, de segurança, portaria etc., dos habitantes de favelas localizadas nestes bairros. Essa relação acaba sendo vantajosa pra os dois²⁰⁴, tendo em vista a redução do custo de reprodução da força de trabalho, pela proximidade da mão de obra do local de trabalho. O comércio também demanda força de trabalho com essas características, e um exemplo disso é a famosa favela das “quadras” localizada no bairro da Aldeota²⁰⁵.

²⁰² Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 66.

²⁰³ Ibidem, p. 147.

²⁰⁴ Muito mais para o comprador da força de trabalho que para o vendedor, mas esse último está feliz por ter um emprego, diferentemente de muitos de seus vizinhos e familiares.

²⁰⁵ Segundo informações de um conhecido morador das Quadras, o *rapper* e promotor cultural Preto Zezé, atual presidente da Central Única das Favelas - CUFA, em conversa informal com o autor desta dissertação.

A integração da área do Mucuripe ao espaço urbano de Fortaleza se dá a partir de 1945, com a implantação do Porto do Mucuripe. Contudo, segundo Bernal “É também no início dos anos 1960 que se consolida a orla litorânea, com a construção da Avenida Beira-Mar, que vem configurar um espaço de segregação, em função da acessibilidade e da presença de bares e restaurantes no local”. A autora afirma que “Paralelamente a isso, verificou-se o deslocamento para outros bairros, principalmente para a Aldeota, de parte do comércio e serviços localizados no Centro, tendência que iria aprofundar-se nos anos 1990 e contribui para o esvaziamento daquela área”²⁰⁶. Com isso, com a concentração de serviços e a circulação de pessoas predominantemente da elite fortalezense, pode-se considerar a Beira Mar como um dos primeiros espaços de auto-segregação burguesa.

A professora Bernal associa a terceirização com a segregação sócio-espacial, para ela, as duas “caminham juntas a estruturação intra-urbana de Fortaleza e esta última vem-se agravando com a expansão urbana, especialmente dos bairros mais elitizados e mais bem dotados de infra-estrutura”²⁰⁷. Ainda segundo a autora “o impacto das mudanças na estrutura produtiva sobre a organização da cidade é mediada pelo surgimento do capital de incorporação, que gera a dinâmica imobiliária, responsável pelo agravamento do processo de segregação já instalado na metrópole em época mais remota”²⁰⁸.

Já para Costa, “a incorporação de novos espaços à cidade ocorre por meio da intervenção do Poder Público e do Setor Privado. Cabe a estes agentes a responsabilidade pelo processo de diferenciação social do espaço urbano e até mesmo pelo fenômeno da segregação sócio-espacial”.

²⁰⁶ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 148 e 149 respectivamente para as duas passagens do parágrafo.

²⁰⁷ Ibidem, p. 196.

²⁰⁸ Ibidem, p. 197.

Segundo a autora “a região leste /.../ sempre reuniu os melhores terrenos do ponto de vista topográfico, a as condições climáticas mais favoráveis despertando o interesse dos grandes proprietários de terra e motivando a especulação imobiliária de forma violenta”.²⁰⁹

Por outro lado, Araújo alerta que “como caso crítico, a ocupação a oeste de Fortaleza, desde o litoral e sentido sudoeste, no entorno do Rio Maranguapinho. A preocupação futura está no Sudeste, entre o litoral e a fronteira com Município de Aquiraz”²¹⁰.

O poder público, como fica claro no decorrer deste capítulo, teve uma intervenção que acabou por agravar ainda mais o processo de segregação, podendo-se dizer mesmo que teve um papel fundamental na consolidação deste problema. Como exemplo disso, Costa nos informa que “os conjuntos habitacionais, em Fortaleza, geralmente estão localizados em áreas distantes do Centro da cidade e dos bairros mais valorizados, como o Papicu, Aldeota e Meireles. A maioria dos conjuntos foi localizada na Zona Oeste, em direção aos municípios de Caucaia e Maracanaú”.²¹¹ Eles foram construídos junto ou próximos ao leito das linhas férreas Fortaleza-Maracanaú e Fortaleza-Caucaia.

Na raiz da segregação sócio-espacial encontra-se a propriedade privada da terra urbana, cujo preço é uma das expressões dessa condição contemporânea da propriedade, juntamente ao aluguel, ao arrendamento, à compra, à venda etc, conformam apenas categorias de seu lado aparential. Portanto, é apenas parcialmente correto afirmar, como poder ser encontrado nos trabalhos de quase todos os autores consultados, que o preço da terra é o responsável pelo processo de segregação sócio-espacial.

²⁰⁹ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo. (Dissertação de mestrado), p. 123. (vale para as duas citações do parágrafo).

²¹⁰ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrópole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010, p. 87.

²¹¹ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo. (Dissertação de mestrado), p. 156.

Enquanto que na raiz do problema está a propriedade privada da terra urbana. Vimos também que a ação do poder público age no sentido de acirrar ainda mais as discrepâncias no preço da terra urbana ao direcionar seus investimentos de infra-estrutura e de outros bens de consumo coletivo e ao regulamentar a ocupação do território, mais ou menos casados com os interesses dos agentes privados de produção do espaço urbano de Fortaleza. Concordamos com Costa quando a autora afirma que “o conjunto de normas jurídicas a legislação urbana não é neutra”²¹². Importante constar que uma transformação qualitativa da propriedade da terra urbana, de um tipo privado em direção à propriedade social, poderia conviver tranquilamente com as relações sociais do capital que, por sua vez, tem como condição essencial o caráter mercadológico da força de trabalho, que nessas condições é sempre passível de compra e venda por intermédio do assalariamento, de onde provém a acumulação da riqueza excedente na forma de mais-valia e a alienação da propriedade.

No que diz respeito ao turismo, que foi pouco debatido nesta “volta por Fortaleza”, a professora Bernal nos apresenta de maneira muito simples os reflexos da ação do modelo de desenvolvimento desse setor, praticado no período recente no estado do Ceará: “o turismo é um vetor importante na estruturação do espaço urbano, apresentando considerável crescimento na última década, porém, carrega consigo uma dualidade desagregadora”²¹³. Isso é especialmente verdade quando pensamos os circuitos espaciais de um turista que tende a se limitar ao raio de abrangência centro-leste. De fato, dados relativos à SETUR, constantes na pesquisa da professora Ana Matos, sobre os estabelecimentos turísticos presentes em Fortaleza mostram que “São 225 equipamentos turísticos

²¹² Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo. (Dissertação de mestrado), p. 54.

²¹³ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 205.

/.../ Há praticamente o mesmo número de pousadas (44%) e hotéis (43%). Os hotéis são, em geral, novos, construídos na maioria entre os anos 1990 e 2002 (57%). As pousadas (88%) adaptam casarões residenciais a novas funções”, mais à frente a autora confirma a nossa afirmação anterior em relação aos circuitos espaciais de um turista que visita Fortaleza “os estabelecimentos se distribuem em 15 bairros, sobretudo em corredor da beira-mar, do centro (13%), para a Praia de Iracema (24%), pela Aldeota (6%), Meireles (30%) à Praia do Futuro (13%)”²¹⁴. Na Região Metropolitana, os municípios mais valorizados pelo turismo são os municípios litorâneos de Aquiraz e Caucaia. Ali, as atividades de subsistência como a agricultura e a pesca são abandonados em nome do turismo.

O sudoeste é, sem dúvidas, o mais “obscuro” da cidade tendo em vista a escassez de informações e estudos específicos sobre essa zona. Segundo Costa “os contingentes mais modestos ocupam a zona à oeste a à sudoeste da cidade, que correspondem a 2/3 da área construída e se caracteriza por maiores densidades populacionais, sendo habitualmente desprezada pelos investimentos públicos”²¹⁵. Na medida em que se distancia do centro em direção ao vetor sudoeste, esse “desprezo” ou negligência vai agravando-se, especialmente nos bairros que fazem fronteira com os municípios de Caucaia e Maracanaú, desde o José Walter até a Barra do Ceará. Nesses bairros, é perceptível uma “desresponsabilização” por parte dos poderes públicos municipais, que jogam de um para o outro lado os problemas que afligem a população que residem nestas áreas, protelando eternamente uma solução. Como demonstra Costa, o próprio poder público contribui com essa discrepância leste-oeste, instalando bens de consumo coletivo nos

²¹⁴ Araújo, Ana M. M. **Fortaleza, Metrôpole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010, p. 56 e 57.

²¹⁵ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo. (Dissertação de mestrado), p. 24.

bairros de classe média e alta “contrariamente ao bom senso, mas nem por isso à lógica da expansão urbana da cidade capitalista, as zonas leste e sudeste, muito menos habitadas, são aquelas que recebem a maior parte da atenção do Estado no delineamento do traçado e na ampliação da malha urbana”.²¹⁶ A implantação desses bens de consumo coletivo findam por valorizar ainda mais as áreas ditas nobres da cidade, favorecendo o crescimento da cidade na direção em que são implantados tais equipamentos. A centralidade às avessas fica por conta dos bairros da periferia de Fortaleza, onde a falta de saneamento básico e a dificuldade no combate à disseminação de doenças, muitas delas já extintas em outras áreas da cidade, ainda prevalece.

O setor empresarial também direciona o crescimento para as zonas leste e sudeste da cidade “com a implantação de indústrias, de estabelecimentos destinados ao ensino superior e de centros comerciais, além da abertura de novos loteamentos pelos grandes proprietários de terras, como as famílias Diogo, Patriolino, Ribeiro, Dionísio Torres, Gentil, dando origem a bairros – Dionísio Torres, Papicu, Edson Queiroz, Antônio Diogo, Cocó, Água Fria”²¹⁷. “A tendência que se observa em Fortaleza é a mesma das grandes cidades brasileiras, cuja gestão não se orienta para as demandas populares, mas no sentido de torná-las competitivas para a atração do turismo e dos capitais privados”,²¹⁸ indicando que prevalece em Fortaleza o “paradigma” da cidade Mercado, em detrimento da cidade democrática e das ações transitórias. Isso ocorre pela tendência competitiva das cidades capitalistas, sobretudo das cidades mercantis e turísticas. Apesar de concentrar grande parte das atividades industriais, o que prevalece em Fortaleza é o setor

²¹⁶ Costa, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo. (Dissertação de mestrado), p. 26 e 28.

²¹⁷ Ibidem, p. 49.

²¹⁸ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 182.

terciário. As obras referentes à Copa do Mundo de 2014 vem a agravar ainda mais essa segregação, dado que, em sua maioria, tais obras estão concentradas na zona leste de Fortaleza, conforme pudemos verificar em Audiência Pública sobre as obras da Copa realizada pelo CREA/Ceará em maio de 2011.

O capital incorporador tem atualmente um importante papel na produção da cidade de Fortaleza, ao agir da seguinte forma: “o capital incorporador coopta segmentos da sociedade e com isto estabelece sua hegemonia na estruturação do espaço urbano, antecipando-se ao planejamento social urbano e se responsabilizando pelo ordenamento da ocupação urbana”²¹⁹. Isso ficou muito claro no último processo de elaboração do Plano Diretor de Fortaleza, sobretudo, pelo caráter participativo de elaboração desse momento em que as demandas dos vários segmentos sociais, muitos deles contraditórios entre si, materializaram-se em campos de poder com interesses opostos. Simbolizados, de um lado, pelo chamado “campo popular” e de outro, por empresários ligados ao setor da construção civil liderados pelo Sindicato da Construção Civil – Sinduscon; conforme pude constatar em estudo específico sobre o tema.²²⁰

Lugar onde a dimensão da degeneração urbana encontra-se mais avançada, juntamente ao eixo que aponta para o Sul da cidade - direção sertão; como os fortalezenses costumam chamar, o Sudoeste é o avesso da centralidade. Sobretudo quando nos deparamos com a assimetria materializada no eixo correspondente inverso, o sudeste, referência de nova centralidade de Fortaleza, espaço cujos serviços expandem-se velozmente e o metro

²¹⁹ Bernal, Cleide. **A metrópole emergente** – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004, p. 185.

²²⁰ Sousa, André L. **O Território da Habitação no Processo do Plano Diretor Participativo da Cidade de Fortaleza/Ce, Brasil**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (9). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-9.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

quadrado tende a valorizar-se na mesma proporção. Atualmente, a principal contradição que expressa a segregação sócio-espacial atual de Fortaleza é composta pelos vetores sudeste *versus* sudoeste, uma verdadeira assimetria sócio-espacial. A desvalorização do sudoeste é expressa inclusive pela falta de interesse dos pesquisadores pela área, motivo da escassez de análises sobre a realidade desta parte da cidade, que permanece meio que invisível. Isso também fica muito claro quando pensamos no roteiro tradicional de um turista que chega à Fortaleza e que tende a circular somente pelo centro-leste, especialmente no litoral, o que, em parte, ajuda a entender o porquê da concentração de serviços urbanos modernos naquela parte da cidade.

CAPÍTULO 3

3 A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES COMO NEGAÇÃO DA DEGENERAÇÃO URBANA - DESDE 2000 A 2011

Este terceiro capítulo é dedicado ao debate sobre a experiência do Movimento dos Conselhos Populares, o MCP. Temos consciência de que um simples relato, como o que se segue, certamente não será suficiente para dar conta da complexidade que o MCP assumiu no seu descontinuo e relativamente breve tempo de existência. O fato de ser o MCP um movimento popular²²¹ implica numa reflexão em torno da relação entre o que se conveniu chamar de “movimentos sociais” e a produção do espaço urbano de Fortaleza. Como podem os chamados movimentos populares produzirem espaço? Como a ação coletiva dos movimentos sociais independentes e autônomos relaciona-se com o desenvolvimento do espaço urbano capitalista²²²? Como podem interferir na configuração desse mesmo espaço? Este capítulo compõe a base empírica principal da análise do objeto de estudo da dissertação: o espaço de transição, nos termos em que estamos trabalhando nesta pesquisa e que foram

²²¹ “Deslinda-se, assim, a necessária distinção que trazemos à baila: movimentos sociais e movimentos populares se distinguem na medida em que os primeiros aparecem como gênero e os segundos, como espécie. Como todo gênero, por consequência, os movimentos sociais abraçam mais de uma espécie. Seguindo as palavras de Daniel Camacho, “há movimentos sociais que representam os interesses do povo, assim como há os que reúnem setores dominantes do regime capitalista”, portanto, os movimentos sociais não necessariamente se vinculam a uma pauta política popular, ao passo que os movimentos populares têm tal vínculo por pressuposto. Pazello, Ricardo Prestes. **A produção da vida e o poder dual do pluralismo jurídico insurgente**: ensaio para uma teoria da libertação dos movimentos populares no choro-canção latino-americano. Programa de Pós-Graduação em Direito: Florianópolis, 2010, p. 297.

²²² O termo “desenvolvimento urbano capitalista” é quase uma redundância, tendo em vista que o próprio conceito de desenvolvimento está intimamente relacionado com o desenvolvimento capitalista. Esse é um dos motivos pelos quais falamos das três dimensões do desenvolvimento urbano como expansão, degeneração e transição, sendo que a transição representa a possibilidade de um superação do desenvolvimento capitalista. Esse é nosso objeto de estudo, o que chamamos de espaço de transição.

pormenorizados no primeiro capítulo. Para fins de distinção e para facilitar a escrita, sempre que utilizarmos o termo “Movimento” com “M” maiúsculo ou MCP, estaremos nos referindo ao Movimento dos Conselhos Populares.

Na elaboração deste capítulo foi realizado um levantamento e a leitura de documentos do Movimento, tais como: cartilhas, cartas, panfletos, boletins internos, avaliações conjunturais etc., que abrangem desde a primeira tentativa de organização até os dias atuais. Também foram realizadas 12 (doze) entrevistas semi-estruturadas com militantes do Movimento, bem como a transcrição e análise das mesmas. Na lista de entrevistados constam integrantes que se engajaram na organização do MCP, sobretudo a partir de 2004/2005. Também procurou-se contemplar representantes de uma recém formada geração de militantes, que se engajaram no Movimento por meio das experiências próprias do MCP, especialmente das ocupações. Igualmente, tivemos a oportunidade de visitar e participar de algumas atividades do Movimento no segundo semestre de 2010 e primeiros dois meses de 2011.

Do ponto de vista da produção acadêmica sobre o tema, o que alguns chamam de “estado da arte”, deparamo-nos com apenas uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará²²³. Nessa dissertação, Costa Júnior investigou o Movimento dos Conselhos Populares em sua relação com a gestão pública municipal. O trabalho é focado principalmente na análise da relação do MCP com os instrumentos democráticos de gestão implementados no decorrer dos anos 2005/2009.

Conforme vimos no primeiro capítulo, a produção capitalista do território usado tem como uma de suas contradições fundamentais a alienação via apropriação

²²³ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha**: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 1009). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. (dissertação de mestrado).

privada da terra urbana. Isso contrasta com o crescimento de uma massa de seres humanos que, alienada dos meios de produção da vida, vê a desejada terra escapar-lhe entre os dedos, pois sequer consegue vender o único meio que o modo de produção capitalista lhe oferece para a reprodução da sua vida, a sua própria força de trabalho. Também vimos que a força de trabalho na condição de mercadoria especial, portanto, livre para ser comprada ou vendida, é um ponto fulcral para a compreensão da forma como os seres humanos reproduzem sua vida social neste momento histórico da humanidade.

Dessa maneira, a escolha da investigação do Movimento dos Conselhos Populares fundamenta-se na proposição de que é possível encontrar elementos do novo, em contradição com as relações sociais e com a própria produção do território usado, ou seja, relações sociais qualitativamente distintas e superiores às relações sociais do capital. Apesar de sugerir o “novo”, tais relações não estão separadas das relações sociais do capital e das suas implicações econômicas, sociais, espaciais, jurídicas, políticas e culturais; dimensões essas que desenvolvem indissociavelmente, porém, desigualmente umas das outras. Centramos nossa análise na experiência do Movimento dos Conselhos Populares por entender que esse materializa uma experiência particular de organização da classe trabalhadora,²²⁴ especialmente, porque, ao analisarmos a história do MCP, sobretudo a partir de 2005, pudemos perceber que não se trata somente de mais um movimento social urbano, mas também de uma organização independente e autônoma da classe trabalhadora, como veremos a seguir.

Cabe destacar que não estamos tratando necessariamente de trabalhadores assalariados, uma vez que a base do Movimento é composta sobretudo de trabalhadores desempregados, ou seja, que não conseguem

²²⁴ Somente para relembrar: a classe trabalhadora é a parcela da população que não detém os meios de produção necessários à produção da sua existência, restando-lhes somente a venda da sua força de trabalho para viabilizá-la.

reproduzir sua vida na forma tradicional das relações sociais capitalistas e, ao não encontrarem compradores para a sua mercadoria, por consequência, não têm acesso aos meios básicos de produção de sua existência, tais como moradia, alimentação saudável, educação de qualidade, etc. Ao invés de buscarem alternativas individuais para a resolução dos seus problemas, como faz a maioria dos que se encontram na condição de classe trabalhadora, eles apostam na ação coletiva que se concretiza na experiência do Movimento dos Conselhos Populares. Essa característica é fundamental na análise do espaço de transição.

Partimos da compreensão de que o estudo do meio popular, melhor dizendo, de um seguimento que compõe esse meio, é possível analisar os elementos da transição, que conceituamos como “espaço de transição” e cujas características objetivas são verificáveis. Este estudo, portanto, pretende investigar os elementos do espaço de transição que foram descritos no primeiro capítulo. Eles podem indicar uma transformação qualitativa relativamente ao modo de produção capitalista e à produção do seu espaço. É por isso que o estudo da transição parte das próprias características do sistema capitalista, transcendendo-o, especialmente no período atual em que há uma interdependência crescente entre todos, como nunca antes observado na história da humanidade. Tal interdependência é facilmente verificável no meio urbano, sobretudo nas grandes metrópoles. O espaço urbano, por ser o mais desenvolvido do ponto de vista social, passa a impressão de que os seres humanos estão interligados por um fio que une a todos.

Neste estudo da história do Movimento dos Conselhos Populares, apesar do seu relativamente curto tempo de existência, pudemos perceber três períodos distintos de sua ação coletiva. Assim, dividiremos este capítulo em três seções, de acordo com a periodização aqui proposta. O primeiro momento é marcado pela tentativa de organização do MCP a partir do ano 2000, surgido na esteira do processo de eleições municipais do

mesmo ano na cidade de Fortaleza. Tal período vai de 2000 ao início de 2003, quando as atividades diminuíram e, finalmente, foram interrompidas.

O que caracterizamos como o segundo período da experiência do MCP, deu-se a partir do final de 2004, mas somente tomou forma em 2005, com o início da nova gestão municipal, ou seja, novamente a proposta parte de uma campanha eleitoral, mas, dessa vez, ganha força com a vitória do Partido dos Trabalhadores. Esse período tem início nos meses que vão do final de 2004, com a realização de plenárias para a discussão da Cartilha-Programa do MCP e elaboração do documento “Programa de Reivindicações Imediatas do Povo de Fortaleza”. Em abril de 2005, com a realização da 1ª Assembléia Popular da Cidade, o Movimento é refundado. Esse segundo período vai até abril de 2008 e é caracterizado pelas lutas por “frentes de trabalho” e pela participação nas primeiras experiências de “gestão democrática da cidade” implementadas na gestão petista.

A Plenária da Cidade promovida pelo MCP em abril de 2008, define o fim do segundo período e o início do terceiro. Nessa Plenária, o Movimento atualizou seu programa, estrutura organizativa e incluiu a tática das ocupações urbanas como uma de suas prioridades. Esse terceiro não se encerrou e abrange o tempo presente e será descrito na última parte.

3.1 MCP: primeiro ensaio (2000 a 2003)

A primeira tentativa de organização do Movimento dos Conselhos Populares remonta ao ano 2000 (Figura 11). Nesse ano eleitoral houve uma coligação de partidos de esquerda em Fortaleza, com o Partido Comunista do Brasil liderando a chapa²²⁵. A campanha eleitoral municipal do

²²⁵ A coligação envolvia além do PCdoB, o PT, PSB, PDT e PCB. O PSTU, inicialmente compunha a coligação, mas se retirou pouco antes da candidatura de Inácio Arruda ser oficializada alegando a presença do PDT na coligação. Nessa campanha, Arruda consegue chegar ao segundo turno da eleição, mas perde para o candidato do PMDB, Juraci

ano 2000 e a chegada da candidatura das esquerdas ao segundo turno, apesar de derrotada, contribuiu com a mobilização de considerável parcela da população fortalezense. Isso ocorreu por meio de vários Comitês eleitorais da coligação, distribuídos em diversos bairros da cidade.

Nesse contexto de mobilização e efervescência política a tendência interna do Partido dos Trabalhadores denominada Tendência Marxista²²⁶, surge como idealizadora do Movimento dos Conselhos Populares, objetivando aproveitar a mobilização eleitoral para construir um movimento social de massas na capital cearense.

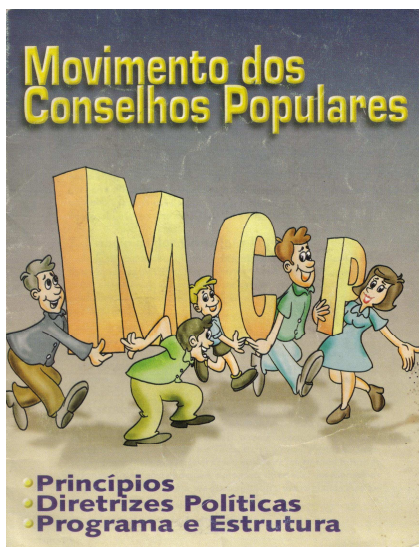


Figura 11: Cartilha de fundação do Movimento dos Conselhos Populares em 2000.

Apesar da vontade de ampliação, naquele momento, a

Magalhães.

²²⁶ O Partido os Trabalhadores permite a organização das chamadas “tendências internas”, dentre as quais a denominada “Tendência Marxista ou “TM”, é uma dessas tendências.

primeira experiência de organização do MCP foi restrita basicamente à organização política petista, não havendo aderência das demais forças de esquerda atuantes naquele período. Portanto, importa ressaltar que a proposta de organização do Movimento dos Conselhos Populares não foi assumida pela coligação de esquerda naquela campanha. Na cartilha de refundação do Movimento, elaborada logo no início do segundo período do MCP, ao final de 2004, foi realizada uma avaliação do porquê da iniciativa não ter se consolidado naquele momento: “Por várias razões de ordem material, o trabalho de difusão do MCP foi aos poucos diminuindo até que seus organizadores resolveram suspender temporariamente a sua continuidade”.²²⁷ Nessa circunstância, o MCP não conseguiu se transformar num agente político importante na cidade e, aos poucos, a experiência foi se esvaziando.

Sair do isolamento, possivelmente causado pelo insucesso da coligação de esquerda nas eleições municipais, foi o principal obstáculo encontrado pelo MCP. A proposta de organizar conselhos populares por bairros demandava um trabalho coletivo muito mais massificado do que o Movimento conseguiu mobilizar entre os anos de 2000 e 2003.

3.2 A refundação do MCP, a luta pelas frentes de serviço e as experiências de participação nos instrumentos de democratização da gestão pública municipal (2004 a 2008)

Após a suspensão da organização do Movimento analisada anteriormente, a ideia do Movimento dos Conselhos Populares retorna na campanha eleitoral de 2004. Nesse momento, diferentemente do anterior, não houve uma coligação ampla das esquerdas em Fortaleza. A aliança de 2000 dividiu-se em duas candidaturas, de um

²²⁷ MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. **Princípios, Diretrizes Políticas, Programa e Estrutura**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 9.

lado Inácio Arruda do PCdoB e, de outro lado, a candidatura do PT representada por Luizianne Lins.

A candidatura do Partido dos Trabalhadores adotou a proposta dos Conselhos Populares ainda no início da disputa eleitoral, defendendo-os em comícios e na campanha midiática de rádio e televisão, afirmando que iria governar por meio dos Conselhos Populares. O discurso da então candidata do PT era que os Conselhos Populares se constituiriam como uma nova experiência ainda mais avançada que a do Orçamento Participativo, política de democratização principal instrumento de planejamento público, o orçamento, e referência metodológica de gestão de recursos públicos, conhecido como “modo petista de governar”.

Na formulação do programa da campanha do Partido dos Trabalhadores, aparece clara a referência aos Conselhos Populares, inclusive com um posicionamento sobre o que se propunha ser a relação da pretendida futura gestão com os Conselhos Populares:

Uma nova cultura urbana somente se constituir-se-á mediante uma nova cultura política. Acreditamos que muitas formas de organização devem ser exercitadas. Todas de forma autônoma e independente do poder público. /.../ Os conselhos populares figuram entre as diversas formas de organização dos segmentos mais oprimidos da população /.../ Sabemos que não cabe à gestão criar organizações da sociedade. Isso seria uma intromissão indevida do espaço governamental no espaço da sociedade civil, mas registramos nosso compromisso em reconhecer, dialogar e respeitar os conselhos populares, assim como demais manifestações da sociedade civil, divulgando essa experiência como uma das possíveis formas de controle social democrática

do Estado.²²⁸

A segunda tentativa de organização do MCP foi fortalecida pela vitória eleitoral dessa candidatura e pela expectativa criada a partir desse fato, proporcionando um clima de mobilização política real na cidade, capaz de concretizar o Movimento. De acordo com entrevista concedida por um integrante do MCP, o mesmo compara as duas tentativas de organização do Movimento em 2000 e em 2004:

Nesse momento [em 2000] era uma coisa que vinha muito da cabeça. Vinha da cabeça de alguns intelectuais. A idéia era muito boa: construir conselhos populares que discutissem os problemas do bairro, tinha a questão da democracia direta e tal. Mas era uma idéia que partia da vontade desses intelectuais e tinha muito pouca representação popular. Isso acabou se esgotando como muitas boas idéias se esgotam ao longo da história. Já no período agora de 2004-2005 foi uma coisa completamente diferente. A idéia do MCP surge, aí, também numa eleição, mas numa perspectiva completamente diferente. Quer dizer, um grande levante, uma coisa que já não era presa a nenhuma tendência. Não tinha o direcionamento de nenhuma corrente política, era uma coisa bem ampla mesmo. Várias tendências e pessoas que estavam saindo dessas tendências, nessa época, estavam. E vêm, assim... Vêm com uma força muito maior, porque estavam num momento em que as pessoas estavam tentando discutir poder na cidade depois de, sei

²²⁸ Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Programa de Governo, Por amor a Fortaleza: construir uma cidade bela, justa e democrática.** Editora Expressão Gráfica, 2006.

lá, vinte anos de uma administração completamente afastada do povo. Nesse período, o MCP conseguiu ser uma grande força na cidade. Você tinha, assim, na época – eu vou dar dados que são muito da minha cabeça, que não estão registrados – mas o MCP estava registrado em setenta bairros, é muita coisa!²²⁹

Tendo em vista a primeira tentativa de organização do Movimento, entre os anos de 2000 e 2003, se não fosse a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 2004, possivelmente, o que se materializou após este fato não teria ocorrido. Até a posse de Luizianne Lins, a idéia dos Conselhos Populares²³⁰ ainda era vista como um tema relacionado à campanha eleitoral. Havia também uma certa confusão sobre qual seria mesmo o papel dos Conselhos Populares. Para a melhor compreensão dessa conjuntura, convém incorporarmos o texto de uma das entrevistas realizadas por Costa Júnior:

Quando a eleição começou a 'pegar', ali por setembro, um grupo começou a falar que tinha que criar alguma coisa independente dos governos e dos partidos; e que não podia ser o orçamento participativo porque isso era mecanismo de governo, tinha que ser alguma coisa do povo, da sociedade. Aí eles iam para as reuniões de campanha, nos bairros, fazer esse discurso. Eles marcaram uma reunião pro sábado antes do segundo turno. Essa reunião deu mais de 500 pessoas, militantes, lideranças... E a partir daí o MCP foi refundado. Entre novembro e dezembro foi aprovado o documento de

²²⁹ Entrevistado “B”, 39 anos, coordenador do MCP. Entrevista concedida em 5 de janeiro de 2011.

²³⁰ Ao falar de “Conselhos Populares”, estamos nos referindo à proposta que constava do programa de governo da candidatura do PT.

[re]fundação. E a grande proposta era o que? O povo não podia ficar refém do governo, o povo tinha que construir sua própria força social pra implementar as mudanças (ENTREVISTA 1)²³¹.

Esse relato sugere um desvio frente às compreensões iniciais do que deveriam ser os Conselhos Populares. A formulação de uma organização independente de governos e de partidos e a compreensão de que não poderia ser um instrumento de gestão podem ser consideradas como uma primeira expressão da constituição do MCP como uma experiência coletiva particular de organização social. Essa particularidade é decorrente de uma intencionalidade coletiva por uma independência política, conforme descrita logo acima. Entretanto, tal independência não era uma ideia de fácil assimilação, tampouco a cultura política que prevalece na sociedade favorece esse tipo de atividade.

Para se ter uma ideia do grau de ligação existente entre os Conselhos Populares e a campanha petista, bastaria dizer o local onde ocorreu toda a discussão sobre a Cartilha de refundação do MCP, denominada “Princípios, Diretrizes Políticas, Programa e Estrutura”, foi o espaço “Circuladô”, qual seja, uma lona de circo instalada no principal comitê da campanha do Partido dos Trabalhadores, localizado na Avenida da Universidade, conhecido reduto da esquerda fortalezense. O documento foi debatido palavra por palavra, lido e relido em grandes grupos de discussão. Entre novembro de 2004 e fevereiro de 2005, ocorreram em torno de 80 assembléias de bairros e mais seis assembléias nas chamadas “Regionais”²³².

²³¹ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha**: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 1009). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, p. 94.

²³² As Regionais ou Secretarias Executivas Regionais (SER's) são 6 grandes sub-regiões administrativas da Prefeitura de Fortaleza que congregam diversos bairros cada uma. Inicialmente, o MCP assumiu essa estrutura pré-estabelecida como referência territorial

Nessas assembléias foram lidas e debatidas a proposta inicial da Cartilha-Programa do MCP, além de servirem para o levantamento das principais demandas de cada local que compuseram o documento “Programa de Reivindicações Imediatas do Povo de Fortaleza”. Esse foi o embrião do retorno da experiência do MCP.

Contudo, ao mesmo tempo em que ocorria essa mobilização em torno das plenárias para a construção da Cartilha-Programa, outras movimentações estavam ocorrendo. Se, por um lado, a candidatura vitoriosa elegeu-se no segundo turno com a maior votação já vista na história de Fortaleza contra a candidatura do Partido da Frente Liberal (atual Partido Democratas), por outro lado, a coligação do Partido dos Trabalhadores com o Partido Socialista Brasileiro somente elegeu 4 (quatro) vereadores, sendo que, desses, apenas o vereador eleito pelo Partido Socialista Brasileiro havia apoiado a candidatura petista desde o primeiro turno. Os três vereadores eleitos pelo Partido dos Trabalhadores haviam apoiado a candidatura concorrente, do Partido Comunista do Brasil. A oposição à nova gestão, em larga medida formada por vereadores reeleitos e que davam sustentação à gestão municipal anterior, administrada pelo Partido da Mobilização Democrática Brasileira, seria maioria absoluta na Câmara de Vereadores.

Na introdução da Cartilha de refundação do MCP (Figura 12) - essa que foi amplamente debatida antes de sua aprovação em 28 de novembro de 2004 - consta a seguinte passagem que demarca o compromisso dos Conselhos Populares com a “governabilidade popular” da gestão, no que diz respeito à viabilização política do programa eleitoral escolhido pela maioria da população de Fortaleza:

Como a nova Prefeita não tem maioria parlamentar na Câmara de Vereadores, a única possibilidade que ela tem de

evitar governar submetida à política de clientela ou sob permanente crise institucional é promover a gestão democrática da cidade com base nessa rede de conselhos populares. Só assim será possível garantir o cumprimento do programa democrático e popular aprovado pelo povo nas urnas²³³.

A proposta inicial de texto do Programa do MCP teve como referência a primeira cartilha do Movimento elaborada no ano 2000. No documento aprovado em 2004, que corresponde ao programa político do Movimento, na parte que trata dos princípios há uma descrição sobre o que é o MCP:

Os Conselhos Populares são organismos que reúnem o povo da cidade por local de moradia (bairro) para promover o controle público das ações do governo (principalmente da prefeitura) e do parlamento (principalmente da Câmara de Vereadores) e, no limite, para governar e legislar diretamente. Distingue-se das demais entidades existentes nos bairros da cidade pela obediência rigorosa aos seguintes princípios: a) livre participação de todos os moradores e moradoras de cada bairro, independentemente do credo filosófico ou religioso, ou filiação partidária, cor ou sexo; b) autonomia em relação aos partidos políticos, aos seus parlamentares e também em relação às entidades religiosas; e independência em relação ao Governo (da União, Estados e Municípios) bem como em relação ao Parlamento (Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores);

²³³ **Movimento dos Conselhos Populares** – Princípios, Diretrizes Políticas, Programa e Estrutura. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 9.

c) democracia em sua estrutura de funcionamento e no processo de tomada de decisões, com elegibilidade para todas as tarefas e revogabilidade dos eleitos a qualquer momento; d) transparência das decisões e publicidade dos atos.²³⁴

Apesar de afirmar um certo compromisso com a sustentação da nova gestão municipal, o documento do Movimento dos Conselhos Populares fala também de sua independência em relação aos governos e partidos políticos. Paralelamente ao processo da primeira Cartilha, o fato que mais chama atenção naquele instante é a mudança abrupta da nova configuração política da Câmara Municipal, com o deslocamento por parte da maioria dos Vereadores eleitos na ocasião da eleição, para a base de sustentação do governo petista. Isso conotava um indicador da mudança de perspectiva política defendida durante a campanha²³⁵. Essa novidade vai ter repercussões na postura do MCP com a nova gestão municipal. As primeiras contradições surgiram logo no início do novo mandato.

No dia 9 de abril de 2005 ocorreu a primeira Assembléia Popular da Cidade (Figuras 13 e 14), para onde convergiram as demandas levantadas em aproximadamente 80 assembléias de bairro (dos 114 bairros totais de Fortaleza) e mais 6 assembléias regionais. A Assembléia Popular da Cidade reuniu quase três mil pessoas no Ginásio Aécio de Borba, no bairro Benfica. Esse evento é considerado pelos militantes do MCP como o marco de refundação do Movimento.

²³⁴ **Movimento dos Conselhos Populares** – Princípios, Diretrizes Políticas, Programa e Estrutura. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 15.

²³⁵ Para ilustrar essa metamorfose política, de uma proposta de governo popular a um governo de conciliação com o projeto hegemônico burguês, vale destacar que tal deslocamento ocorreu por intermédio da troca de cargos comissionados, especialmente nas Secretarias Executivas Regionais por apoio político na Câmara.

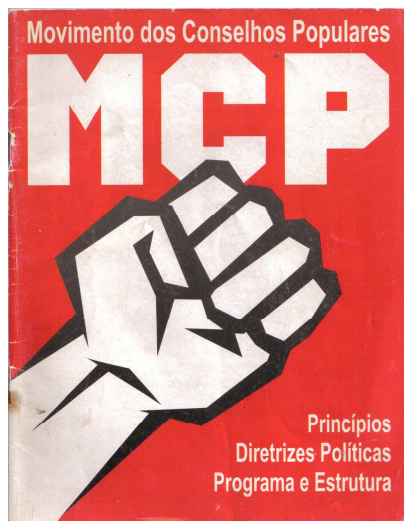


Figura 12: Cartilha de refundação do MCP em 2004/2005.

Naquela ocasião, foi entregue à Prefeita, ao Presidente da Câmara de Vereadores e a vários dirigentes de pastas municipais presentes no ato, o documento intitulado “Programa de Reivindicações Imediatas do Povo de Fortaleza”, que reunia as principais demandas recolhidas e sistematizadas pelo Movimento nas assembléias populares realizadas no último triênio de 2004 e primeiro triênio do ano de 2005. No documento constam quatro pontos principais: tarifa zero nos transportes coletivos de Fortaleza, frentes de serviços nos bairros, socialização do trabalho doméstico e grande biblioteca pública da cidade. Nesse documento, consta também um “Projeto de Gestão Democrática da Cidade”, com críticas à democracia representativa e levantando a proposta da democracia participativa.

Segundo relata Costa Júnior, já no momento da Assembléia Popular da Cidade ocorreu o primeiro constrangimento entre a nova gestão municipal e os Conselhos Populares. Estavam presentes alguns vereadores da antiga base aliada do ex-prefeito do Partido da

Mobilização Democrática Brasileira, Juraci Magalhães, que receberam vaias de alguns militantes presentes. Com apenas quatro meses de mandato, iniciam-se os primeiros campos de tensão entre o Movimento e a Prefeitura.

O fator aparentemente positivo da nova maioria estabelecida pela gestão municipal na Câmara de Vereadores, em realidade, tornou-se um elemento do acirramento da contradição entre a gestão e o nascente Movimento. A indicação de cargos de confiança para as Secretarias de governo da gestão do PT entravou a viabilização das reivindicações do MCP apresentadas na Assembléia Popular da Cidade. O depoimento recolhido por Costa Júnior é bastante emblemático dessa problemática:

O programa de reivindicações foi encaminhado, depois criamos as comissões para ir acompanhando a realização das reivindicações, mas não progrediu, por quê? Porque as regionais que eram fundamentais nesse processo, estavam entregues à lógica clientelista. E o MCP já nasce inimigo do clientelismo. Ou a comunidade se organiza de forma autônoma, constrói suas reivindicações e vai buscar seus direitos, ou fica refém dos políticos. Todos os partidos que foram para as regionais foram pra fazer clientelismo, foram pra trocar direitos por base política. A Regional 2, por exemplo, que foi a que eu participei, [...] era puro clientelismo. A gente estava cheio de propostas para o bairro que foram aceitas pela Prefeitura, mas que não era encaminhada porque era desviada. Você consegue coisas pro bairro e chega o povo do partido X com o conjunto habitacional e dizia: “estamos dando pra vocês”. A gente fazia as coisas aí chegava a regional com as lideranças tradicionais que não mexiam um dedo e

diziam que eram eles que estavam dando [o serviço ou obra]. Então o clientelismo foi a primeira coisa que afastou [o MCP da Administração], criou uma série de problemas (ENTREVISTA 2)²³⁶.



Figura 13: Assembléia Popular da Cidade. (Foto: André Lima)

²³⁶ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha:** participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 1009). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, p. 97.



Figura 14: Prefeita recebe o Programa de Reivindicações Imediatas do Povo de Fortaleza na Assembléia Popular da Cidade. (Foto: André Lima)

Outro fator relevante é que, naquele momento, a identificação entre o Movimento e a nova gestão fez com que várias pessoas se aproximassem do MCP com intencionalidades diversas. É também aí que se inicia a ida de vários militantes do Movimento à gestão municipal. Não se tratava somente da perda numérica, mas também estava sob risco a independência política do Movimento, tendo em vista que muitos dos seus integrantes passaram a fazer parte da gestão pública municipal:

No tocante à nossa relação com a Prefeitura de Fortaleza, por exemplo, esse mecanismo de cooptação tem sido utilizado desde o início. Muitos militantes nossos foram convidados a participarem da administração. Em um primeiro momento, essa participação não era problemática. Mas, com o decorrer do tempo, a maioria deles – por motivo de pressão política ou de outra natureza – passaram a se afastar do movimento. Com isso perdemos

militantes que exerciam tarefas organizativas muito importantes. Esse vácuo político ainda não foi totalmente preenchido, e uma das principais consequências foi a desarticulação de importantes bairros e regionais, tendo, com isso, contribuído também para o esvaziamento de instâncias de base do movimento.²³⁷

A saída desses militantes acabou reduzindo consideravelmente a capacidade de mobilização do Movimento. Segundo constatou Costa Júnior, “o fato do movimento ter mantido firmemente a defesa de sua autonomia – que para ele (o militante do MCP entrevistado) foi o que conseguiu manter a existência do MCP -, irritou bastante o comando da prefeitura, que passou a 'operar' contra o movimento”²³⁸. A prática da cooptação de integrantes do MCP por parte da Prefeitura desagradou em muito os militantes que estavam construindo o Movimento e também ajudou no distanciamento entre ambos. O que é fundamental compreender aqui é que a manutenção do princípio da independência foi o que possibilitou a continuidade do MCP.

Outra divergência apontada pelo autor foi com relação à implementação da bilhetagem eletrônica no transporte público de Fortaleza, uma das primeiras medidas do novo governo. Mais uma vez, houve divergência pública entre a gestão e o Movimento: “Então, um mês antes [da posse de Luizianne] a gente estava lutando contra o *Passecard* (a bilhetagem eletrônica), e um mês depois a prefeita e seu grupo estavam implementando o *Passecard* (ENTREVISTA 3)”²³⁹. A nova conjuntura

²³⁷ Militante “MB”, coordenador do MCP. Carta de “Avaliação do ano de 2006”.

²³⁸ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 1009)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pág. 98 e 99. (dissertação de mestrado).

²³⁹ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha: participação e transformismo na**

política transformava, paulatinamente, a relação do MCP com a gestão municipal.

Em vista do exposto acima, é notável que o ano de 2005 - primeiro ano da nova gestão municipal - marcou a segunda tentativa de organização do MCP e foi bastante confuso politicamente. A cada novidade, ficava mais claro que o Movimento teria que fazer uma opção de qual caminho seguir daí em diante:

O MCP é um trabalho longo, de paciência e de muita articulação. No início empolgou, começou com um objetivo, mas rumou por caminhos escuros, pessoas vieram com objetivos diferentes. Se esfriou e se afastou das comunidades. /.../ Nós temos que tomar uma decisão se somos do lado do povo ou do lado da prefeitura /.../ A Prefeitura não foi aquilo que o povo sonhou, a prefeita esqueceu seus próprios companheiros, esqueceu do povo. Do outro lado [do lado do MCP] ainda tem tempo para mudar²⁴⁰.

Como o perfil da base militante do MCP era, majoritariamente, composto por pessoas de baixa renda ou desempregados – com uma parte minoritária de classe média – e se somando a isso o fato de que a reorganização do Movimento ainda era muito recente, ou seja, sua identidade política estava nos primeiros passos de construção, o Movimento precisou reafirmar diversas vezes seus princípios, protegendo-se do risco de se esvaziar politicamente, o que fatalmente redundaria na sua falência e no seu fim.

Assim, a bibliografia e demais documentos consultados, além das entrevistas, levam-nos à percepção

relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 2009). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pág. 97. (dissertação de mestrado).

²⁴⁰ Movimento dos Conselhos Populares. **BOLETIM DO MCP REGIONAL IV** 001/06. Fortaleza, 15 de janeiro de 2006, p. 1.

de um fenômeno que ocorre com o MCP e que adquire relativa importância. Devido ao deslocamento de militantes para a gestão municipal, há uma diminuição da capacidade de mobilização do MCP e, com isso, uma geração de militantes oriundos do movimento estudantil adquire maior protagonismo no processo, assumindo com mais responsabilidade a coordenação do Movimento, que se encontrava esvaziada. A singularidade desses militantes sociais é que eles não foram formados no movimento popular, tinham um perfil de classe média e eram mais “ideológicos”²⁴¹. Dessa forma, parece-nos que a emergência desses novos protagonistas foi fundamental na consolidação da experiência do Movimento nesse momento delicado:

Boa parte dos seus dirigentes iniciais sai do movimento e vão para a Prefeitura. Então aquela turma mais jovem e bem menos experiente no movimento popular, que estava no movimento estudantil, acaba assumindo o movimento e daí pra frente 'toca' as lutas e as reivindicações que vem da comunidade e organizam núcleos de militantes nas comunidades. (ENTREVISTA 4)²⁴²

Para Costa Júnior, “a renovação da coordenação do movimento apressou o distanciamento com a gestão municipal /.../ os militantes mais jovens eram desaparegados da estrutura do PT /.../ Esses membros do MCP

²⁴¹ A maioria desses militantes aproximam-se do projeto de construção de um novo instrumento político surgido a partir de uma divisão com o PT, denominado Consulta Popular. A Consulta Popular surge da constatação de militantes sociais de que a renovação da esquerda e do projeto revolucionário deveria partir, essencialmente, de uma mudança tática que fosse além das disputas parlamentares, compreendendo que, ademais de conquistar os espaços possíveis na democracia burguesa (cada vez mais limitados), era necessário centrar forças na construção de um poder popular, partindo, primeiramente, da reconstrução de um “Projeto Popular para o Brasil”.

²⁴² Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha**: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 2009). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pág. 101. (dissertação de mestrado).

perceberam o início do distanciamento em relação à Luizianne”²⁴³. O momento era de consolidar a base do MCP nos bairros e garantir algumas conquistas, mesmo que parciais, que foram acordadas com a gestão municipal na ocasião da Assembléia Popular da Cidade. Esse também foi o momento em que a Coordenação do Movimento esteve mais “descolada” de sua base e muitos esforços foram feitos no sentido de aproximar mais militantes da Coordenação. Entre 2005 e 2006, os militantes do Movimento dos Conselhos Populares percebem que podem desempenhar um papel importante no movimento popular de Fortaleza e na disputa política (não partidária) da cidade. É nesse momento que toma corpo no Movimento a ideia da “Campanha contra o desemprego” em Fortaleza. O MCP passou a organizar núcleos de trabalhadores desempregados nos bairros e adota como principal reivindicação as chamadas “frentes de serviço”.

Conforme balanço realizado anteriormente, no ano de 2005 houve uma certa “depuração” do Movimento, mas também serviu como um importante ano de redefinições políticas e organizativas. Em meados do mesmo ano, o MCP adota como centro de sua intervenção pública e principal bandeira de mobilização, a luta pelas frentes de serviço, dando início a uma “campanha contra o desemprego” em Fortaleza, por intermédio da organização de núcleos de trabalhadores desempregados que participariam dessas frentes:

Em maio de 2005, em reunião das Coordenações Regionais do MCP, decidimos que faríamos uma grande campanha contra o desemprego em nossa cidade. O núcleo de desenvolvimento econômico, encarregado de elaborar as propostas, elaborou as seguintes reivindicações

²⁴³ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha**: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 2009). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, p. 102. (dissertação de mestrado).

para serem debatidas: Frentes de Serviço (20.000 pessoas); Banco Municipal de Crédito; Criação de Centrais de Comercialização nos bairros; as Associações e Cooperativas serem priorizadas nas compras municipais; Centro Municipal de tecnologias; Criação de Liceus de artes e ofícios nos bairros²⁴⁴.

Uma vez tomada a decisão de priorizar a luta por trabalho, o Movimento partiu para a organização da mesma. A primeira medida foi a elaboração de uma cartilha intitulada “Trabalho e Poder para o Povo de Fortaleza”, dado que, segundo sua cartilha de fundação “a ação política consciente e organizada do povo da cidade exige, antes e acima de tudo, a educação política e técnica das pessoas”.²⁴⁵ No item 1 da referida cartilha, o movimento explica que existem três caminhos de políticas econômicas. O primeiro seria a “economia de mercado”, o segundo seria a “velha política econômica de orientação burocrática, adotada pela antiga União Soviética e por aqueles países do Leste Europeu denominados impropriamente de países socialistas”. O terceiro caminho seria o de “uma economia dirigida pelo povo”. Para o MCP, “a questão fundamental, agora, é saber quais são as prioridades, quem as determina e qual é o mecanismo concreto para determinar essas prioridades”²⁴⁶. Na mesma cartilha é apresentado o que eles compreendem pelo terceiro caminho:

Para o terceiro caminho apontado por nós, a resposta para aquela questão fundamental é uma saída onde as prioridades para a utilização dos

²⁴⁴ Movimento dos Conselhos Populares, **CIRCULAR 002**, Fortaleza, 01 de dezembro de 2005, p. 1.

²⁴⁵ Ibidem, p. 1.

²⁴⁶ Movimento dos Conselhos Populares. **Trabalho e Poder para o Povo de Fortaleza**. Campanha Contra o Desemprego. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 7.

recursos, relativamente escassos, sejam determinadas pelo próprio povo, em seus Conselhos Populares de Bairro; pelos trabalhadores assalariados, em seus sindicatos e conselhos de empresa; e pelos trabalhadores rurais, através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e seus sindicatos e cooperativas, tudo decidido em discussões democráticas e pelo voto da maioria.²⁴⁷

No item dois da cartilha, o MCP aponta os seus objetivos prioritários:

Primeiro, eliminar a fome. /.../ O segundo objetivo é garantir moradia com um mínimo de conforto para todas as pessoas. /.../ Terceira prioridade: garantir saúde gratuita para todos. /.../ A quarta prioridade é a eliminação do analfabetismo funcional e tecnológico. /.../ Quinta prioridade: dar terra aos trabalhadores rurais que não a têm. /.../ Sexta prioridade: eliminar a violência, a repressão contra os setores populares, contra os trabalhadores rurais que ocupam terras, contra operários que fazem greves, contra as pessoas que fazem manifestação pacificamente. E, a sétima prioridade: eliminar o desemprego sem redução dos salários. Isto exige, entre outras coisas, uma redução importante da duração da jornada de trabalho e a criação de Frentes de Serviços Urbanos nas grandes cidades, como Fortaleza. /.../ Temos, pois, uma série de prioridades. É possível agregar ainda uma ou outra, como assegurar transporte público gratuito, confortável e seguro ou lutar

²⁴⁷ Movimento dos Conselhos Populares. **Trabalho e Poder para o Povo de Fortaleza.** Campanha Contra o Desemprego. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 9.

contra a deterioração do meio ambiente²⁴⁸.

Na terceira parte do documento, o Movimento aponta ainda três possíveis fontes de recursos para o a concretização de suas reivindicações: “A primeira é a redução radical da utilização de recursos com objetivos destrutivos; despesas militares e dos órgãos de repressão contra o povo. /.../ A segunda fonte é a eliminação da ociosidade dos recursos. /.../ A terceira fonte é a distribuição dos recursos financeiros e dos meios de propriedade privada (terras, fábricas, máquinas, crédito etc.)”.²⁴⁹ Entretanto, como essas “fontes de recurso” que viabilizariam as demandas do Movimento são muito abstratas, o Movimento chega a especificar fontes mais precisas de onde poderiam provir tais recursos, assim como sugere a forma de contratação dos trabalhadores nas frentes de serviços:

As pessoas selecionadas e treinadas poderiam ser contratadas pela prefeitura e o governo do Estado com base na Lei de Serviço Voluntário, o que pode ser feito sem necessidade de concurso ou licitação. O dinheiro para custear as despesas do programa poderiam advir não só de recursos do tesouro, mas também do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do governo federal²⁵⁰.

O Movimento fundamenta ainda a criação das Frentes de Serviços no “direito ao trabalho” e no “direito a uma renda mínima” detalhando a forma de funcionamento das frentes, que “deve se dar através da autogestão dos próprios trabalhadores, sob coordenação da prefeitura com

²⁴⁸ Movimento dos Conselhos Populares. **Trabalho e Poder para o Povo de Fortaleza.** Campanha Contra o Desemprego. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, págs. 11, 12 e 13.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 15 e 16.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 25 e 26.

fiscalização dos movimentos sociais”²⁵¹. Com isso, buscaram evitar o uso eleitoral do programa.

No último item “Organização e luta” eles definem que:

Só a organização independente, autônoma e democrática de todos os homens e mulheres do povo pode obter resultados positivos. Organização independente significa não estar subordinado ao governo, seja qual governo for. Organização autônoma significa distinta de todos os partidos políticos e de todas as confissões religiosas. Organização democrática significa que não haverá uns poucos chefes vitalícios que mandam e muitos que obedecem cegamente. Todos discutem, todos decidem, todos lutam. /.../ Todos fiscalizam todos²⁵².

A segunda medida foi a elaboração de uma metodologia para a construção dos “Núcleos de Trabalhadores Desempregados”, na qual o Movimento disponibilizou uma espécie de passo-a-passo a ser implementado na organização de cada núcleo. Neste documento, denominado “Proposta metodológica para lutarmos por frentes de trabalho”, está prevista a organização de núcleos de trabalhadores desempregados, assim como orientações com relação à reserva do local, convocatória, estrutura do local, coordenação da reunião e tempo de duração das reuniões. A meta era mobilizar, pelo menos, 15 núcleos de 20 trabalhadores desempregados distribuídos em diversos bairros, de forma a comprometer 300 pessoas com a luta pelas frentes de serviço. Na metodologia de composição dos núcleos, estava prevista ainda a realização de três reuniões antes de partir para a ação direta, ou seja, a manifestação pública. Mais uma

²⁵¹ Movimento dos Conselhos Populares. **Trabalho e Poder para o Povo de Fortaleza**. Campanha Contra o Desemprego. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 26.

²⁵² Ibidem, p. 28 e 29.

vez, o Movimento disponibilizou o passo-a-passo do que deveria ocorrer em cada uma dessas reuniões preparatórias. Na primeira reunião debater-se-ia a proposta das frentes de trabalho; na segunda, o que era o Movimento dos Conselhos Populares; e na terceira, os detalhes da manifestação em si.

Dentre os documentos coletados para esta pesquisa, encontramos também um ofício do Movimento direcionado à Autarquia Municipal de Trânsito, comunicando a realização da manifestação no dia 8 de abril de 2006 e solicitando que a mesma organizasse o tráfego durante a manifestação, dado que algumas ruas seriam interditadas pelo MCP. No documento consta o trajeto da manifestação, saindo da Praça do BNB à Praça do Ferreira (a principal praça da cidade), ambas no bairro do Centro.

Essa manifestação e outras não somente contribuíam na visibilidade do MCP e de sua campanha contra o desemprego, como também tiveram um importante papel pedagógico de contribuir com o engajamento de mais militantes no Movimento. Segundo depoimento de um coordenador do MCP entrevistado por Costa Júnior:

[...] a gente começou a fazer muitas manifestações, e essas manifestações possibilitaram mudanças internas em termos de organicidade do movimento. A cada manifestação acontecia quase uma revolução interna em termos de compromisso das pessoas com o movimento, na centralização, em cumprir o calendário, de adotar um discurso mais ou menos parecido. /.../ Politicamente, as Frentes de Serviço tinham sido importantes porque tinham dado um gás novo ao movimento. A gente fez manifestações com 400, 500 pessoas. (ENTREVISTA 1)²⁵³.

²⁵³ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha:** participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins

As avaliações com relação às manifestações são positivas e a independência financeira da campanha contra o desemprego era enfatizada como uma importante demarcação com a alcunha de 'movimento da prefeitura' que pairava sobre a organização. O depoimento que segue é muito esclarecedor de como esse processo se deu:

Era um aprendizado, porque as pessoas viam que dependiam delas que as coisas acontecessem. A gente não era um movimento da prefeitura, como muita gente achava. As pessoas cozinhavam, as pessoas carregavam as panelas, a água era as pessoas que levavam. Tinham reuniões que organizavam isso. /.../ O transporte para essas manifestações, ou a gente levava rifas para fazer nas comunidades, ou conseguia com outro doador. A gente gastava uns 600, 700 reais por ato, a metade do dinheiro, no mínimo era com o povo. A outra metade era com os sindicatos, apoiadores, gente inclusive da prefeitura que apoiava a gente, que dava 50 reais, 100 reais, e que não cobrava nada, inclusive dava meio escondido. E as pessoas levantavam no bairro: quem dá a comida, o arroz, quem dá a carne? Foi um processo de aprendizado muito grande o que nós passamos pra construir a independência financeira dos conselhos, dos núcleos dos desempregados. (ENTREVISTA 1)²⁵⁴.

A luta pelas frentes de trabalho foi muito marcante e consumiu muitas forças do Movimento nesse período. O desgaste no processo de viabilização do “Programa de Frentes Urbanas de Trabalho” juntamente à prefeitura foi

em Fortaleza (2005 a 1009). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pág. 106. (dissertação de mestrado).

²⁵⁴ Ibidem, p. 106.

intenso, sobretudo, pelas sucessivas renegociações em relação à quantidade de beneficiários causada pela restrição orçamentária destinada ao Programa pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a SDE - órgão responsável pelo Programa internamente à Prefeitura Municipal de Fortaleza. As Secretarias Executivas Regionais também foram envolvidas, mas somente do ponto de vista operativo. De acordo com o projeto das Frentes elaborado pela Prefeitura, por intermédio da SDE:

No projeto original, previa-se um público-alvo da ordem de 13 mil chefes de famílias. Este quantitativo foi alterado, em reunião com a comunidade, para um contingente de 10 mil chefes de família. Posteriormente, sempre por conta das restrições orçamentárias, chegou-se a um público de 4 mil chefes de família /.../ Acontece que o projeto não dispõe de dotação orçamentária suficiente para atender 4 mil pessoas por mês. A disponibilidade de recursos é de apenas 2,2 milhões de reais. Ora, a despesa mensal com 4 mil pessoas é da ordem de 4,1 milhões. Que fazer então? A solução encontrada foi a de começar o projeto com um número menor do que 4 mil: com 1.000 pessoas²⁵⁵.

Com o engajamento de todo o Movimento na luta pelas frentes de trabalho, o MCP ficou por muito tempo identificado como 'o movimento das frentes de trabalho'. No curso dessa mobilização, em 22 de novembro de 2007, militantes do MCP foram agredidos por soldados da Guarda Municipal dentro do gabinete da Prefeitura²⁵⁶. Na

²⁵⁵ Prefeitura Municipal de Fortaleza - Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Programa Com os Pés no Chão: Frentes de Trabalho Urbanas para Fortaleza**. Fortaleza: impressão, setembro de 2005.

²⁵⁶ “A etapa de implementação das frentes para 2008 está prevista para o orçamento do próximo ano; no entanto, devido a cortes orçamentários, os recursos previstos para as frentes também sofreram cortes. Munidos desta informação, o MCP organizou uma comissão com integrantes dos Núcleos de Trabalhadores Desempregados para negociar

ocasião estava ocorrendo um ato no qual os militantes do MCP reivindicavam que os beneficiários do Programa fossem alocados em obras de construção de conjuntos habitacionais. Apesar do ocorrido e das enormes dificuldades enfrentadas pelo Movimento na materialização das Frentes, o MCP conseguiu viabilizar algumas experiências.

Outro fator relevante que vale destaque nesse relato é que os militantes do MCP trocaram experiências com outros movimentos sociais, isso se deu em função de sua atuação na Assembléia Popular Nacional. Nela, o Movimento teve contato com outras experiências de organizações populares urbanas, como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, o MTD, por exemplo. O caso do MTD é significativo, pois o MCP manteve uma relação de troca de experiências que ajudou bastante o Movimento. Houve, inclusive, um militante do MTD do Rio Grande do Sul que passou uma temporada em Fortaleza e além disso, militantes do MCP foram até São Paulo e Brasília manter um intercâmbio e conhecer de perto a experiência do MTD.

Na visão da coordenação do Movimento, a introdução da consciência da necessidade organizativa e a solidariedade estabelecida entre os militantes que participaram do processo de luta pelas Frentes foram os principais saldos políticos desse processo. A luta pelas

com o secretário da SEPLA (Secretaria de Planejamento). Por volta das 12:00h do dia 22 de novembro (Quinta-feira) cerca de 70 pessoas chegaram a sede da prefeitura e se dirigiram a SEPLA; uma parte se acomodou na ante-sala e nos corredores da secretaria e uma parte foi recebida na sala do secretário. A reunião durava cerca de meia hora; os encaminhamentos finais já estavam sendo debatidos e tudo corria bem, enquanto isso as pessoas na ante-sala esperavam tranquilamente o resultado da reunião. De repente, sem que fossem solicitados pelo secretário, cerca de 15 soldados da Guarda Municipal invadiram a ante-sala ordenando de forma agressiva que todos se levantassem e se retirassem do local. Um dos guardas se dirigiu a um jovem que se levantava sem esboçar reação alguma e o agrediu com soco, em seguida o enforcando e o atingindo nos testículos. /.../ Essa episódio ocorrido no gabinete da prefeita infelizmente não é uma exceção e nem se trata de fato inédito.” Fonte: <http://movimentodosconselhospopulares.blogspot.com/2007/11/militantes-do-mcp-s-o-agredidos-pela.html> Acesso em 12/03/11.

Frentes de Trabalho prevaleceram de maio de 2005 até abril de 2008 e às vésperas de completar 3 anos de mobilização pelas frentes, o Movimento resolveu realizar três encontros: um sobre a organização do MCP, um segundo sobre valores que norteiam o Movimento e um terceiro para planejar o MCP para os próximos anos. Entre os dias 18 a 21 de abril de 2008, o MCP lançou mais uma cartilha denominada “Organização e poder popular para libertar o povo trabalhador”, a ideia era atualizar o programa político e a forma de organização do MCP. O programa mais recente havia sido debatido e escrito, como vimos, ao final de 2004 e início de 2005.

Nesse processo, o Movimento manteve muito de suas formulações originais, porém atualizou parte do seu programa e alterou a sua estrutura organizativa. Além disso, no documento denominado “Convite”, datado de 6 de abril de 2008, eles fazem um apelo para que mais militantes participem diretamente da coordenação do Movimento. No conteúdo dos encontros havia 4 (quatro) eixos fundamentais do programa do MCP: Assembléia Popular, Economia Popular, Direito à Cidade e Comunicação Popular.

Esses eram os três principais pontos do novo programa político do MCP. Primeiramente a crítica à democracia representativa e a proposta de superação no sentido de construção do que eles chamam de “democracia direta”. Em segundo lugar, a crítica ao capitalismo, no qual apresentam a lógica da cidadania *versus* a lógica do capital, nesta parte consta a seguinte passagem:

Além de identificar as seis faces²⁵⁷ da crise estrutural de Fortaleza, situamos a mesma como resultado de uma luta de classes entre ricos que se beneficiam desta ordem de coisas e o povo trabalhador que produz as riquezas, mas só colhe miséria. /.../ se a força dos

²⁵⁷ Crise econômica, crise social, crise urbana, crise ambiental, crise cultural e crise política.

ricos é o dinheiro, a do povo é a quantidade, pois somos a imensa maioria e, organizados, temos poder. Logo, só com uma ampla organização e mobilização do povo trabalhador a lógica da Cidadania vencerá a lógica do Capital, e teremos uma cidade justa, democrática e boa de se viver. Tal exercício de racionalização sobre o conflito de classes na cidade é fundamental para que tenhamos um movimento com um corpo militante orgânico, politizado, programático e classista.²⁵⁸

No terceiro ponto, o Movimento traz uma novidade em relação à Cartilha-Programa de 2005. Trata-se da formulação sobre o que denominam de “Construção do Poder Popular”. Esse ponto é sub-dividido em outros três. O primeiro fala da “Formação política/cidadã”:

Devemos ter espaços dedicados exclusivamente para a prática da formação em que possamos refletir sobre o nosso movimento e os nossos métodos, possamos entender e formular sobre temas complexos como o Estado, a Revolução, o Projeto Popular, a Crise do Sistema Capitalista, História das Lutas e Organizações Populares²⁵⁹.

Para aprofundar tais temas, foram previstas três modalidades de formação: cursos, seminários e palestras, bem como formação comunitária. No programa de refundação do Movimento havia a proposta de construção de uma Universidade Popular Socialista²⁶⁰ que não está

²⁵⁸ Movimento dos Conselhos Populares. **Organização e Poder Popular para libertar o povo trabalhador**. Fortaleza: documento impresso, abril de 2008, p. 4 e 5.

²⁵⁹ Ibidem, p. 6.

²⁶⁰ Nos primeiros documentos do MCP havia um projeto de construção de uma Universidade Popular Socialista. Dentre os documentos que tivemos acesso, há uma coletânea de textos sobre políticas de geração de emprego e renda, um ofício de 06 de fevereiro de 2006 direcionado ao Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Federal – SINTSEF, com a solicitação de uma sala de reuniões para a primeira reunião da Universidade Popular

presente nessa atualização programática.

O segundo sub-item fala da “Mobilização de massas: Programa de Reivindicações Imediatas”. Além da já conhecida “Campanha trabalho e poder para o povo de Fortaleza”, o documento diz que o Movimento realizaria ainda outras duas campanhas: Campanha pela municipalização das concessões de rádios comunitárias e a Campanha pela construção participativa do Plano Diretor de Fortaleza²⁶¹.

O terceiro sub-item diz respeito à “Organização Popular independente e autônoma”. Nele, o Movimento reafirma os princípios políticos de forma idêntica aos que constam na primeira cartilha²⁶², porém, redefine a sua estrutura organizativa, mantendo as instâncias “Conselho Popular do Bairro”, “Comitê Executivo Regional”, “Comitê Executivo Central” e criando outras duas, quais sejam: “Núcleo de Militantes do MCP” e “Plenária Municipal”. De acordo com o Movimento:

Na concepção organizativa do MCP, a estrutura é maleável e está em constante experimentação, já que consideramos o MCP como um corpo militante em formação. O fundamental é ter um método de organização e mobilização que potencialize a capacidade criativa

Socialista, além de um documento de 3 páginas denominado “Programa de Cursos para o primeiro semestre de 2006”, onde constam quatro cursos a serem realizados no decorrer do semestre: Marxismo revolucionário, Economia política do desemprego, Democracia e participação popular e Ferramentas de participação. Todos os cursos estavam previstos para acontecer no IMPARH, um órgão qualificação de profissional ligado à Prefeitura Municipal. Em nenhuma das 12 entrevistas houve qualquer referência ao projeto.

²⁶¹ Ao final de 2005, o MCP ocupou a Câmara Municipal exigindo da nova gestão a retirada do texto do Plano Diretor elaborado pela administração anterior e reivindicando o início de um novo processo com a participação popular. O projeto foi retirado e teve início um novo processo que ficou conhecido como Plano Diretor Participativo, no qual o MCP teve uma forte influência. Ver: Sousa, André L. **O Território da Habitação no Processo do Plano Diretor Participativo da Cidade de Fortaleza/Ce, Brasil**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (9). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-9.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

²⁶² Já explicitados anteriormente.

do povo de Fortaleza, onde todos os envolvidos se sintam parte ativa na construção desse instrumento de organização e luta do povo²⁶³.

Paralelamente à experiência das Frentes de Trabalho, o MCP também participou dos novos instrumentos de democratização implementados pela gestão municipal, são eles: o Plano Plurianual Participativo, o Orçamento Participativo e o Plano Diretor Participativo.

A primeira experiência de democracia participativa da gestão petista foi o Plano Plurianual Participativo. Apelidado de PPA Participativo, foi realizado no ano de 2005. Num documento do MCP²⁶⁴ de avaliação da experiência do PPA Participativo, eles afirmam que “a decisão política de estabelecer um método de participação popular para a elaboração do Plano Plurianual foi fundamental para que a gestão demonstrasse seu compromisso com a participação popular na tomada de decisões”²⁶⁵. Mais à frente, o MCP avalia que:

Somente com uma grande estrutura bancada pelo Poder Público é possível realizar processos de formação em massa capazes de fazer com que um grande número de cidadãos possam se apropriar dos mecanismos de democracia participativa. No caso do PPA Participativo, nem de longe pudemos constatar algo desse porte. Aqui podemos constatar mais uma vez o fator tempo como responsável, porém além do prazo exíguo, apontamos também a demora da Prefeitura em começar o processo. E /.../ ficou claro que um processo participativo baseado

²⁶³ Movimento dos Conselhos Populares. **Organização e Poder Popular para libertar o povo trabalhador**. Fortaleza: formato eletrônico, abril de 2008, p. 8 e 9.

²⁶⁴ Movimento dos Conselhos Populares. **Avaliação do MCP sobre o PPA Participativo – Primeira experiência de democracia participativa da gestão popular de Fortaleza**. Fortaleza: documento impresso fotocopiado, 4 páginas.

²⁶⁵ Ibidem, p. 1.

na divisão administrativa atual da cidade é inviável, pois não capilariza o debate. Tal fato agravou-se pela falta de suporte de um transporte público gratuito para que o povo pudesse participar. /.../ concluímos que apenas setores organizados puderam participar ativamente do processo, sobretudo aqueles que possuem algum poder econômico. /.../ nesse sentido é fundamental que a Prefeitura se esforce para aprovar o projeto de lei defendido pelo MCP, ao qual a Prefeitura já declarou apoio, que municipaliza a concessão de rádios comunitárias; instale rádios nos terminais de ônibus para informar o povo e produza cartazes e panfletos em quantidade para massificar nos bairros²⁶⁶.

Apesar da avaliação crítica sobre o processo, neste documento de 2005, o MCP chama a sua militância a organizar o povo para participar: “o MCP deve, em todos os bairros, ajudar a divulgar e mobilizar o povo para participar dos processos. Isso implica em promover atividades de formação; atuar junto à população para conquistar cada cidadão para uma cultura de participação autônoma”.²⁶⁷ A intenção do MCP com esse engajamento nos instrumentos democráticos de gestão é fazer com que esses mecanismos tornem-se um caminho para obter vitórias.

Outro instrumento de participação popular que teve forte engajamento do MCP foi o Orçamento Participativo, também conhecido como “OP”. Para a participação nesse instrumento, o MCP realizou uma preparação prévia, tendo

²⁶⁶ Movimento dos Conselhos Populares. **Avaliação do MCP sobre o PPA Participativo** – Primeira experiência de democracia participativa da gestão popular de Fortaleza. Fortaleza: documento impresso fotocopiado, p. 2.

²⁶⁷ Movimento dos Conselhos Populares. **Avaliação do MCP sobre o PPA Participativo** – Primeira experiência de democracia participativa da gestão popular de Fortaleza. Fortaleza: documento impresso fotocopiado, p. 3.

em vista a grande expectativa com a gestão democrática da cidade. O Movimento chegou a organizar cursos promovidos pela Universidade Popular Socialista, no qual preparava sua base para a participação. Os integrantes do MCP mobilizaram-se para a o processo do Orçamento Participativo com o objetivo de aprovar o máximo de propostas contidas no “Programa de Reivindicações Imediatas”, documento já citado anteriormente.

O MCP se prepara para participar dos chamados “Ciclos do Orçamento Participativo”, mas sempre com reservas. Logo no início do processo, o “Núcleo de Participação Popular” do Movimento fez uma pequena carta aos militantes em que afirma que “para nós o mais importante é que todos os militantes do MCP que estejam participando do OP, seja como delegado ou como conselheiros nunca esqueçam que são representantes do povo precisando quando necessário ir para o enfrentamento direto com a Gestão Pública, não podendo nunca assumir o discurso da gestão”.²⁶⁸

Os cursos serviam não somente para preparar a militância para a participação, mas também para deixá-la ciente dos limites desse tipo de instrumento e, como vimos na carta do Núcleo de Participação Popular, para reafirmar a independência do MCP frente à gestão municipal. O Movimento, já nas primeiras atividades do OP, percebeu que a própria gestão não estava suficientemente preparada: “é importante ainda questionar se a Gestão Municipal está preparada para uma gestão democrática participativa, pois no Conselho do OP se percebeu de forma nítida essa deficiência no caso da secretária de educação que não sabia o que estava acontecendo ali, chegando a ir para o enfrentamento com os conselheiros do OP”.²⁶⁹

Os primeiros anos de experiência do OP indicam uma falta de preparo da gestão ia além de acidentes pontuais. A maior fonte de legitimidade do instrumento, aparte a

²⁶⁸ Documento intitulado “OP”, do “Núcleo de Participação Popular” do MCP, s/d, página única.

²⁶⁹ Ibidem, s/d, página única.

participação popular, pode-se dizer que é a efetivação das obras e serviços definidos coletivamente. Durante os quatro anos do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores à frente da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a média de participação nas assembléias do OP foi inferior a 1% da população. No que diz respeito à efetivação da vontade popular definida em forma de prioridades na execução orçamentária, elemento imprescindível para manter o OP vivo, esse ficou aquém do esperado. No ano de 2006, por exemplo, foram disponibilizados apenas 7,76% do total de recursos orçamentários destinados para o OP na Lei Orçamentária Anual enviada à Câmara Municipal ao final de 2005.

Aí tem a história dos espaços de participação, que nós defendemos que existam, e que a gente participe, mas que a gente participa muito pouco porque a gente vai ter que avaliar qual é o espaço que vale a pena. O OP, por exemplo, no começo nós participamos, quem foi o grande mobilizador do OP no começo aqui em Fortaleza foi o MCP, quem mobilizava mais gente pra ir pro OP eram os Conselhos Populares, justamente porque a gente já vinha, quando teve o OP a gente já tinha feito as assembléias populares nos bairros, nós já tínhamos um programa de reivindicações imediatas, então nós entregamos esse programa na assembléia da cidade para a prefeita e fomos para os OP's para reafirmar esse programa, então no primeiro ano nós participamos, já depois no segundo, tanto por divergências na condução política, mas principalmente por uma falta de efetividade./.../ o OP foi derrotado pelo clientelismo aqui em Fortaleza /.../ nós aprovamos as pautas de reivindicações e até hoje não foram realizadas, enquanto outras obras que

não são do OP são realizadas de uma hora pra outra, para atender o vereador, enfim, tem esse problema aí. Mas por outro lado nós tivemos experiências boas, o Plano Diretor foi uma experiência boa, que permitiu um embate social interessante e foi bom nesse sentido, o OP tem suas coisas positivas, pelo menos no ponto de vista de educação política de alguém que participe²⁷⁰.

Outro importante elemento de atrito e afastamento do Movimento com relação à Prefeitura foi o fato do MCP perceber que o OP estava servindo de “amaciamento” da militância e que a Prefeitura, na verdade, estava “disputando” seus quadros, oferecendo cargos à vários de seus membros. Na avaliação de um coordenador do Movimento entrevistado por Costa Júnior: “o espaço do OP tinha mais a ver com a cabeça deles [dos membros que aceitaram ir para a gestão] do que com o que o MCP defende: a luta direta”. Para esse mesmo entrevistado:

O OP foi uma grande sacada para a retirada de pessoas que queriam fazer luta. /.../ pegaram novas lideranças e transformaram numa espécie de “vereadorzinho” /.../ de repente, as pessoas ficaram só pensando nas obras e deixaram de fazer luta. O Estado sabe muito bem se aproveitar disso. Eu acho que o MCP perdeu muita gente por causa disso. /.../ essas lideranças acharam seu espaço no governo ou no OP (ENTREVISTA 3)²⁷¹.

²⁷⁰ Entrevistado “A”. Observação: As entrevistas A, B, C, etc. Foram realizadas diretamente pelo autor dessa dissertação.

²⁷¹ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha**: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 1009). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pág. 114 (dissertação de mestrado).

Outras variáveis fizeram com que o Movimento fosse, aos poucos, deixando de acreditar no Orçamento Participativo, como o fato de certas reivindicações nunca terem saído do papel, mas que outras eram encaminhadas pelo fato de terem um vereador por trás. Outro detalhe era o fato de que a própria prefeitura mobilizara os “seus” para ter garantia da aprovação de algumas ações de seu interesse.

Finalmente, o MCP toma a decisão política de retirar-se do OP, entregando seus “mandatos” no Conselho do Orçamento Participativo.²⁷²

O Plano Diretor Participativo (PDFor) foi outro objeto de grande mobilização por parte do MCP. De acordo com a legislação, o prazo para a revisão dos Planos Diretores é de 10 anos. Dessa forma, o Plano de 1992 começou a ser revisado em 2002 pela antiga gestão, que contratou a ASTEF²⁷³ para coordenar sua elaboração. O projeto apresentado pela ASTEF, tecnicamente, deixava muito a desejar e, do ponto de vista da participação popular, praticamente não houve, com somente algumas reuniões nas Regionais. Em 2004, o Projeto de Lei é enviado à Câmara no último ano de mandato do Partido da Mobilização Democrática Brasileira. Ao final do mesmo ano, após a eleição do Partido dos Trabalhadores para a administração municipal, o MCP e outros movimentos sociais ocuparam parte do prédio do Parlamento Municipal durante uma semana, conseguindo adiar a votação do plano. Em 2005, a nova gestão que assume a Prefeitura de Fortaleza retira o projeto de pauta. O plano antigo é tirado

²⁷² Para entender o processo: O “Ciclo do OP” iniciou-se com a realização de reuniões direcionadas à comunidade e alguns seguimentos para explicar o orçamento público e como ocorrerão as etapas de decisão. Logo após, ocorrem as etapas deliberativas, que elegem obras, serviços e delegados em cada território. Na sequência, o Fórum de Delegados escolhem os Conselheiros para compor o Conselho do Orçamento Participativo (COP), instância que negociará diretamente com os Secretários e com a Câmara de Vereadores a realização das demandas aprovadas.

²⁷³ A Associação Técnico-Científica Eng.º Paulo de Frontin - ASTEF é uma entidade jurídica de direito privado, vinculada ao Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Do site www.astef.ufc.br acesso em 04/02/2010.

de pauta da Câmara para dar início ao processo participativo, mas é somente em 2006, um ano depois, que se dá o início efetivo da elaboração do novo plano através de capacitações e realização de diagnósticos técnicos. Mais uma vez, a Prefeitura contrata uma instituição para prestar assessoria técnica no processo de elaboração do novo Plano Diretor, dessa vez, o Instituto Pólis, de São Paulo²⁷⁴.

As principais etapas do Plano Diretor Participativo de Fortaleza ocorreram nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2006 e entre os dias 26 e 28 de janeiro de 2007. O processo contou com 534 delegados, 7 audiências temáticas na Câmara e com a elaboração de 350 páginas do diagnóstico “A cidade que queremos”, que inclui um esforço técnico para se compreender a “cidade real” (ou pelo menos parte dessa), 57 reuniões do Núcleo Gestor do PDPPFor (que é composto por 39 entidades governamentais e da sociedade civil) e mais 28 audiências que ocorreram após a aprovação do texto final no Congresso da Cidade. Vale ressaltar que o Plano Diretor foi o primeiro macrozoneamento ambiental e urbano ocorrido na cidade.

Por intermédio de entrevistas, pôde-se constatar os três agentes fundamentais que intervieram no processo do PDPPFor: o Poder Público, os empresários e o chamado “campo popular” dentre outros, integrado pelo MCP. Outros agentes também participaram de forma pontual, dentre os quais se destacam: os ambientalistas, os setores interessados no tema da mobilidade urbana e o chamado *trade* turístico. Esse último aparece, sobretudo, no debate acerca da ocupação da Praia do Futuro. O Congresso da Cidade, instância maior do PDPPFor foi formado por delegados representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, numa proporção de 60% e 40%,

²⁷⁴ O Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais é uma Organização-Não-Governamental de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal. Do site: <http://www.polis.org.br/> acesso em 04/02/2010.

respectivamente.

O engajamento do Poder Público se deu de forma não coesa. Parte da Gestão Municipal, identificada com o Plano Diretor anterior, resistiu à abertura de um novo processo. Nesse seguimento prevaleciam os funcionários antigos, planejadores, engenheiros, etc., que estavam presentes principalmente na Secretaria de Infra-Estrutura e na Secretaria de Meio Ambiente, além das Secretarias Executivas Regionais. Havia, no entanto, um “segundo campo” composto por funcionários presentes na Secretaria de Planejamento e no Habitafor que eram identificados com o projeto do novo Plano e com a perspectiva democrática do planejamento participativo²⁷⁵. Apesar de dividido, o Poder Público centralizava seus representantes, dando o comando do que deveria ser votado.

O segmento empresarial foi liderado pelo Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON), seguido por outras instituições. Esse segmento chegou ao processo somente quando o PDPPor começou a tomar forma, mas teve uma participação bastante incisiva no texto final. Esse setor conseguiu adiar o Congresso da Cidade por um mês devido a pressão exercida sobre o Poder Público Municipal.

O Movimento Popular formou o chamado “Campo Popular”. O mesmo era formado pelas instituições e movimentos que compõem a REDE NUAHB: o Movimento dos Conselhos Populares, Federação de Bairros e Favelas, Movimento de Luta nos Bairros, Cáritas, Comunidades Eclesiais de Base, Coordenação de Movimentos Populares, Movimento Ambientalista, dentre outros.

Outro segmento que teve uma participação considerável, apesar de pontual, foi o do chamado *trade* turístico, principalmente hotéis e barracas de praia. Este segmento mobilizou seus funcionários (trabalhadores dos

²⁷⁵ Ver: Sousa, André L. **O Território da Habitação no Processo do Plano Diretor Participativo da Cidade de Fortaleza/Ce, Brasil.** *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (9). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-9.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

estabelecimentos) sob o pretexto de que o Plano Diretor iria proibir as barracas de praia, causando desemprego. Apesar de pontual, a atuação desse setor teve um forte impacto no processo do PDPFor.

Houve ainda algumas instituições que participaram do processo através de um conselho paritário com presença da sociedade civil. Tais segmentos estavam sempre alinhados aos interesses dos empresários ou do campo popular. Dentre estas instituições, estavam algumas Universidades públicas e privadas, o Conselho Regional de Administração, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Centro Industrial do Ceará, etc. A diversidade de participação ocorrida no processo do PDPFor foi muito grande e várias entidades e movimentos convergiam no sentido de fortalecer suas reivindicações específicas, formando uma verdadeira rede articulada e polarizada.

Após a realização do Congresso da Cidade, onde o texto do Plano foi aprovado, o mesmo demorou ainda 6 meses para ser enviado à Câmara Municipal. Foi instituída uma comissão especial de Vereadores formada por todos os presidentes de Comissões sob a coordenação do presidente da Casa e cuja relatoria ficou a cargo de um vereador do Partido dos Trabalhadores. Também foram realizadas 28 audiências públicas para se coletar novas contribuições.

É neste momento que, segundo um militante do MCP, representante do campo popular no Comitê Gestor, “houve uma movimentação para se reverter uma correlação de forças que no Congresso da Cidade estava mais favorável ao Campo Popular”²⁷⁶. Ele argumenta que as 28 audiências semanais que ocorreram no momento após o Congresso da Cidade foram bastante desgastantes e que existia um sentimento geral de cansaço em relação ao processo. Destacou também o papel reservado ao poder público: “o Congresso da Cidade, ele meio que

²⁷⁶ Entrevistado “A”, coordenador do MCP, representante do “Campo popular” no Conselho Gestor do PDPFor.

representava o tamanho de cada setor que a cidade tinha. O que desequilibrava, desconfigurava isso era a representação do Poder Público”. O entrevistado “A” apresenta outro obstáculo encontrado: “a agenda dos movimentos sociais muda, a gente não pode ficar a vida toda a reboque da história do Plano Diretor”, diz ele.

O Plano Diretor de Fortaleza foi aprovado no dia 18 de dezembro de 2008, por consenso, entre os vereadores da cidade. No outro dia, matéria de um importante jornal local dizia: “a tão aguardada votação do Projeto de Lei que cria o novo Plano Diretor de Fortaleza foi tão tranqüila que assustou”²⁷⁷.

No balanço do Movimento sobre o processo, um fator de grande relevância foi o lapso de tempo entre as etapas do processo, o que dificultou a mobilização da população e favoreceu os acordos de bastidores. O Campo Popular também conseguiu conquistar as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), no entanto, para que essas sejam efetivadas, ainda deveria ser montada uma equipe da prefeitura para garanti-las. Uma derrota apontada pelo Movimento foi em relação ao Sistema de Gestão Democrática no Plano Diretor. A criação do Conselho de Planejamento Urbano da Cidade, acordada entre todos os agentes no Congresso da Cidade, não foi enviada à Câmara pela Prefeitura, conforme o combinado. Há, segundo ele “um problema de gestão popular de fato. Quem hoje é responsável por tomar as decisões sobre os grandes empreendimentos de impacto? Da forma como está, a decisão fica a cargo de um órgão interno à Prefeitura, onde não há nenhuma participação popular”²⁷⁸.

Ainda em relação aos problemas observados no decorrer do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, encontra-se o fato de que texto aprovado por todas as partes na ocasião do Congresso da Cidade, instância

²⁷⁷ Diário do Nordeste: **Plano Diretor é aprovado em primeira votação**. 19 de Dezembro de 2008.

²⁷⁸ Entrevistado “A”, coordenador do MCP, representante do “Campo popular” no Conselho Gestor do PDPFor.

máxima desse instrumento de participação democrática, não foi integralmente enviado à Câmara, o que prejudicou a legitimidade do processo. A Prefeitura Municipal alegou que a Procuradoria Geral do Município havia questionado o fato de que na Lei Orgânica do Município havia uma disposição dizendo que todo Sistema de Gestão deveria ser tratado numa lei específica.

3.3 A atualidade do MCP: organização, ocupações e outros temas (2008 - 2011)

No decurso do processo que descrevemos acima - que inclui a fundação, a suspensão temporária dos trabalhos e os três primeiros anos após a refundação - o Movimento teve oportunidade de amadurecer e aperfeiçoar sua atuação, clarificando também sua postura política a partir da necessidade de afirmar e reafirmar sua independência frente aos desvios que ameaçavam sua própria existência. Como vimos, o Movimento fez isso por intermédio da aplicação de novas táticas, adaptação da sua estrutura e do seu programa à nova realidade, sempre no sentido de manter seus princípios, objetivando a construção do que o MCP chama de “poder popular”. Foram várias idas e vindas, experiências bem e mal sucedidas, dificuldades. Como vimos, o Movimento também amargou a perda de vários militantes importantes para o poder público, mas também viu o surgimento de uma nova geração de militantes formados a partir de sua própria experiência. Foram diversas reuniões, mobilizações, projetos e ações, que fizeram com que o MCP atingisse uma relativa complexidade no sistema de ações praticadas pelo Movimento como o que há atualmente. Desde sua refundação, em 2005, até o ano de 2008, houve uma mudança de qualidade significativa em relação à postura política do MCP, não somente frente às eleições em todos os níveis,²⁷⁹ mas também em relação à sua nova postura

²⁷⁹ Após a eleição de 2005 o Movimento não apoiou oficialmente nenhuma candidatura, isso

programática construída a partir das lutas desenvolvidas ao longo desses anos. Por meio de entrevista realizada com um dos coordenadores do Movimento, pudemos perceber como esse processo de transformação se deu, sempre tendo em vista a experiência prática concreta do Movimento:

No começo a gente via o poder popular como uma coisa muito política. Os governantes governavam ouvindo os de baixo, aqueles que governam, governar sob as ordens, aqueles que assumem papel de governo, governar sob as ordens do povo organizado, seria mais ou menos isso aí a governabilidade popular. Digamos assim... Então, no começo, isso era muito forte, e hoje a gente vê que o poder popular vai para além do poder de influenciar as decisões políticas, é questão também de apropriação do espaço, das riquezas ambientais, urbanísticas, dos equipamentos por parte da população, então isso tem ganhado muita força no movimento.²⁸⁰

Esse depoimento é muito significativo para se entender como o MCP tem adaptado seu conteúdo programático, num verdadeiro “jogo dialético”, sempre inspirado nas suas próprias experiências concretas. Um exemplo de como as novas experiências implicaram em alterações na estrutura organizativa do Movimento é o caso do Núcleo do bairro Parque Água Fria, que parece ter sido a experiência fundamental para que o MCP adotasse essa nova terminologia de “Núcleo”, que foi incorporado oficialmente a partir da elaboração da segunda Cartilha-

não quer dizer que os seus militantes não tenham participado do processo eleitoral, alguns apoiaram candidaturas do Partido dos Trabalhadores e há, inclusive, um que foi candidato pelo Partido Socialismo e Liberdade, mas quem participou direta ou indiretamente, o fez de forma individual e não enquanto Movimento.

²⁸⁰ Entrevistado “A”, coordenador geral do MCP, atualmente acompanhando a ocupação “Raízes da Praia”. Entrevista realizada em 9 de dezembro de 2010.

Programa aprovada na Plenária Geral de 2008 e que não constava na primeira Cartilha de 2005.

O perfil atual da militância do Movimento é bastante variado. Os seguintes depoimentos de membros coordenadores gerais do MCP, é possível ter uma boa noção de como é a composição média das pessoas engajadas atualmente no Movimento, bem como, em menor proporção, algumas características específicas dos Conselhos Populares de bairro:

Se eu fosse dizer um perfil médio, seria mulheres. Numa faixa de 30 a 40, até 50 anos, mulheres que são mães de famílias, avós, mães, muitas vezes, e jovens também, dos bairros que o movimento se organiza, nas comunidades são aquelas que realmente tomam a frente dos assuntos comunitários normalmente. Então, mulheres e jovens, homens e mulheres, a maior parte dos homens que participam são homens jovens. O perfil é esse, mulheres e jovens, da periferia de Fortaleza, das comunidades pobres de Fortaleza, mesclando com a militância que fundou o movimento, junto com os comitês populares da época da campanha, a militância de perfil mais ideológico, que vem de movimento estudantil, de movimento sindical, mas essa é aí é uma minoria no movimento, não dá pra, se você for pegar o militante médio é esse perfil que eu to lhe dizendo.²⁸¹

Basicamente jovens nos bairros em que estamos articulados, o morador do bairro que discute... É muito diferente de lugar pra lugar, se você for ver. Os núcleos do MCP são muito diferentes

²⁸¹ Entrevistado “A”.

entre si. Quando você tem ocupação, na região da ocupação você tem um povo que está movido pela luta de moradia. Você vai ter isso na Raízes da Praia [Praia do Futuro] e você vai ter isso na Comuna [bairro José Walter]. Nos bairros onde o MCP não teve ocupação, o perfil é o morador do bairro que ainda está discutindo aquela coisa da melhoria do bairro. Isso se dá no Palmeiras, isso se dá aqui na região, isso se dá no João XXIII. O público vai diferenciar. Você vai ter um, sei lá... No Palmeiras são pessoas de idade maior, pessoas mais velhas que tinham uma base na Igreja Católica, CEBs e tal. No João XXIII têm a mesma raiz: CEBs. Aqui no Parque Água Fria é a juventude, uma galera mais nova menor de 25, menor de 30 anos, digamos assim. Nas ocupações é o público em geral, acho que na maioria mulheres. Quem tá mais a frente? Mulher.²⁸²

O perfil dos integrantes do MCP pode variar de acordo com as características sócio-espaciais de cada território em que existam que, por sua vez, influenciam a natureza das demandas prioritárias de cada Núcleo ou Conselho Popular de bairro. Esse fator é o principal responsável pela relativa complexidade que existe atualmente no MCP, tal qual nos referimos anteriormente. O fator que chama mais atenção nos dois depoimentos, sem sombra de dúvida, é a forte presença feminina entre os quadros do Movimento. Não é objeto dessa descrição analisar porque que isso ocorre, porém cabe uma indagação sobre essa característica média, quem sabe em uma outra pesquisa, mas fica aí o mote para quem queira se aventurar.

Nas oportunidades em que participamos de atividades

²⁸² Entrevistado “B”.

do MCP pudemos perceber a marca expressiva da participação das mulheres. Na plenária da ocupação Raízes da Praia, por exemplo, com exceção do coordenador da reunião e de somente uma intervenção de um militante do sexo masculino, todas as outras intervenções, em torno de 10, foram de mulheres. A mesma coisa ocorre na ocupação Comuna 17 de abril, ou “Comuna da Terra”. Se levarmos em consideração as entrevistas realizadas, das 11 totais, temos 4 homens e 7 mulheres. A juventude é outra característica marcante, a nova geração que já foi falada anteriormente é composta marcadamente por mulheres jovens, isso pode ser justificado, dentre outros motivos, em função da questão do desemprego que atinge a juventude de 16 a 29 anos, em média, 3 vezes mais que entre os adultos na cidade de Fortaleza.

Outra questão que evidencia o perfil geral das pessoas organizadas no Movimento, como nos informou o entrevistado “B”, é a determinação desse perfil segundo as características territoriais próprias de bairro onde o Núcleo ou Conselho está organizado. Vejamos a seguinte passagem:

/.../ aqui [Praia do Futuro] a gente ocupou. Luta por moradia. Mas em outros cantos a gente tá lutando pra não ser despejado, outros cantos tá lutando pra qualificar determinada área, por exemplo no Conjunto Palmeira tem uma luta muito grande por questão de canalização, pavimentação, uma luta de infra-estrutura urbana clássica, Parque Água Fria é luta pra não ser removido, como no Trilho também que tá se criando agora²⁸³.

Ainda com relação às características atuais do MCP, dos cerca de 70 bairros nos quais houve atividades do Movimento entre 2004 e 2005, segundo informações de militantes da coordenação do Movimento, há atualmente

²⁸³ Entrevistado “A”.

cerca de 13 Conselhos Populares ou Núcleos de Militantes constituídos nos seguintes bairros²⁸⁴: Caça e Pesca, Vicente Pinzón (Comunidade Morro da Vitória), José Walter (Comuna da Terra ou Comuna 17 de abril), Praia do Futuro (Lagoa do Coração), Cais do Porto (Serviluz), Parque Água Fria, Conjunto Palmeiras, João XXIII, Autran Nunes, Planalto Pici, Bairro de Fátima (Comunidade Aldaci Barbosa), Montese e Vila Velha. Segundo consta, há somente um Conselho Popular Regional, que é o “Regional Praia”, localizado no litoral leste de Fortaleza. Quando há necessidade, o Conselho Regional reúne-se por região administrativa. O Regional Praia, como é chamado, é o mais organizado, sendo que, entre os documentos coletados, encontramos uma programação de planejamento dessa Regional. Além disso, o Movimento realizou o 1º Encontro dos Povos do Cocó, nos dias 30 de julho e 1º de agosto de 2007. Foi na região da praia onde ocorreu a primeira experiência de ocupação totalmente organizada pelo MCP, a ocupação “Raízes da Praia”, que vamos conhecer melhor um pouco mais à frente. Segundo um coordenador do Movimento ligado à supracitada ocupação:

/.../ hoje nós estamos organizados aí talvez por volta de 15 [13] bairros da cidade né, mas com uma capilaridade muito boa, uma nova geração de militantes que surgiu né, militantes populares, hoje o movimento é dirigido na verdade pelas pessoas que surgiram nos conselhos populares dos bairros, com muito pouca influência das gerações mais antigas né, que fundaram o movimento²⁸⁵

A forma de organização do MCP é outra especificidade que o diferencia de outras organizações, como as Associações de bairro prevaletentes durante a

²⁸⁴ Nome das comunidades e nome do bairro entre parênteses. Quando há somente o nome, é o do bairro.

²⁸⁵ Entrevistado “A”.

década de 1990²⁸⁶, que muitas vezes são dependentes de lideranças com poderes superiores aos demais membros, quase que invariavelmente ligada a algum “político”, seja vereador, deputado, prefeito, etc. O MCP age de forma diferenciada também nessa questão, justamente por ser um movimento social popular com identidade política em permanente construção. A negação do clientelismo e da troca de favores por privilégios materiais é uma das características fortes do Movimento desde sua fundação. Como nos relatou um dos integrantes do Movimento: “/.../ a gente trabalha muito essa coisa de não ter liderança, de ter um coletivo e a distribuição das tarefas nesse coletivo, a gente não usa o termo mandato”²⁸⁷.

Segundo compreensões por nós formadas conforme no decorrer da investigação sobre o Movimento, não há estruturas rígidas no MCP. Há sim uma estrutura pré-estabelecida, mas que é sempre decidida coletivamente nas instâncias gerais. Porém, mesmo com essa forma de estrutura, o Movimento não fica “engessado”, tendo em vista que há uma flexibilidade explícita na sua forma de organização. Essa flexibilidade reconhece, inclusive, o surgimento de instâncias outras que, durante certo período podem coexistir “extra-oficialmente” com a estrutura vigente. Isso poderá permanecer até que chegue o próximo momento de atualização programática e organizativa. Nessas ocasiões, as novas instâncias podem ser incorporadas ou não pelo coletivo do Movimento. Tais alterações atendem às necessidades organizativas que, por sua vez, variam de acordo com cada momento da existência do Movimento dos Conselhos Populares e de acordo com as características do território em que está implantada. A passagem que segue abaixo foi retirada da última Cartilha-Programa do Movimento:

²⁸⁶ As chamadas Associações de Bairro foram muito fortes para o movimento popular durante a década de 1980, culminando com a criação da “Associação de Bairros e Favelas de Fortaleza”, na década de 1990, esse modelo entra em crise com a maioria dessas organizações servindo como intermediadoras do chamado clientelismo.

²⁸⁷ Entrevistado “A”.

Na concepção organizativa do MCP, a estrutura é maleável e está em constante experimentação, já que consideramos o MCP como um corpo de militantes em formação. O fundamental é ter um método de organização e mobilização que possibilite a capacidade criativa do povo de Fortaleza, onde todos os envolvidos se sintam parte ativa na construção desse instrumento de organização e luta do povo.²⁸⁸

Essa flexibilidade pôde ser identificada com a criação do primeiro Núcleo de Militantes do MCP no Parque Água Fria (uma instância diferenciada em relação ao Conselho Popular de bairro), mas também numa mudança expressiva que reflete as novas preocupações e compreensões conceituais do MCP, relacionadas à ideia de produção do espaço urbano, com o que eles chamam de “direito à cidade” e com a noção que eles têm de “território”, de como eles vêem o território. O exemplo mais acabado disso que estamos falando pode ser captado no depoimento que segue abaixo, no qual o membro relata como o MCP se organiza atualmente:

Tem o núcleo do bairro, que é o Conselho Popular, que é o núcleo que visa construir o conselho popular, que as vezes você tem o núcleo de trabalhadores desempregados, o núcleo de luta por moradia, mas o objetivo é sempre juntar o máximo de atores possíveis do bairro pra formar o conselho popular. Tem a regional que reúne esses núcleos, esses conselhos daquele determinado território, como é que se organiza a regional? Por características territoriais, características ambientais, urbanas,

²⁸⁸ Movimento dos Conselhos Populares. **Poder Popular para Libertar o Povo Trabalhador** – Programa Político do Movimento dos Conselhos Populares. Fortaleza: documento impresso, 2008, p. 9.

políticas que aproximam esses bairros. Às vezes não são nem da mesma regional administrativa, mas é da mesma realidade territorial e o comitê executivo, que cumpre esse papel de coordenação central, de articular intervenção conjunta do movimento, a representação conjunta do movimento nos espaços, falar em nome do movimento e, ao mesmo tempo, articular os vários territórios pra fortalecer as lutas mutuamente.²⁸⁹

Ainda buscando compreender a atual estrutura organizativa do Movimento, o caso mais significativo de uma nova postura que difere o terceiro período do MCP do primeiro e do segundo é exatamente essa noção de território e o que chamam de “direito à cidade”. Nos primeiro e segundo períodos, o Movimento se organizava segundo a estrutura administrativa institucional da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ou seja, numa Regional do MCP estavam agregados os bairros contidos em cada Secretaria Executiva Regional da Prefeitura, indiferente às afinidades que pudessem haver, ou não, entre esses bairros. Acontece que essa estrutura não estava mais dando conta das novas necessidades e o Movimento percebeu que seria mais interessante estruturar suas Regionais a partir do território. Vamos a mais uma passagem das entrevistas:

/.../ e buscar conquistar aquilo que dentro do conselho popular se define como prioridade numa comunidade. Numa, que a gente chama de regional, que é um determinado espaço, um território da cidade, porque a gente organiza por comunidade, e várias comunidades formam uma regional, /.../ na praia, né? Tem MCP Praia, por que? Porque são várias comunidades. Caça e

²⁸⁹ Entrevistado “A”.

Pesca, Morro da Vitória, Serviluz e outras comunidades da região que formam a regional Praia. E aí nas instâncias do movimento que são autônomas. Quer dizer, as pessoas definem a condução política do movimento nas instâncias do movimento, com muito foco nas instâncias de base né, inclusive existe uma autonomia até entre os próprios conselhos populares e a coordenação do movimento muito grande né, que alguns até vêm como um problema porque um problema de organicidade²⁹⁰.

Para facilitar a visualização da estrutura organizativa do MCP, criamos o seguinte organograma, no qual estão contidas as instâncias presentes no seu último documento programático:

²⁹⁰ Entrevistado “A”.

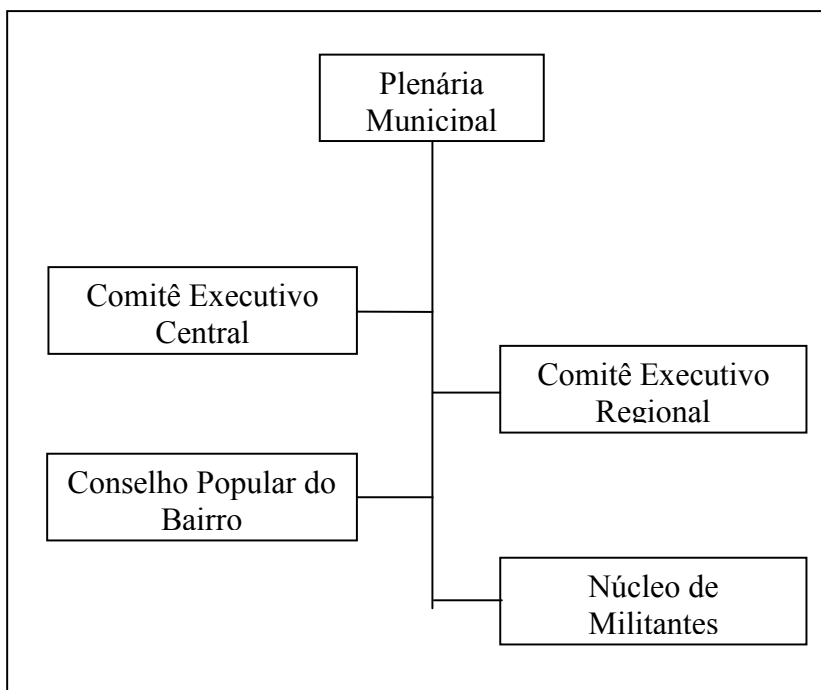


Figura 15: Organograma das instâncias do MCP (Fonte: elaboração própria)

De acordo com o último programa do Movimento dos Conselhos Populares, há a seguinte descrição das atribuições de cada instância organizativa²⁹¹:

a) Núcleos de Militantes do MCP:

em bairros onde o Conselho Popular não existe, ou ainda não funciona plenamente. O núcleo se organiza em torno dos princípios e diretrizes do MCP, tendo como principal objetivo a realização de Assembléias Populares e a construção do Conselho Popular do bairro ou da comunidade.

²⁹¹ Movimento dos Conselhos Populares. **Poder Popular para Libertar o Povo Trabalhador**. Fortaleza: documento impresso, 2008, p. 9.

b) **Conselho Popular do Bairro:** onde qualquer morador participa e as tarefas, inclusive de coordenação, são definidas pela Assembléia Popular do bairro, bem como seus executores, que podem ser modificados a qualquer momento.

c) **Comitê Executivo Regional:** composto por dois membros de cada Conselho de bairro ou Núcleo de Militantes, em uma determinada região da cidade (não correspondendo obrigatoriamente à divisão administrativa da Prefeitura). É responsável pela articulação das lutas em comum da região, bem como pelo fortalecimento dos núcleos de base e dos Conselhos Populares, fazendo chegar até eles informações e iniciativas do Movimento.

d) **Comitê Executivo Central:** composto por três membros de cada Comitê Executivo Regional. É responsável por articular as ações do movimento em nível geral da cidade.

e) **Plenária Municipal:** reúnem os militantes do MCP. A Plenária municipal define as políticas e ações do movimento na cidade. O Comitê Executivo Central se orienta por essas definições. As Plenárias regionais reúnem os militantes de uma determinada região para o mesmo fim, porém, em nível regional.

Com essas cinco instâncias organizativas, o MCP busca manter um diálogo entre todas elas, de forma que haja um fluxo democrático de informações e controle da base sobre essas mesmas instâncias. Apesar da clareza sobre o papel de cada instância, nem sempre elas existem de forma efetiva e não há menção a uma periodicidade de realização das reuniões, mesmo as mais gerais, como seria de se esperar. Indagado sobre como o Movimento faz para manter esse fluxo e esse controle da base sobre todas as instâncias, o entrevistado “A” nos deu a seguinte resposta:

A gente busca sincronizar aos vários coletivos que tem na cidade, os vários conselhos populares, busca sincronizar porque fica mais fácil. Então, por exemplo, a luta por trabalho. Então a gente começa a discutir junto, começa a fazer uma formação conjunta na cidade,

volta pros bairros, pra tentar fazer, faz as manifestações pra conseguir as coisas. Moradia, mesma coisa. A gente faz uma formulação conjunta, intervém... Intervimos no plano diretor e em várias questões que dizem respeito à cidade²⁹².

Uma vez tendo a noção de como o MCP se organiza atualmente, passamos a outro tema. Várias passagens levam-nos a crer que há um certo “discurso oficial” sobre como se dá a forma de ação do MCP. Ou seja, qual o caminho oficial adotado pelo Movimento para atingir seus objetivos, sobretudo, no que diz respeito às demandas materiais? A resposta para isso pode ser dada a partir da noção que podemos chamar de a “mobilização como método” ou o “método da mobilização”. Vejamos o depoimento de um dos coordenadores do MCP acerca desse “método”:

Só uma coisa, a nossa metodologia básica é a seguinte, manifestação pra depois negociar. Sempre que a gente quer começar alguma coisa, a gente dá um jeito de fazer uma mobilização, para abrir o canal de diálogo, nunca vamos lá pedir uma reunião pra negociar alguma coisa, primeiro fazer uma mobilização para legitimar o processo de negociação dali em diante, e aí nós negociamos, nós discutimos, nós reunimos com órgãos afins /.../ A gente fala muito assim na hora de explicar /.../ oh, não adianta você se reunir, se reunir, estudar na formação, se reunir, discutir as coisas e depois as coisas não virarem realidade e o método para que isso vire realidade é a mobilização, por mais que essa mobilização seja, ou uma ação direta, ou seja uma pressão no poder institucional, ou a participação

²⁹² Entrevistado “A”.

no canal de participação, mas a mobilização é que faz com que a gente tenha força, o Plano Diretor mostrou isso, foi a nossa capacidade de mobilização que fez com que a gente conseguisse várias coisas dentro do Plano Diretor.²⁹³

Sobre a relação do MCP com as ocupações, um fato a ser levado em consideração é que muito antes da primeira experiência de ocupação urbana genuinamente organizada pelo Movimento, o MCP já havia constituído núcleos em outras ocupações. Segundo Costa Júnior, com o auxílio de informações do Jornal O POVO:

O MCP apoiou, desde seu início, algumas ocupações de terrenos para moradia. Entretanto, essas ocupações não eram organizadas pelo Movimento, ocorrendo de forma autônoma e posteriormente se agregando ao MCP. Ainda em 2004 foi organizado um núcleo do movimento na ocupação “Che Guevara”, localizada na BR 116. Em junho de 2005, centenas de famílias ocuparam um terreno próximo ao Morro da Vitória, no Bairro Vicente Pinzón, zona leste de Fortaleza. Nessa ocupação, os moradores sofreram com a violência de homens armados que efetuaram disparos atingindo alguns ocupantes; um pescador, que participava da ocupação, não resistiu e faleceu no local. Segundo relatos, os homens armados pertenciam à empresa Ceará Segurança, que negou participação no episódio. (OPOVO, 28/06/2005). O judiciário ordenou o despejo da ocupação, que de acordo com a nota do movimento, foi executado por mais de 900 policiais.

²⁹³ Entrevistado “A”.

Vários dos despejados passaram a se organizar no MCP do Morro da Vitória. Em 2007, no bairro Caça e Pesca [Praia do Futuro], outra ocupação denominada “Beira Rio”, ocorreu com o apoio do MCP e passando a constituir um núcleo do movimento.²⁹⁴

A experiência adquirida com os Núcleos organizados nas ocupações “espontâneas” que antecederam as primeiras ocupações do Movimento, além do assassinato do pescador ocorrido no Morro da Vitória, foram alguns ingredientes que deram concretude à experiência de organização da ocupação Raízes da Praia. Segundo nos contou um dos entrevistados, que é membro do Comitê Executivo Regional Praia:

Dentro desse contexto da moradia, o que foi que nós vimos? Que nós esbarrávamos sempre num problema de acesso à terra, principalmente em determinadas áreas da cidade, aqui no caso da praia principalmente. Até ofereceram conjunto habitacional pro movimento lá no Curió, que é lá depois de Messejana, só que a turma reuniu e definiu que tinha que ser na praia, que são famílias que sempre viveram ali no Grande Mucuripe, ali no Morro, no Serviluz, sempre viveram nessa coisa praiana, é uma cultura praiana mesmo e inclusive de trabalho, você sabe que na ocupação Raízes da Praia, tem vários pescadores, várias pessoas que trabalham vendendo lanche na praia, então, nós definimos a ocupação como uma tática pra efetivar uma determinada demanda que se produziu nas instâncias

²⁹⁴ Costa Júnior, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 2009)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pág. 121 (dissertação de mestrado).

do movimento. No caso da Raízes da Praia, nós tivemos a preocupação, o cuidado da discussão, que foi uma discussão longa que, pra além da tática pra conseguir as moradias, ser também uma estratégia de pautar a questão da cidade, pautar a questão do direito à cidade²⁹⁵

Identificada a demanda por moradia por parte da sua Regional Praia e levando em consideração o amadurecimento da compreensão do MCP sobre a questão do território, do direito que eles afirmam ter sobre a terra urbana, eles seguiram passo a passo o seu método:

/.../ na praia nós definimos uma ocupação como método pra conquistar o que foi decidido, o que é que foi decidido? Que tinha que ter terra e na praia, não podia ser deslocada pra outra área, então, nós tínhamos as pessoas que precisavam de moradia e queríamos terra na região da praia, e aí pra transformar essa reivindicação em realidade, nós fizemos primeiro manifestação na prefeitura. A prefeitura topou mais nunca fez, aí veio a ocupação, culminou com isso. Eu tô falando isso como exemplo do poder popular, quer dizer, a gente definiu na instância autônoma do movimento popular e foi até o limite da ocupação né, pra fazer valer o que foi decidido²⁹⁶.

A ocupação Raízes da Praia aconteceu no dia 3 de julho de 2009. Ao todo, foram 75 famílias que ocuparam um terreno relativamente pequeno, de 4 hectares, abandonado a cerca de 20 anos. O terreno está localizado numa das áreas de maior especulação imobiliária da cidade, que é também um dos principais, senão o

²⁹⁵ Entrevistado “A”.

²⁹⁶ Entrevistado “A”.

principal, destino turístico de Fortaleza – a Praia do Futuro, localizada no litoral leste da cidade. A iniciativa partiu da “Regional Praia” do Movimento dos Conselhos Populares e teve os Conselhos Populares do Serviluz e do Morro da Vitória como principais mobilizadores. Segundo relatos dos entrevistados, a organização da ocupação iniciou-se com mais de um ano de antecedência e mobilizou todos os Conselhos Populares da Regional Praia, que engloba os Conselhos Populares do Serviluz, Lagoa do Coração, Morro da Vitória, Caça e Pesca. Realizada a ocupação, o Movimento garantiu a permanência das famílias no terreno num processo muito desgastante, já que os proprietários não estavam dispostos a vender o terreno alegando que, com a proximidade da Copa do Mundo de 2014, o mesmo iria valorizar muito mais. A pressão para que as famílias saíssem do local ocorreu instantaneamente. Quem primeiro chegou foi um grupo de seguranças armados contratados pelos proprietários, uma família de empresários muito rica e influente, que atua no ramo de confecções, hotelaria, dentre outros empreendimentos. O maior receio dos ocupantes era que ocorresse novamente o que se deu na ocasião da ocupação no Morro da Vitória, em que um pescador acupante do terreno foi morto a tiros de revólver no local. Para agravar ainda mais a situação da ocupação, num primeiro momento, a prefeitura não quis interferir no caso. A primeira visita técnica ocorreu somente no dia 17 de junho, ou seja, 14 dias após a ocupação do terreno. Além disso, a justiça chegou a emitir um mandato de reintegração de posse, que foi barrado na mesma instância. Os meses de preparação que antecederam a ocupação estavam finalmente sendo colocados em prática. E a violência com que os proprietários reagiram à ocupação também já havia sido previsto pelo Movimento. Ou seja, todos estavam conscientes do que poderia ocorrer:

Então você tem o conflito com o proprietário, e nessa área aqui principalmente, sempre é um conflito

muito violento, na Praia do Futuro, o Grupo Dias Branco tem milícia que circula por aí, você vê os caras em cima do Buggy armado de escopeta... Então é nesse nível. Você tem o conflito com o proprietário, que, nesse caso, era a família Otoch, você tem conflito com a prefeitura que fica naquela não tenho nada haver com isso, num sei o que.²⁹⁷

Nesse momento, o MCP contou com um considerável apoio externo. Militantes de outros movimentos sociais, entidades estudantis, sindicatos, advogados voluntários, parlamentares, jornalistas, professores universitários, comunicadores populares e um grupo anarquista constituíram uma “rede de solidariedade” que contribuiu para afastar o risco do isolamento que está sempre presente em situações como essa. O clima continuava tenso e novas investidas para desocupar o local estavam sendo planejadas e executadas diariamente. Dentre os registros da época, encontramos uma matéria do jornal O Estado:

Alvorada de terror: é o que denunciam os ocupantes da invasão “Raízes da Praia”. Eles contam que uns 20 homens armados invadiram ontem, por volta das 2h da madrugada, a ocupação Raízes da Praia disparando tiros e agredindo pessoas. “Querem nos calar, mas não vão conseguir. /.../ As acusações são graves, afirmou Igor Moreira. Segundo ele, as famílias durante o ocorrido de ontem, ligaram para a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) relatando as agressões. Por volta das 2h30min da madrugada, as viaturas do 5º Batalhão da Polícia Militar (BPM) chegaram. “A maioria dos agressores, como bons bandidos que são, fugiram para o fundo do terreno e

²⁹⁷ Entrevistado “A”.

pularam o muro da avenida Dioguinho, arrotearam o quarteirão e voltaram para frente do terreno, sem entrar. Quatro milicianos ficaram e conversaram com os policiais, um dos encapuzados entrou numa viatura e saiu”, relatou o advogado. O major Mardem Oliveira, comandante da 1ª Companhia do 5º Batalhão da Polícia Militar, confirmou a presença das viaturas do BPM no local. “Nós realmente estivemos lá, mas quando chegamos o conflito já tinha acabado”, disse. Conforme denúncia dos militantes da ocupação, entre os seguranças estava um policial, conhecido como Carlão. Segundo o advogado, o grupo armado não cansava de ameaçar as famílias. “Antes de saírem ameaçaram voltar todos os dias até conseguirem botar os ocupantes para fora na marra, “nem que tivessem que matar todo mundo” e repetiam dizendo que “não sabiam com quem eles tinham se metido”, relatou Igor Moreira./.../ Dizendo que os policiais do 9º DP não fazem nada sem a sua autorização, o delegado Fábio Facó se defendeu afirmando que tudo era calúnia do grupo. “Eu não autorizei ninguém para ir fazer serviço de segurança privada. Isso é inadmissível”, esbravejou o delegado. Segundo ele, há vinte dias dois policiais estiveram presentes no terreno, mas ele não soube da presença de ninguém na madrugada de ontem. Aparentemente chateado com as denúncias, ele afirmou que, se essas “mentiras continuarem a ser divulgadas”, hoje mesmo irá fazer uma visita à ocupação para tentar resolver o problema. “Nenhum Carlão pertence ao 9º DP. Tem um tal de Carlão na PM, mas não é daqui”, disse o delegado

prometendo apurar as acusações, caso alguma delas se confirmem.²⁹⁸

A participação de policiais ou ex-policiais em ações como a que vimos é comum na garantia da propriedade privada imobiliária. A precarização do trabalho policial é um dos fatores desse fenômeno que induz esses trabalhadores a aceitarem serviços desta natureza como forma de auferir uma renda extra, como um “bico”. Importante fazer nota que, à época, o Movimento e outras organizações realizaram uma ampla campanha contra o que chamam de “milícias” (Figura 17), com panfletagens na Praça do Ferreira e denúncia na imprensa local sobre as ameaças que vinham ocorrendo, além de manifestações em frente à empreendimentos do Grupo Otoch (Figura 18), donos do terreno onde hoje se encontra a ocupação Raízes da Praia.



Figura 16: Faixa na entrada do Raízes da Praia em repúdio à atuação das milícias. (Foto: André Lima)

²⁹⁸ Jornal O Estado. Matéria: 'Raízes da Praia denunciam PM por interar milícias'. Fortaleza, 29 de julho de 2009. Matéria da reporter Ivna Girão. Fonte: http://www.oestadoce.com.br/index.php?acao=noticias&subacao=ler_noticia&cadernoID=22¬icialD=15085



DIGA NÃO AS MILÍCIAS

Figura 17: Campanha contra as milícias em Fortaleza
(Fonte: www.raizesdapraia.blogspot.com)



Figura 18: Manifestação em frente a uma loja do Grupo Otoch, no Centro de Fortaleza.
(Fonte: www.raizesdapraia.blogspot.com)

Apesar da pressão, o Movimento conseguiu manter-se no local, resistindo à pressão vinda de várias direções. As manifestações de apoio ajudavam a resistência do Movimento (Figura 16). Por exemplo, o MCP chamou seus apoiadores externos para participarem de um sarau para comemorar uma semana de ocupação. Esse apoio era fundamental para mostrar para a sociedade que o Movimento não estava sozinho. Após o atribulado primeiro momento pós-ocupação, com a passagem da ameaça de expulsão e a entrada da Prefeitura na intermediação da negociação entre os proprietários e os ocupantes, a ocupação manteve-se. Contudo, outros desafios foram surgindo para o MCP, como relata o Entrevistado “A”:

/.../ É uma experiência muito rica. É muito difícil organizar ocupação urbana, é muito complicado e exige um nível de capacidade organizativa muito grande, nós somos uma ocupação pequena até. Relativamente. São 60 famílias, /.../ de 300 a 400 pessoas. O terreno também não é tão grande, é um terreno de 2 hectares, não sei, mas muito bem localizado, de frente pra praia, dentro do debate que a gente fazia. Mas exige um esforço muito grande, porque, inclusive, tem que ser uma coisa parecida com os princípios que a gente defende. Então, por exemplo, poder popular. Você tem que ter as assembléias como instância de decisão das coisas, as pessoas não têm essa cultura. No começo era complicadíssimo, precisava de muita intervenção militante pra poder garantir assembléias com qualidade. A comissão organizadora, os conflitos internos, então é uma série de coisas, o trabalho coletivo pra produção dos barracos, pra limpeza do terreno, tudo isso é extremamente complicado, difícil, desgasta demais a nossa militância, tem

gente que abriu o bico, não aguentou, teve que pedir um tempo porque não aguentava mais.

Com a conquista do direito das famílias de se manter no local, o movimento ganha novo fôlego. Mas a primeira experiência de organização de uma ocupação própria do MCP ainda era só parcialmente vitoriosa. Cada passo a ser dado a partir daí, conformaria o caminho de um exercício de construção lenta e paciente, num verdadeiro laboratório de auto-organização popular. Uma experiência contraditória (como vamos explicitar adiante), mas extremamente interessante, pois se tratava de algo totalmente novo para o conjunto do MCP. Uma das primeiras medidas foi a escolha do nome da ocupação, um nome que sintetizasse a essência do movimento de ocupação. De acordo com a Entrevistada “G”, moradora da ocupação e militante do MCP:

A gente sentou com toda a comissão e colocamos três temas, mas o que era mais simbólico era o Raízes da Praia. Porque cada pessoa que mora aqui, são pessoas que nasceram nessa área. Quer dizer, a minha mãe e o meu pai, nasceram não aqui na Praia do Futuro, mas próximo a Beira Mar, que é praia. O pai do meu pai já era pescador da praia, então aquela raiz ela já vem de longe, já vem enraizada. Porque o que a gente debatia, quando as pessoas diziam: - ah! mas vocês não podem querer ocupar outro canto não? Não. Porque nós somos enraizados, as nossas pessoas que já faleceram, pai, avós e bisavós, são pessoas que nasceram aqui, eram pescadores, mulher rendeira, mulher que tirava o marisco da praia, do mangue, então a gente acertou, aqui o nome será esse: Raízes da Praia.²⁹⁹

²⁹⁹ Entrevistada “G”.

Entretanto, manter coesa uma quantidade relativamente grande de famílias, com todos os problemas típicos do meio urbano, como a criminalidade, as drogas, a violência, além dos próprios problemas de relação entre as pessoas, não é tarefa das mais fáceis. O MCP teve que criar regras de convivência e métodos coletivos para superar os problemas que foram surgindo, sob pena de perder mais de um ano de trabalho e dedicação coletiva. Também por intermédio das entrevistas, procuramos saber quais eram as principais regras da ocupação e obtivemos o depoimento que segue abaixo:

As pessoas têm livre arbítrio de estar aqui, é lógico que cada um tem a sua maneira de viver, a gente não está para controlar a convivência de cada pessoa nos seus barracos, mas existe regras sim. Você vê que tem umas quitandas aqui e ali, o que a gente não aceita no momento, enquanto tiver ocupação, são bebidas alcoólicas. Aqui mesmo não tem condições de ter traficante, e sim o laranjinha ou o aviãozinho. Se a gente descobrir a gente já tenta chamar a pessoa, já conversa. Se você está fazendo isso, lá fora, a gente vai ser visto pela TV: “olha, não disse, aquele povo que está lá são os baderneiros, ladrões”. Então a gente tenta colocar esse tipo de coisa sobre a pessoa que está tentando avacalhar, e você é um dos moradores, então nos ajude. Tem aquela conversa entre comissão e coordenação e morador. Essas são as regras que a gente coloca.³⁰⁰

Do depoimento acima, destacamos a questão da participação. Como ninguém é obrigado a participar de uma ação coletiva como a que é praticada pelos militantes do Movimento dos Conselhos Populares, pressupõe-se que

³⁰⁰ Entrevistada “G”.

as pessoas estão ali, como afirma o depoimento, por “livre arbítrio”. Obviamente, há a questão da necessidade. Inclusive, pôde-se perceber através de conversas informais, que alguns militantes utilizam o termo “ideológicos” para distinguir aquelas pessoas que estão no MCP por uma opção de transformação social (consciência de classe), baseando-se na crítica ao sistema capitalista, agindo com intencionalidade revolucionária de inspiração socialista, daquelas outras que, ao menos inicialmente, se aproximaram do Movimento por causa da necessidade material, mas que poderão despertar para essa consciência política por intermédio da vivência e da percepção de como funciona a sociedade capitalista e do porquê da sua condição de sem teto, desempregado, analfabeto, pobre, etc. A vivência da luta concreta faz com que os “não ideológicos” aprendam por meio da percepção dessa contradição.

A partir desse momento, vamos indicar alguns elementos do nosso objeto de estudo, o espaço de transição. Isso não quer dizer que antes, no decorrer do capítulo, não existissem outros elementos da transição, muito pelo contrário. A explicitação desses elementos serão expostas a partir daqui e o balanço geral ocorrerá ao final, nas conclusões deste trabalho.

No caso da proibição do comércio e consumo de álcool na ocupação, entendemos que existe o elemento de diferenciação na forma de relação estabelecida entre os moradores. Nesse caso, há uma indicação para explicar isso que chamamos de espaço de transição, que se pode apontar como um elemento, mesmo que singelo. Apesar de ser o álcool uma droga lícita no Brasil, ela é proibida na ocupação. A consciência de que o consumo de álcool poderá afetar a imagem externa da ocupação e, com isso, atrapalhar os objetivos definidos pelo coletivo foi o motivo dessa decisão. A decisão pela proibição é algo que ajuda a construir o sentido coletivo da experiência, que, a nosso ver, representa um dos elementos da transitoriedade. Muito provavelmente nem todos devem concordar com essa regra, mas chamamos a atenção para que o fato dessa

regra existir a partir de uma, repetimos, decisão coletiva, aponta uma autonomia daquele espaço, uma diferenciação com outros espaços, uma construção independente. Resumindo. A proibição em si do consumo e comércio de álcool na ocupação não tem nada de revolucionário, mas a decisão ou a deliberação coletiva simbolizada neste ato, sim. Passamos agora a mais duas passagens:

A gente faz assembléias a cada primeiro sábado do mês para debater o que tem acontecido ao longo do mês. Se houver alguma divergência, alguma coisa entre os moradores, alguma coisa assim... mais grave, a gente faz uma assembléia extraordinária para resolver logo a situação.³⁰¹

/.../ enfim, são problemas que surgem, mas que são resolvidas dentro das instâncias da comunidade, sem precisar chamar polícia, sem precisar chamar prefeitura, ministério público, são resolvidas dentro das instâncias da comunidade, então a relação é boa porque existe uma relação de legitimidade. Nem sempre. Claro que nem todo morador concorda com tudo que é feito, da forma que é feito, mas existe uma grande legitimidade em torno das macro decisões, que é acessibilidade à terra, a luta pelas políticas habitacionais.³⁰²

Esses dois depoimentos se completam. Entendemos que há elementos indicadores do espaço de transição muito interessantes nessas duas passagens. A forma como o Movimento lida com os problemas que surgem no interior da ocupação, especificamente a forma encontrada para solucionar os problemas dessa comunidade em formação, indica-nos que esse não pode ser entendido como um

³⁰¹ Entrevistada “C”.

³⁰² Entrevistado “A”.

espaço como outro qualquer. Há uma diferença de qualidade. O fato do Raízes da Praia não precisar recorrer às instituições da sociedade, seja a polícia, a justiça ou poder público para a resolução de problemas internos, faz com que entendamos que estão sendo gestados ali espaços de transição. Lembremo-nos da condição comum que une a maioria desses seres humanos. Como indica o primeiro depoimento, as saídas para os problemas se dão nas instâncias do próprio Movimento que, no caso da ocupação Raízes da Praia, são as reuniões abertas semanais da coordenação, as assembléias ordinárias mensais³⁰³ e assembléias extraordinárias sempre que for necessário.

Segundo a experiência do MCP, passamos agora a mais um trecho de depoimento:

Quais são as regras? Não pode vender, que é difícilimo em ocupação em Fortaleza, eu desafio antes da Raízes da Praia você dizer uma ocupação em Fortaleza que não tivesse uma venda de terra nos últimos 5 a 10 anos³⁰⁴. /.../ isso aí é muito difícil, porque se você for deixar, as pessoas querem o que? Cada um pega o seu pedaço, constrói o seu e acabou-se, mas a gente dizia que tem que construir um espaço que seja uma forma diferenciada, essa é a diferença da organização, então assim, as regras que são várias, essas são as principais, então são várias regras que vão sendo discutidas na comunidade, no movimento e vão sendo colocadas³⁰⁵

Entendemos que essa característica da ocupação, de acordo com o depoimento anterior e também segundo o conteúdo do Anexo 1, é a que mais concretamente podemos apontar para falar do espaço de transição. A forma de apropriação do espaço, de uma apropriação

³⁰³ Ver anexo 1 “Termo de Compromisso e Responsabilidade da Comunidade Raízes da Praia.

³⁰⁴ Entrevistado “A”.

³⁰⁵ Entrevistado “A”.

privada individual que, como vimos aqui e no capítulo 2, é a prática mais corriqueira, a outra forma de apropriação, que compreendemos que seja uma ordem social qualitativamente superior, uma apropriação social da riqueza ou, em outras palavras, socializada, constitui um ponto fulcral de nossa argumentação para explicitar o nosso objeto de estudo.

Contudo, para demonstrar o contraponto, ou seja, para explicitar que podemos afirmar que essa característica presente na ocupação Raízes da Praia constitui um elemento do espaço de transição, disponibilizamos mais um trecho de depoimento que trata exatamente do oposto ao que estamos nos referindo, a forma tradicional, ou a velha forma de apropriação individual:

/.../ a cidade se esfacelou um pouco [na década de 1990] e as ocupações passaram a ser chamada espontâneas, que a gente sabe que não existe ocupação espontânea, mas enfim... Ocupações desorganizadas, que tem dessa coisa, é muito forte a questão da venda, que também... assim... é um outro debate, porque tem gente boa, que diz assim: isso aí é besteira, faz parte do processo dentro do sistema capitalista, o importante é que as pessoas tenham acesso, eu conheço uma que vem desde a época do Dom Aloísio Loscheider que fala pra mim “meu filho, esse negócio de ocupação é a imobiliária dos pobres, tem que ter mesmo” [venda]. Então nós partimos do seguinte, a ocupação não pode ser imobiliária dos pobres, nós temos que segurar essa coisa, então nós seguramos. Não tem venda, tem divisão igualitária do espaço, que também é

difícil você encontrar nas ocupações.³⁰⁶

Uma mudança de qualidade nas relações estabelecidas entre coletivos de seres humanos pressupõe um processo lento e gradual gestado desde dentro do próprio sistema capitalista. Que isso fique muito claro, se o capitalismo produz a condição de pobreza e miséria de várias dessas pessoas e do outro lado a riqueza concentrada para alguns num processo que é o mesmo, ele também cria as condições de sua própria superação e o estudo do espaço de transição pressupõe a busca por elementos presentes hoje que apontam para essa mudança qualitativa. Tal transformação passa, necessariamente, pelo reconhecimento de uma condição comum e pela tomada de consciência ou, melhor dizendo, de uma auto-consciência coletiva, que, impreterivelmente, constitui-se também numa consciência individual.

Recordemos, mais uma vez, que a consciência de si é uma característica particular dos seres humanos, conforme vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, com a ajuda de Ortega y Gasset e Karl Marx, pensadores que, a despeito de serem contraditórios em diversas questões essenciais, convergem neste entendimento. Portanto, a ideia de comunidade, que passa por esses dois movimentos que acabamos de lembrar, é fundamental na construção da identidade da ocupação Raízes da Praia como uma comunidade: “A gente tenta, e aí é o processo mais difícil de todos, que é um processo lento, de construção de uma comunidade, com espírito comunidade, com respeito mútuo, com respeito a instâncias de poder popular da comunidade, então isso é o trabalho mais difícil que vem sendo feito”³⁰⁷.

Outra questão que chamou atenção no processo da ocupação Raízes da Praia é como eles percebem sua própria luta, sua condição comum, ou seja, como, conscientes dos sacrifícios que tiveram que passar para

³⁰⁶ Entrevistado “A”.

³⁰⁷ Entrevistado “A”.

chegar até ali, eles valorizam essa experiência numa espécie de “auto-estima coletiva”. Um dos exemplos mais concretos é a resolução da ocupação com relação ao Programa do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida” (Ver anexo 2), em que o Movimento nega a proposta da Prefeitura de Fortaleza de inscrição dos integrantes da ocupação no Programa. Segue o depoimento da entrevistada:

A nossa entrada aqui foi um tumulto muito grande. A gente passou por momentos desagradáveis, eu acho que você chegou a ter conhecimento, alguns foram espancados, eu fui mirada para ficar em pé e o cara com um revólver na minha cara, quer dizer, nós fomos maltratados fisicamente e verbalmente. “Vocês são é ladrão, só tem maconheiro”, aquelas coisas, e depois, o confronto que a gente teve, colocaram uma parte aqui e uma parte de seguranças dos empresários do outro lado, e a gente mediu, cada coisinha dessas a gente colocou na balança. A gente passou o confronto, apanhamos, acordava de madrugada com os capangas entrando de lá para cá, fazendo ameaça de matar, de tocar fogo. Nós passamos aqui momentos e noites de terror. De passar a noite acordado e o dia e vigiando e aquela coisa aqui dentro, e a gente viu que por trás desse confronto, foi até no tempo que a Habitafor chegou, a Prefeitura, desapropriou uma parte, que não é a área toda, ainda desapropriada. Você sabe que nós ainda estamos na fase de perigo com o restante dos nossos companheiros. Aquele lado não foi ainda, aquele outro ali também não foi, tem aquele outro lado ali que também não é desapropriado. Quer dizer, o único desapropriado é só esse pedaço,

nós continuamos ainda num momento tenso, porque não temos a liberdade toda. Tomamos posse de tudo, porque a gente tem que enfrentar dessa maneira, que é para intimidar os órgãos e dizer que nós estamos ocupando a área toda. Nós medimos essa situação crítica que nós passamos e a gente viu que para nós não seria louvável, porque seria uma forma de pagamento entre órgão e nós. Porque que a gente, depois de tudo que a gente passou aqui dentro, de confronto, peia, de tudo, a gente tem que entrar ainda num processo desses de minha casa minha vida. A maior parte dos moradores daqui são pessoas de zero renda. Eu não vou dizer nem baixa, porque são pessoas que não tem renda fixa, são pessoas que vão para a praia ali com camarão, às vezes vende, às vezes não vende. São pessoas que são recicladores. A gente não pensou tanto naquele que já tem um emprego assalariado, pensamos no outro. E aí, quando não pudesse pagar essa parcela, ele iria voltar de novo para a rua? Para as calçadas ou para debaixo da ponte, porque é claro que a Caixa não vai fazer uma casa e dar de mão beijada.

O Movimento reivindica a construção das casas com recursos públicos sem prejuízo aos ocupantes. Os motivos da ocupação Raízes da Praia ter recusado a entrada no Programa Minha Casa Minha Vida são diversos e variam desde o desinteresse por parte das empreiteiras pela construção de habitações populares, cuja margem de lucro é pequena³⁰⁸, até o que eles consideram a principal ameaça

³⁰⁸ Seleccionamos algumas passagens da excelente análise: “Como o Governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o Programa ‘Minha Casa Minha’”; elaborado por Pedro Fiori Arantes e Mariana Fix: “Existem algumas diferenças entre as prioridades do governo e do mercado imobiliário que precisam ser avaliadas, mesmo que a dependência recíproca proporcione a convergência de interesses e de ganhos,

identificada na possibilidade de desconfiguração do sentimento de comunidade construído até o momento:

A possibilidade de que alguns imóveis possam ser tomados e vendidos a terceiros incomoda a todos, pois descaracterizaria a comunidade construída na luta com relações baseadas na solidariedade e não na compra e venda. O Programa abre possibilidade de descaracterização da comunidade também porque a venda do imóvel é permitida, podendo pessoas que não participaram da luta nem tem qualquer relação com esta adquirir imóveis com base nas leis de mercado, explorando as dificuldades financeiras de alguns.³⁰⁹

Buscamos saber também se há projetos do MCP com as Universidades e se eles têm demandado dessas o desenvolvimento de algum projeto em conjunto, ou seja, como (ou se) o Movimento tem procurado se apropriar do conhecimento acadêmico e científico para auxiliar na sua luta. De concreto, identificamos pouca coisa e, mesmo assim, nenhuma iniciativa oficial das Universidades com o

tanto eleitorais quanto econômicos. De um lado, o governo quer que o subsídio favoreça o deslocamento do mercado imobiliário para faixas de baixa renda, onde obtém maiores dividendos políticos, enquanto o mercado quer aproveitar o pacote para subsidiar a produção para classe média e média-baixa, onde obtém maiores ganhos econômicos. /.../ O déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total (dados da Fundação João Pinheiro para o ano 2000), mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público. /.../ Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano concentra-se abaixo dos 3 salários mínimos, mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. A enorme diferença entre as porcentagens de atendimento demonstra que as construtoras conseguiram dirigir o pacote para atender o filão que mais lhe interessa. /.../ Tais dados evidenciam que o atendimento aos que mais necessitam se restringirá, sobretudo, ao *marketing* e à mobilização do imaginário popular. Mesmo para alcançar os 8% do déficit de 0 a 3 salários a empreitada será difícil, pois as construtoras irão privilegiar a faixa acima de 3 salários, que irá capturar atenções e as iniciativas do setor.” Fonte: <http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171/>

³⁰⁹ Passagem retirada do documento “Ao presidente do Habitafor, Roberto Gomes”. (Anexo 2).

MCP, somente algumas ações pontuais de “amigos” que se utilizam de um conhecimento técnico-científico obtido na academia para colaborar com a ocupação. Uma dessas iniciativas é um projeto arquitetônico³¹⁰ de habitações populares, que foi doado sem custos aos moradores do Raízes e que foi aprovado pelos membros da ocupação para servir de referência nas negociações com a Prefeitura, tal projeto se encontra atualmente no Habitafor (órgão da PMF responsável pela questão habitacional). Todos os moradores têm uma cópia do projeto que é assinado pelo escritório Expansão – Arquitetos Associados, e cujo “cliente” é estranhamente identificado como “Aldeia da Praia”. Como se pode perceber no Anexo 3, trata-se de um projeto de 80 casas estilo duplex bastante resumido e sem a previsão de espaços coletivos (como o barracão), de produção ou de comercialização, contradizendo o sentido geral de coletividade e a preocupação com a reprodução da vida dos moradores da ocupação observada até aqui.

As alternativas para a reprodução da vida dos ocupantes é um dos maiores problemas identificado por eles. Há poucas iniciativas de produção e mesmo as que existem são demasiado precárias para responder às necessidades de todos, mesmos as mais básicas. Atualmente há um projeto de confecção chamado “Casa de costura” que se encontra parado devido à impossibilidade dos moradores comprarem os insumos para a produção, por isso, o maquinário disponível para iniciar as atividades encontra-se parado. Esse maquinário foi adquirido por meio do projeto “Com os pés no chão” que é resultado da luta pelas frentes de serviço. Há 15 mulheres inscritas nesse projeto, todas moradoras da ocupação.

No local onde era possível encontrar o que os moradores chamam de “barracão”, uma estrutura de madeira a palha onde são realizadas as reuniões do Movimento, eles estão querendo montar um centro de comercialização: “a gente quer fazer uma estrutura igual a

³¹⁰ Anexo 3. Projeto Habitacional “Raízes da Praia”.

essa aqui, de palha, aquela coisa ambiente praia. É uma maneira também de renda que a gente está buscando para a comunidade, essa barraca de praia”³¹¹. Há pouco tempo o barracão foi desmontado devido à temporada de chuvas e à necessidade de terraplanagem do terreno.

No interior da ocupação existem também duas pequenas quitandas (mercearias) que são iniciativas individuais. A segurança da ocupação também foi “profissionalizada”, há uma pessoa que trabalha como segurança e que recebe mensalmente uma ajuda de custo que é dividida entre os ocupantes. Além do segurança, há duas professoras que trabalham nos períodos da manhã e tarde, que fazem reforço escolar com as crianças e adolescentes e que também recebem uma ajuda de custo para isso. Igualmente por iniciativa própria, uma das moradoras está sendo capacitada por um projeto de educação popular inspirado na pedagogia Paulo Freire e que pretende iniciar uma turma de alfabetização com os moradores que não sabem ler. O projeto é financiado pela Petrobrás.

A despeito das dificuldades e das avaliações invariavelmente negativas no que diz respeito à geração de renda dentro da comunidade, eles também conseguem identificar elementos positivos do processo, ou seja, como o sentimento de pertencimento a uma comunidade em que todos se preocupam com todos, um espaço que se realiza somente com a cooperação e a reciprocidade, poderá transformar a vida de quem já havia perdido a esperança em dias melhores:

/.../ a gente entrou aqui como um povo que para a sociedade não valia mais nada. Hoje, graças a Deus, têm pessoas recuperadíssimas, como no caso do jovem que a gente tinha aqui, que até a família tinha como perdido e a gente engajou novamente na sociedade, hoje ele está noivo, vai casar, trabalha em

³¹¹ Entrevistada “G”.

pizzaria e está ficando mais “marrudo” ainda, e outros mais, que estavam no fundo do poço e quando nós viemos aqui, além em prol da moradia, conquistar essas pessoas para se engajarem, porque você sabe das dificuldades de uma pessoa que vive no mundo das drogas, que já é ex-presidiário. /.../ É um orgulho muito grande pra gente quando vê uma pessoa se recuperando, saindo do tipo de vida que tinha.”³¹²

Outra questão importante de ser tratada aqui é como os moradores da ocupação vêm a sua relação com a mídia e como eles fazem para passar sua “versão dos fatos” para fora da ocupação, para a sociedade fortalezense. De acordo com os depoimentos, a relação da ocupação com a mídia é muito controversa. Há meios de comunicação que atendem as demandas do MCP por matérias, por exemplo, “/.../ tem a TV Opovo, a TV União, que sempre chama a gente pro debate, a Rádio Universitária, [quando vão debater a] questão da cidade, questões que dizem respeito à cidade, que eles querem ouvir a versão das comunidades, do movimento popular... principalmente a rádio universitária a gente tem uma relação muito boa”³¹³. Ainda, segundo nos relatou o entrevistado, “às vezes a gente publica, militante nosso publica um artigo pra defender determinada postura, depende muito do jornal, você faz uma manifestação contra a prefeitura, aí no Diário do Nordeste aparece legal, no Opovo não aparece”³¹⁴. Contudo, no geral, o viés do tratamento dado pela imprensa sobre o Movimento é avaliado como ruim, por exemplo, após uma matéria no Diário do Nordeste em que os representantes do Movimento afirmaram ter havido manipulação das falas, eles decidiram que não

³¹² Entrevistada “G”.

³¹³ Entrevistado “A”.

³¹⁴ Entrevistado “A”. O Diário do Nordeste e O Povo são os dois principais jornais do Estado do Ceará.

concederiam mais entrevistas para esse jornal³¹⁵, “inclusive não falamos mais com o Diário do Nordeste, principalmente depois das ocupações. Fizemos uma matéria, entrevistamos a gente, mudamos as falas, enfim, com o Diário do Nordeste nós tiramos de não falar mais, pelo menos enquanto não mudarem essa postura não falamos mais”³¹⁶.

No que diz respeito a como o MCP procura passar suas versões sobre os fatos, eles apontam que o principal instrumento para isso é a internet: “Existem também a internet que essa ocupação desde o início foi colocada para fora do país mesmo, até uns cubanos vieram pra cá também pra fazer entrevista e tudo, por meio da internet, foi um meio que a gente encontrou de divulgar o movimento, sobre a necessidade das pessoas”³¹⁷. Além disso, sempre que ocorre alguma novidade que necessita de mobilização urgente, o MCP faz um informe que circula nas listas de e-mails, redes sociais, blogs e, em pouco tempo, ao menos a esquerda social da cidade fica sabendo do ocorrido. No início da ocupação, quando a Raízes era constantemente ameaçada de despejo, o Movimento utilizou-se muito da internet para solicitar apoio externo. Há um blog³¹⁸ da ocupação Raízes da Praia onde pode ser encontradas algumas matérias, reflexões e textos sobre a ocupação.

A segunda experiência de ocupação urbana organizada pelo MCP foi a ocupação “Comuna da Terra” ou “Comuna 17 de abril”, realizada em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. A partir de agora vamos falar um pouco dessa experiência, contudo informamos que tivemos menos contato com essa ocupação, portanto, não aprofundaremos neste debate, considerando importante ao menos relatar, rapidamente,

³¹⁵ Ver Anexos 4 (reportagem do Diário do Nordeste) e 5 (resposta do Movimento à reportagem)

³¹⁶ Entrevistado “A”.

³¹⁷ Entrevistada “G”.

³¹⁸ www.raizesdapraia.blogspot.com

quais as principais características dessa ocupação e no que ela se diferencia da Raízes da Praia como forma de complementar este relato sobre o Movimento.

No dia 15 de abril de 2010, cerca de 400 famílias ocuparam um dos maiores “latifúndios urbanos” de Fortaleza, um sítio de 500 hectares localizado na zona sul da cidade, no bairro José Walter. Trata-se de uma experiência muito distinta da ocupação Raízes da Praia, não somente pelo aspecto da parceria entre o MCP e o MST, mas, sobretudo, pelas características organizativas e pelas proporções que a ocupação assumiu. Das cerca de 400 famílias que inicialmente ocuparam o Sítio São Jorge, atualmente há em torno de 1.200 inscritas na ocupação, dessas, cerca de 1.000 inscritas para a obtenção de moradia urbana e outras 200 são para a chamada “Comuna Rural”, na qual os moradores planejam produzir alimentos para consumo e comércio. A “explosão” numérica da ocupação ocorreu devido à concepção de organização da Comuna que, inicialmente, foi aberta à entrada de outras famílias além das que participaram do processo de organização da ocupação e, certamente, esse número foi incrementado em função do elevado déficit habitacional de Fortaleza, que se encontra em torno de 70.000 moradias. As famílias são provenientes de vários bairros da cidade, entre eles: José Walter, Pantanal (Planalto Airton Senna), Modubim, Siqueira, Messejana, Jardim Violeta, Barroso, Castelão, Conjunto Palmeiras, Passaré, Montese, Vila Velha, Serrinha, entre outros.

De acordo com uma das coordenadoras da ocupação, a Comuna da Terra tem a seguinte justificativa:

Comuna da Terra, seria uma ocupação onde a gente iríamos juntar os trabalhadores urbanos, aqueles trabalhadores que são filhos de pessoas urbanas, que já nasceram e se criaram aqui, que não tem nada a ver com o campo, mas que também nas grandes cidades a gente sente, porque eu acompanhei durante muito tempo o trabalho na construção civil e sempre

eu achava nos canteiros de obra, que eu gosto muito de conversar, sempre eu encontrava trabalhadores rurais, que vinham das suas cidades de origem porque lá ele foi expulso da terra e terminava aqui em Fortaleza sendo pedreiro, sendo servente, fazendo qualquer função. Eu tenho noção disso aí, achei que era muito interessante essa aliança, a gente iria unir o campo e a cidade, trabalhadores urbanos junto com trabalhadores rurais, trabalhadores rurais como? Como é que nós vamos achar trabalhadores rurais na cidade, que nós sabemos que na cidade tem muita gente é que trabalhador rural, que veio do campo porque no campo eles não têm condições, aí nossa luta, nós formamos aqui a Comuna da Terra³¹⁹.



Figura 19: Foto da ocupação Comuna 17 de abril, no bairro José Walter (Fonte: www.comuna17deabril.blogspot.com)

³¹⁹ Entrevistada “E”.

Esse foi o “mote” que o Movimento se apegou para realizar a primeira experiência de ocupação urbana com trabalhadores originários do campo expulsos para a cidade. É a primeira vez que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realiza esse tipo de ação no Ceará e encontrou no Movimento dos Conselhos Populares o parceiro ideal para tal feita. O fato do terreno ocupado ser muito grande, com mais de 500 hectares, poderá proporcionar uma experiência totalmente diferente das outras que os dois movimentos já empreenderam. Relacionando-se essa experiência dos Movimentos MCP/MST ao nosso conceito de “espaço de transição”, seria factível aproximá-los ao que Friedrich Engels denominou, em sua obra “A questão da habitação”, de “supressão da oposição entre campo e cidade”³²⁰? Não se pretende aqui desenvolver uma resposta, deixamos a indagação aos nossos leitores e como questão a ser aprofundada em estudos posteriores.

A organização da Comuna da Terra, até mesmo pela quantidade de pessoas envolvidas, é mais complexa que a organização da primeira ocupação do MCP. A cada grupo de até 30 famílias se forma um Núcleo de base, cada Núcleo de base indica dois Coordenadores, sendo, necessariamente, um homem e uma mulher para coordenar o Núcleo. Aproximadamente, para cada 10 Núcleos se forma um Pólo, atualmente há 5 Pólos na ocupação, no entanto, nem todos os Pólos são realmente formados por 10 Núcleos, esse número pode variar:

/.../ fizemos vários grupos de 30 famílias, aí esses vários grupos de 30 famílias a gente deu o nome de Núcleo de famílias, aí depois juntamos vários grupos de 30 e criamos um Pólo,

³²⁰ “Quanto à maneira pela qual uma revolução social pode resolver esta questão [da habitação], isto não depende apenas das circunstâncias de cada caso, mas também de questões muito mais profundas, entre as quais a supressão da oposição entre cidade e campo, questões mais essenciais” p.29.

entendeu? 10 Núcleos de 30 famílias aqui é um Pólo. /.../ aí pra cada Pólo tiramos 2 coordenadores, um homem e uma mulher que vai coordenar o Pólo no geral, que vai dar aquela orientação pro pessoal que é coordenador de Núcleos de famílias. /.../ Esses dois coordenadores de Pólo formam a direção juntamente com a gente, tem aqui a militância que coordenamos o acampamento no geral³²¹.

Quando surge algum problema nos núcleos, primeiro os coordenadores de núcleo tentam resolver internamente e só no último caso levam o problema para coordenação do Pólo. Na Comuna há ainda Comissões específicas, como as Comissões de segurança, saúde, educação, água e produção, “/.../ se a gente não distribui tarefa a gente não consegue fazer nada, é tanto que as vezes a gente passa o dia aqui tranquilo sem nenhuma ocorrência nem nada, /.../ num tem uns companheiros aqui no portão? Essa companherada da segurança é permanente, de dia e de noite tem companheiros na segurança”³²². Segundo os entrevistados, vão sendo formadas novas Comissões de acordo com as necessidades da ocupação.

Há também uma programação quase que diária na ocupação, que envolve desde a realização de Assembléias, reuniões de Setores, de Núcleos, de Pólos, formações, sessões de cinema etc:

/.../ nós temos assim uma programação, na segunda nós temos reuniões dos Núcleos, todos os Núcleos se reúnem lá nas suas barracas, sempre se reúnem lá pra dar seus encaminhamentos, na terça-feira nós temos o cinema da terra, cinema educativo nas terças-feira a noite, aí na quarta-feira nós temos reuniões do grupo de estudo que tá mais

³²¹ Entrevistada “E”. Coordenadora da ocupação “Comuna da Terra” e militante do MST.

³²² Entrevistada “E”

na frente, seria a militância e essa coordenação dos Pólos, nós chamamos de grupo de estudo das pessoas que vão dirigir /.../ na quinta então nós temos as assembléias dos Pólos, cada Pólo faz sua assembléia, aí na sexta tem assembléia geral. Além das reuniões extraordinárias e além das formações dia de sábado, nós acabamos de chegar da formação agora, todo sábado tem essa formação.³²³

No que diz respeito à produção, a Comuna, apesar de ser uma ocupação recente, conta com algumas iniciativas como, por exemplo, um grupo de produção de confecção que já está em funcionamento, “a gente iniciou foi um grupo de costura que também é um meio [de obter renda], um grupo, as roupas são vendidas por fora, são pessoas do próprio acampamento³²⁴ que trabalham lá, às vezes as meninas pegam por encomenda, tipo vamos pegar encomendas de hospital pra fazer fardas”³²⁵. O ramo da confecção, juntamente com a horta são os dois que estão mais avançados, “A gente tá produzindo uns fardamentos agora pra São Bernardo, uma empresa, uma construtora, tem uma mulher que traz toda semana uma parte, a gente entregou hoje [os fardamentos encomendados pela empresa]”³²⁶. A forma de distribuição dos recursos obtidos com essa atividade é de acordo com a produtividade de cada pessoa engajada na produção, “se a gente tiver 20 mulher, cada uma faz e vai separando ali, aí eles só levam quando fizer 200 quilos, eles só vem pegar se for acima de 200 quilos e aí a gente presta conta da seguinte forma, quem fez mais, claro que vai ter seu lucro maior, aí,

³²³ Entrevistada “E”.

³²⁴ A terminologia “acampamento” aparece neste momento devido à presença da militância do MST que tem costume com esse conceito, mas não apareceu nenhuma vez nas entrevistas com os membros da ocupação Raízes da Praia.

³²⁵ Entrevistada “D”.

³²⁶ Entrevistada “F”.

daquele dinheiro arrecadado não tem patrão /.../”³²⁷.

Ainda com relação à produção na confecção, os entrevistados nos informaram que há uma lojinha do MCP no Terminal da Parangaba³²⁸ que serve para escoar a produção e que eles estariam organizando as pessoas que tem experiência com artesanato, produção de bijouterias, bordado, etc., para vender lá. No que diz respeito a outros planos “/.../ comércio coletivo, os planos da gente é isso daí, comércio coletivo, padaria coletiva /.../ ali na frente, não sei se você já viu, tem um projeto já bem começando, que é pra gente ter um mercadinho coletivo”³²⁹.

Quanto à horta que foi mencionada logo acima:

a horta a gente começou agora, se não me engano em setembro [de 2010], depois quando a gente avançou no terreno e daí começou a construir a horta e toda alimentação, vai tudo pra benefício da comunidade aqui do acampamento, tudo que é produzido lá vai pra nós mesmo e são cuidado pelos próprios moradores do acampamento, tem feijão, tem jerimum, tem alface, tem vários outros legumes lá dentro e agora também a gente iniciou um trabalho de horta medicinal, principalmente com xarope, com pomadas, com cremes, essas coisas assim fáceis de produzir e que é uma coisa a mais.³³⁰

O estrume para o cultivo da horta foi trazido de um assentamento do MST localizado na cidade de Russas, interior do Ceará, que fica a pouco mais de 300 quilômetros de Fortaleza. A maior parte da produção na horta é para o consumo próprio dos moradores, mas alguns comercializam no bairro como forma de levantar alguma

³²⁷ Entrevistada “F”.

³²⁸ Terminal de ônibus.

³²⁹ Entrevistada “F”.

³³⁰ Entrevistada “D”.

renda, ainda que irrisória, conforme nos informaram os entrevistados.

No que se refere à apropriação do espaço, a Comuna 17 de abril age de forma similar à ocupação Raízes da Praia, ou seja, não é permitido fazer especulação com o terreno ou com os barracos:

Nós que trabalhamos no campo tinha costume de ocupar a terra de maneira diferente e eles já tinham o costume de outra maneira /.../ chega aquela 'ruma' de gente, 'urru', adoidado e pega um cordão e fica marcando pedacim de chão 'praqui', pedacim de chão 'pracolá', com aquelas linha, com aquela coisa e quando dá fê, tão especulando. Tem companheiros que às vezes até faz isso, mas o nosso aqui foi diferente, a gente ocupou e eles começaram a fazer a mesma coisa, aí a gente ia lá e tirava, não, num é assim, é assim. O barraco vai ser feito pra você morar, pra conquistar tem que morar, aí num é fácil, porque ele já tinha o costume, tem gente aqui que às vezes já vem de outras ocupações, já tinha o costume de fazer isso pra depois especular, a gente já convida ele, educadamente, pra sair pelo portão que entrou, aqui você não tem nada, nós não temos nada pra vender /.../³³¹

Outra dificuldade da ocupação é em relação à água e luz. Como toda ocupação ainda está irregular, a Coelce (empresa privada de energia) e a Cagece (empresa pública de água), não podem ligar esses serviços oficialmente, há inclusive um dos integrantes da ocupação que se encontra preso em razão de suspeita de haver furtado água da empresa pública³³²:

³³¹ Entrevistada “E”.

³³² Segundo matéria do site Ceará Agora: “Ocupantes da Comuna da Terra 17 de Abril estão, neste momento, em frente ao Palácio da Abolição. Eles querem ser recebidos pelo

aí a gente liga essa luz, é um bico, eles fazem denúncia, quando dá fé a Coelce vem cortar, quando dá fé nós liga, agora tamos com uns dias que nós tamo calmo, mas aqui nós teve momento que toda noite a gente tava nessa pista aqui, toda noite nós tava nessa pista aqui porque a Coelce vinha cortar, nós ia ligar, a Coelce cortava, nós ligava, água do mesmo jeito, Cagece corta e nós liga, num tem esse negócio, se cortar nós liga, porque aqui a gente tem mil e duzentas pessoas /.../ e depois eles passaram a agir com mais força, quando vinham, vinha um carro da Coelce e polícia, chegaram a botar... teve uma vez que botaram umas 20 viaturas, isso era umas duas horas da manhã, mas a gente ligou antes do dia amanhecer³³³.

Em abril os participantes da Comuna da Terra participaram das mobilizações do chamado “Abril Vermelho” que teve como principais ações em Fortaleza a Marcha que saiu da Comuna e foi até o Palácio do Governo do Estado no dia 19 de abril. Posteriormente, a Marcha partiu para a Sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), onde permaneceu por 10 dias, quando partiu para a Assembléia Legislativa no dia 27. Em maio de 2010 teve início a turma do projeto educação de jovens e adultos denominado “Sim, eu posso”, que utiliza novela para a alfabetização. Trata-se de um

governador. O major Brito disse ao Porta **Ceará Agora** que solicitou a lista com os cinco nomes que comporão a comissão que será atendida. De acordo com Marcos Bentes, do Movimento dos Conselhos Populares, a pauta requer moradia para 1.200 famílias, indicando inclusive um terreno do Dnit, às margens da BR-116, na altura de Messejana. O pessoal quer implantar, em parceria com a prefeitura de Fortaleza, uma creche, nas dependências do ABC do José Walter e a liberdade para um preso da Comuna, suspeito de furto d'água da Cagece. Fonte: http://www.cearaagora.com.br/noticias/dia-dia/manifestacao-em-frente-ao-palacio-da-abolicao-por-habitacao-em-fortaleza?quicktabs_1=0. Acesso em: 29/03/2011.

³³³ Entrevistada “E”.

método cubano que já é utilizado em mais de 20 países e que alfabetiza em menos de 4 meses, com apenas 2 horas de aula por dia. A Comuna contou com o apoio de professores cubanos que estavam em Fortaleza e que fizeram a capacitação de voluntários da educação, que estão dando a aula para turmas de, em média, 15 pessoas, que variam de 25 anos a 70 anos.

Como forma de angariar apoio externo, a Comuna realiza atividades em que abre a ocupação para a visita dos moradores do bairro. No dia 3 de julho de 2010, por exemplo, eles realizaram o Primeiro Arraiá da Comuna 17 de abril que contou com a presença de três quadrilhas, barracas de comidas típicas, brinquedos, fogueira, decoração e banda de forró “pé de serra” com cantores do MST.

Conforme informamos na introdução deste capítulo, nosso objetivo não é explanar sobre a experiência do MCP em toda a sua complexidade, nosso objetivo foi, além de apontar algumas questões para o debate do nosso objeto de estudo, já indicar algumas questões relevantes que serão retomadas e aprofundadas nas conclusões desse trabalho.

4. À GUIZA DE CONCLUSÃO

Transcender não é escapar. A possibilidade de transcender sem transgredir depende estritamente de sabermos, e de sabermos muito bem, qual é a superfície do real a que estamos tratando ou, em outras palavras, qual é o objeto de nossa preocupação.³³⁴

As revoluções necessitam de um membro passivo, de uma base material. A teoria só se concretiza num povo na medida em que é a realização de suas necessidades.³³⁵

A singularidade de ser Fortaleza uma cidade localizada no nordeste brasileiro faz com que haja neste lugar uma espacialização única. Espacialização essa que, em sua interação igualmente única com o ambiente natural da região na qual está inserida, nunca deixa de coadunar com certa forma geral de relações sociais, de socialização da existência, de urbanização da sociedade, de transição para outro modo de produção.

Neste estudo, buscamos apreender parte da realidade sócio-espacial do desenvolvimento urbano da metrópole de Fortaleza como forma de identificar elementos do período atual que apontem para descontinuidades dentro da continuidade histórica, ou seja, elementos que estão na atualidade e que possam ser considerados elementos transitórios do modo de produção capitalista para outras formações sócio-espaciais qualitativamente superiores. Esse é um dos maiores desafios de todo pesquisador no campo das ciências sociais que pretende “transgredir”, ou

³³⁴ Santos, M. Introdução de **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008a, p. 20.

³³⁵ Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 54.

seja, que tenha como objetivo fazer uma análise do objeto que vá além das aparências e que procure investigar as características presentes no mundo atual que apontam para outras formas de sociabilidade e de espacialidade que não possam ser redutíveis ao modo de produção da vida capitalista.

No primeiro capítulo dessa dissertação, debatemos teoricamente como os seres humanos, ao se produzirem no capitalismo, produzem também o próprio capitalismo. Buscamos seguir esse início de percurso na pesquisa quando expusemos, no segundo capítulo, o comportamento de alguns processos-variáveis que compõem o que chamamos de expansão e de degeneração urbana da metrópole de Fortaleza. Ora, tais dimensões estão imbricadas umas nas outras justamente por fazerem parte de um mesmo desenvolvimento urbano-capitalista. Queremos chamar a atenção aqui para o fato de que o processo que produz a riqueza de uns é o mesmo processo que gera a pobreza e a miséria de tantos outros. Portanto, não seria correto conceber a expansão e a degeneração urbana de forma separada. A segregação sócio-espacial, por exemplo, somente pode ser compreendida, em sua essência, se analisarmos o que está por trás do preço da terra ou do preço da força de trabalho e colocarmos em questionamento a prevalência da propriedade privada sobre a propriedade social, uma característica fundamental do sistema capitalista. Foi em razão disso que, no primeiro capítulo, ressaltamos a importância do conceito de mais-valia como central para desvelarmos o funcionamento da produção capitalista do espaço em sua essência.

Entrementes, o percurso metodológico não estaria completo se não procurássemos analisar a experiência da metrópole de Fortaleza em seu processo, ou seja, como uma totalidade em movimento. Não se trata aqui de explicitarmos todos os elementos que constituem a totalidade dessa experiência em particular, isso seria impossível. Trata-se de buscarmos identificar quais são as particularidades, as principais variáveis, cuja análise nos ajudaria a cumprir com o objetivo de realizar uma

investigação do desenvolvimento urbano dessa metrópole sob uma perspectiva materialista dialética. Por isso, o centro de nossa reflexão, ou seja, o nosso objeto de análise é o que chamamos de espaço de transição e aqui se faz necessário reafirmarmos que não fazemos hierarquias ou separações entre as dimensões do desenvolvimento urbano, pois seria como negar o método dialético. Os estudos da expansão e da degeneração urbana no segundo capítulo, bem como da transição, no terceiro capítulo, somente podem ocorrer com a finalidade de análise, contudo, tais dimensões coexistem no mesmo tempo e no mesmo espaço formando um movimento único.

A imensa maioria dos estudos que tivemos acesso por meio do levantamento bibliográfico e das tantas horas de leitura e estudos prazerosamente realizadas no decorrer desses dois anos de mestrado, fez-nos constatar que, sobretudo pela natureza do nosso objeto de análise e pelo método preconizado, buscamos produzir uma dissertação que contribui com o debate sobre o desenvolvimento urbano de Fortaleza no início do século XXI.

Esperamos animar a realização de novas análises ao colocarmos o debate sobre os movimentos sociais populares urbanos novamente em pauta no campo disciplinar geográfico. Recordamos que uma das primeiras investigações dessa natureza realizadas no país - datada na década de 1980 - foi justamente outra pesquisa que teve Fortaleza como palco, intitulada: “Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza”, de autoria do pesquisador José Borzachiello da Silva. Tivemos também a oportunidade de poder contar com um primeiro estudo que teve o MCP como tema central e que nos ajudou na escrita do terceiro capítulo dessa dissertação, intitulado: “O estreito fio da navalha: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 2009)”, de autoria do sociólogo Pedro W. O. Costa Júnior.

A experiência do Movimento dos Conselhos Populares, a despeito de seu relativo curto período de

existência (2000 a 2011), é extremamente interessante. Desde a primeira fundação do Movimento no ano 2000 até o presente momento, pudemos perceber uma diversidade de fatores que ameaçaram e que até hoje ameaçam não somente o MCP, mas todo e qualquer Movimento Social Popular. Estamos nos referindo à possibilidade sempre presente da perda de sua independência política. Não são poucas as “forças centrípetas” que se utilizam de métodos dos mais variados para “sugar” tais movimentos para dentro do “sistema”. A sociedade burguesa, desde muito tempo, vem aperfeiçoando as suas instituições e métodos de acomodação e de cooptação de lideranças dos movimentos populares, sobretudo daqueles que atuam com independência política, em contraposição aos “consensos” planejados, diariamente, pelo poder público quase invariavelmente em parceria com determinados interesses privados.

Isso fica especialmente visível na análise da efetivação desfocada da evocada democracia participativa, quando a clareza e o rigor político de um movimento popular como o MCP esbarra com falsas conciliações e reais manipulações de uma deturpada democratização dos instrumentos decisórios do Estado. Por isso, consideramos o caso do Movimento dos Conselhos Populares como representativo para se debater o espaço de transição. A história desse Movimento, em toda sua peculiaridade, ajuda-nos a entender como se gesta um Movimento Social Popular e quais são os principais dilemas e desafios encontrados para manter a coerência com os seus princípios de independência e autonomia. Entendemos que a ação coletiva para a reivindicação de direitos e para a luta por melhores condições de vida, em si, já conforma um elemento do espaço transitório. Entretanto, somente essa característica não bastaria para afirmarmos a existência, naquela experiência, de embriões de outra forma de sociabilidade que pode nos proporcionar, mesmo hoje, indicadores ou elementos do vir a ser social.

Tivemos ainda que buscar compreender essa experiência em seus pormenores, tentativa materializada

no terceiro capítulo, inclusive com a identificação e a sugestão de uma periodização do Movimento dos Conselhos Populares desde 2000 a 2011. Esperamos ter conseguido debater as principais características dessa trajetória do MCP e também que tenhamos logrado explicitar, com a clareza necessária, os pontos que identificamos como constituintes do espaço de transição. A seguir, resumimos cada um deles:

a) ação coletiva, consciente e independente da classe trabalhadora, sobretudo de parte dessa classe que, desempregada, acaba caindo na pobreza e na miséria, mas que encontra no MCP uma saída viável para a reprodução da sua vida e, muitas vezes, da sua família. A própria existência de um movimento com esse caráter já materializa um elemento do espaço de transição, a forma como são organizadas suas ocupações, as regras internas, instâncias, formas de resolução de problemas internos, a relação que o MCP tem com os governos, etc., são outros exemplos disso que estamos falando;

b) a apropriação social (ou coletiva) dos meios de reprodução da vida humana, cujos ensaios são possíveis de serem identificados na experiência do MCP, sobretudo nas ocupações. Como empiria disso, aponta-se a proibição da venda dos lotes, a distribuição igualitária da terra e os empreendimentos coletivos;

c) a produção do espaço urbano em contradição com a lógica privatista e especulativa da racionalidade burguesa foi identificada na luta travada pelo MCP para que se cumpra a função social da terra e mais uma vez, a proibição da venda do lote pode ser utilizada como exemplo, além da destemida reivindicação para que a Prefeitura construa as residências sem prejuízo financeiro aos ocupantes e a negação do Programa Minha Casa Minha Vida, a postura do MCP na sua participação crítica no processo do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, também aponta como um elemento dessa produção do espaço urbano contrária a lógica privatista.

d) a apropriação dos meios de produção da vida, das novas tecnologias comunicacionais, informacionais e de

conhecimento científico pelos movimentos sociais populares ou, em outras palavras, o encontro das mais desenvolvidas condições materiais disponíveis contemporaneamente, com o meio popular, pode fortalecer a viabilização dos interesses das maiorias sociais. Neste quesito, o Movimento encontra-se muito pouco desenvolvido, detectando-se a quase ausência de parcerias entre o MCP e as Universidades, bem como a quase irrelevância das iniciativas produtivas do Movimento e o pouco investimento no conhecimento técnico e em “inteligência”, sem falar que, apesar de existir uma tendência à massificação dos novos meios informacionais e comunicacionais (como a internet, os telefones móveis, as câmaras digitais, dentre outros), os mesmos ainda são pouco acessíveis ao perfil sócio-econômico da maioria dos militantes do MCP, o que torna o seu poder de ação muito reduzido;

e) o planejamento do trabalho social é outro elemento muito importante na transcendência do modo de produção capitalista. Se a produção da vida já é socializada, o trabalho social também pode ser socializado, bem como o planejamento desse trabalho social, de forma a melhorar as condições de vida dos seres humanos em conjunto. Os elementos do planejamento do trabalho social podem ser identificados no funcionamento interno das ocupações, por intermédio da forma como eles constroem as barracas e os espaços coletivos, na divisão das responsabilidades em reuniões, plenárias e assembléias, bem como na organização das manifestações, momentos nos quais todos contribuem para a viabilização de um objetivo comum a todos. Ainda em referência às manifestações, verificou-se que as mesmas se tornaram uma variável fundamental para a qualificação política e organizativa do Movimento, bem como um meio para a obtenção de conquistas materiais imprescindíveis à continuidade do Movimento.

Demonstramos, também, que os movimentos sociais populares são agentes produtores do espaço urbano e, inclusive, interferem na configuração territorial a partir de sua ação coletiva. Como exemplo temos a intervenção

decisiva do Movimento dos Conselhos Populares no processo do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, em especial na ocasião em que o MCP se juntou a outros movimentos e entidades para formar o chamado “Campo Popular” e tiveram como principal conquista a instituição das Zonas Especiais de Interesse Social, as ZEIS. Outro exemplo, em grau menor, foi a experiência do Movimento com o Orçamento Participativo implementado pela Prefeitura de Fortaleza que, apesar de ter sido uma experiência traumática, assim como uma espécie de “provação” para o MCP, também proporcionou algumas pequenas vitórias que não devem ser desconsideradas, a despeito do próprio Movimento ter tomado a decisão política de se retirar do processo do Orçamento Participativo. Um terceiro exemplo de como o MCP interfere, à sua maneira, na configuração territorial, seria as ocupações. Os exemplos da ocupação “Raízes da Praia” e “Comuna 17 de abril” (ou Comuna da Terra) são emblemáticos do poder de resistência e da capacidade do MCP de dissipar aquelas forças centrípetas sistêmicas que, para manter seus interesses, fazem uso inclusive da força bruta, como no caso das milícias; da repressão, como no caso da polícia militar; da perseguição e cooptação, como no caso do poder público, dentre outros entraves ao pleno desenvolvimento do Movimento tal qual pudemos constatar em nossa investigação.

No que diz respeito à sugestão de periodização do MCP ressalta-se que foi assumido como método dessa construção a observação das sucessões e das coexistências, relacionando o desenvolvimento do nosso tema de estudos com eventos que ocorreram - sobretudo nos planos político, econômico e social - na cidade de Fortaleza. Da mesma forma, foi fundamental para a identificação de tais períodos a problemática da independência política do MCP. Esperamos ter cumprido a contento com o objetivo colocado da elaboração de uma sugestão de periodização para o Movimento. Abaixo estão resumidos os três períodos identificados. Esquemáticamente temos:

1º Período: de 2000 a 2004 - Inicia-se após a campanha

eleitoral municipal do ano 2000 em que a coligação de esquerda perdeu a eleição e termina em 2004 com a “suspensão temporária das atividades do MCP”, como vimos na primeira parte do capítulo três.

2º Período: de 2005 a 2008 – A refundação do MCP se dá novamente no processo eleitoral e tem como marco principal a realização da primeira Assembléia Popular da Cidade, após uma longa rodada de Assembléias Populares locais e regionais; é simbolizada também pela luta pelas “Frentes de Serviço” e pela participação nos instrumentos de democratização da gestão pública. Durante esse período o Movimento amadureceu sua ação política na afirmação dos seus princípios.

3º Período: de 2008 a ... - Nesse terceiro período, o MCP concentra suas energias na tática das ocupações urbanas e na luta por moradia. Entrementes, o MCP mantém a luta por trabalho, participação popular e investe também em outros temas como educação, saúde e produção. A definição gradual de sua autonomia e independência em relação ao Estado, aos Partidos e às Igrejas é a principal característica que marca esse momento.

O MCP tem aprendido com a sua ação e com a sua reflexão e seus programa e estrutura têm se adaptado às novas realidades e necessidades, demandando novas táticas e novas experimentações como forma de atingir seu horizonte estratégico, por eles denominado como “poder popular”. Isso tem dado vida ao Movimento. A partir das suas próprias experiências, o MCP tem modificado sua “teoria”, seu programa e dialeticamente feito de sua ação coletiva o sentido da palavra práxis.

Diversas variáveis influenciaram e influenciam a história do MCP, são as universalidades e as singularidades que caracterizam o contexto em que essa experiência se desenvolve. No que diz respeito ao contexto metropolitano, destacamos como singularidades a tendência à terciarização da economia e a queda na produção industrial; a mudança de centralidade da Aldeota em direção à Av. Washington Soares; a derrota da coligação de esquerda na eleição do ano 2000 e a vitória

do Partido dos Trabalhadores na eleição de 2004; a existência de um acúmulo prévio do campo de esquerda em Fortaleza no que diz respeito a experiências de organização popular; dentre outras. Às relações sociais capitalistas que se desenvolvem nesse lugar-região e que debatemos – ainda que cientes da complexidade do assunto e da consequente incompletude de nossa abordagem - no primeiro capítulo, conferimos a universalidade dessa pesquisa.

Passando a outro tema importante e tendo em vista o que já afirmamos sobre o desenvolvimento técnico num contexto social de dominação das relações de capital, a superação da base material existente na contemporaneidade pode significar a possibilidade dos seres humanos se beneficiarem, de forma real e universal, dessa herança histórica. Sem lugar a dúvidas, uma sociedade de novo tipo que supere as relações sociais burguesas e, portanto, o próprio desenvolvimento capitalista do espaço, pressupõe o uso racional e consciente do território usado pelos seres humanos.

A ciência, no papel de força produtiva a serviço do capital, foi um fermento na acumulação do mesmo e poderá assumir, numa formação social qualitativamente superior, outras funcionalidades e, uma vez sendo utilizada a favor do bem estar comum, pode tornar-se novamente una, tendo em vista que “a ciência natural acabará por incorporar a ciência do homem, da mesma maneira que a ciência do homem integrará em si a ciência natural; haverá apenas uma única ciência”³³⁶. Agindo com essa finalidade, ela (a ciência) assumiria um papel revolucionário na transformação das relações sociais.

Para Marx, a eliminação da auto-alienação segue o mesmo caminho que a auto-alienação, ou seja, pode-se afirmar que a alienação, levada ao seu limite, tende a percorrer o mesmo caminho da superação desta mesma alienação. Ora, se a alienação tem como princípio a

³³⁶ Karl Marx, **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 146.

propriedade privada e a acumulação de capital via apropriação da mais-valia, supõe-se que a superação positiva desta forma histórica de propriedade poderá levar à libertação da vida alienada, qual seja a superação da exploração dos seres humanos entre si em função de um planejamento racional do trabalho social.

O problema da transição histórica e da superação da racionalidade capitalista não é algo novo, muito pelo contrário, vejamos a seguinte passagem de Karl Marx:

O que vem a ser a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto recíproco dos homens. Podem os homens escolher livremente entre esta ou aquela forma social? De modo algum. A um nível determinado do desenvolvimento das forças produtivas dos homens corresponde uma forma determinada de comércio e consumo³³⁷.

Partimos do pressuposto de que as condições materiais capazes de proporcionar tal transformação qualitativa nas condições de produção da sociedade contemporânea já estão colocadas³³⁸. Acontece que essas “condições materiais” encontram-se, como vimos, submetidas à relação capital. Aos trabalhadores desempregados, na impossibilidade de se reproduzirem tradicionalmente como pressupõe o sistema, ou seja, por meio da venda de sua força de trabalho, resta-lhes criar suas próprias formas de cooperação, de solidariedade, de relação social na busca pela perpetuação da sua vida e da sua existência, é daí que nascem os Movimentos Sociais Populares.

Enquanto a manutenção dessa racionalidade

³³⁷ Marx, K. Carta à Pavel Annenkov in **Miseria de la filosofía**. São Paulo: Global, 1985, p. 246.

³³⁸ Segundo Friedrich Engels: “foi precisamente por meio da revolução industrial que a força produtiva do trabalho atingiu um nível tal que há a possibilidade pela primeira vez, desde que existem homens, de produzir com uma divisão racional do trabalho entre todos, não só o suficiente para o consumo, suficiente para todos os membros da sociedade e para um fundo de reservas abundante”. **A questão da habitação**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1987, p.23.

dominante do capital for possível, esse seguimento social tende sempre a ser ampliado. O desenvolvimento técnico mediado pela relação social do capital não tem por finalidade a diminuição da jornada de trabalho e, conseqüentemente, o aumento do tempo livre dos trabalhadores, ao contrário, tem como fim primeiro e último o aumento da rentabilidade do capital. Significa dizer que esse aumento progressivo força de trabalho ociosa é consequência *sine qua non* da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, seu “calcanhar de Aquiles”, uma vez que tende a ser cada vez mais “explosiva”.

Por isso, compreende-se que a práxis social dos trabalhadores - seja qual for a sua condição, empregados ou desempregados - é determinante para a superação da alienação e das crises provocadas pelo sistema do capital. Por intermédio do estudo deste segmento social (popular) foi possível verificar novas sociabilidades em gestação, como que em um laboratório sócio-espacial. Entrementes, são sociabilidades de novo tipo, mas que estão alienadas da base material necessária à transcendência coletiva dos seres humanos, à sua emancipação. Marx tem uma visão particular e original sobre a miséria, segundo ele:

A miséria, considerada em seu aspecto revolucionário, destruidor, que terminará por derrubar a velha sociedade. Uma vez advertido este aspecto, a ciência, produto do movimento histórico no qual participa, já com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se converte em revolucionária³³⁹.

Nesse sentido, o indivíduo se transforma em classe mediante o confronto. Quando o trabalhador vende sua

³³⁹ Tradução livre do autor a partir do original: “más que miseria, sin advertir su aspecto revolucionario, destructor, que terminará por derrocar a la vieja sociedad. Una vez advertido este aspecto, la ciencia, producto del movimiento histórico en el que participa ya com pleno conocimiento de causa, deja de ser doctrinaria para convertirse en revolucionária”. Marx, K. **Miseria de la filosofía** respuesta a la filosofía de la miseria del señor Proudhon” Buenos Aires: Editora Siglo XXI, 1973, p.109.

força de trabalho deixa de ser não-proprietário e passa a ser elemento integrante do modo de produção e reprodução do capital. O operário é parte, está inserido, produz e reproduz a sociedade capitalista. Já a miséria não está vinculada ao trabalho e ao processo produtivo, quando ela se confronta com a riqueza, tornando a apropriação social, há um elemento revolucionário. A apropriação social da riqueza pela coletividade cria na sociedade uma cooperação de novo tipo.

A ciência no meio social do capital se converte em força de afirmação, depois em força de degeneração e, num terceiro momento, em aceleração da degeneração e da superação do atual estado das coisas. Por meio da requalificação de suas atuais funções, a ciência poderá contribuir decisivamente na constituição de um novo período histórico, pós modo de produção capitalista. Para não dar lugar à dúvidas, alerta-se que a “superação positiva” do desenvolvimento urbano capitalista - o objeto de estudo desta dissertação cujos elementos expusemos acima - podem nunca chegar a se universalizar, dado que, igualmente como hipótese os elementos da degeneração poderão produzir também uma “superação negativa” pela quebra dos “fios invisíveis” de toda ou quase toda potencialidade revolucionária criada em razão da constituição do ser social.

O processo social decorrente da combinação da ciência com meios de produção e o mercado capitalista fez acelerar a marcha do desenvolvimento histórico ao longo do século XX. Elas proporcionam uma riqueza social nunca antes vistas, ao passo em que geram uma massa de pobreza também nunca dantes observada:

Essas condições da vida já encontradas pelas diferentes gerações decidem, também, se as agitações revolucionárias que periodicamente se repetem na história serão fortes o bastante para subverter a base de todo o existente, e se os elementos materiais de uma subversão total, que são, sobretudo, de

um lado as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que revolucione não somente as condições particulares de produção até então existentes, como também a própria 'produção da vida'.³⁴⁰

O surgimento de um novo período histórico da humanidade não poderia ocorrer antes das condições materiais estarem colocadas. Paralelamente, as crises do sistema fazem com que as experiências autênticas de novo tipo se multipliquem, criando uma formação sócio-espacial de qualidade distinta e, portanto, limitadora da livre expansão do capital.

O sistema capitalista e a sociedade burguesa, o que inclui também o Estado burguês, vêm ao longo do seu percurso demonstrando enorme capacidade de regeneração após sucessivas crises, não sendo por acaso que logra se manter dominante em pleno século XXI. Para David Harvey, “a construção de uma crise verdadeiramente global depende do esgotamento das possibilidades para novas transformações revolucionárias ao longo do curso do próprio capitalismo”³⁴¹.

A hipótese da qual parte Lefebvre em “A revolução urbana” de “urbanização completa da sociedade” nos faz averiguar o problema da superação do urbano, não como uma extinção ou supressão arbitrária, mas como uma incorporação e uma superação, viabilizadas nos marcos do próprio desenvolvimento urbano capitalista. Esse, plenamente amadurecido, não mais se identifica com aquele antigo urbano, rugoso, pretérito, cuja separação e dominação sobre o meio rural representou somente o primeiro e decisivo passo em direção a uma nova matriz de formação sócio-espacial que está colocada como possibilidade.

A partir dessa premissa, buscamos verificar os temas por meio dos quais defendemos ser possível debater o

³⁴⁰ Marx, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 20.

³⁴¹ Harvey, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 118.

desenvolvimento urbano em seu movimento dialético. Trata-se também de contribuir com o debate sobre as possibilidades e limites do campo disciplinar geográfico. Ou seja, praticar o que Lefebvre chamou de “transdução”, que ele coloca ao lado dos procedimentos clássicos da indução e da dedução e que significa a “reflexão sobre o objeto possível”³⁴². Entendemos que foi isso (um exercício de transdução) que Milton Santos fez ao formular a idéia de que estaria em formação um novo período da história humana, por ele denominado de “Período Demográfico ou Período Popular da História”. Nesse mesmo sentido, Marx e Engels formularam à sua época novas compreensões sobre a teoria do socialismo e do comunismo. Idaleto Aued, atua nesse mesmo campo ao teorizar sobre o que chama de “espaço de transição”. Alertamos que não estamos afirmando que essas teorias sejam idênticas, porém, elas podem ser classificadas dentro de um mesmo campo teórico e, dessa forma, são teorias complementares. Todos eles fizeram esse “anúncio” e a eles recorri para a elaboração dessa investigação.

Nas obras desses autores encontramos pontos de iluminação com os quais nos dispomos a verificar sua equivalência empírica por meio do estudo do Movimento dos Conselhos Populares de Fortaleza, entendendo esse como reflexo das contradições do próprio modo de produção capitalista. Verificamos a possibilidade de síntese dialética que esse movimento pode representar, desde que esteja auto-referenciado numa perspectiva emancipatória e consciente que aponte para uma nova relação social fundamentada, repetimos, na apropriação social da riqueza, no planejamento do trabalho social e na propriedade social dos meios de produção da vida. Chegamos à conclusão de que foi possível identificar alguns elementos que sugerem o novo, ou seja, novas formas de relação entre os seres humanos e desses com o território usado, gestados no sistema de ações

³⁴² Lefebvre, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Annablume, 2008, p. 16.

desenvolvido pelo MCP e que são incompatíveis com as relações sociais do capital. Contudo, o MCP ainda não é o “novo”, porém essa experiência não pode ser reduzida simplesmente às velhas relações capitalistas-burguesas. Há no MCP elementos do “novo”, de uma superação positiva do modo de produção capitalista e é por isso que defendemos que é possível identificar nesse movimento popular os elementos do espaço de transição.

A condição da política é o território. O acontecer é produto da vontade política e será tanto mais possível à medida que projetos políticos contra-rationais ou contra-hegemônicos populares e anticapitalistas for o objeto racional e ativo da maioria popular da sociedade, construindo o seu espaço e o seu próprio período. Somente quando a experiência da propriedade social deixar de ser algo exótico e passar a ser o conteúdo necessário (uma necessidade histórica) da reprodução da existência humana, é que a humanidade buscará meios para universalizá-la. Experimentações locais e mesmo ensaios mundializados vão introduzindo novos conteúdos à materialidade posta no período atual.

A aceleração e a complexidade do período atual formam uma barreira que dificulta qualquer análise sobre os eventos contemporâneos, sobretudo os estudos que adotam fenômenos sociais (como o surgimento e de um movimento popular) como tema e que fundamentam-se no método dialético. É por isso que fechamos essa dissertação com uma passagem que, ironicamente, aponta para os limites dessa pesquisa. Acreditamos que o nosso objetivo tenha sido atingido, qual seja, o de realizar uma dissertação que contribua com a reflexão sobre o desenvolvimento urbano a partir de uma premissa dialética do nosso objeto de estudo: espaço de transição. Porém, estamos de acordo com o que nos adverte Aued:

Não há possibilidade de os homens conhecê-lo para além de comparações sensitivas com fenômenos já conhecidos /.../ no momento histórico em que o fenômeno se apresenta, os homens

podem usar de todos os instrumentos e meios que dispõem para conhecê-lo. Mas, não passarão de descrições fundamentadas na relação com os fenômenos já conhecidos.³⁴³

Como não sabemos o que é exatamente o “novo”, pois nascemos e crescemos no meio social dominante burguês, somente podemos realizar transduções, reflexões baseadas nas experiências e nos conhecimentos que obtivemos ao longo de nossa existência. Porém, esse novo, por ser qualitativamente diferente do mundo em que vivemos, não pode ser captado senão na forma de possibilidade, como reflexão sobre o objeto do possível.

³⁴³ Aued, Idaletto. **Dois dedos de prosa sobre O Capital**. Florianópolis: Revista Geosul, 2004, p. 43.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, Ana M. M. **Fortaleza, Metrópole Regional**. Trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010.

AUED, I. M. **Estratégias e contradições na construção da sociedade Socialista Soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Tese de doutorado)

AUED, I. **Marxismo e geografia**. In: Alba, R. S. Et all (Org.) O ensino da geografia no novo milênio. Chapecó/SC: Editora Argos, 2002.

AUED, Idaleto. **Marxismo e Geografia**. In: **O ensino da Geografia no novo milênio**. Chapecó, SC: Editora Argos, 2002.

BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente – A ação do capital imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC / Banco do Nordeste, 2004.

CASIMIRO, Liana M. C. **Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

COSTA JÚNIOR, Pedro W. O. **O estreito fio da navalha: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 2009)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2010. (Dissertação de mestrado)

COSTA, Ana C. L. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Universidade de São Paulo, 1988. (Dissertação de mestrado)

DANTAS, Eustógeno e Silva, José. **A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento**. In: Pequeno, Luiz (Org.) **Como anda Fortaleza**. Conjuntura Urbana 5. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.

DIÓGENES, Beatriz H. N. **A centralidade da aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. (Dissertação de mestrado).

ENGELS, Fridrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

FIGUEIRA, Pedro de A. **Economistas políticos**. O significado histórico da economia política. São Paulo: Musa Editora, Cuiabá, Sugesta Editora, 2001.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal - Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Programa Com os Pés no Chão: Frentes de Trabalho Urbanas para Fortaleza**. Fortaleza: Impressão, setembro de 2005.

FORTALEZA. **Programa de Governo**, Por amor a Fortaleza: construir uma cidade bela, justa e democrática. Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Editora Expressão Gráfica, 2006.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 131.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins: Belo Horizonte: Editora UFMG, 3ª reimpressão, 2008.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. **O capital** - Posfácio da segunda edição, Livro 1, Vol. 1, 1968.

MARX, K. **O capital**. Crítica da Economia Política. **O processo Global**

de Produção Capitalista, Livro 3, Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Ed. Moraes, 1973.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **La miseria de la filosofía**. Buenos Aires: Editora Siglo Veinteuno, 1973.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 137. (Tese de Doutorado).

ORTEGA y GASSET. **Meditação da Técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano, 1963.

PAIVA, Ricardo A. Entre o mar e o Sertão. **Paisagem e memória no Centro de Fortaleza**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Alexandre Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará-Brasil**: Fortaleza em Aquiraz. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará 2006. (Dissertação de Mestrado)

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**: Crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, Edusp, 2008a.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008c.

SANTOS, M. **Técnica – Espaço – Tempo**. Globalização e meio técnico-científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. At all Manifesto – O papel ativo da geografia. In **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000.

SILVA, José B. **A cidade contemporânea no Ceará**. In: Souza, S. (Org.) Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SMITH, Adam. **Esboço primitivo de parte de A Riqueza das Nações**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

SPOSATI, Aldaíza; Torres, Haroldo; Pasternak, Suzana; Villaça, Flávio. **Espaço e Debate**: revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo. v. 24 n. 45, jan/jul 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

INTERNET

www.astef.ufc.br acesso em 04/02/2010.

<http://www.overmundo.com.br/overblog/mercado-informal-em-fortaleza>

Habitação no Processo do Plano Diretor Participativo da Cidade de Fortaleza/Ce, Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (9). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-9.htm>. [ISSN: 1138-9788].

<http://movimentodosconselhospopulares.blogspot.com/2007/11/militantes-do-mcp-s-o-agredidos-pela.html> Acesso em 12/03/11.

<http://www.alphaville.com.br/empreendimentos/nordeste/fortaleza/>

<http://www.overmundo.com.br/overblog/mercado-informal-em->

fortaleza

Jornal O Estado. Matéria: 'Raízes da Praia denunciam PM por interar milícias'. Fortaleza, 29 de julho de 2009. Matéria da reporter Ivna Girão. Fonte:

http://www.oestadoce.com.br/index.php?acao=noticias&subacao=ler_noticia&cadernoID=22¬iciaID=15085

Madeira, Hérica M. e Costa, Maria C. L. **A desindustrialização do bairro Jacarecanga** (Fortaleza – Ceará). Fortaleza: Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC, 2005. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_2934.html (Acesso em 14/01/11).

<http://www.polis.org.br/> acesso em 04/02/2010.

Plano de Manejo pretende transformar Sabiaguaba em bairro ecológico. Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em:

http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15000&Itemid=239

http://www.cearaagora.com.br/noticias/dia-dia/manifestacao-em-frente-ao-palacio-da-abolicao-por-habitacao-em-fortaleza?quicktabs_1=0. Acesso em: 29/03/2011.

www.ibge.gov.br

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. wikipedia.org Acesso em: 25 de fevereiro de 2011.

DOCUMENTOS - MCP

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES, **Circular 002**, Fortaleza, 01 de dezembro de 2005.

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. **Avaliação do MCP sobre o PPA Participativo** – Primeira experiência de democracia participativa da gestão popular de Fortaleza. Fortaleza: documento impresso fotocopiado, 4 páginas.

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. **Boletim do MCP Regional IV** 001/06. Fortaleza, 15 de janeiro de 2006.

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. **Organização e Poder Popular para libertar o povo trabalhador**. Fortaleza: documento impresso, abril de 2008.

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. **Poder Popular para Libertar o Povo Trabalhador** – Programa Político do Movimento dos Conselhos Populares. Fortaleza: documento impresso, 2008.

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. **Princípios, Diretrizes Políticas, Programa e Estrutura**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. **Trabalho e Poder para o Povo de Fortaleza**. Campanha Contra o Desemprego. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR. Documento **“OP”**, do “Núcleo de Participação Popular” do MCP, s/d, página única.

ANEXOS

ANEXO 1

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DA COMUNIDADE RAÍZES DA PRAIA

Art. 1º: Venho por este termo declarar que me comprometo a cumprir todas as regras abaixo assinaladas com fins de garantir a organização e o bem-estar coletivo da comunidade, de acordo com as deliberações aprovadas na Assembléia no dia 28/06/2009 realizada no Morro da Vitória e seqüentes realizadas na própria Raízes da Praia.

Art. 2º: São regras da Comunidade Raízes da Praia:

- 2 Só participam da ocupação aqueles que precisam de terra para moradia (aqueles que, antes de se instalarem na Raízes da Praia moravam de aluguel, em co-habitação, área de risco);
- 3 É totalmente proibido venda ou qualquer tipo de comercialização ou doação da terra ou da casa;
- 4 A divisão dos espaços será igual entre todos e a sua distribuição será sempre feita pela Comissão Organizadora, podendo ir para Assembléia em caso de impasse;
- 5 Em caso de desistência, a pessoa será substituída por outra indicada pelo Movimento dos Conselhos Populares-MCP ;
- 6 Não há lideranças na comunidade e as decisões serão tomadas pelo conjunto dos seus moradores nas Assembléias e executadas pela Comissão Organizadora;
- 7 Todos os moradores devem participar das Assembléias;
- 8 É dever de todos os moradores respeitar as decisões da Assembléia e se submeter a elas.
- 9 Quem representa a comunidade externamente são as pessoas que participam da Comissão Organizadora;
- 10 É dever de cada morador garantir e zelar pelos espaços públicos reservados na ocupação pela comunidade

(Barracão da comunidade, ruas, espaço de convivência) sendo proibida a ocupação deles para moradia ou qualquer outro tipo de apropriação individual;

11 Todos os problemas da ocupação serão resolvidos na Comissão Organizadora e Assembléia;

Art. 3º: Outras novas regras e normas de convivência podem ser acrescentadas a estas desde que aprovadas em Assembléia;

Art. 4º: Se qualquer das regras acima forem desrespeitadas, o caso será levado à Assembléia para decisão de qual penalidade será aplicada ao transgressor(a). A Assembléia tem plenos poderes para decidir a medida adequada podendo até levar a expulsão da comunidade.

Art. 5º - O descumprimento deste Termo poderá acarretar denúncias aos órgãos públicos competentes, sobretudo nos casos de transgressão dos itens 1 e 2 do art. 2º.

Fortaleza-Ce, 03 de Julho de 2009.

Morador(a)
RG ou CPF:

ANEXO 2

Ao Presidente da Habitafor, Roberto Gomes

Em Assembléia realizada no dia 11 de setembro de 2010, a **Comunidade Raízes da Praia** discutiu e deliberou sobre a possibilidade de aderir ao Programa Minha Casa Minha Vida. Tal decisão foi precedida de vários debates inclusive com representantes da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

A Comunidade Raízes da Praia resolveu que o Programa Minha Casa Minha Vida não contempla seus anseios e necessidades pelas razões abaixo relatadas:

1. A comunidade não se convenceu da viabilidade do programa, uma vez que até agora nenhuma construtora demonstrou interesse em efetivar tal programa na região onde a comunidade se localiza. O valor da terra nesta região litorânea e a quantidade de famílias na comunidade reforçam tal desconfiança, pois reduzem a margem de lucro. De fato, o baixo desempenho em termos de construção para a faixa de baixa renda em toda a cidade reforça esta desconfiança.

2. Somado ao desinteresse empresarial, as pendências quanto à propriedade dos lotes ocupados e a burocracia não permitem o vislumbre da construção de moradias nem a curto nem a médio prazo, o que é desanimador para quem está vivendo em barracos precários há mais de um ano. Levando em conta o que se teria que pagar depois, mais interessante para os moradores seria investir desde já em melhorias, auto-construindo no ritmo e padrão possíveis, mas imediatos.

3. Além disso, o pagamento por dez anos, reajustado anualmente pela TR, é rejeitado pelos moradores. Alguns são desprovidos de condições seguras para realizarem tal pagamento e temem que a inadimplência gerada pela falta

de renda ou por aumentos anuais elevados (a depender da conjuntura econômica e política) implique na tomada dos imóveis pela Caixa. A possibilidade de que alguns imóveis possam ser tomados e vendidos a terceiros incomoda a todos, pois descaracterizaria a comunidade construída na luta com relações baseadas na solidariedade e não na compra e venda.

4. O Programa abre possibilidade de descaracterização da comunidade também porque a venda do imóvel é permitida, podendo pessoas que não participaram da luta nem tem qualquer relação com esta adquiram imóveis com base nas leis de mercado, explorando as dificuldades financeiras de alguns.

5. Se as pessoas tivessem optado pela lógica de mercado do Minha Casa Minha Vida teriam se inscrito no Programa, não o fizeram pois optaram pela lógica da organização e da luta para conseguirem efetivar seu direito constitucional a moradia através de justo investimento do Poder Público. Assim, parte rejeita por temer não ter condição de pagar (já que pro pobre o futuro é incerto e dez anos é muito tempo), parte porque rejeita o pagamento por desfigurar a caminhada de lutas e sacrifícios em busca dos direitos que caracteriza a Raízes da Praia.

6. Fortaleza, e a região que a Raízes da Praia está inserida em especial, será alvo de grandes investimentos como é de conhecimento de todos. Tais investimentos não devem visar apenas o embelezamento e a padronização da cidade para interesses do mercado turístico, tendo como foco abertura de vias e paisagismo. Tais investimentos (PAC2, Aldeia da Praia, intervenções estruturantes visando Copa de 2014) devem priorizar a democratização do solo urbano e a moradia digna.

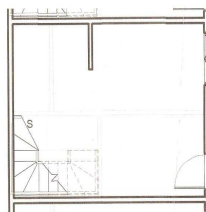
7. Em relação ao ponto anterior, chegou-se à conclusão que a qualificação (inclusive habitacional) da área onde a comunidade está instalada é de interesse também do Poder Público e de toda a sociedade, inclusive por interesses

econômicos, não sendo justo que os moradores pobres da Raízes da Praia arquem financeiramente com parte deste processo de remodelamento.

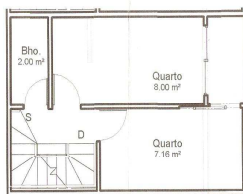
8. O projeto habitacional deve ser integrado à requalificação da praia dentro dos padrões culturais de nossa gente e com uma lógica democrática de uso e exploração econômica (o que não acontece no resto da Praia do Futuro que é privatizada e excludente). Apenas assim faz sentido a parceria com o Poder Público. Logo, queremos um projeto global que além da construção de unidades habitacionais, garanta lazer e geração de renda para nosso povo.

CONCLUSÃO: por entender que o programa Minha Casa Minha Vida não representa os benefícios que a comunidade necessita, pedimos que a Prefeitura subsidie integralmente as moradias na Raízes da Praia e invista para, em parceria com a comunidade, revitalizar esta que é uma das áreas mais belas de nossa Fortaleza e que, ao contrário de outras partes da orla, ainda não foi totalmente destruída pela ganância do capital e do mercado.

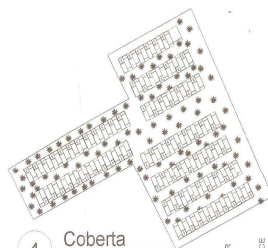
ANEXO 3



1 PI TÉRREO
ESCALA 1:75



2 Pl. 1º PAV.
ESCALA 1:75



4 Coberta
ESCALA 1:1250



3 Perspectiva
ESCALA 1:1

CLIENTE
Associação de Pais
RESIDÊNCIA MULTIFAMILIAR
LOCAL
Praia do Futuro - Fortaleza - CE

Arquiteto: Sérgio S. Office
Av. Dom Luís, 300, L. 212 - MEIRELES
CEP: 60.010-000 - FORTALEZA - CE
Tel.: + 55 85 3086 0020 - 91116169
e-mail: galileidurante@expansao.art.br



ANEXO 4

'CAÇA' AOS VOTOS (3/9/2010)

Ocupações irregulares crescem em ano eleitoral

3/9/2010

É preciso ações mais efetivas dos poderes públicos municipal e estadual no combate a essa prática criminosa.

Registra-se um aumento de ocupações irregulares em Fortaleza. Para se ter uma ideia, em todo o ano passado, foram 36. Já em 2010, até agosto, a Defesa Civil registrou 51. Em ano eleitoral, essas ações parecem ser meios de pressionar por moradia digna. Para a Prefeitura, ocupações aumentam nesse período devido à "caça" aos votos e às promessas da casa própria. Nada mais urgente e necessária do que uma ação mais expressiva do poder público no combate a essa prática criminosa.

Ocupações urbanas no José Walter, Praia do Futuro, Paupina, Curió, Bonsucesso e Conjunto Ceará. Não faltam exemplos de pessoas que se aproveitam desse cenário favorável e montam seus barracos em qualquer lugar a fim de exigir um canto para ficar, desrespeitando a organização da Cidade. E sobram "maus políticos que se utilizam disso para prometer e estimular as ocupações", disse Roberto Gomes, presidente da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor).

Segundo o comandante da Célula de Operações

da Defesa Civil, Roniely Pinheiro, há muitos cabos eleitorais fazendo promessas e "caçando" votos nessas ocupações. "Tivemos um aumento devido às expectativas de ajuda de políticos e de conquistas de vagas em conjuntos habitacionais. Mas a Prefeitura não negocia casas com invasores. Há um esforço claro de combate ao déficit habitacional. Já entregamos 4.750 unidades".

Projetos

Ana Virgínia, militante do Movimento de Lutas nos Bairros (MLB), afirmou que a questão da moradia deveria ter mais espaço nos projetos de governo dos candidatos. "Os partidos só sabem falar de segurança e saúde, parece que não existe problema habitacional", frisou, apontando o alto déficit habitacional em Fortaleza, que é de mais de 77 mil unidades.

Para Igor Moreira, militante do Movimento dos Conselhos Populares (MCP), a oportunidade das eleições é boa mesmo para que entidades de luta urbana e universidades possam forçar os políticos a assumirem compromissos com a pauta da moradia, que priorize o cumprimento do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor, por exemplo. Ou seja, implementar uma política habitacional coerente, que não permita mais invasões e todos os graves prejuízos consequentes das ocupações irregulares. "No caso das invasões, as eleições mais atrapalham do que ajudam, pois tem muito político que só vai numa ocupação buscar voto e fazer promessa. São oportunistas que, antes, criticavam os ocupantes, chamavam essas

peessoas de invasores e, agora, para ganhar voto, vão apoiá-los. É perigoso".

Entre as ocupações irregulares mais recentes do MCP está a Comuna 17 de abril, no José Walter, que, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi ocupada por 1.200 famílias em 15 de abril de 2010. Conforme os movimentos, os ocupantes são provenientes de vários bairros da Capital, entre eles, José Walter, Planalto Ayrton Senna, Mondubim, Siqueira, Messejana, Jardim Violeta, Barroso, Castelão, Conjunto Palmeiras, Passaré, Montese e Vila Velha.

Fonte:

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?aviso=yes&codigo=844559>

ANEXO 5

Resposta do Movimento Conselhos Populares (MCP) à matéria do Jornal Diário do Nordeste – “Ocupações irregulares crescem em ano eleitoral” - 03/09/2010

1 – Ocupações de terras para moradia não configuram prática criminosa. Se esse for o entendimento do jornal, este estaria classificando como criminosos centenas de milhares de fortalezenses que vivem em áreas originárias de ocupações.

2 – Não é papel do poder público combater quem luta por moradia. A obrigação do Estado é garantir o direito constitucional à moradia (art. 6º CF) e combater a especulação imobiliária (Estatuto da Cidade e Plano Diretor). Até porque propriedade que não cumpre função social desrespeita a Constituição Federal.

3 – O vínculo das ocupações à proximidade das eleições não é fundamentado científica nem empiricamente. O representante do movimento procurado pela reportagem, Igor Moreira, foi claro ao responder à repórter que as ocupações fazem parte do processo urbano de Fortaleza desde sempre, organizadas por movimentos ou não em todos os anos, independente da eleição. Por isso mesmo a frase “Ou seja, implementar uma política habitacional coerente, que não permita mais invasões e todos os graves prejuízos consequentes das ocupações irregulares”, não faz sentido algum, pois política alguma impedirá ocupações enquanto o acesso ao solo urbano não for democratizado. Sequer o termo “invasões” faz parte do vocabulário do militante consultado nem de

nenhum militante do MCP, o que demonstra uma clara manipulação da fala do entrevistado, na fala entre aspas que lhe é atribuído seguindo malfadada frase supracitada.

4 – A Comuna 17 de abril não é uma “ocupação irregular”, mas um instrumento de luta legítimo para assegurar o direito à moradia de famílias que esperavam há mais de três que os compromissos que o poder público assumiu com elas fossem concretizadas (conforme explicado à jornalista), inclusive trata-se de um acampamento não de “barracos erguidos por invasores”. Irregular na verdade é a existências de vazios urbanos em áreas amplamente cobertas por infra-estrutura e serviços urbanos custeados pelo conjunto da sociedade para atender os interesses da população, não de especuladores imobiliários.

5 – O MCP é um movimento que, com objetivo de construir o Poder Popular, articula um conjunto de lutas urbanas – moradia, trabalho, cultura etc. Eventualmente o Movimento realiza ocupações como uma tática para realizar reivindicações definidas nas instâncias do MCP, quando outras vias são interrompidas pela inação do Estado.

**POVO QUE OUSA LUTAR, CONSTROI O
PODER POPULAR.
MCP - MOVIMENTO DOS CONSELHOS
POPULARES**